

II *Jornadas de* **ESTUDOS PORTUGUESES**

[TEXTOS SELECIONADOS]

EDITORES

Paulo Nunes da Silva

Adelina Castelo

Isabel Barros Dias

Isabel Falé

Isabelle Simões Marques

Luís Carlos Pimenta Gonçalves

Maria do Rosário Lupi Bello

II Jornadas de **ESTUDOS PORTUGUESES**

FICHA TÉCNICA

Título

II JORNADAS DE ESTUDOS PORTUGUESES – TEXTOS SELECIONADOS

SECOND CONFERENCE ON PORTUGUESE STUDIES – SELECTED PAPERS

Editores

Paulo Nunes da Silva

Departamento de Humanidades | Universidade Aberta

CELGA-ILTEC | [0000-0001-9462-7717](tel:0000-0001-9462-7717)

Adelina Castelo

Departamento de Humanidades | Universidade Aberta

CLUL | [0000-0002-9079-1066](tel:0000-0002-9079-1066)

Isabel Barros Dias

Departamento de Humanidades | Universidade Aberta

IELT | [0000-0003-3479-6660](tel:0000-0003-3479-6660)

Isabel Falé

Departamento de Humanidades | Universidade Aberta

CLUL | [0000-0001-8271-0695](tel:0000-0001-8271-0695)

Isabelle Simões Marques

Departamento de Humanidades | Universidade Aberta

CLUNL | [0000-0002-3155-3762](tel:0000-0002-3155-3762)

Luís Carlos Pimenta Gonçalves

Departamento de Humanidades | Universidade Aberta

IELT | [0000-0003-4183-2869](tel:0000-0003-4183-2869)

Maria do Rosário Lupi Bello

Departamento de Humanidades | Universidade Aberta

CECC | [0000-0002-9638-2773](tel:0000-0002-9638-2773)

Comissão Científica

Adelina Castelo

Ana Braz

Ana Sofia Laranjinha

Carla Almeida

Cristiana Vasconcelos Rodrigues

Dionísio Vila Maior

Filipe Alves Moreira

Isabel Barros Dias

Isabel Falé

Isabel Roboredo Seara

Isabelle Simões Marques

Luís Carlos Pimenta Gonçalves

Margarida Alpalhão

Maria de Jesus Relvas

Maria do Rosário Lupi Bello

Paulo Feytor Pinto

Paulo Nunes da Silva

Paulo Osório

Rosa Sequeira

Sara Grünhagen

Steffen Dix

Edição

Universidade Aberta 2026

Coleção

CIÊNCIA E CULTURA, N.º 35

Produção

Divisão de Comunicação e Marketing

ISBN

978-989-9337-09-1

DOI

<https://doi.org/10.34627/uab.cc.35>

Este livro é editado sob a Creative Commons Licence, CC BY-NC-ND

De acordo com os seguintes termos: Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional



ÍNDICE

<u>Apresentação</u>	07
PARTE I – LITERATURA PORTUGUESA, LITERATURA E CULTURA PORTUGUESAS, ESTUDOS INTERARTES DE EXPRESSÃO PORTUGUESA	10
<u>A dimensão sagrada do mar nas cantigas de amigo galego-portuguesas medievais</u> <i>The sacred dimension of the sea in medieval Galician-Portuguese cantigas de amigo</i> Iolanda R. Aldrei	11
<u>Gestos, corpo e emoções na Crónica da Ordem dos Frades Menores de 1470</u> <i>Gestures, body, and emotions in the 1470 Crónica da Ordem dos Frades Menores</i> Ana Cristina Fonseca	28
<u>A influência portuguesa no sudeste asiático: olhares portugueses de Tomé Pires, Gaspar Correia e Fernão Mendes Pinto sobre o sudeste asiático do séc. XVI</u> <i>Portuguese influence in Southeast Asia: Portuguese perspectives of Tomé Pires, Gaspar Correia, and Fernão Mendes Pinto on sixteenth-century Southeast Asia</i> Alexandra Maria Meyers Martinho	41
<u>Adaptações juvenis da Peregrinação, de Fernão Mendes Pinto: narrativas e imagens</u> <i>Young adult adaptations of Peregrinação, by Fernão Mendes Pinto: narratives and images</i> André Campos	57

<u>A totalidade de Odes Modernas de Antero de Quental – projeto literário e revolucionário</u> <i>The totality of Antero de Quental's Odes Modernas: a literary and revolutionary project</i> Mário Tiago Paixão	72
<u>A construção da moralidade no contexto literário de contos tradicionais são-tomenses: estudo sobre a personagem tartaruga</u> <i>The construction of morality in the literary context of traditional Santomean tales: a study of the tortoise character</i> Albertino Manuel da Graça Will Pires dos Santos	84
<u>Representação do refugiado em contos de Ana Margarida de Carvalho</u> <i>The representation of the refugee in short stories by Ana Margarida de Carvalho</i> Anabela Morais Brás	94
<u>Por falar no Diabo: a adaptação de <i>The Screwtape Letters</i> e de <i>O Mandarin</i> para audiodrama</u> <i>Speaking of the Devil: the adaptation of The Screwtape Letters and O Mandarin into audiodramas</i> Nuno Capucha	113
<u>Aproximações entre o videojogo e a literatura digital: uma análise de <i>Back Then</i></u> <i>Approaches to video games and digital literature: an analysis of Back Then</i> Letícia Fernandes Leal	127

PARTE II – LINGUÍSTICA PORTUGUESA, POLÍTICA DE LÍNGUA	133
<u>Análise de práticas discursivas em contexto pedagógico: estudo pragmático de atos de elogio e de crítica</u>	134
<i>Analysis of discursive practices in a pedagogical context: a pragmatic study of acts of praise and criticism</i>	
Maria de Fátima dos Santos Silva	
<u>O trabalho de conclusão final do mestrado profissional: análise de um gênero do discurso acadêmico sob uma perspectiva linguística multiteórica</u>	154
<i>The professional master's final completion project: a multitheoretical linguistic analysis of an academic discourse genre</i>	
Simone Cunha e Paulo Nunes da Silva	
<u>A vitalidade da língua gestual como língua minoritária: o papel do planeamento do estatuto e do prestígio</u>	170
<i>The vitality of sign language as a minority language: the role of status and prestige planning</i>	
Filipe Venade de Sousa	
<u>A integração linguística de migrantes adultos na Europa: uma revisão da literatura</u>	188
<i>The linguistic integration of adult migrants in Europe: a literature review</i>	
Cátia Ramalhinho	

APRESENTAÇÃO

As II Jornadas de Estudos Portugueses decorreram na sede da Universidade Aberta (Palácio Ceia, em Lisboa), nos dias 25 e 26 de março de 2025, em modo híbrido – presencialmente e *online*. O principal objetivo consistiu em divulgar, junto da comunidade académica, as investigações desenvolvidas por estudantes de diversos cursos de mestrado e doutoramento desta instituição, fomentando a partilha de conhecimentos entre os participantes e o seu enriquecimento científico. No total, foram apresentadas 30 comunicações situadas na área dos Estudos Portugueses, incluindo a Literatura e Cultura, a Linguística e a Didática.

A designação do evento aponta para uma linha de continuidade. De facto, as I Jornadas de Estudos Portugueses realizaram-se alguns anos antes – a 29 de outubro de 2019 –, tendo culminado na publicação *Atas das I Jornadas de Estudos Portugueses* (<http://hdl.handle.net/10400.2/10612>). Desde então, manteve-se a intenção de dar seguimento à iniciativa nos anos subsequentes, em virtude da experiência claramente positiva que dela resultou.

Todavia, a segunda edição das jornadas não se limitou a uma mera repetição da primeira, assumindo-se como um evento renovado. A primeira edição integrou estudantes de apenas um curso – o Doutoramento em Estudos Portugueses –, tendo decorrido num único dia com a participação de 11 estudantes, entre doutorandos e diplomados. Por seu turno, a segunda edição alargou significativamente o seu âmbito, envolvendo estudantes de sete cursos de mestrado e de doutoramento lecionados na Universidade Aberta e prolongando-se por dois dias de trabalhos. Prevê-se ainda que a sua organização venha a adquirir uma regularidade bienal.

Os sete cursos envolvidos na organização do evento foram os seguintes:

- Doutoramento em Didática das Línguas (DDL) – lecionado em parceria com a Universidade Nova de Lisboa;
- Doutoramento em Estudos Medievais (DEM) – igualmente oferecido em parceria com a Universidade Nova de Lisboa;
- Doutoramento em Estudos Portugueses (DEP);
- Mestrado em Estudos Comparados – Literatura e Outras Artes (MEC-LA);
- Mestrado em Estudos de Língua Portuguesa (MELP);
- Mestrado em Estudos Portugueses Multidisciplinares (MEPM);
- Mestrado em Português Língua Não Materna (MPLNM).

Espera-se que a realização das II Jornadas de Estudos Portugueses tenha contribuído para reforçar a ligação dos estudantes às comunidades de investigadores, podendo, em alguns casos, favorecer a sua integração, a convite dos orientadores, em centros de estudos das respetivas áreas e nos projetos que desenvolvem.

Após o evento, iniciou-se o processo de submissão, avaliação e seleção dos textos, que obedeceu a um sistema de arbitragem científica anónima por pares. Este procedimento assegura padrões de qualidade condizentes com as exigências académicas e científicas, o que se reflete na diversidade e na solidez dos trabalhos agora publicados. O volume reúne, assim, contributos que se distinguem pela qualidade e validade das pesquisas e dos resultados obtidos.

Os textos que integram este e-book encontram-se organizados em duas partes. A Parte I é dedicada à Literatura Portuguesa, à Literatura e Cultura Portuguesas e aos Estudos Interartes de Expressão Portuguesa. Para a ordenação dos artigos, foi primeiramente adotado um critério cronológico, de acordo com os períodos e os *corpora* analisados. Já os dois últimos textos da primeira parte configuram abordagens de literatura digital e de adaptação intermedial. A Parte II, consagrada à Linguística Portuguesa e à Política de Língua, apresenta os contributos segundo afinidades temáticas e metodológicas. Esta organização visa facilitar a leitura da obra e evidenciar um percurso marcado pela diversidade dos objetos de estudo, das abordagens e das metodologias.

A publicação do volume *II Jornadas de Estudos Portugueses – Textos Seleccionados* reveste-se de particular relevância para a divulgação das pesquisas desenvolvidas nos cursos de mestrado e de doutoramento da Universidade Aberta. Ao dar visibilidade a trabalhos em curso e a outros já concluídos, pretende-se contribuir para a circulação do conhecimento produzido no âmbito destes ciclos de estudos e para o seu diálogo com a comunidade académica mais alargada, reforçando o papel formativo e científico da investigação realizada pelos estudantes.

O evento e a presente obra também refletem o crescente compromisso da Universidade Aberta com práticas académicas inclusivas, por um lado, ao assegurar a presença de intérpretes de Língua Gestual Portuguesa durante o encontro e, por outro lado, ao promover edições conformes às regras da Acessibilidade Universal. A criação de espaços científicos acessíveis favorece uma comunidade universitária mais diversa e uma produção de conhecimento plural e integradora.

A concluir esta apresentação, os editores expressam o seu profundo agradecimento à Reitoria da Universidade Aberta, à Direção do Departamento de Humanidades, à Comissão Científica do volume, ao Conselho Editorial e a todos os serviços da UAb que contribuíram quer para a realização das jornadas, quer para a edição deste e-book.

Editores

Paulo Nunes da Silva

Adelina Castelo

Isabel Barros Dias

Isabel Falé

Isabelle Simões Marques

Luís Carlos Pimenta Gonçalves

Maria do Rosário Lupi Bello

PARTE I

LITERATURA PORTUGUESA,
LITERATURA E CULTURA PORTUGUESAS,
ESTUDOS INTERARTES DE EXPRESSÃO PORTUGUESA



A DIMENSÃO SAGRADA DO MAR NAS CANTIGAS DE AMIGO GALEGO- PORTUGUESAS MEDIEVAIS

*The sacred dimension of the sea in medieval Galician-Portuguese
cantigas de amigo*

Iolanda R. Aldrei

RESUMO

Este trabalho aborda a função simbólica das cantigas de amigo com léxico subordinado ao hiperónimo “mar”, analisado em relação com os vestígios semânticos de uma dimensão ligada à função sagrada de alguns elementos da natureza no imaginário coetâneo. Por uma parte, a ideia do relacionamento destas cantigas com sistemas simbólicos tradicionais está presente nos estudos filológicos e musicológicos de Tavani, Cohen, Frateschi, Brea, P. M. Ferreira, ou M. R. Ferreira (já em relação com as águas e o mar), assim como nos historiográficos e antropológicos (Eliade, Lidov, Durkheim, Durand) e também nos arqueológicos (Alberro, Almagro, García, Pena) no âmbito celta e, mais especificamente, galego-português. Quanto à abordagem, a pesquisa é qualitativa, interpretativo-hermenêutica, baseada na investigação documental da bibliografia e do *corpus*, com vista a uma análise simbólica e mitocrítica contextualizada, mas também quantitativa na identificação e marcação do léxico e na incorporação de uma escala, que permite medir, avaliar e interpretar a dimensão sagrada dos hipónimos neste grupo de cantigas. A investigação pretende, pois, contribuir para o estudo destas cantigas de amigo, como produtos integrados numa sociedade que transita entre a sacralidade arcaica do mar e a cristianização e permitirá também incorporar estas composições ao paradigma do imaginário do espaço atlântico europeu.

Palavras-chave: Cantigas de amigo; paradigma do imaginário; semântica

ABSTRACT

This study examines the symbolic function of the cantigas de amigo whose lexicon is subordinated to the hypernym “sea,” focusing on semantic traces associated with a sacred dimension attributed to elements of nature within the imaginary paradigm. The relationship with traditional symbolic systems has been recognized in philological and musicological studies by Tavani, Cohen, Frateschi, Brea, P. M. Ferreira, and M. R. Ferreira, particularly regarding water and maritime imagery. Additional perspectives are offered by historiographical and anthropological approaches (Eliade, Durkheim,

Durand, Lidov), as well as by archaeological research within the Celtic and Galician-Portuguese context (Alberro, Almagro, García, Pena). The methodological framework is qualitative and interpretative-hermeneutical, based on documentary research of both bibliography and poetic corpus, and oriented toward a contextualized symbolic and mythocritical analysis. Quantitative procedures are also employed, including the systematic identification and annotation of the lexicon and the use of an analytical scale to measure and interpret the degree of sacrality attributed to the hyponyms. The study aims to contribute to the understanding of the *cantigas de amigo* as cultural products situated at the intersection of archaic maritime sacrality and processes of Christianization, while situating these compositions within the imaginary paradigm of the European Atlantic space.

Keywords: *Cantigas de amigo; imaginary paradigm; semantics*

1. UMA JANELA PARA O IMAGINÁRIO¹ GALEGO-PORTUGUÊS DOS SÉCULOS XIII E XIV

Todas as *cantigas* de tema amoroso que cumprem com as premissas da *Arte de Trovar* do *Cancioneiro da Biblioteca Nacional*, isto é, aquelas em que “elas falam na primeira cobra”² ou nas que, em qualquer caso, uma mulher fala em primeiro lugar (“e se ambos falam em ãa cobra, outrossi é segundo qual deles fala na cobra primeiro”)³ são *cantigas de amigo*. Embora existam, entre os textos identificáveis sob a etiqueta do género, particularidades destacáveis, os aproximadamente 475 poemas conservados conformam uma vasta paisagem a que nos assomamos para conhecer as riquíssimas experiências, acontecimentos e sentires aí expressos: afeição, medo, saudades, esperança, tristeza ou alegria. Com efeito, o mundo contemporâneo aos cantores, fortalecido por uma herança incorporada, criou mapas emocionais e sociais que transcenderam a memória dos tempos anteriores e daqueles em que eles viveram. Inclui-se aqui a particularidade da prevalência da posse da palavra e da visão baseada numa perspectiva feminina.

Quando nos aproximamos das páginas do *Cancioneiro da Biblioteca Nacional*, do *Cancioneiro da Vaticana* ou do *Pergaminho Vindel* para procurar o quase meio milhar de poemas de mulher, pousamos o olhar num mundo previamente pintado desde o espaço feminino, embora composto – e suspeitamos que, às vezes, semitranscrito – por trovadores e jograis de nome masculino. O panorama assim atingido é riquíssimo e

¹ Seguimos a linha dos estudos sobre o imaginário que se identifica com as teorias de Gilbert Durand, Cornelius Castoriadis, Gaston Bachelard, Edgar Morin que, com precursores como Durkheim ou Jung, promovem a interpretação dos símbolos e dos seus relacionamentos com as ações humanas como sistemas organizados.

² *Arte de Trovar do Cancioneiro da Biblioteca Nacional*, capítulo IV, p. 15.

³ *Arte de Trovar do Cancioneiro da Biblioteca Nacional*, capítulo IV, p. 15.

muito diferenciado, de maneira que forma um imaginário perceptível e multifacetado: o das mulheres de grupos sociais, idades e vivências complementares, que são ou já foram namoradas, que compatibilizam o seu sentir amoroso com as suas diferentes experiências de vida.

De entre todas essas composições, um número relativamente reduzido incorpora um léxico que nos permite focar, como parte importante das mesmas, a natureza, vista como integrante do significado dos próprios poemas. Também podemos observar que entre essas cantigas de amigo, que incorporam léxico que podemos marcar, do ponto de vista semântico, com o indicador “elemento da natureza”, há algumas que se aproximam do que designamos como “a dimensão social do sagrado”.

Selecionamos para este trabalho apenas uma mínima parte destas cantigas, aquelas relacionadas com a Água, elemento que já os filósofos pré-socráticos valorizaram e que, com os elementos Terra, Ar e Fogo, corporizam a explicação do mundo medieval. Afunilando ainda um pouco mais, entre as cantigas de amigo relacionadas com o mundo aquático, trataremos daquelas especificamente viradas para o espaço marítimo, isto é, as que incorporam léxico com significados que funcionam como hipónimo de “mar / marítimo”. É deste ponto de observação que queremos olhar e ver essa parte importante do imaginário de um povo virado para o Atlântico.

2. AS CANTIGAS DE AMIGO QUE SABEM A SAL

São apenas 13 os autores das 21 cantigas de amigo que identificámos como associadas ao mundo marítimo. Não chegam a constituir cinco por cento do total de cantigas de amigo conservadas, mas são suficientes para impactar o nosso imaginário contemporâneo e para transmitir a importância do meio marítimo na sociedade medieval do espaço atlântico da Península Ibérica.

Uma parte da produção poética conservada de Estêvão Coelho, Gonçalo Anes do Vinhal, João de Cangas, João Zorro, Juião Bolseiro, Lopo, Martim Codax, Mendinho, Nuno Fernandes Torneol, Nuno Porco, Nuno Trez, Paio Gomes Charinho e Pero Meogo tem como cenário o mar e apresenta uma variação discursiva e semântica que permite que os nossos dedos se impregnem de água salgada, enquanto viramos as páginas dos múltiplos relatos incorporados pelas suas vozes. É deste jeito que compreendemos, ou intuímos, os valores associados ao mundo marítimo nos séculos XIII e XIV e as perspetivas daqueles trovadores e jograis.

A lista de cantigas que incorporam semas próprios do hiperónimo mar / marítimo é a que apresentamos a seguir, acrescidas dos hipónimos presentes em cada uma:

- Estêvão Coelho: B 721, V 322 — Rio e mar, Banhar

- Gonçalo Anes do Vinhal: B 708, V 309 — Mar
- João de Cangas: B 1269, V 875 — (Sam Momedo do) Mar / B 1268, V 874 — Ribeiras do mar
- João Zorro: B 1153, V 755— Barcas, Mar / B 1157, V 759 — Mar e rio, Mar e alto, Navio, Barco
- Juião Bolseiro: B 1168, V 774 — Barcas / B 1169, V 775 — Barcas, Mar
- Lopo: B 1249, V 854 — De mar a mar
- Martim Codax: B 1284, N 7, V 890 — Ondas / B 1280, N 3, V 886 — Mar (salido - levado), Ondas / B 1278, N 1, V 884— Ondas (do mar de Vigo, do mar levado) / B 1282, N 5, V 888 — Mar (de Vigo)
- Mendinho: B 852, V 438 — Ondas, Ondas grandes do mar, Do alto mar, Barqueiro, Remador, Remar, Mar (maior, alto)
- Nuno Fernandes Torneol: B 645, V 246 — Barcas, Mar, Ler (lez)
- Nuno Porco: B 1127, V 719 — Mar
- Nuno Trez: B 1201, V 806 — (Sam Clemenço do) Mar
- Paio Gomes Charinho: B 843, V 429 — Mar / B 817, V 401 — Navio, Barco / B 838, V 424 — Almirante do mar
- Pero Meogo: B 1186, V 791 — (Morrer al) mar

Em qualquer caso, não devemos esquecer que todos estes poemas, que partilham um espaço temático particular e o contexto geral das cantigas de amigo da Escola Trovadoresca Galego-portuguesa, apresentam também singularidades inerentes a cada autor, ao seu contexto específico, cronologia concreta e ao seu espaço vivencial, tanto físico como simbólico.

3. VINTE E UMA CANTIGAS PARA PENSAR

Percorrer as cantigas de amigo relacionadas com o mar coloca-nos ante a encruzilhada de um cenário comum com visões e expressões diferenciadas, que nos permite observar as conexões dos “sistemas de sistemas” que Morin (1977, p. 100) contemplou, desde uma perspetiva ligada às estruturas humanas que integram o imaginário. A nossa leitura pretende, neste sentido, esclarecer o contributo de cada texto para o contexto que se nos apresenta.

O poema de Estêvão Coelho (B 721, V 322) mostra a confluência das águas doces do rio com as águas salgadas do mar. Temos notícia, segundo Pizarro (1999, pp. 466-

467), de que o autor se terá estabelecido na Foz do Douro. Seja nessa, seja noutra foz, isto é, num espaço ligado simultaneamente ao rio e ao mar, situa a protagonista da sua cantiga, que anuncia o banho, enquanto manifesta a sua vontade de partilha do mesmo com o namorado, sob a premissa, não realizada, de que ele a teria acompanhado se tivesse sabido. Existe um paralelismo entre o encontro das águas e o dos namorados, porém, este último não se produz: ele não teve conhecimento da intenção. A certeza do que vai acontecer ("já filhei o manto; / eu al rio me vou banhar, / (e) al mar"), não é acompanhada pela companhia do amigo ("se hoj' o meu amigo soubess'"). O banho solitário da amiga, no contexto da certeza de que o amigo "iria migo", implica, quer a falta de oportunidade de ele ter tido notícia, quer a própria decisão da protagonista de não partilhar a notícia e, portanto, o espaço do possível encontro erótico. O antecedente de "Quem" ("Quem lhi dissess'atanto") é a chave oculta para o jogo poético.

Gonçalo Anes do Vinhal é autor também de uma única cantiga, B 708, V 309, em que aparece o próprio hiperónimo, "mar", constituído, por sua vez, como hipónimo de "mar / marítimo". A referência depende, neste caso, de "torres" ("torres sôbe'lo mar"), na sequência de uma frase preposicional que funciona como modificador. Aqui, o mar não é um elemento individualizado, com uma função simbólica, mas um elemento que especifica a localização (ainda, contudo, inexata) das torres em que o amigo "soia a bafordar", uma prática comum dos homens de armas.

No caso de João de Cangas, existem duas composições, ambas ligadas ao santuário de "Sam Momedo". Na primeira, B 1269, V 875, aparece já o nome do espaço, muito provavelmente, São Mamede ou São Amédio do Mar em Beluso (Bueu) que Moreira (1999, p.3) refere como um autêntico santuário em virtude da presença "de una fuente purificadora (...) lo que nos hace pensar en la existencia de cultos a dioses paganos". O local seria, provavelmente, familiar ao poeta, que se considera ter sido um jogral de Cangas, na Península do Morrazo na Ria de Aldão (Galiza). "Sam Momedo do Mar" une a referência ao mar ("do Mar") com o que parece ser a cristianização de elementos sagrados prévios. A cantiga apresenta uma amiga que convoca o namorado para um encontro, num espaço em que é possível o lazer e onde se entenderão, se o amigo não mentir e Deus o permitir. A confluência entre o favor de Deus e a funcionalidade do espaço sagrado como propiciatório para o encontro, bem como do santuário com o mar, dota a referência de um sincretismo que relaciona a sacralidade autóctone e a cristianização do lugar. A cantiga B 1268, V 874, refere-se ao mesmo cenário, sendo continuação da anterior. Apresenta a voz da namorada, dirigida à Mãe, lamentando a frustração do encontro, por culpa do namorado que "nom foi i". Exprime ainda a tristeza e a vontade de esquecê-lo ("por mi se perdeu"). Agora, a voz da amiga comunica dados importantes: informa sobre a sequência do sucedido no espaço da ermida, em que ela primeiro fez oração e

depois buscou o amigo ("Depois que fiz na ermida oraçom e nom vi o que mi queria gram bem") num cenário marinho explicitado como *topos* de um ritual em que se ligam religião e erotismo, pois as "ribeiras do mar" constituem a concreção do macro espaço de "Sam Momedé", que parece ter tido uma função prévia à cristianização, então ainda prevalente: "Quand'eu a Sam Momedé fui e nom vi meu amigo, com que quisera falar a mui gram sabor, nas ribeiras do mar".

Podemos inserir nesta sequência as duas cantigas de João Zorro relacionadas com o mar, do seu "Ciclo das barcas novas", pois o autor de cantigas sobre a construção da armada de Dom Dinis mostra no texto B 1153, V 755, junto à informação que a Mãe proporciona sobre a construção dos navios ("El-rei de Portugale barcas mandou lavrare"), a notícia sobre a posição das naves no mar ("Barcas mandou fazere e no mar as metere") e a da incorporação do amigo na armada ("e lá irá nas barcas sigo, mia filha, o voss'amigo"). Já na cantiga B 1157, V 759, como na antes comentada B 1157, V 759, de Estêvão Coelho, a confluência do espaço "Jus'a lo mar e o rio", "u el-rei arma navio" será propiciatória para o encontro ("eu namorada irei / pera levar a virgo") entre o amigo e um confuso eu / ela ("a virgo" / "a d'algo"), de tal jeito que, embora a intenção propagandística a respeito das barcas se destaque, o simbolismo das águas que se encontram, ou o da anunciada ausência do amigo, acompanham a realidade do estaleiro e remetem para um valor conotativo, associado ao mar e ao espaço do estuário.

Juão Bolseiro, nas cantigas B 1168, V 774 e B 1169, V 775 parece referir a mesma circunstância, a espera do amigo, pois anuncia a sua ida ("Nas barcas novas foi-s'o meu amigo daqui"), mas também o seu regresso, facto que a namorada comunica à mãe ("tenho que vem i"), enquanto a incita a esperar: "Atendamos, ai madr'". A situação parece realista, mas a falta de referente direto torna o contexto das barcas que se aproximam pelo mar, com o namorado a bordo, um lugar-comum na literatura, dotado de forte simbolismo e ligado ao regresso do herói e à respetiva sobrevivência. De facto, na cantiga B 1169, V 775, que, tal como a cantiga anterior, pode ser lida pela ordem em que aparece nos cancioneiros, ou, como Lopes et al. (2011-) consideram, talvez na ordem inversa⁴, apresenta o tema das barcas novas em que "se foi voss'amigo daqui", neste caso, desde o ponto de vista não apenas da filha, mas também da mãe, que parece ver as barcas ("Veij'eu, mia filha, quant'é meu cuidar, as barcas novas viir pelo mar, em que se foi voss'amigo daqui"), pelo que a filha pede para ir "veer se vem meu amig'i". Como na cantiga anterior, também nesta, as barcas e, agora, o mar implicam referências

⁴ Vd. Nota Geral da página <https://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1199&tr=6&nl=0&pv=sim>

simbólicas, pois o espaço marítimo é apresentado como o do alheamento⁵, enquanto as barcas permitem a ida e a vinda, o afastamento e a proximidade: “veer se vem meu amig’i”.

Lopo, B 1249, V 854 incide igualmente no tema do amigo que vai servir a el-rei, neste caso através do lamento da amada, que chega a ser coita, e com a acusação a el-rei por ter “levado sigo o meu coração”. A inclusão da referência ao mar no segundo verso, na sequência “de mar a mar”, parece estar relacionada com a ideia geográfica das pretensões hegemónicas do rei que levou o namorado. Para Lopes et al. (2011-)⁶, “a cantiga tem a originalidade de começar com uma das expressões que mais marcaram, até meados do século XIII, a mentalidade dos intervenientes na chamada reconquista cristã ibérica, “de mar a mar”, ou seja, o velho sonho de ligar o Norte Atlântico e o Sul mediterrânico”. Não parece existir qualquer valor simbólico associado à palavra mar nesta cantiga, a não ser o da vastidão do território que abrange o espaço compreendido entre um mar e um oceano.

Quatro das sete cantigas conservadas de Martim Codax incorporam semas relativos ao mar, na confluência de duas tradições. No poema B 1278, N 7, V 890 as ondas são vistas / miradas pela amiga, mas também são recetoras da questão da namorada, que pergunta “se me saberedes dizer / contar por que tarda meu amigo sem mim?”. As ondas fazem parte do espaço a que a amiga recorre para contemplar e para rogar, do mesmo modo que atuaria num templo, isto é, deixam de ser unicamente um elemento natural, na cantiga, para ter uma função vinculada à sacralidade, pois são dignas de veneração: há na sua conceção uma transcendência ontológica. Podemos perceber o animismo presente na origem da cantiga. O relacionamento entre a amiga e as ondas parte do que Eliade (1956, p. 25) considera uma hierofania vinculada, neste caso, ao cíclico (as ondas são cíclicas) e, fundamentalmente, ao aquático. A amiga busca o momento do encontro como um tempo sagrado – para Eliade (1956, p. 49), santificado – e suscetível de fazer-se presente por meio da celebração. Esta “festa” procurada é, neste caso, o encontro da amiga com o amigo, sendo o gozo do encontro propiciado pelas ondas, elemento que, personificado, é, também, conhecedor desse tempo sacro. Embora não exista uma correlação direta com as ideias de Eliade, achamos em Lidov (2006, p. 33) esta coincidência, graças à noção de hierotopia. Estamos perante um espaço sagrado, presente na poética de Martim Codax, mas igualmente em várias das composições do *corpus* das cantigas de amigo. Também em B 1280, N 3, V 886, temos a palavra “mar”, junto a “salido / levado”, em correspondência com um ponto

⁵ O amigo, enquanto está no mar, é uma entidade afastada, que ocupa o espaço da saudade. O oceano promove a não-presença, a incerteza, o alheamento a respeito tanto da vida como da morte na simbólica incerteza em que vive a amiga.

⁶ Vd. Nota Geral sobre a cantiga, <https://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=1278&pv=sim>

de partida, a Igreja de Vigo, um templo cristão que substituiu o espaço sagrado prévio⁷, mas em que a função anterior é conservada (“miraremos las ondas”). O convite da amiga, à “irmãna fremosa” (com menção à mãe) tem a ver com o encontro amoroso, pois “verrá i, mia madre, o meu amigo”. Agora, o mar sai da igreja, talvez porque o templo marca o ponto exato do topo sagrado, o que patenteia a confluência do pré-cristão com a cristianização do espaço, embora não se produza a mudança do valor numinoso do mar e das ondas, que permanecem com o seu simbolismo original. Do mesmo modo, em B 1278, N 1, V 884 (C 1278), a cristianização e a sacralidade prévias fundem-se, desta vez graças ao paralelismo de “ondas” e “Deus”, como elementos com poder para conhecer o tempo da espera até ao encontro amoroso (veja-se como a menina exprime amor e também preocupação pela chegada do namorado). A simbiose dos elementos é uma chave acrescentada a esquemas significativos prévios do mesmo autor, de tal jeito que esta cantiga parece avançar, desde a B 1278, N 7, V 890, para a inclusão de um elemento onisciente (Deus), que convive com a sacralidade prévia (ondas). Ainda na cantiga B 1282, N 5, V 888 há um adiantamento da contemplação do mar e das ondas desde o exterior (elemento terra) ao banho, isto é, a imersão no elemento água, para o que a voz da amiga convoca o grupo feminino das namoradas. A imersão, “banhar-nos-emos nas ondas”, possibilitará o desejado encontro com o amigo: “e veeremo’ lo meu amado”. Vemos aqui o que, na perspetiva teorizada por Eliade (1956, pp. 71-73), estaria associado a um rito próprio de uma confraria de mulheres, uma espécie de orgia feminina relacionada com uma dimensão cósmica e, ao mesmo tempo, sagrada da união conjugal.

A única cantiga que conhecemos de Mendinho, B 852, V 438 (C 852), é fundamental relativamente à conceção simbólica do espaço marítimo, pois nela apreciamos a tensão perante a espera infrutuosa do amigo, num espaço relacionado com o “mar / ondas” e a sua cristianização. Esta tensão é máxima, com a presença de uma amiga situada e cercada no próprio templo e ante o seu altar. A ausência do namorado corresponde à do “barqueiro / remador”, um elemento que poderia fazer o que ela não sabe: “remar”. A introdução do “mar alto / maior” incorpora o respeito ou medo perante o simbolismo de um oceano sublimado. O refrão repetido assume novamente a força da exaltação, neste caso negativa, a respeito do encontro amoroso, e suspeitamos que mais do que isso, pois pode significar o chamado a um psicopompo (barqueiro),

⁷ A Igreja de Vigo, referida por Martim Codax poderia ser São Francisco (Séc. X), Santa Maria, São Salvador de Teis ou Santiago (as três do século XII). Parece mais provável a referência à Igreja de Santiago, na zona do Areal, ao pé do Castro. O espaço caracteriza-se por abundantes monumentos megalíticos e petróglifos, assim como por uma necrópole na área do primitivo templo de Santiago. Para além disto, destacamos a importância do culto pré-cristão na Ria de Vigo, de que é exemplo o santuário de Berobreo no Monte do Facho de Donom, um promontório marítimo. Ali encontramos 174 aras em torno a um templo do século IV d.C. com ofertas rituais dedicadas a um deus que parece estar relacionado com o Além e a salvação (Pena, 2004, p. 289-298).

figura que conhecemos na mitologia greco-romana (Caronte), e que, nos Immrana⁸ irlandeses, ou na lenda de Santo Amaro, é capaz de guiar no mar (além), ultrapassando a morte.

Neste mesmo espaço mítico, ligado ao Atlântico, é importante a presença do termo “ler” na cantiga B 645, V 246 de Nuno Fernandes Torneol. Para esta palavra (copiada *lez*, versão incompatível com a posição de rima)⁹, Cohen (2003, p. 130) indica em nota “vv. 5 and 10 *ler*: apparently from a Celtic word for “sea” (cf. Tavani 1959, p. 251-264)”. Esta mesma palavra, em formas correspondentes ao caso da sua declinação – pois, tanto neste texto de Fernandes Torneol, como na cantiga de amor de João Zorro (B 1151bis /1152, V 754), o que encontramos corresponde a um nominativo –, está registada em topónimos galegos como Lira (freguesia do Concelho de Carnota, ou ainda São Simão de Lira, freguesia do Concelho de Salvaterra do Minho). Para além disto, Martins (2008, p. 94), a partir da presença em Cé (Galiza) de Lires, que considera como “o híbrido **lerīs*, ablativo-locativo latino do célt. **LEROS* “fluxo; mar”, defende que esta forma também tem origem no étimo celta. A nossa leitura situa-se em posição paralela, tanto do ponto de vista sintático, como semântico a respeito de “mar”, assim como quanto ao sentido simbólico de “ler”, termo identificado com o mar, não apenas como espaço, mas também como deidade, que coloca a referência no sistema religioso atlântico europeu, nas religiões de origem celta, isto é, em plataformas em que se explicaria não apenas a simbologia do mar nesta cantiga, mas também em todas aquelas em que o amigo é esperado com a veneração que corresponde a alguém que é capaz de regressar dos mundos míticos que ultrapassam a morte e que seguem as leis de Manannán mac Lir, o deus-mar (Alberro, 2005, p. 50). Tal acontece neste poema, em que as barcas são aguardadas, com a expectativa do encontro, que a namorada comunica à mãe, exaltando a preocupação por não achar nelas o namorado: “e moiro-me d'amor”.

⁸ Histórias da Literatura Irlandesa Medieval em que se narram viagens ao Além através do mar que leva a ilhas do outro mundo, o que também se verifica nas diferentes versões da lenda de Santo Amaro, em que se relata a sua aventura em busca do Paraíso. Embora estas histórias se possam relacionar com a de Ulisses, partem de um imaginário diferente, pois o que, no herói grego, é apresentado como “provas e punições”, nas histórias atlânticas, está relacionado com a transcendência, o encontro com o Outro Mundo.

⁹ A este respeito, Ferreiro (2018), <https://universocantigas.gal/cantigas/vi-eu-mia-madr-andar>, indica: “Igual que acontece na cantiga 1164, de Joan Zorro, a forma <lez> (e <lex>) dos manuscritos deve ser emendada (*Littera mantén lez*) en prol de ler (*‘ría, mar’*), conforme a estrutura rimática da cantiga e o paralelismo sinonímico, pola probábel existencia, na altura cronolóxica das cantigas, desta voz de procedencia céltica (véxase Tavani 1988c). Porén, debe tamén ponderarse o principio, explicitado por Cunha na edición de Joan Zorro, de “não substituir uma dificuldade por outra”, razón por que o editor brasileiro mantén *lez*, embora non resulte convincente a súa tentativa de relacionar esta voz con *lezer* ou con *lezíria* (véxase Cunha 1999 (1945): Glossário, s.v. *lez*). O erro <r>/<z> pode acharse ao longo dos cancioneros italianos en bastantes ocasións en posición final e tamén en posición interior. Véxanse algúns exemplos en final de palabra: por <poz> B (335.10); porque <poz q> BV (381.13); parecer <parecez> B (429.29); sofedor <ssof’doz> B, desexar <deseia> V (624.11, 14); morrer <morrez> V (1469.20), comprar <cõpraz> B (1586.17) etc. Cf. nota a 732.10.”.

Na cantiga de Nuno Porco, B 1127, V 719 (C 1127), a mulher assume uma função ativa e dirige-se ao mar para propor ao amigo a convivência, ratificando o seu namoro. Comunica também à mãe a coita, numa segunda parte, na qual exprime o feito de que ele “m'há despagado e s'i mi assanhou a tort'(e) endôado”. O mar é o espaço em que o prometido momento crucial se espera e a cujo encontro a rapariga se dispõe a ir.

No caso da cantiga B 1201, V 806 de Nuno Trez, a localização de Sam Clemenço junto ao mar não supõe a conexão entre a sacralidade do templo e a do elemento aquático. A namorada queixa-se ao santo e mostra a necessidade de vingança do “fals'e desleal / traedor”. Poderíamos pensar na ausência da função simbólica do “mar” relacionada com a frustração do encontro, mas parece mais provável, tendo em conta o conjunto de poemas do autor, o facto de ela não ser diretamente contemplada, embora esteja subjacente ao próprio nome do templo, assim como no reforço da invocação.

Paio Gomes Charinho faz referência ao meio marítimo em três cantigas. Em B 843, V 429 introduz as flores de amor no navio, pois o amigo chega com elas: sobre o mar vem quem “frores d'amor tem; mirarei, madre, as torres de Jeen”, apresentando a geografia da conquista (Jeen) e também a figura de Santiago, ligadas às campanhas dos reinos cristãos, numa amálgama entre a tradição e as circunstâncias. Esta linha tem continuidade em B 817, V 401, com umas flores que desta vez não chegam, vão à guerra, ao “fossado” nas mesmas circunstâncias da cantiga anterior. Em B 838, V 424 (C 838) a identidade do amigo leva até o trovador-almirante e à sua queixa ante a decisão real de lhe retirar a sua dignidade, mas permite ao coração da namorada “folgar e dormir”, de jeito que não se evidencia nesta última cantiga o sentido simbólico que nas anteriores liga navio e flores (para além da associação com a conotação do espaço contextual).

Por último, Pero Meogo, na cantiga B 1186, V 791, que faz parte do seu ciclo de poemas desenvolvidos no espaço do rio e da fonte, inclui uma referência ao mar como o lugar da morte, aonde o amigo ferido de amor iria “como um cervo ferido do monteiro del-rei” e, tal como o cervo, se ele vai ferido, “irá morrer al mar”. O sentido do mar como “o além” surge como a via a que um psicopompo acede para ir a outro mundo, de modo que, embora breve, a referência acaba por também remeter para o sistema simbólico atlântico, que algumas cantigas de amigo apresentam em relação com o elemento marítimo: o espaço da morte.

4. DIMENSÃO SAGRADA DO MAR NAS CANTIGAS DE AMIGO

A análise das cantigas apresentadas permite afirmar que o campo semântico “mar / marítimo” tem, nalgumas delas, um uso que vai muito além da simples referência espacial e contextual. Com efeito, para além disso, podemos determinar, quer valores conotativos inseridos que amplificam o seu significado, quer referências concretas a uma dimensão sagrada pré-cristã, ou ainda a conjunção desse imaginário prévio com a cristianização.

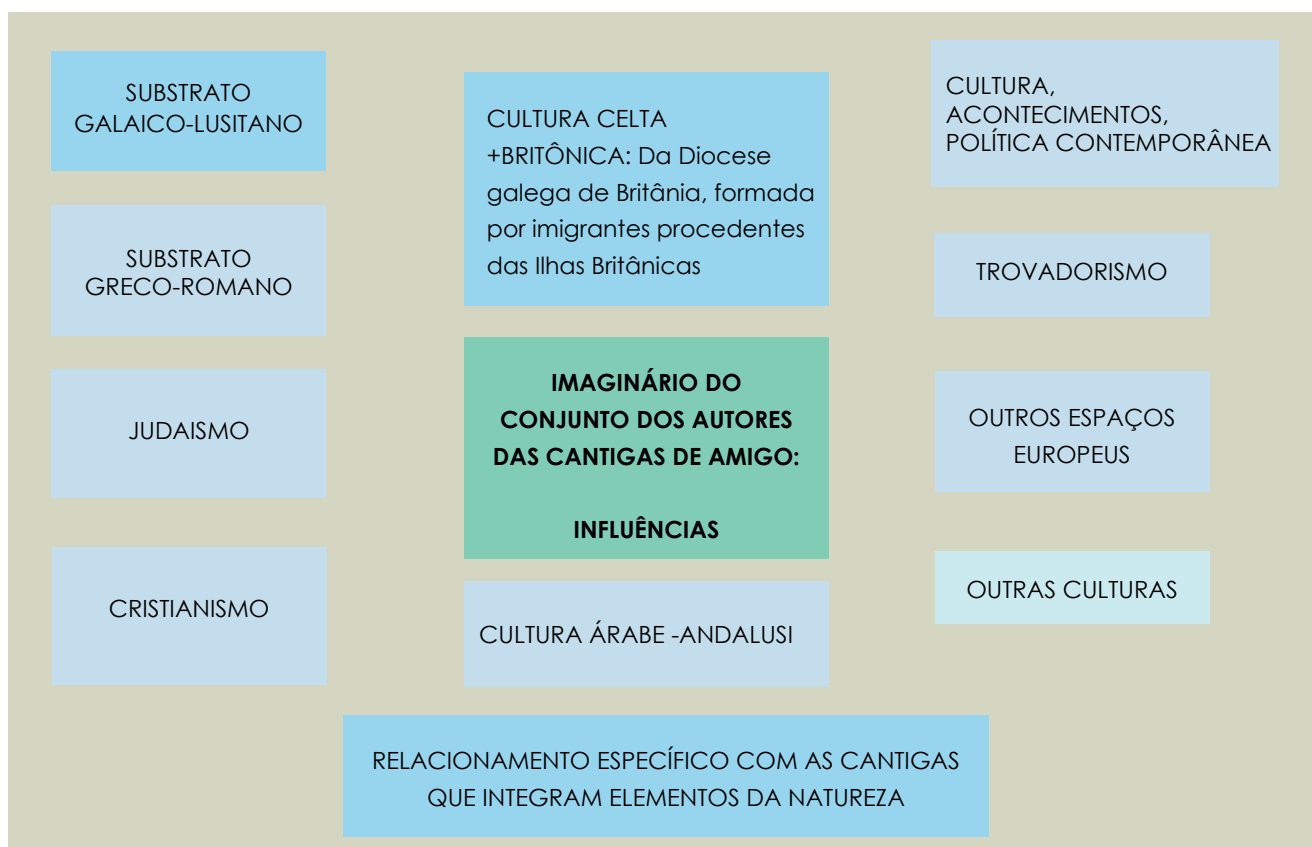


Figura 1. Fatores influentes no imaginário próprio da sociedade trovadoresca que se relacionam com as cantigas de amigo que integram elementos da natureza

Tendo em conta as propostas de Durkheim (1915), no que se refere à sua conceção do sagrado como algo próprio de um grupo; as de Eliade (1949) sobre a hierofania, como manifestação do sagrado; e ainda as de Lidov (2006) quanto à sua definição da hierotopia, como criação de espaços sagrados, ao que acresce a nossa apreciação da confluência, no imaginário dos séculos XIII e XIV, de uma encruzilhada cultural, literária, religiosa e simbólica, assim como o facto de encontrarmos neste grupo de cantigas que integram elementos da natureza, e, especificamente, nas relacionadas com o mar, um substrato autóctone ligado a um comum atlântico com reminiscências da religião galaico-lusitana (como é denominada por García 1989, p. 318), permitimo-nos estabelecer uma escala a partir da qual podemos avaliar a dimensão sagrada dos hipónimos presentes nas cantigas de amigo relativamente a “mar / marítimo”.

ESCALA QUANTIQUALITATIVA EM RELAÇÃO COM A DIMENSÃO SAGRADA DOS ELEMENTOS DA NATUREZA NAS CANTIGAS DE AMIGO GALEGO-PORTUGUESES MEDIEVAIS, COM VALORES QUANTITATIVOS ASSOCIADOS A VERIFICAÇÃO ASCENDENTE E ACUMULATIVA

INDICADORES CORRESPONDENTES A IMPLICAÇÕES SIMBÓLICAS, SAGRADAS OU RELIGIOSAS DOS HIPERÔNIMOS LIGADOS AOS ELEMENTOS DA NATUREZA NAS CANTIGAS DE AMIGO GALEGO-PORTUGUESES MEDIEVAIS	VALOR RESPOSTA AFIRMATIVA	VALOR RESPOSTA NEGATIVA
a. Um significado contextual da palavra diverge do seu significado comum, através da exaltação de algum ou alguns semas, para criar uma conceptualização particular? (A resposta negativa a este indicador impede a avaliação dos que se apresentam a continuação).	1	0
b. A função do conceito na cantiga é simbólica? (A resposta negativa a este indicador impede a avaliação dos que se apresentam a continuação).	2	1 (conserva valor indicador a.).
c. A função do conceito na cantiga está relacionada com um sistema simbólico próprio da cantiga? (A resposta negativa a este indicador impede a avaliação dos que se apresentam a continuação)	3	2 (conserva valor acumulado).
d. A função do conceito na cantiga está relacionada com um sistema simbólico próprio da produção do autor? (A resposta negativa a este indicador não impede a pertinência dos que se apresentam a continuação).	4	3/4/+ (3 resposta negativa d. e posteriores/ 4 resposta negativa d., afirmativa e. / + se res-posta negativa d. e e., afirmativa posteriores).
e. A função do conceito na cantiga está relacionada com um sistema simbólico próprio das Cantigas de Amigo? (A resposta negativa a este indicador impede a avaliação dos que se apresentam a continuação).	5	4 (conserva valor acumulado).
f. A função do conceito na cantiga está relacionada com um sistema simbólico presente noutras mostras literárias do imaginário medieval? (A resposta negativa a este indicador não impede a pertinência dos que se apresentam a continuação).	6	5/6/+ (5 resposta negativa f. e posteriores / 6 resposta negativa f., afirmativa g. / + res-posta negativa f. e g., afirmativa posteriores).
g. A função do conceito na cantiga está relacionada com um sistema simbólico presente nas manifestações etnográficas, religiosas, artísticas e/ou iconográficas do imaginário medieval? (A resposta negativa a este indicador impede a avaliação dos que se apresentam a continuação).	7	6 (conserva valor acumulado).
h. A função do conceito na cantiga transcende o sistema profano, manifestando-se como uma força ontológica? (A resposta negativa a este indicador impede a avaliação dos que se apresentam a continuação).	8	7 (conserva valor acumulado).
i. A função do conceito na cantiga alcança o numinoso (mysterium, tremendum et fascinans)? (A resposta negativa a este indicador impede a avaliação dos que se apresentam a continuação).	9	8 (conserva valor acumulado).
j. A função do conceito presente na cantiga ultrapassa o imaginário medieval?	10	9 (conserva valor acumulado).

Figura 2. Escala que permite verificar o valor simbólico e o numinoso dos elementos da natureza nas cantigas

A aplicação da escala (Figura 2) à análise de cada uma das cantigas que incorporam o sema “mar / marítimo” permite a valorização da função simbólica dos seus elementos e a identificação dos mesmos com a sacralidade, tal como se pode ver na figura 3.

AUTOR E CANTIGA	ELEMENTO (OBJETO, AGENTE, AÇÃO)	VALOR RESULTANTE DA APLICAÇÃO DA ESCALA
Estêvão Coelho – B 721, V 322	Rio e mar	7
	(Ação: Banhar)	10
Gonçalo Anes do Vinhal – B 708, V 309	Mar	0
João de Cangas – B 1269, V 875	(São Momedo do) Mar	10
João de Cangas – B 1268, V 874	Ribeiras do mar	7
João. Zorro – B 1153, V 755	(Objeto: Barcas)	0
	Mar	0
João. Zorro – B 1157, V 759	Mar e rio / mar e alto	0
	(Objeto: Navio / barco)	0
Juião Bolseiro – B 1168, V 774	(Objeto: Barcas)	10
Juião Bolseiro -B 1169, V 775	(Objeto: Barcas)	10
	Mar	10
Lopo B1249, V854	De mar a mar	0
Martim Codax – B 1284, N 7, V 890	Ondas	10
Martim Codax – B 1280, N 3, V 886	Mar (salido / levado)	10
	Ondas	10
Martim Codax – B 1278, N 1, V 884 (C 1278)	Ondas do mar (de Vigo / levado)	10
Martim Codax – B 1282, N 5, V 888	Mar (de Vigo)	10
	(Ação: Banhar-nos-emos)	10
	(nas) ondas	10
	Mar (levado)	10
Meendinho - B 852, V 438 (C 852)	Ondas (grandes) do mar / do alto mar	10
	(Agente: Barqueiro / remador)	10
	(Ação: remar)	10
	Mar (maior / alto	10
Nuno Fernandes Torneol - B645, V246	(Objeto:,Barcas)	10
	Mar / Ler (lez)	10
Nuno Porco - B1127, V 719, (C 1127)	Mar	10
Nuno Trez - B 1202, V 806	(Sam Clemenço do) mar	0
Paio Gomes Charinho – B 843, V 429	Mar	10
Paio Gomes Charinho – B 817, V 401	(Objeto: Navio / barco)	10
Paio Gomes Charinho – B 838, V 424 (C838)	(Agente: almirante do mar)	0
Pero Meogo - B 1186, V 791	(Morrer al) mar	10

Figura 3. Resultado da aplicação da escala (Figura 2) às cantigas de amigo relacionadas com o mar

A aplicação da escala (Figura 3) remete para uma dimensão simbólica associada à totalidade dos hipónimos das cantigas de amigo que se referem a “mar /marítimo”, se bem que não esmiúcem o seu uso na totalidade das cantigas, pois este pode ser variável para os diferentes hipónimos. Assim, “ribeiras (do mar)”, “ondas”, “barqueiro / remador”, “remar” e “banhar(-se) (no mar)” parecem ter sempre função simbólica; enquanto que “mar / ler” e “barco/a/s / navio (no mar)” a têm maioritariamente; “rio / alto e mar (como confluência)”, apenas na metade dos usos; e a palavra “almirante” nunca aparece relacionada com esta função.

No que se refere à dimensão simbólica pré-cristã destes hipónimos nas cantigas de amigo, consideramos que “ondas”, “barqueiro / remador”, “remar” e “banhar-se no mar” aparecem sempre associados a este âmbito; enquanto “barco/a/s / navio (no mar)” se associam a essa dimensão na maior parte dos usos; já “rio / alto e mar” e “mar / ler” na metade deles; e “ribeiras (do mar)” e “almirante” nunca.

Se considerarmos a dimensão simbólica relativa à cristianização destes hipónimos, parece-nos que nenhum deles a possui e que apenas no caso de três deles podemos reconhecer uma função simbólica pseudo-cristianizada: “ribeiras (do mar)” parece identificar-se completamente; enquanto que “mar / ler” e “ondas” apenas de forma minoritária.

5. CONCLUSÕES

Podemos observar que a particularização do mar como elemento da natureza é destacada por um pequeno grupo de autores das cantigas de amigo. Trata-se, nalguns casos, apenas de uma referência circunstancial, embora, na maioria (em 15 das 21 cantigas) pareça ganhar um especial valor simbólico por ser interpelado, dotado de poder (como “oráculo”, possibilitador ou não...), ou por estar ligado a espaços míticos. Destacamos, neste sentido, a hierotopia relacionada com as cantigas de Meendinho, Martim Codax e Pero Meogo.

Reconhecemos os relatos (emocionais ou referenciais) e os semas contidos neles, em relação com o sistema em que se integram e no qual o mar tem um valor próprio, decorrente de um valor semiótico e léxico. Verificamos a assimilação de elementos que o ligam a uma construção simbólica anterior ao cristianismo e relacionada com um substrato atlântico, embora o valor ritual e sagrado do mar nestas cantigas esteja vinculado também à cristianização dos espaços (presença de santuários). Por conseguinte, constata-se a traslação dos rituais, ligados a forças sobrenaturais ou mágicas, para a nova religião, sem que a cristianização plena se produza.

Sublinhamos, assim, a presença, nas cantigas de amigo, da sobrevivência de um sistema simbólico autóctone, que transcende os tempos e a cristianização. Fortemente fixado no espaço cultural galaico-português e atlântico, este sistema manifesta-se num dos géneros trovadorescos, através da voz feminina, permitindo também a funcionalidade da religião prevalente, igualmente integrada nas coordenadas do imaginário dos séculos XIII e XIV.

No gráfico a seguir, podemos verificar a predominância dos diferentes hiperónimos de “mar / marítimo” nas cantigas de amigo:

Presença de Cantigas que Integram Hiperónimos Relativos a MAR / MARÍTIMO

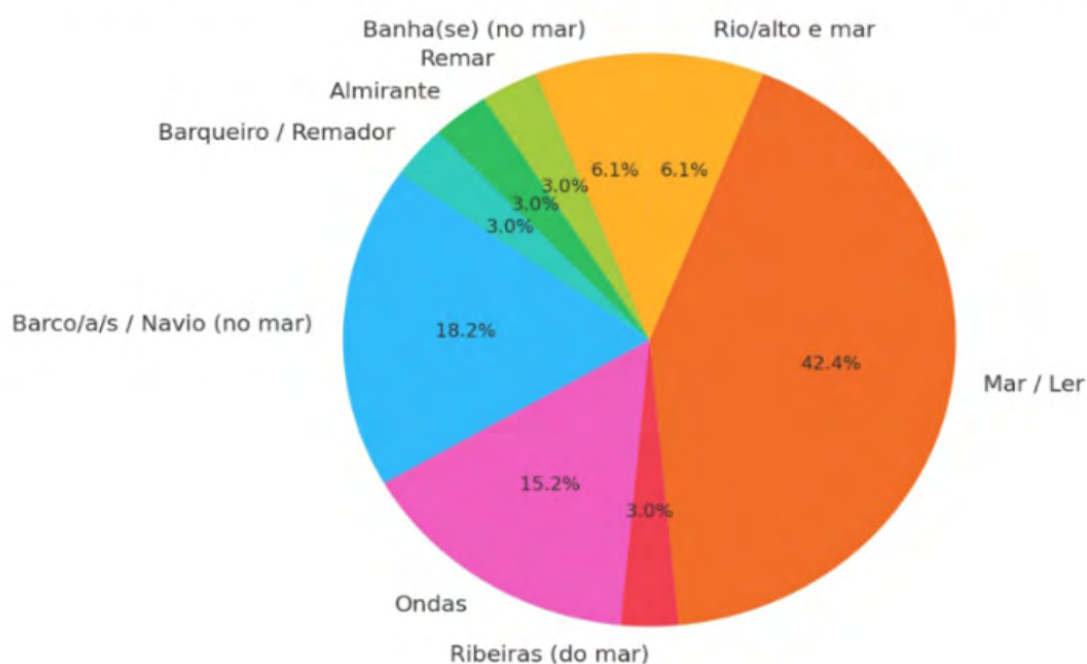


Gráfico 1. Percentagem de uso dos diferentes hipónimos de "mar / marítimo" nas cantigas de amigo que integram o hiperónimo

"Mar / ler", "barco / navio", "ondas" e "banhar-se" são os substantivos mais utilizados neste grupo de cantigas de amigo, relacionadas com o mar, segundo observamos no gráfico anterior (Figura 4), ainda que "ondas" e "banhar-se" se destaquem pela sua associação plena ao valor simbólico pré-cristão, evidenciado por críticas como a de Santo Agostinho (Séc. IV-V), no Sermão CXCVI, capítulo IV.4 que advertia: "(...) Natali loannis, id est ante sex menses (tot enim menses íter se habent praeco et ludex), de solemnitate superstitiosa pagana, Christiani ad mare veniebant et ibi se baptizabant (...)". Por outro lado, as ondas, em grupos de nove, têm um valor simbólico especial nas culturas celtas, tal como referido por Alberro (2005, p. 52): "En las antiguas regiones célticas la gente creía que las olas del mar rompían sobre la costa o la playa en series de nueve, siendo la novena más grande y potente que las otras, poseedora de propiedades curativas y beneficiosas en general, y proveedora de buena fortuna". Assim, parece-nos que as referências marítimas, presentes nestas cantigas de amigo, estão relacionadas com este simbolismo específico do mar que, nas culturas atlânticas, é concebido como um caminho para as ilhas dos afortunados, que transcende a morte e permite o encontro com quem a ultrapassou graças ao uso de um barco, isto é, da nave que possibilita a ida e o regresso de e para o além. O mesmo se verifica no que se refere às ondas, que ainda permitem rituais de fertilidade que, segundo

Alberro (2005, p. 53), “han sido y son realizados desde tiempos inmemoriales: mujeres estériles, o que poseen dificultades para poder fecundar, se sumergen en el mar hasta ser cubiertas por la novena ola”.

Na conjugação destes dados, parece-nos possível sugerir que algumas cantigas de amigo, ao testemunharem a função ritual de elementos marítimos, permitem aprofundar o seu valor num espaço ligado, indiscutivelmente, às costas europeias do Oceano Atlântico e aos seus valores culturais e religiosos, tanto atávicos como coevos.

REFERÊNCIAS

Agustín, S. (1966). *Obras completas de San Agustín* (Vol. XXIV: *Sermones* (4.º), 184-272B: *Sermones sobre los tiempos litúrgicos*). Biblioteca de Autores Cristianos.

Alberro, M. (2005). El paradigma céltico de las nueve olas. *Anuario Brigantino*, 28, 47-64.

Alberro, M. (2006). *La mitología celta y sus textos*. Muñoz Moya Editores Extremeños.

Cancioneiro da Biblioteca Nacional (Manuscrito) (c. 1525–1526). Biblioteca Nacional de Portugal. <https://purl.pt/15000/1/index.html#/23/html>

Cohen, R. (Ed.). (2003). *500 cantigas d'amigo: Edição crítica*. Campo das Letras.

Durand, G. (1998). *O imaginário: Ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem*. DIFEL.

Durkheim, E. (1996). *As formas elementares da vida religiosa*. Martins Fontes.

Eliade, M. (1956). *O sagrado e o profano: A essência das religiões*. Livros do Brasil.

Ferreira, M. R. (2000). *Águas doces, águas salgadas: Da funcionalidade dos motivos aquáticos na cantiga de amigo*. Granito.

Ferreira, M. R. (2008). Motivos naturalistas e configurações simbólicas na *cantiga de amigo*. In A. S. Laranjinha, J. C. Miranda, & M. R. Ferreira (Eds.), *Seminário Medieval 2008-2009* (pp. 205-217). Estratégias Criativas.

Ferreira, M. R., & Miranda, J. C. R. (2004). Mendinho ou as ondas em águas paradas. In A. Arbor Aldea, M. Mariña, & C. Pulsoni (Eds.), *O “Cancioneiro da Ajuda” cen anos depois* (pp. 293-312). Santiago de Compostela.

Ferreiro, M. (2018-). *Universo Cantigas: Edición crítica da poesía medieval galego-portuguesa*. Universidade da Coruña. <http://universocantigas.gal>

García Fernández-Albalat, B. (1989). *Los dioses de la guerra y su relación con las comunidades en el área galaico-lusitana* (Tese de doutoramento). Universidade de Santiago de Compostela.

Lidov, A. M. (2006). Hierotopy: The creation of sacred spaces as a form of creativity and subject of cultural history. In A. M. Lidov (Ed.), *Hierotopy: The creation of sacred spaces in Byzantium and Medieval Russia* (pp. 32-58). Progress-Tradition.

Lopes, G. V., Ferreira, M. P., & Júdice, N. (2011–). *Cantigas Medievais Galego-Portuguesas* (Base de dados online). Instituto de Estudos Medievais, FCSH/NOVA. <http://cantigas.fcsh.unl.pt>

Martins Esteves, H. (2008). *As tribos calaicas: Proto-história da Galiza à luz dos dados linguísticos*. Edições da Galiza.

Monaci, E. (Ed.). (1875). *Il canzoniere portoghese della Biblioteca Vaticana* (Vol. I; fac-símile e edição diplomática). Max Niemeyer.

Moreira Pumar, J. (1999). *Medicina y religión: Santuarios en la comarca de Cangas*. <https://www.morrazo.org/arquivo/historia/santuarios-comarca-cangas.pdf>

Morin, E. (1977). *La Méthode* (Vol. 1: *La nature de la nature*). Seuil.

Pena Graña, A. (2004). *Treba y territorium: Génesis y desarrollo del mobiliario e inmobiliario arqueológico e institucional de la Gallaecia* (Tese de doutoramento). Universidade de Santiago de Compostela.

Pergaminho Vindel (Ms. M. 979). (c. 1275-1299). The Morgan Library & Museum.

Pizarro, J. A. (1999). *Linhagens medievais portuguesas: Genealogias e estratégias (1279-1325)* (Vol. I). Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna.

GESTOS, CORPO E EMOÇÕES NA CRÓNICA DA ORDEM DOS FRADES MENORES DE 1470

Gestures, body, and emotions in the 1470 Crónica da Ordem dos Frades Menores

Ana Cristina Fonseca

RESUMO

O corpo, o gesto e as emoções na Idade Média têm vindo a ser alvo de numerosos estudos, dada a sua pertinência para uma melhor compreensão do pensamento e do imaginário deste período. Neste quadro, a *Crónica da Ordem dos Frades Menores* (1209-1285), edição de José Joaquim Nunes do Manuscrito IL 94 da Biblioteca Nacional de Lisboa, constitui uma importante fonte escrita para a análise das representações do corpo, dos gestos e das emoções, concebidos e figurados pela escrita no quadro mental e cultural específico do Cristianismo. Assim, os gestos manifestam emoções e atitudes que nos elucidam sobre as relações metafóricas e simbólicas que o próprio corpo representa e que foram evoluindo ao longo do período medieval. Partindo deste pressuposto, abordámos o texto da *Crónica da Ordem dos Frades Menores* (1209-1285) destacando e classificando os numerosos exemplos de determinados gestos, tipificáveis e passíveis de uma interpretação que contribui para uma apreensão da mentalidade e do imaginário medievais, enquadrados no contexto da ordem franciscana.

Palavras-chave: Idade Média; Franciscanos; gestos; corpo; emoções

ABSTRACT

In the Middle Ages, the body, gesture, and emotions have been the subject of numerous studies, given their relevance to a better understanding of the thought and imagination of this period. In this context, the Crónica da Ordem dos Frades Menores (1209-1285), an edition by José Joaquim Nunes of Manuscript IL 94 of the National Library of Lisbon, constitutes an important written source for the analysis of the representations of the body, gestures, and emotions, conceived and figured in writing, in the specific mental and cultural framework of Christianity. Thus, gestures manifest emotions and attitudes that elucidate us about the metaphorical and symbolic relationships that the body itself represents and that evolved throughout the medieval period. Based on this assumption, we approach the text of the Crónica da Ordem dos Frades Menores (1209-1285) highlighting and classifying the countless examples of certain gestures, typifiable and subject to an interpretation that contributes to an apprehension of the medieval mentality and imagery, framed in the context of the Franciscan order.

Keywords: Middle Ages; Franciscans; gestures; body; emotions

1. INTRODUÇÃO

O teor da nossa pesquisa surge no âmbito do estudo de um texto medieval, publicado em 1918 por José Joaquim Nunes, com o título *Crónica da Ordem dos Frades Menores (1209-1285)*. Este filólogo transcreveu, numa edição crítica e anotada, o Manuscrito IL 94, por sua vez intitulado *Crónica dos Ministros Gerais da Ordem dos Frades Menores*, da Biblioteca Nacional de Lisboa, copiado em 1470 no convento de Santo António da Castanheira, em Vila Franca de Xira.

A génese do manuscrito, contextualizado no quadro da história dos Franciscanos no nosso território, é um dos seus aspetos mais curiosos, uma vez que o mesmo é a cópia em galego-português de um outro, até hoje perdido, que foi, provavelmente, trazido da Corunha para território português no século XV (Souto Cabo, 2016, pp. 287-293). Contudo, seja qual for a origem do manuscrito que originou a obra de 1470, este seria também uma cópia de uma versão castelhana que, por sua vez, é a tradução direta ou indireta da *Crónica dos 24 Gerais da Ordem dos Frades Menores* (*Chronica XXIV Generalium Ordinis Minorum*) atribuída ao franciscano francês Arnaud de Sarrant, que a terá redigido em latim, entre 1366 e 1375 (Dolso, 2003, pp. 66-68). Todavia, a obra de Sarrant é uma reformulação de um conjunto de obras anteriores e diversas, concernente ao primeiro século da ordem fundada por S. Francisco de Assis e aos seus primeiros notáveis, mormente os que, à época, eram já considerados santos, como o fundador ou Santo António, para citar os mais relevantes. Sublinhe-se um dado importante: a *Chronica...* foi copiada com frequência visto existirem, atualmente, mais de duas dezenas de exemplares, integrais ou parciais, em várias bibliotecas e arquivos europeus (Capdevila Arrizabalaga & Soriano Robles, 2019, p. 463).

Em Portugal, existe o manuscrito referido, editado por José Joaquim Nunes, cujo teor apenas abrange os dez primeiros gerais da ordem, pelo que se trata de uma versão incompleta face ao original. Não obstante o interesse desta temática, o foco do nosso estudo da *Crónica da Ordem dos Frades Menores* enquadra-se na perspetiva dos estudos sobre o imaginário. Para concretizar tal abordagem, temos vindo a definir uma estrutura de análise que permita explorar o texto, de modo coerente, como fonte para o imaginário e mentalidade medievais, alicerçando-a na definição de várias categorias que se cruzam e articulam entre si, tais como as que agora se expõem.

Numa leitura mais superficial da *Crónica da Ordem dos Frades Menores (1209-1285)* – que doravante será referida de forma abreviada como *Crónica* –, as referências ao corpo ou partes do corpo das personagens e as descrições de determinados gestos ou emoções podem afigurar-se como elementos ou estratégias da própria narrativa para ilustrar os diferentes episódios de carácter hagiográfico e exemplar que aí constam, tornando o texto mais vívido e acentuando um certo efeito dramático nos Franciscanos que o liam ou ouviam ler. Apesar da assunção deste valor narrativo

e literário, numa análise sistemática e aprofundada, compreendemos que todas as referências relativas aos três tópicos que aqui discutimos procedem de um substrato mental e cultural muito mais complexo que se desenvolveu ao longo dos primeiros séculos do Cristianismo e da própria Idade Média, para o qual confluíram determinadas heranças culturais como a clássica e a bíblica.

Ora são as fontes escritas, sejam elas poéticas, narrativas ou normativas, e as fontes iconográficas que nos permitem identificar um conjunto variado de gestos, isto é, a sua representação linguística ou figurada, visto que não nos é, obviamente, possível observar ou apreender diretamente os *gestus* ou os *gesticulatio*s dos homens e mulheres da Idade Média (Schmitt, 2006, p. 21).

Neste sentido, é possível “ler” a *Crónica* como uma fonte literária que nos induz a distinguir as passagens respeitantes ao corpo, aos gestos¹ e às emoções, compreendendo desde logo a reciprocidade e complementaridade entre estes três temas.

Tomemos como ponto assente que o gesto é consequência de uma intenção, voluntária ou involuntária, consciente ou inconsciente, evidenciada através do movimento do corpo. E é pelo corpo, meio poderoso para a linguagem metafórica e simbólica (Schmitt, 2006, p. 21), que iniciamos a nossa abordagem de modo a entender como é que as concepções medievais que sobre o mesmo se foram delineando contribuíram para a representação dos próprios gestos e que relação se estabelecia entre ambos e a figuração literária de emoções.

No século passado, Jacques Le Goff afirmou ser a civilização medieval uma civilização do gesto, sendo que os gestos constituem uma linguagem cujo código é condicionado e controlado pelos sistemas ideológicos e políticos de uma dada sociedade (Le Goff, 1984, 1989). Ao mesmo autor também devemos o facto de ter assinalado a importância do corpo para a história do período, sem o qual não seria possível apreender a sociedade e a mentalidade medievais, na medida em que, sob a égide do Cristianismo, decorreu uma importante transformação das concepções sobre o corpo e das próprias práticas corporais (Le Goff & Truong, 2005)². Desde então, têm sido vários os autores a debruçar-se sobre estas temáticas, com maior destaque para Jean-Claude Schmitt, às quais acrescentamos, por inerência e afinidade, a história das emoções para este período histórico, tão bem exposta por Damien Boquet e Piroska Nagy, citados neste artigo.

¹ Como Schmitt apontou, já em 1990, para melhor compreendermos o período em questão devemos tomar como ponto de análise os sistemas de representação dos gestos que a cultura medieval produziu e as suas interpretações explícitas.

² Em Portugal, lembramos o Encontro Científico “O corpo e o gesto na civilização medieval”, realizado em Lisboa, em 2003, do qual foram publicadas as respetivas atas em 2006, sendo que, na nossa opinião, este é um campo de estudo que ainda não foi suficientemente explorado pelos investigadores.

De facto, no período medieval, o corpo é entendido no quadro de uma sociedade profundamente cristã³, pese embora a influência ainda presente, por oposição ou por associação, da tradição clássica helenística (Schmitt, 2010, pp. 344-345).

Por conseguinte, a conceção do corpo define-se na posição dialética com a alma, ambos resultado da criação de Deus, sendo o primeiro corrompível, perecível e a segunda imortal. O primeiro está colocado em relação com a criação e a segunda com o Criador. Note-se que na Alta Idade Média se considera a posição vertical do homem como um sinal da sua vocação espiritual e como este dado se relaciona com os modos de oração dos primeiros séculos do Cristianismo – de pé e com os braços elevados (Baschet, 2016, pp. 40-45).

Nesses primeiros tempos, o corpo foi considerado pelos autores cristãos como uma prisão material para a alma imaterial, lugar de permanente ocasião para a transgressão, seja ela sexual ou de outra ordem. Ao longo do período medieval, verifica-se uma evolução positiva nas conceções sobre o corpo que passa a ser valorizado por ser o invólucro da alma e porque a religião cristã tem no seu centro a encarnação de Deus num corpo, o corpo de Cristo. Este é relembrado quotidianamente na vida das comunidades laicas e clericais, quer pela presença de imagens da crucificação nas igrejas, quer pelo sacramento eucarístico, ritual que relembra o sacrifício material que o filho de Deus fez pela salvação da humanidade (Boquet & Nagy, 2011, p. 21).

A partir do século XIII, a religiosidade assentará numa manifestação mais corporalizada das emoções. A abundância de lágrimas, suspiros e gemidos lembram que também Cristo chorou, suspirou, gemeu, e o sofrimento que passou na cruz constitui um dos temas com mais influência na devoção individual. O aumento da emotividade nas manifestações de religiosidade corresponde ao acentuar da intensidade da devoção pela humanidade de Cristo (Boquet & Nagy, 2018, p. 269).

Vários autores medievais refletiram sobre e debateram a problemática dos sentimentos que Cristo possa ter experimentado, reforçando-se a ideia de que a evidência de tais emoções refletia a sua própria humanidade. Emoções e sentimentos como a compaixão, o amor e a piedade são tidos como emoções virtuosas, as quais foram vividas por Cristo na sua dimensão corpórea e humana, na terra (Boquet & Nagy, 2018, pp. 33-34).

E, portanto, os primeiros séculos cristãos lançam a base para uma nova filosofia da afetividade, resultante da própria mensagem de Cristo relativa ao amor a Deus e

³ Aliás, a figuração antropomórfica é tão relevante que a cultura cristã, desde cedo, atribuiu "corpos" a entidades, à partida imateriais, como os anjos, as almas dos mortos, Deus e, com uma corporalidade mais acintosa, o próprio demónio.

ao amor ao próximo, enquanto centenas de anos mais tarde, S. Francisco inaugura um novo paradigma religioso, no qual a incorporação da emoção assume o papel principal, pois é através de um processo emocional que se dá a mudança espiritual (Boquet & Nagy, 2018, p. 269). Ora esta vivência da emoção, na sua dimensão de caminho para a revelação de um estado interior ou para a salvação espiritual deve ser um dado presente, quando analisamos a *Crónica*, uma vez que nos permite uma leitura mais aprofundada e consequente do seu conteúdo.

2. GESTOS NA CRÓNICA DA ORDEM DOS FRADES MENORES

Como ponto de partida para esta análise, realizámos um levantamento que se pretendeu exaustivo de gestos, associados a movimentos do corpo e a emoções, que se repetiam em contextos comparáveis, constituindo deste modo um *corpus* significativo e até mensurável. Por conseguinte, os gestos registados foram agrupados por determinadas tipologias mais relevantes, as quais apresentamos, citando passagens textuais que os exemplificam e elucidam.

Deste modo, destacámos um conjunto delimitado de "gestos" com maior representatividade textual, contextualizando-os nas conceções medievais e tentando desvelar os sentidos metafóricos ou simbólicos que exprimem.

2.1. Gestos de devoção ou oração

E em tanto levamtou-sse sam Framçisquo e, com a cara e com a vomtade estando emtento em Deus e as mãaos alçadas, estava todo açendido com lagrimas que se nom podia teer, e com devota tardança de comçiemça reprecava estas palavras: *Deus meu e de todalias cousas.*

(Frei Leão) E algũas vezes o vyo (S. Francisco) alçado até as alturas das arvores, e algũas vezes o achava alçado comtra riba em tanta altura que tamalaves podia acalçar a vello com a altura da vista, e emtam orando derribava-sse em terra com as mãos encruzadas.

(...) o sobredito Palmeiro estava choramdo a cabo do leito, asy como se o vise jazer morto, e, ficamdo os geolhos, tornou-sse a santa Ynes com grande feuzza e com lagrimas. (*Crónica*, vol. I: 5, pp. 115 e 339)

Num texto como o da *Crónica*, é previsível a abundância de descrições de gestos de oração ou devoção. Os excertos transcritos mostram como os frades, os santos da Ordem e mesmo os laicos rezavam de cara alçada ao céu, fincando os joelhos em terra ou derrubando-se no chão, por vezes com abundância de lágrimas, soluços e alguns suspiros, sendo que a sua devoção é adjetivada, frequentemente, como "fervorosa".

As descrições destes momentos de oração permitem, também, a exemplificação dos modos de rezar, os quais foram alvo de reflexão, debate e evolução ao longo do período medieval.

Na Alta Idade Média e até ao século XIII, a elite letrada e clerical debruçou-se sobre questões inerentes à alma e à sua relação com o corpo e, subsequentemente, sobre a própria gestualidade. Considerando que esta se constituiu como modo de expressão da alma, os gestos de oração são, por excelência, prova exterior da devoção do espírito. Assim, para muitos autores coevos tornou-se importante modelar os gestos de oração, tendo estes sofrido uma evolução ao longo da Idade Média: se nos primeiros séculos encontramos a posição de pé com os braços estendidos para o alto (ainda presente no século XIII), a noção de humildade devota ou devoção humilde determinou a generalização da prostração e do gesto de rezar de joelhos com as mãos juntas (Schmitt, 1990, pp. 289-297). Aliás, o gesto de rezar ajoelhado é o mais frequente para a adoração sacramental ou para a veneração de objetos significativos, tais como imagens da Virgem e crucifixos (Nascimento, 2006, p. 133).

Esta intensidade leva a numerosos arrebatamentos, ou seja, a momentos em que os orantes passam por um transe místico, alheando-se da dimensão corpórea presente, o qual, na nossa opinião, merece também uma análise mais detalhada pelo seu significado simbólico e pelo efeito que teria nos leitores ou auditores da obra.

Para os Franciscanos qualquer espaço pode ser palco de atitudes devocionais: seja na natureza, nas suas celas, diante da imagem da Virgem Maria e com uma crescente representação, diante do crucifixo. A projeção do corpo no chão é não só sinal de devoção, mas também de obediência e de humildade, esta qualidade bem cara aos Menoritas e que se demonstra pela abundância, na *Crónica*, dos vocábulos “humildade”, “humildoso”, “humildosamente”.

2.2. Gestos de humildade e obediência

O quall dito frey Manseu, emclinada a cabeça e tirado o capelo, lhe obedeceo humildosamente. E assy por muitos dias guardava a porta e hia por a esmolla e fazia omildosamente a cozinha aos fraires. (...) O qual dito frey Manseu respondeo omildosamente e paçientemente e disse: Padre, quall quer coussa que tu me encarregares em todo ou em parte pensso seer feito de Deus. E emtam sam Framçisco, vemdo a caridade delles e a omildade de frey Manseu, fezo-lhes hũa pregaçom maravilhossa da samta omildade, (...). (*Crónica*, vol. I, pp. 214 e 215)

Como já referimos, os Menoritas derrubam-se com frequência, isto é, prosternam-se perante outros elementos da Ordem, perante o crucifixo, perante visões de Cristo, da Virgem ou de outros santos.

Os gestos de humildade ou de obediência são de grande incidência, alguns igualmente associados a momentos de devoção, e muitos deles, como se verifica no excerto, implicando prosternar-se perante figuras da Ordem Menorita (não tanto as de alguma superioridade hierárquica, mas sobretudo aquelas já marcadas pela santidade), ou perante a figura do Papa, o que sublinha a mensagem de serem os Franciscanos uma ordem que parece apenas manifestar deferência para com a autoridade pontifícia, sendo frequente a menorização de outros eclesiásticos face à singularidade franciscana.

2.3. Gestos de cura

(...) e, como aquella homem demostrase aquela chaga com lagrimas a frey Gill e lhe declarasse a caussa do seu caminho a que hia, rogou-lhe devotamente que lhe quisesse fazer sobre a chaga o signal da cruz. E frey Gill, chagado todo de compassom, beijou-lhe omildosamente aquella chaga e fez-lhe muy devotamente o sinall da cruz, e daly a pouco espaço aquella emfermo foy perfeitamente curado e, fazendo graças a Deus, tornou-sse alegre pêra sua cassa. (*Crónica*, vol. I, p. 143)

Na *Crónica*, são frequentes os gestos de cura até porque nela abundam relatos, com extensão variável, de milagres realizados pelos santos franciscanos, seja de modo direto ou indireto. Contudo, aquele que mais se destaca é o gesto resultante da reprodução da cruz de Cristo, o instrumento da sua Paixão.

Com efeito, o sinal da cruz tornou-se num dos gestos mais importantes e identitários para os Cristãos desde os primeiros tempos, servindo para imprimir a marca do divino através da mão. Seja transitivo ou reflexivo, o sinal da cruz é, por excelência, o gesto ritual do Cristianismo. De ampla aplicação, polivalência e abrangência, o sinal da cruz resulta não só de um movimento do corpo, a mão, mas também mobiliza a fé e o espírito dos crentes (Schmitt, 2023, pp. 197-225). Sendo utilizado em vários domínios como as bênçãos ou os exorcismos, na *Crónica*, surge regularmente como gesto sensível e caritativo que, num movimento de compaixão, cura os que sofrem.

Note-se, ainda, o ósculo que, previamente, é dado na ferida. No período medieval, tal como outros gestos, o beijo é entendido no seu valor simbólico e de acordo com as amplas funções que pode apresentar. Na igreja e durante a missa, o beijo no altar e o beijo da paz são símbolo de união dentro da mesma comunidade de crentes. O ato de beijar a ferida com humildade e antes do sinal da cruz corresponde, na nossa opinião, por um lado a uma ausência de qualquer repugnância pela chaga e, por outro lado, à proteção dada pelos Franciscanos aos mais desvalidos, conferindo ao milagre uma propriedade específica e atinente à Ordem Menorita.

2.4. Gestos de compaixão e amor

Irmaão, tu viste estas coussas em sonhos, mais eu vy aquela presiçom com os olhos corporaaes, e agora veeo a mim sam Framçisco e disse-me que com aquelles fraires me avia eu de partir ao Senhor e deu-me logo huum beijo muito doce. (*Crónica*, vol. I, p. 131)

Na *Crónica*, quer a compaixão, quer o amor caritativo entre os elementos da Ordem Menorita, mormente dos mais velhos ou mais santos para os noviços ou para aqueles menos convictos na sua fé, surgem também como confirmação da identidade e da coesão entre os Franciscanos, neste exemplo, selada pelo beijo que, como já referimos, é símbolo de união entre os crentes.

Considerando o momento específico vivido pela Ordem, aquando da redação da *Crónica*, em pleno desenvolvimento do Movimento da Observância, compreende-se a intenção de uma clara apologia à proposta de vivência espiritual do seu fundador, baseada na pobreza evangélica de Cristo e dos seus discípulos. Porém, era também fundamental retomar e consolidar a unidade entre os próprios Franciscanos, anteriormente divididos, em virtude da existência de uma outra corrente dentro da Ordem que, desde cedo, defendeu uma vivência de acordo com outras organizações monásticas, detentoras de importantes bens materiais⁴.

2.5. Gestos de violência

E entomçes aquelle mesquinho, quasy torvado com sanha, cortou-lhe a cabeça de todo e com temor que ouve fugio pêra cassa do prior da vila, (...).

E depois aquelle primçipe enviou que lhes abrisem as portas per força, e mandou trazer os cristaãos a sua casa. E, nom estamdo o prim(cijpe presente, os ministros do diabo aos cristãos com pancadas e bofetadas emçarrarom-nos em huum grande carçer todos os cristaãos. (*Crónica*, vol.II: 116 e vol. I: 28).

Apesar de a *Crónica* contemplar, maioritariamente, textos de carácter hagiográfico e exemplar que, como vimos, descrevem numerosas situações de devoção, amizade entre os irmãos menoritas e feitos milagrosos, também a violência está presente, já que, desde sempre, faz parte do quotidiano da humanidade. São vários os exemplos que pontuam a obra, nos quais a ira, a cólera ou a raiva extrema são sentimentos traduzidos com incidência pelo vocábulo “sanha”, sendo o que mais define os protagonistas de

⁴ Sobre o Movimento da Observância, surgido no século XIV no seio da ordem franciscana como meio de regressar aos princípios de pobreza evangélica de S. Francisco, veja-se Teixeira (2005).

atos de violência. No primeiro excerto que aqui citamos, narra-se a extrema violência do ataque de um homem a uma jovem que não cede aos seus avanços, logo, um episódio exemplificativo da violência contra as mulheres, mais tarde revertida através de um gesto de origem sobrenatural que repõe a cabeça cortada da rapariga para explicar a conversão do violador que professa, conseqüentemente, na Ordem dos Menoritas. Tal como noutras histórias da *Crónica*, quanto maior a dramaticidade das situações narradas, maior o efeito das subseqüentes atitudes e gestos dos frades.

Outros gestos de violência são praticados por homens cruéis, espoletando outros gestos de frades menoritas, que se contrapõem e servem para a conversão e possível salvação desses homens, depois tornados piedosos e peçados de compaixão e arrependimento. Nesta categoria, sobressaem todos os gestos de violência perpetrados pelos *mouros infiéis* contra os Franciscanos, como se pode ler no segundo excerto, em que a respetiva sanha leva, irremediavelmente, os frades à morte, como nos é descrito no sobejamente conhecido relato sobre os *Mártires de Marrocos*⁵, transformando a violência e conseqüente martírio sofrido pelos Franciscanos em matéria mítica para a própria afirmação e reconhecimento da Ordem Menorita.

2.6. Gestos de loucura

Pregamdo huũa vez samto Amtonio, levantou-sse dantre o povoo huum sandeu, o qual torvava a ele e aos que estavam aa sua pregaçom. E, amoestando samto Amtonio doce-mente que calasse, o louco disi-lhe que o nom faria, ataa que lhe dese a sua corda. E san-to António deçengeo sse logo e deu-lha. E aquelle sandeu, abraçando-a e beijando-a, cobrou o sisso e usso da rrazom e, olhamdo todos, lançou-sse ante o samto (e), dando-lhe graças por que o avia curado, espertou a todo o poboo a glorificar a Deus êno seu santo.

E logo, asy como louco, revolvendo a cabeça a huua parte e aa outra, começou de sse revolver em na terra e de ferir fortemente em nas paredes com a cabeça, assy que lhe saia muito samgue. (*Crónica*, vol. I, p. 242 e vol. II, pp. 152-153)

Na literatura medieval, a loucura não é unívoca até por não ser à época pensada como doença mental⁶. De facto, a literatura e os tratados médicos coevos são as fontes mais expressivas para uma maior aproximação à forma como eram considerados tanto o louco, como a loucura, sendo que ambos contêm em si uma leitura subjetiva do que seria a possível realidade. Por um lado, a loucura, quando moralizada, significa

⁵ Este episódio, registado na *Crónica*, constitui uma das narrativas que se podem autonomizar do texto principal, revelando a importância que desde cedo foi conferida ao culto às relíquias dos cinco frades franciscanos.

⁶ Na *Crónica* e na história dos Franciscanos existe uma personagem, de seu nome Junípero, que podemos caracterizar como louco ou o ingénuo que age de forma impulsiva e pouco regulada, causando espanto e até incompreensão entre os seus pares.

um desvio das virtudes e do estatuto por parte das personagens, por outro lado, as suas manifestações são alicerçadas na teoria dos quatro humores (Legros, 2013, pp. 8-20).

A teoria filosófica e médica dos humores enraíza-se na herança clássica da doutrina de Hipócrates e do pensamento aristotélico, complementado por Galeno, no século II da Era Cristã, permanecendo ao longo da Idade Média e mesmo ainda na Época Moderna como o fundamento basilar da ciência médica (Le Goff & Truong, 2005, p. 96). A teoria humoral apontava para a existência de quatro elementos essenciais nas substâncias da Terra: o ar, o fogo, a terra e a água. Por sua vez, cada um dos elementos era composto por quatro qualidades primárias: o quente e o frio; o húmido e o seco. A partir destes pressupostos, a medicina considerava que todos os corpos eram constituídos por quatro humores, a saber, o sangue, a fleuma, a bÍlis amarela e a bÍlis negra, que também condicionavam os diferentes temperamentos dos corpos (Micheau, 1997, pp. 61-62). Assim, era o equilíbrio entre os humores que conduzia a um estado de saúde e a sua desproporção a um estado de doença, em que as afeções, sofridas pelos pacientes, poderiam ser classificadas como fleumáticas, sanguíneas, melancólicas e coléricas, estas últimas as que nos parecem enquadrar-se no estado de loucura, para que remetem os excertos acima citados.

Um dos aspetos comuns à representação da loucura é o desregramento do discurso: repare-se como no primeiro exemplo citado, o “sandeu” é o que interrompe a pregação do santo, introduzindo um elemento disruptivo que só o último pode remediar.

No segundo excerto apresentado, a descrição do gesto louco aponta para uma incapacidade de controlar os movimentos do corpo, que assim se mostram convulsivos e violentos. No caso específico relatado pelo cronista, trata-se de um frade franciscano que não conseguia dizer a missa porque não fora batizado. A intervenção de outro Menorita causa a reação descrita, semelhante a casos de possessão demoníaca. A utilização da comparação permite-nos admitir que a loucura é aqui interpretada como o desregramento violento do corpo que, mais uma vez e tal como no episódio anterior, apenas pode ser sanado pela intervenção de um Franciscano. Esta constatação reafirma a intenção de demonstrar a capacidade dos elementos da Ordem Menorita para repor uma determinada ordem natural que foi alterada, seja ela a interrupção do discurso de um santo ou a falta de um sacramento que exclui a pertença a uma comunidade.

2.7. Gestos demoníacos

E elle respomdeo: Eu som o diabo. E, como Domingos calasse e outra vez o diabo lhe pregumtasse se avia escolhido de seer seu servo e Domingos o esquivasse de tomar por senhor, oo diabo feri-o em na cara gravemente em tal maneira que todo remaneção comtreito. (*Crónica*, vol.II, p. 200)

Em relação a esta última tipologia, neste e noutros exemplos encontrados na *Crónica*, podemos verificar o efeito dramático dos gestos narrados que, certamente, insuflaria medo a quem os lesse ou ouvisse ler. O temor causado seria apenas atenuado pela influência benfazeja dos Menoritas, contrapondo outros gestos e palavras que quebravam a malignidade do demo. Estes episódios denotam uma acentuada expressividade que cria uma verdadeira experiência visual comparável à iconografia, sobretudo escultórica, que se realizou ao longo do período medieval. Não obstante, entendemos que o significado simbólico destes gestos, praticados por demónios ou por pessoas “endemoninhadas”, reside mais na manifestação de um desregramento ou desordem na estrutura espaço-temporal-mental cristã, na qual irrompem, cabendo aos Franciscanos, o papel mediador e salvífico para a reposição dessa mesma ordem normativa.

3. CONCLUSÃO

Concluindo, na análise da *Crónica da Ordem dos Frades Menores* é possível identificar e delimitar um conjunto significativo de gestos que apontam para determinadas representações simbólicas apreensíveis e apreendidas pelos leitores franciscanos. Estas representações relevam, igualmente, o modo como, no período medieval e no quadro do Cristianismo, se estruturavam na mentalidade do ser humano quer as suas crenças, quer o seu imaginário.

A partir do levantamento e tipificação dos gestos analisados na *Crónica* é-nos possível configurar dois subconjuntos que, com frequência, se confrontam ou se anulam: os “gestos positivos” e os gestos “negativos”. Os primeiros incluem as atitudes corporais atinentes à oração, à devoção, à obediência, à humildade, à compaixão, ao amor fraterno e à cura. Aos referentes culturais e históricos que lhes dão forma, acrescenta-se a necessidade de divulgar uma espiritualidade que se quer particular e intrínseca ao próprio franciscanismo, reforçado pelo Movimento da Observância. Os segundos dizem respeito à violência, à loucura e ao desregramento demoníaco e são tão necessários como os primeiros, pois visam, também eles, enaltecer a Ordem dos Menoritas, na medida em que apenas os seus frades, seja como mediadores do divino, seja como protagonistas de ações milagrosas, possuem as condições espirituais para os anularem.

Assim, a *Crónica* constitui-se como uma narrativa que contempla muito mais do que relatos biográficos ou hagiográficos, uma vez que serve como fonte valiosa para o estudo dos gestos na sociedade medieval, nomeadamente os mais afetos ao grupo dos clérigos e, dentro deste, à Ordem Mendicante dos Franciscanos.

REFERÊNCIAS

- Baschet, J. (2016). *Corps et âmes. Une histoire de la personne au Moyen Âge*. Flammarion.
- Boquet, D., & Nagy, P. (2011). Une histoire des émotions incarnées. *Médiévales*, 61, 5-24. <https://doi.org/10.4000/medievales.6249>
- Boquet, D., & Nagy, P. (2018). *Medieval sensibilities: A history of emotions in the Middle Ages*. Polity Press.
- Capdevila Arrizabalaga, I., & Soriano Robles, L. (2019). La versió catalana medieval de la Crònica dels XXIV Generals. *Arxiu de Textos Catalans Antics*, 32, 461-500.
- Dolso, M. T. (2003). *La Chronica XXIV generalium. Il difficile percorso dell'unità nella storia francescana*. Centro Studi Antoniani.
- Le Goff, J. (1984). *A civilização do Ocidente Medieval*. Vol. II. Editorial Estampa.
- Le Goff, J. (1989). *O maravilhoso e o quotidiano no Ocidente Medieval*. Edições 70.
- Le Goff, J., & Truong, N. (2005). *Uma história do corpo na Idade Média*. Teorema.
- Legros, H. (2013). *La folie dans la littérature médiévale: Étude des représentations de la folie dans la littérature des XIIe, XIIIe et XIVe siècles*. Presses Universitaires de Rennes. <http://books.openedition.org/pur/56051>
- Micheau, F. (1997). A idade de ouro da medicina árabe. In J. Le Goff (Apr.), *As doenças têm história* (pp.57-77). Terramar.
- Nascimento, A. A. (2006). Gesto litúrgico: O complemento da linguagem do sagrado. In A. I. Buescu, J. S. Sousa, & M. A. Miranda (Coord.), *O Corpo e o Gesto na Civilização Medieval* (pp. 111-138). Edições Colibri.
- Sarano, A. (1918). *Crónica da Ordem dos Frades Menores 1209-1285*. (edição, introdução, anotações, glossário e índice onomástico de J. J. Nunes). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Schmitt, J.-C. (1990). *La raison des gestes dans l'Occident médiéval*. Éditions Gallimard.
- Schmitt, J.-C. (2006). O corpo e o gesto na civilização medieval. In A. I. Buescu, J. S. Sousa, & M. A. Miranda (Coords.), *O Corpo e o Gesto na Civilização Medieval* (pp. 17-36). Edições Colibri.
- Schmitt, J.-C. (2010). *Le corps, les rites les rêves, le temps. Essais d'anthropologie médiévale*. Éditions Gallimard.
- Schmitt, J.-C. (2023). *Les images médiévales. La figure et le corps*. Éditions Gallimard.

Souto Cabo, J. A. (2016). A Crónica dos ministros gerais da Ordem dos Fraires Menores (BN 94 IL) e o seu antígrafo galego. In A. Rodríguez Guerra (Ed.), *Lingüística histórica e dialectoloxía: Coordenadas do cambio lingüístico* (pp. 273-298). Universidad de Vigo.

Teixeira, V.R.G. (2005). Fr. João da Póvoa e o movimento da observância franciscana portuguesa entre 1447 e 1517. *Lusitania Sacra*, 17, 227-254.

A INFLUÊNCIA PORTUGUESA NO SUDESTE ASIÁTICO: OLHARES PORTUGUESES DE TOMÉ PIRES, GASPAR CORREIA E FERNÃO MENDES PINTO SOBRE O SUDESTE ASIÁTICO DO SÉC. XVI

Portuguese influence in Southeast Asia: Portuguese perspectives of Tomé Pires, Gaspar Correia, and Fernão Mendes Pinto on sixteenth-century Southeast Asia

Alexandra Maria Meyers Martinho

RESUMO

O presente estudo propõe uma análise detalhada da presença e influência portuguesa no Sudeste Asiático no século XVI, a partir das narrativas dos autores Tomé Pires, Gaspar Correia e Fernão Mendes Pinto. A análise incide sobre três obras que documentam a presença portuguesa em pontos estratégicos do Sudeste Asiático, nomeadamente em Malaca (Malásia), no Reino do Sião (atual Tailândia) e nas ilhas Molucas (Indonésia), com o objetivo de compreender as complexas relações culturais, políticas e comerciais estabelecidas nesse contexto. Em complemento, desenvolveu-se uma investigação histórica sobre a cidade de Ayutthaya, na Tailândia, onde ainda subsistem vestígios significativos da presença portuguesa. Pretende-se, assim, oferecer uma reflexão crítica que revele as múltiplas dimensões e a continuidade do legado português na região, evidenciando a sua relevância e persistência ao longo do tempo.

Palavras-chave: Presença portuguesa; Sudeste Asiático; Século XVI; Navegações portuguesas; Influência cultural

ABSTRACT

This study offers a detailed analysis of the Portuguese presence and influence in Southeast Asia during the 16th century, based on the narratives of Tomé Pires, Gaspar Correia, and Fernão Mendes Pinto. It is grounded in the examination of three works that document the Portuguese activity in strategic locations across Southeast Asia, namely Malacca (Malaysia), the Kingdom of Siam (present-day Thailand), and the Moluccas Islands (Indonesia), with the aim of understanding the complex cultural, political and commercial relations established in that context. Additionally, a historical research

was conducted on the city of Ayutthaya, in Thailand, where significant traces of the Portuguese presence still remain. The study thus seeks to offer a critical reflection that reveals the multiple dimensions and the enduring legacy of Portuguese influence in the region, highlighting its relevance and persistence over time.

Keywords: Portuguese presence; Southeast Asia; 16th century; Portuguese maritime expansion; Cultural influence

1. INTRODUÇÃO

A expansão marítima portuguesa no século XVI transformou o comércio global e marcou um dos primeiros encontros sistemáticos entre o Ocidente e o Oriente. No Sudeste Asiático, os Portugueses procuraram integrar-se nas redes de comércio de alto valor, especialmente no das especiarias, e desencadearam processos duradouros de intercâmbio cultural, religioso, linguístico e político. O artigo analisa a construção da imagem de Portugal na Ásia, tal como se evidencia nas obras de três autores fundamentais do século XVI: *Suma Oriental*, de Tomé Pires; *Lendas da Índia*, de Gaspar Correia; e *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto. O presente estudo parte do confronto entre estas três obras, que, em diferentes momentos da centúria, representaram o espaço geográfico e social do Sudeste Asiático.

A partir de uma abordagem historiográfica e descritiva, procuramos compreender como os próprios portugueses se percebiam e eram percebidos nos espaços asiáticos, explorando as variações dessas representações conforme a perspectiva do autor, a natureza do texto e os contextos políticos em que foram produzidos. A análise comparada destas obras visa revelar os objetivos estratégicos da Coroa portuguesa na região, as dinâmicas de encontro e confronto com as populações locais, os mecanismos de mediação cultural e as ambiguidades inerentes à missão imperial.

A metodologia adotada baseia-se na leitura crítica e comparada das três fontes primárias mencionadas, complementada por uma revisão da bibliografia académica contemporânea relativa à presença portuguesa na Ásia. Tomé Pires apresenta um inventário detalhado dos reinos e costumes asiáticos, com informações sobre geopolítica e economia. Gaspar Correia descreve eventos militares e feitos portugueses significativos, enquanto Fernão Mendes Pinto narra experiências pessoais e episódios diversos, registando encontros com culturas e costumes do Sudeste Asiático. Além da análise textual, o estudo aborda os vestígios materiais e imateriais da presença portuguesa no Sudeste Asiático que perduram até hoje, sobretudo na Tailândia, na Malásia e na Indonésia. Embora a influência portuguesa tenha sido frequentemente efémera no plano político, deixou marcas profundas e duradouras: comunidades luso-descendentes, como os Kristang de Malaca, palavras de origem portuguesa

incorporadas em línguas locais, práticas religiosas católicas, elementos arquitetónicos e até influências gastronómicas. Tais vestígios testemunham a complexidade e a longevidade do contacto luso-asiático, bem como a persistência de memórias cruzadas que continuam a moldar as identidades locais contemporâneas.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E REPRESENTAÇÕES PORTUGUESAS DO SUDESTE ASIÁTICO NO SÉCULO XVI

O trabalho centra-se na análise da presença e influência portuguesas no Sudeste Asiático ao longo do século XVI, um período marcado pela chegada de diversas potências ocidentais, em particular Portugal. A conquista de Malaca em 1511, conduzida por Afonso de Albuquerque, constituiu um momento decisivo. Malaca, descrita como “uma das mais ricas do universo” (Guisan, 2006, p. 168), abriu novas oportunidades comerciais e diplomáticas, estendendo a influência portuguesa ao Sião (atual Tailândia) e às ilhas Molucas. A vitória alcançada em Malaca foi fundamental para a expansão e consolidação da presença portuguesa na região estratégica do Sudeste Asiático.

O termo Sudeste Asiático, surgido durante a Segunda Guerra Mundial para definir uma região geográfica específica (Fifield, 1983, p. 1), abrange os atuais territórios da Birmânia, Tailândia, Laos, Camboja, Vietname, Malásia, Singapura, Brunei, Indonésia, Timor-Leste e Filipinas. A região caracteriza-se por uma grande diversidade cultural, fruto das influências provenientes da China, da Europa e de outras áreas. Antes da chegada dos europeus, o Sudeste Asiático era um espaço de contactos pré-coloniais e trocas comerciais, com presença humana desde tempos pré-históricos, comprovada por vestígios do *Homo erectus*¹ na ilha de Java (Australian Museum, 2023).

A influência das monções, a geografia (Lockard, 2009, p. 5) marcada por vales férteis, rios e ilhas vulcânicas, bem como o desenvolvimento da agricultura, sobretudo do arroz e da banana, foram fatores que atraíram as potências europeias. A região era já importante no comércio marítimo asiático, sendo designada por nomes como Suvarnavipa (“Terra do Ouro”) e Nanyang (“Mares do Sul”), o que evidencia o papel central das rotas marítimas no desenvolvimento regional.

No século XVI, a presença europeia encontrava-se estabelecida nas Filipinas, Indonésia e no Estreito de Malaca, enquanto o Sião resistia a este domínio. Por outro lado, o Vietname manteve uma forte influência chinesa, resultante do longo período em que esteve sob domínio da China, o que influenciou profundamente a sua cultura.

¹ *Homo erectus* foi uma espécie de hominídeo que evoluiu em África e foi identificado pela primeira vez na ilha de Java, em 1891, por Eugène Dubois.

A conquista portuguesa de Malaca foi um episódio marcante nas grandes explorações marítimas do século XVI. Malaca era um centro comercial estratégico, controlado por uma rede de sultanatos islâmicos (Thomaz, 1993, p. 71) que dominavam as rotas do comércio de especiarias, marfim e pedras preciosas, produtos altamente valorizados na Europa. De acordo com o cronista Tomé Pires, Malaca foi fundada no século XV e funcionava como um dos maiores portos da região antes da chegada dos portugueses.

Após a tomada de Malaca, Afonso de Albuquerque promoveu expedições para expandir a influência portuguesa no Sião, em Java e nas Molucas. O domínio militar português foi acompanhado por um processo de integração cultural, que incluiu o estabelecimento de casamentos entre portugueses e mulheres locais, dando origem a uma comunidade mestiça com laços estreitos a Portugal (Boxer, 1960, p. 40). Esta integração facilitou o desenvolvimento de relações diplomáticas e comerciais, assegurando uma presença portuguesa duradoura na região.

Suma Oriental, de Tomé Pires, caracteriza-se por uma abordagem descritiva e sistemática, de feição quase científica, com um forte pendor geográfico e económico. O autor organiza o seu relato como um verdadeiro tratado de geografia comercial, oferecendo um inventário minucioso das terras orientais, das suas gentes, costumes e produtos. A obra, dedicada a D. Manuel I, tem como horizonte a utilidade prática e política, visando informar e orientar a expansão portuguesa no Oriente. As descrições de Pires, ainda que marcadas por uma perspetiva eurocêntrica, procuram conferir ordem e inteligibilidade ao espaço asiático, apresentando-o como um território complexo, mas passível de ser conhecido, classificado e explorado.

Gaspar Correia, em *Lendas da Índia*, adota um registo distinto, mais narrativo e centrado nos feitos portugueses. Embora se sirva de fontes orais e escritas, muitas vezes de segunda mão, a sua intenção não é a de compor um tratado ou descrever de forma sistemática o espaço oriental, mas antes fixar, com pormenor e dramatismo, os eventos militares e políticos que marcaram a presença portuguesa na região. A conquista de Malaca, a construção da fortaleza² e os conflitos com os poderes locais surgem como temas centrais, enquanto a geografia e os costumes dos povos asiáticos são referidos de forma episódica, muitas vezes subordinados ao enredo das ações "heroicas". A ausência de uma experiência direta de muitos dos locais descritos acentua o carácter compósito e, por vezes, contraditório do seu relato.

Por fim, Fernão Mendes Pinto oferece, com *Peregrinação*, um testemunho profundamente marcado pela experiência pessoal e por uma forte dimensão literária. O espaço asiático surge aqui sobretudo como cenário de aventura, de encontro

² Fortaleza de Malaca denominada por "A Famosa".

e desencontro com o Outro e de reflexão sobre a condição humana. A descrição geográfica é muitas vezes relegada para segundo plano, em favor da narração de episódios vividos, do retrato de personagens e do relato das relações interpessoais. O Reino do Sião ocupa lugar de destaque, sendo descrito através de experiências concretas, muitas vezes atravessadas por uma visão ambivalente que combina admiração e estranhamento. A vivência direta de Mendes Pinto em Ayutthaya, corroborada por vestígios arqueológicos recentes, confere verosimilhança a alguns dos seus relatos, embora também estejam carregados de elementos ficcionais e hiperbólicos.

A comparação entre estas três obras permite identificar diferentes estratégias discursivas e modos de representação do Oriente e dos seus habitantes (Avelar, 2019, p. 67). Se Tomé Pires procura construir uma imagem ordenada e funcional do espaço asiático, centrada no conhecimento e na utilidade, Gaspar Correia privilegia o relato dos feitos militares e das ações dos portugueses, enquanto Fernão Mendes Pinto elabora uma narrativa pessoal e multifacetada, onde o Outro é apresentado através da lente da experiência individual. A construção da alteridade nestes textos está assim condicionada não apenas pelo contexto histórico e pelos itinerários dos autores, mas também pelas finalidades específicas de cada obra e pelos dispositivos narrativos que mobilizam.

Nos capítulos seguintes, esta análise será aprofundada através do estudo comparado de categorias como organização social, práticas culturais e relações políticas, com o intuito de compreender de que modo estas crónicas contribuíram para a formação de uma determinada imagem do Oriente no imaginário português quinhentista, e como, simultaneamente, revelam tensões, ambiguidades e deslocações nesse mesmo processo de representação.

3. VISÕES PORTUGUESAS: ANÁLISE COMPARATIVA DAS NARRATIVAS

3.1. Tomé Pires: o comerciante-diplomata

*Suma Oriental*³, escrita por Tomé Pires entre 1512 e 1515, representa “o primeiro grande tratado de geografia asiática preparado por um europeu depois do descobrimento do caminho marítimo para a Índia” (Loureiro, 2002, p. 107). Pires, que esteve diretamente envolvido na administração portuguesa em Malaca, ao serviço de Afonso de Albuquerque, utilizou essa posição estratégica para recolher informações detalhadas sobre a geografia, a economia, a política e a cultura do Oriente, procurando oferecer ao rei D. Manuel I um instrumento essencial para a orientação da política expansionista portuguesa no continente asiático.

³ *Suma Oriental* de Tomé Pires, ed. Armando Cortesão, 1944. Primeira edição publicada pelo Historiador Armando Cortesão.

A obra revela um olhar notavelmente atento e multifacetado. Para além de reunir dados concretos e técnicos, como mapas, rotas comerciais, portos e características dos reinos vizinhos, Pires empenha-se em apresentar uma descrição aprofundada das sociedades locais, seus costumes, religiões e estruturas políticas. Malaca, descrita como um verdadeiro centro estratégico do comércio regional, é apresentada como o epicentro de uma vasta e dinâmica rede que incluía potências comerciais como Bengala, o reino do Sião (atual Tailândia), Champa e Bornéu. A descrição detalhada reflete não apenas a riqueza material da região, mas também a complexidade das interações culturais, religiosas e económicas que sustentavam o comércio intercontinental. Vejamos, por exemplo, quando o autor refere o comércio da região de Bengala: “A terra he muyto abastada de muytos mantimentos de carnes peseados arroz es trigo barato” (Cortesão, 1944, p. 219). Do mesmo modo, sobre o Sião, observa que: “Há em siam aroz em muyta cantidade & muyto sall peixe seq salgado oraquas legumes” (Cortesão, 1944, p. 242). No que respeita a costumes e religião, Pires menciona que em Malaca “nom pode nemhuu homem vemder casa nem quymta sem licemça do Rey da terra ou do bemdara” (Cortesão, 1944, p. 428) e, relativamente à Sunda, regista que “Alguus Reis sam mouros os mais e alguus sam Jemtios” (Cortesão, 1944, p. 380).

Mais do que um mero manual para navegadores e diplomatas, *Suma Oriental* constitui um marco no desenvolvimento do conhecimento europeu sobre o Oriente, representando o início de uma cartografia cultural e estratégica da Ásia feita por um europeu que teve contacto direto com os povos e realidades locais. Embora o texto incorpore inevitavelmente uma perspetiva eurocêntrica, característica dos documentos da época, moldada pelos interesses e valores portugueses, a abordagem de Pires revela uma tentativa genuína de compreender a diversidade asiática e de organizar esse conhecimento segundo os parâmetros científicos, políticos e comerciais do início do século XVI.

A importância de *Suma Oriental* transcende, assim, a sua função prática imediata de orientar a política e as negociações portuguesas na Ásia. A obra de Tomé Pires é um documento precursor na história das relações interculturais, pois, ao registar as observações de um europeu imerso num ambiente asiático, inaugura uma tradição de estudos e representações que influenciariam a visão europeia sobre o Oriente durante séculos. Por isso, *Suma Oriental* não é apenas um relato de viagens ou um relatório económico, é “um dos mais importantes e impressionantes tratados geográficos portugueses do século XVI, pela vastidão da área abrangida, pela profundidade e variedade das notícias que contém, pela sua desmesurada extensão, enfim pela precocidade da sua elaboração” (Loureiro, 2002, p. 107).

3.2. Gaspar Correia: o cronista militar

Gaspar Correia é uma figura histórica envolta em mistério, pois pouco se sabe com precisão sobre a sua biografia, incluindo detalhes fundamentais da sua vida pessoal e formação. Contudo, a sua obra monumental, *Lendas da Índia*, é reconhecida como uma das fontes mais importantes e ricas para o estudo da expansão portuguesa no século XVI. Correia, que atuou como escrivão de Afonso de Albuquerque, um dos principais responsáveis pela consolidação do império ultramarino português, foi também testemunha presencial de diversos acontecimentos cruciais em Malaca e nas Molucas, o que confere à sua narrativa um valor único de proximidade e autenticidade. O próprio autor refere na sua obra: “E eu, Gaspar Correa, ysto escrevo porque me passou pola mão, porque fuy eu escrivão d’Afonso d’Albuquerque, e escrevia com elle as cartas pera ElRey, e por essa rezão soube eu ysto que escrevo” (Correia, 1858, pp. 171-172).

A obra *Lendas da Índia* distingue-se por uma combinação singular de narrativa histórica e elementos épicos, em que Correia procura não apenas relatar os eventos militares e políticos, mas também exaltar o “heroísmo” e a dimensão religiosa da presença portuguesa no Oriente. O próprio autor explicita essa intenção ao afirmar: “meu propósito he sómente contar os feitos dos portuguezes” (Lima Felner, 1858, p. 222). O texto é marcado por um tom dramático e, por vezes, quase mitológico, que visa reforçar a imagem dos portugueses como conquistadores providenciais numa terra desconhecida e repleta de perigos. Entre os episódios mais emblemáticos estão a descrição detalhada da construção da fortaleza de Malaca, conhecida como a Famosa, símbolo da estratégia militar portuguesa para controlar rotas comerciais vitais e afirmar a sua presença frente aos poderes locais, nomeadamente algumas comunidades muçulmanas locais que resistiam ao avanço europeu.

Para além dos relatos de batalhas e conquistas, Correia oferece um olhar aprofundado sobre a vida quotidiana dos soldados e administradores portugueses, incluindo a disciplina militar rigorosa, as práticas políticas de governo e as tensões constantes entre colonizadores e populações indígenas ou muçulmanas. Essa atenção ao detalhe é evidente, por exemplo, quando o autor descreve as gentes de Malaca como “muyta gente muy gerreira” (Lima Felner, 1858, p. 231) e, relativamente às populações de outra religião, observa que “estava um mouro chamado Melagia, mouro principal de Malaca” (Lima Felner, 1858, p. 216). A riqueza de detalhes permite compreender não só as grandes estratégias imperiais, mas também os aspetos humanos e imediatos da colonização, tais como as dificuldades enfrentadas pelas tropas, os conflitos internos e as negociações diplomáticas. Este lado íntimo e pessoal da expansão colonial confere à obra uma dimensão etnográfica e social pouco comum para o seu tempo.

Embora a obra apresente traços de fantasia e uma certa idealização, comuns às crónicas épicas do século XVI, isso não diminui o seu valor como fonte histórica. Pelo contrário, a combinação entre factualidade e narrativa épica revela as mentalidades da época, os valores e as perceções dos próprios protagonistas da expansão portuguesa. *Lendas da Índia* é, assim, fundamental para a compreensão das dinâmicas do império ultramarino, ilustrando as contradições entre a ambição militar, a missão religiosa e as realidades políticas e culturais encontradas no Oriente. Apesar de se intitular *Lendas da Índia*, a obra retrata os acontecimentos ocorridos no Oriente desde a chegada de Correia, em 1512, até à sua morte, que se especula ter ocorrido por volta de 1563. A ideia de “lenda”, segundo Ana Paula Avelar, deve-se ao facto de estar presente nas narrativas “(...) o carácter heróico (...) como atributo natural dos portugueses” (Avelar, 2003, p. 55).

Em suma, Gaspar Correia, apesar da pouca informação sobre a sua vida pessoal, legou-nos um testemunho essencial, cuja importância transcende a simples crónica para se tornar numa epopeia que documenta as experiências, triunfos e desafios dos portugueses que participaram diretamente na construção do império colonial no século XVI. A sua obra é indispensável para percebermos tanto o lado “grandioso” quanto a dimensão humana da expansão portuguesa.

3.3. Fernão Mendes Pinto: o viajante fabulista

Fernão Mendes Pinto, natural de Montemor-o-Velho e nascido no início do século XVI, é uma das figuras mais emblemáticas e controversas da expansão ultramarina portuguesa. A sua trajetória de vida, marcada por uma incessante viagem pelo vasto território asiático durante mais de vinte anos, constitui a base da sua obra *Peregrinação*. A obra mistura elementos autobiográficos, relatos de aventuras, descrições históricas, reflexões religiosas e críticas sociais, oferecendo uma perspetiva multifacetada da presença portuguesa no Oriente.

Peregrinação destaca-se especialmente pelo detalhado relato do Sudeste Asiático, com particular enfoque no reino do Sião (atual Tailândia), onde Mendes Pinto descreve não só a geografia, mas também as complexas redes políticas, religiosas e comerciais que caracterizavam a região. As suas descrições abordam a diversidade cultural dos povos locais, por exemplo quando refere que no Sião “erão tantos os mercadores que vinhão de todas as partes” (Monteiro, 1983, p. 100), as rivalidades entre diferentes reinos e a interação entre mercadores, exploradores e autoridades locais, ilustrando a multiplicidade de dinâmicas que moldavam o contexto asiático do século XVI.

Embora o estilo narrativo de Mendes Pinto por vezes se aproxime do fabuloso e do exagerado, como se observa em episódios de aventuras quase inverosímeis, encontros

miraculosos ou descrições hiperbólicas de feitos e perigos, essa tendência não anula o valor documental da obra. Um exemplo é o episódio em que narra a natureza e o clima em Peedir, descrevendo o lugar como tendo “arvoredo do mato muyto grande quantidade de cobras e de bichos de tão admiráveis grandezas e feições” (Monteiro, 1983, p. 44). Em Sumatra, menciona tempestades que causavam a destruição de naus: “de vinte e oito pessoas que nella hiamos, as vinte e tres se afogarão (...) e os cinco que escapamos somente pela misericórdia de nosso Senhor” (Monteiro, 1983, p. 68).

Estudos contemporâneos reconhecem na *Peregrinação* um testemunho valioso da experiência portuguesa no Oriente, construído a partir de memórias pessoais e de observações diretas, ainda que mediadas pela imaginação literária. A obra combina, assim, o caráter picaresco e aventureiro do autor com uma observação crítica da realidade, espelhando os desafios, contradições e ambiguidades da expansão portuguesa naquele vasto espaço geográfico.

Fernão Mendes Pinto não se limita a descrever objetivamente os factos, pois a sua escrita incorpora momentos de análise e reflexão sobre o encontro entre culturas. Através da representação do confronto entre europeus e asiáticos, ora marcado pela curiosidade e pela admiração, ora pela incompreensão e pelo conflito, o autor revela uma consciência aguda das tensões identitárias do seu tempo. Dessa forma, a *Peregrinação* pode ser lida como uma reflexão profunda sobre a condição humana perante a diferença e sobre os limites do próprio projeto imperial português.

Outro aspeto central da obra é o perfil do próprio autor. António José Saraiva descreve, no seu prefácio da *Peregrinação*, que:

a personagem Fernão Mendes Pinto apresenta-se, deliberadamente, como um anti-herói de um romance autobiográfico, e como uma figura curiosa que tem a franqueza de nos declarar que a sua única peregrinação é a de fazer fortuna, e conta-nos as suas necessidades, misérias, fugas e os seus ataques de medo: ‘as carnes tremiam-me’, diz frequentemente. Para salvar a rica vida é capaz não só de fugir, mas até de se arrastar no pó, de caluniar o amigo, de beijar os pés do assassino. (Saraiva, 1961, pp. XXII-XXIII)

E acrescenta:

O herói na *Peregrinação* é tanto bobo como miserável e parece ser um ‘irmão’ de Sancho Pança, sem sombra de orgulho, de brio e de preconceito. A noção de ‘honra’ é completamente desconhecida para ele, o que contrasta com os heróis de Camões. (Saraiva, 1961, p. XXVI)

Este múltiplo papel confere a *Peregrinação* um cariz autobiográfico rico e diversificado, em que a experiência pessoal se cruza com as grandes narrativas da época, como a

missão evangelizadora, o comércio ultramarino e os conflitos políticos. A personagem António de Faria, frequentemente destacada na obra, funciona quase como um *alter ego* do autor, personificando muitos dos dilemas e experiências vividas por Mendes Pinto.

Finalmente, a obra tem um papel importante na construção da imagem do Oriente na Europa do século XVI. Ao apresentar relatos detalhados, e muitas vezes inéditos, sobre terras e povos desconhecidos, *Peregrinação* contribui para ampliar o conhecimento europeu sobre o mundo asiático, enquanto perpetua certos estereótipos e interpretações culturais típicas da época. Esta dualidade entre exotismo e análise crítica torna a obra um documento histórico fundamental para compreender a complexidade das relações interculturais e a construção do imaginário colonial português.

4. CRUZAMENTO DE PERSPETIVAS E CONTRASTES

A análise conjunta das obras de Tomé Pires, Gaspar Correia e Fernão Mendes Pinto revela a complexidade da presença portuguesa no Sudeste Asiático durante o século XVI, oferecendo múltiplas perspetivas sobre as gentes, os costumes e as dinâmicas socioculturais da região. Produzidas em diferentes momentos e contextos, estas fontes assumem um papel central na compreensão das relações interculturais e da construção da imagem do Outro no quadro da expansão ultramarina portuguesa.

Suma Oriental, de Tomé Pires, distingue-se pela sua abordagem sistemática e detalhada, combinando informação geográfica, política, económica e etnográfica para criar um retrato abrangente da região. Esta obra tem uma função pragmática, fornecendo conhecimento essencial para a atuação política e comercial dos portugueses, ao descrever territórios, recursos, sistemas de governo, práticas sociais e religiosas, e as comunidades estrangeiras presentes, particularmente na área de Malaca e suas dependências.

Em contraste, *Lendas da Índia*, de Gaspar Correia, adota uma narrativa mais épica e pessoal, em que o foco reside nos feitos militares e na missão civilizadora dos portugueses, explicados por uma visão providencialista que atribui o destino da nação à vontade divina. Correia privilegia a crónica dos acontecimentos em que participou ou dos quais teve conhecimento direto, incluindo descrições das populações, costumes, modos de comércio e batalhas, apresentando um retrato vivido e dramatizado da presença portuguesa.

Por sua vez, *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto, caracteriza-se por um relato autobiográfico e multifacetado, marcado por experiências diversas enquanto embaixador, comerciante, soldado e escravo. Mendes Pinto oferece uma visão menos

oficial e mais pessoal, que evidencia as contradições e dificuldades da expansão portuguesa, enquanto retrata a diversidade cultural e a complexidade das interações no Oriente. O tom da obra aproxima-se do picaresco (Soares, 2019), com a identificação do autor com o anti-herói António de Faria, o que humaniza a narrativa e expõe o encontro cultural sob um prisma crítico e reflexivo.

Estas três obras, embora diferentes no estilo e no enfoque, permitem identificar tanto pontos de convergência como de tensão na representação do Sudeste Asiático. Pires privilegia o conhecimento objetivo e detalhado, como se observa quando descreve o comércio de Sumatra: “tem ouro em muita cantidade camfora de comer de duas maneiras pimenta seda beijoym lenho aloes de butica tem mell çera breu emxufre algodam muitas Rotaas (...) aroz bramco & por pillas tem muitas carnes e pescados (...) tem azeites vinhos” (Cortesão, 1978, p. 380).

Correia, por sua vez, realça a dimensão histórica e “heroica” dos feitos portugueses, como demonstra ao referir que “a nossa armada passou ao longo da praya, toda abandeyrada e apauesada” (Lima Felner, 1983, p. 219), evidenciando, segundo o autor, o caráter imponente e disciplinado da armada portuguesa. Já Mendes Pinto enfatiza o lado humano e imprevisível da presença no Oriente, destacando experiências individuais e choques culturais. Estes relatos, em conjunto, revelam uma visão dual do mundo oriental pelos portugueses. Por um lado, observa-se uma valorização das populações consideradas amigas ou aliadas, como os reis do Aru e do Sião, e uma admiração pelos costumes e culturas locais. Por outro, manifesta-se uma forte hostilidade e desprezo pelos muçulmanos não aliados, refletindo uma mentalidade influenciada pelo espírito de cruzada e pelo conflito religioso que marca a época, como quando Pires menciona que Sunda “He Regnuo De çumda nom comsemte mouros (...) porq hos mouros sam manhosos” (Cortesão, 1978, p. 296), referindo-se à cautela do reino em relação a grupos muçulmanos.

Não obstante estas contradições, não se verifica uma visão etnocêntrica uniforme sobre o Outro. A postura dos autores é marcada por um equilíbrio entre a curiosidade, o reconhecimento da alteridade e as limitações culturais e políticas do seu tempo. Cada obra traduz a construção de uma imagem do Sudeste Asiático que é, simultaneamente, produto das vivências pessoais dos autores e do contexto histórico da expansão portuguesa.

Assim, nenhum dos relatos pode ser considerado isoladamente como superior ou mais completo, pois cada um oferece contributos únicos para a compreensão da presença portuguesa na região. A análise comparada destas fontes enriquece o entendimento dos processos históricos, sociais e culturais que moldaram as interações entre portugueses e populações locais, bem como das permanências e influências que ainda hoje se refletem em territórios como Malaca, Sião e as ilhas Molucas.

4.1. Vestígios de permanência

A presença portuguesa no Sudeste Asiático no século XVI constituiu uma das primeiras manifestações da globalização moderna, tendo o Reino do Sião (atual Tailândia) desempenhado um papel relevante nas redes de contacto luso-asiáticas. Após a conquista de Malaca, em 1511, os portugueses estabeleceram contacto diplomático com o Sião por intermédio de Duarte Fernandes, cujo envio pelo capitão-mor Afonso de Albuquerque culminou numa receção positiva por Ramathibodi II⁴ e na assinatura de um tratado de amizade e comércio. Como consequência, os portugueses obtiveram o direito de residir e comerciar em Ayutthaya, onde vieram a formar uma comunidade própria.



Figura 1 - “Bang Portuguet”.
Fotografia da autora.



Figura 2 - Igreja Dominicana de São Pedro.
Fotografia da autora.



Figura 3 – Escavações arqueológicas em “Bang Portuguet”. Fotografia da autora.



Figura 4 – Escavações arqueológicas em “Bang Portuguet”. Fotografia da autora.

Fernão Mendes Pinto, em *Peregrinação*, dedica particular atenção ao Reino do Sião, descrevendo minuciosamente a geografia, os costumes, os mercados e a vida quotidiana em Ayutthaya. Grande parte do que relata encontra correspondência em vestígios materiais e culturais ainda visíveis no século XXI, evidenciando a durabilidade

⁴ Em tailandês “พระธรรมราชา”, Ramathibodi II (Rama, cujo significado é Rei em língua tailandesa). Foi rei de Ayutthaya durante os anos de 1491 a 1529. O seu reinado foi fortemente marcado pela presença portuguesa no século XVI.

da presença portuguesa. As suas descrições não apenas confirmam a existência de comunidades luso-siamesas, mas também ajudam a identificar elementos culturais portugueses que se mantiveram, como práticas religiosas, toponímia, arquitetura e tradições gastronómicas. A comunidade luso-siamesa, cuja população terá atingido alguns milhares de pessoas, manteve uma identidade cultural distinta ao longo dos séculos, visível na persistência da fé católica, nos rituais religiosos, nas práticas funerárias e até na língua falada. As escavações arqueológicas no antigo cemitério da igreja de São Pedro, bem como os registos cartográficos e textuais da época, confirmam a presença duradoura dos portugueses em Ayutthaya, mesmo após a sua destruição em 1767.



Figura 5 - Fios de ovo portugueses num supermercado local em Pathum Thani, Tailândia. Fotografia da autora.



Figura 6 – Informação retirada do Museu em “Bang Portugal”. Fotografia da autora.

Entre os contributos mais significativos da influência portuguesa na cultura siamesa destaca-se a doçaria conventual, introduzida por mulheres luso-descendentes e missionárias. Doces como o *foi thong* (fios de ovos), *thong yod* (gotas douradas) e *thong yip* (flor dourada), de origem portuguesa, foram adaptados e integrados na confeitaria real tailandesa, adquirindo um valor simbólico associado à longevidade, prosperidade e fortuna. Esta dimensão gastronómica constitui um exemplo paradigmático da transferência cultural e da apropriação criativa de práticas europeias por sociedades asiáticas.

A relevância histórica desta relação é reconhecida ainda nos dias de hoje, como demonstra a construção e oferta do Sala Thai ao governo português, uma réplica tradicional de pavilhão tailandês instalada no Jardim da Torre de Belém, em Lisboa, em 2012, por ocasião dos 500 anos de relações diplomáticas entre Portugal e a Tailândia. Este gesto simbólico materializa a longevidade e a continuidade de uma relação bilateral que teve início nos primórdios da expansão marítima europeia e que permanece viva através da memória histórica, dos intercâmbios culturais e do património material e imaterial partilhado.



Figura 7 – Sala Thai. Fotografia da autora.



Figura 8 - Moldura dos mais de quinhentos anos de amizade entre a Tailândia e Portugal, Embaixada da Tailândia em Lisboa. Fotografia da autora.

A presença portuguesa no Reino do Sião durante o século XVI constitui, assim, um marco relevante na história das relações interculturais entre Ocidente e Oriente, evidenciando os primeiros movimentos de globalização. A comunidade luso-siamesa, para além de assegurar uma continuidade cultural e religiosa ao longo de vários séculos, simboliza a capacidade de integração e adaptação mútua entre povos distintos. Os vestígios arqueológicos, culturais e históricos, desde o cemitério de São Pedro até à doçaria conventual, revelam uma herança duradoura que transcende o mero contacto comercial, consolidando uma relação bilateral singular que persiste até aos dias de hoje. Esta presença representa não apenas um testemunho do passado, mas também um legado vivo que enriquece ambas as culturas e reforça a importância do diálogo intercultural ao longo da história.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das obras de Tomé Pires, Gaspar Correia e Fernão Mendes Pinto revela a complexidade da presença portuguesa no Sudeste Asiático durante o século XVI, mostrando diferentes formas de representação do espaço, das populações e das interações culturais. Cada autor oferece uma perspetiva singular, sistemática e detalhada, épica e heroica ou autobiográfica e multifacetada, que, em conjunto, permite compreender a diversidade e as contradições do contacto português com as sociedades asiáticas.

O estudo evidencia ainda que a influência portuguesa se manifestou para além do plano militar e comercial, deixando vestígios duradouros em Ayutthaya e noutras regiões, como comunidades luso-descendentes, práticas religiosas, elementos arquitetónicos e contribuições culturais, incluindo a gastronomia. Estes elementos ilustram processos

iniciais de globalização e a capacidade de integração e adaptação mútua entre diferentes povos.

Por fim, esta investigação sublinha a importância de uma abordagem comparativa e contextualizada das fontes históricas, reconhecendo as subjetividades dos autores e as limitações do seu tempo, enquanto valoriza a riqueza informativa das suas narrativas. A presença portuguesa no Sudeste Asiático configura um legado cultural e histórico duradouro, que continua a influenciar as relações interculturais e a memória coletiva das regiões envolvidas.

REFERÊNCIAS

Avelar, A. P. (2003). *Visões do Oriente: Formas de sentir no Portugal de Quinhentos*. Edições Colibri.

Avelar, A. P. (2019). Modelações de escritas sobre um Portugal de partida para os espaços extraeuropeus: Reflexões em torno de imagens do(s) europeu(s). In P. C. Lopes (Ed.), *Portugal e Europa nos séculos XV e XVI: olhares, relações, identidade(s)* (pp. 65-82). IEM / CHAM.

Boxer, C. R. (1960). Portuguese Timor: A rough island story: 1515-1960. *History Today*, 10(5), 40.

Correia, G. (1858). *Lendas da Índia* (Ed. R. J. Lima Felner). Academia Real das Ciências.

Cortesão, A. (Ed.). (1978). *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues* (2.ª ed.). Acta Universitatis Conimbricensis.

Dorey, F. (2019). *The first modern humans in Southeast Asia*. Australian Museum. <https://australian.museum/learn/science/human-evolution/the-first-modern-humans-in-southeast-asia/>

Fifield, R. H. (1983). *Southeast Asia as a regional concept*. Institute of Southeast Asian Studies.

Guisan, P. (2006). Vestígios do sonho português no Sudeste Asiático. *Via Atlântica*, 10, 168-182.

Lockard, C. (2009). *Southeast Asia in world history*. Oxford University Press.

Loureiro, R. M. (2002). O Sudeste Asiático na *Suma Oriental* de Tomé Pires. *Revista de Cultura*, 4, 106-123.

Pinto, F. M. (1983). *Peregrinação* (Transcrição de A. C. Monteiro). Imprensa Nacional-Casa da Moeda. (Obra original publicada em 1614)

Polónia, A., & Capelão, R. (2019). A *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto e as suas experiências do Oriente. In M. C. Natário, R. Epifânio, & M. L. Malato (Coords.), *Portugal-Goa: Os Orientes e os Ocidentes* (pp. 19-33). Universidade do Porto.

Saraiva, A. J. (1961). Prefácio. In F. M. Pinto, *Peregrinação*. Sá da Costa.

Soares, M. L. C., & Soares, M. J. C. (2019). A imagem do Oriente, a identidade pessoal, a visão do Nós e do Outro na *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto. *Revista de Letras*, 59(1), 115-134. <https://www.jstor.org/stable/26909023>

Thomaz, L. F. F. R. (1993). The Malay Sultanate of Melaka. In A. Reid (Ed.), *Southeast Asia in the early modern era: Trade, power, and belief* (pp. 71-75). Cornell University Press.

ADAPTAÇÕES JUVENIS DA PEREGRINAÇÃO, DE FERNÃO MENDES PINTO: NARRATIVAS E IMAGENS

Young adult adaptations of Peregrinação, by Fernão Mendes Pinto: narratives and images

André Campos

RESUMO

Propõe-se o levantamento, a descrição e a análise das imagens que emergem das adaptações juvenis da *Peregrinação* (1614), de Fernão Mendes Pinto, visando a sua relação com fenómenos identitários como aqueles que marcam a atualidade nacional. A noção de que a literatura é território privilegiado para a construção e transmissão de narrativas e conceitos da órbita da imagem nacional – como *identidade nacional* ou *nacionalismo* – colhe amplo consenso. Essa dinâmica parece reforçar-se quando estão em causa i) textos da literatura da Expansão e ii) textos destinados a leitores em fase formativa. Não só o *corpus* identificado – que representa a totalidade das adaptações literárias juvenis publicadas em Portugal e dirigidas a um público que tem o português como língua materna – congrega esses elementos, como se impõe como o ponto de contacto primacial, e não raro único, com o universo da *Peregrinação*. Exploram-se, assim, i) a hipotética refiguração apologética e heroicizante das personagens de Fernão Mendes Pinto ele-próprio e António de Faria em algumas destas adaptações e ii) a eventual relação entre esta posteridade e a persistência de um imaginário identitário dialeticamente determinado pelo período (destarte representado como) áureo da Expansão ultramarina.

Palavras-chave: Adaptação (literária, juvenil); *Peregrinação* (obra literária); identidade nacional; Expansão (Literatura da); cultura portuguesa

ABSTRACT

The objective of this study is to survey, describe, and analyse the images that emerge from juvenile adaptations of *The Travels of Mendes Pinto* (1614), by Fernão Mendes Pinto, aiming at its relationship with identity phenomena such as those that mark Portugal's mediatic landscape. The notion that literature is a privileged territory for the construction and transmission of narratives and concepts within the sphere of the national image – such as national identity or nationalism – is widely agreed upon. This dynamic seems to be reinforced when it comes to (i) texts from the so-called Literature of Expansion and (ii) texts intended for readers in their formative years. Not only does the corpus identified

– which gathers all of *The Travels*' juvenile, literary adaptations published in Portugal and aimed at native speakers – encompasses these elements, but it also establishes itself as the primary, and often exclusive, point of contact with Mendes Pinto's work. The paper thus seeks to explore i) the hypothesis of a laudatory and heroic reconfiguration of the characters of Fernão Mendes Pinto himself and António de Faria in some of these adaptations and ii) the possible connection between this legacy and the persistence of an identity imaginary dialectically determined by the (thus represented as) "Golden Era" of Portugal's 15th and 16th centuries maritime Expansion.

Keywords: Adaptation (literary, juvenile); *Travels of Mendes Pinto, The (book)*; national identity; Expansion (Portuguese Literature of the); Portuguese culture

1. OBJETO, OBJETIVOS, RELEVÂNCIA DO ESTUDO

Que imagens emergem das adaptações juvenis da *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto? Antes disso, que processos narrativos as geram? São estas as perguntas de partida da investigação que temos presentemente em curso¹, de cujos contornos gerais trataremos nas páginas seguintes.

É nosso objeto de estudo o conjunto das adaptações literárias juvenis da *Peregrinação* (1614), de Fernão Mendes Pinto, publicadas em Portugal e dirigidas ao leitor que tem o português como língua materna. Reunimos, assim, o seguinte corpus²:

- Aquilino Ribeiro (1885-1963) – *Peregrinação de Fernão Mendes Pinto / Aventuras extraordinárias de um Português no Oriente* (Sá da Costa, 1933)
- Branquinho da Fonseca (1905-1974) – *No rasto do Corsário / Fernão Mendes Pinto* (Portugália, 1962)
- João Osório de Castro (1926-2007) – *A primeira espingarda no Japão* (FOC-Escolar, 1973)
- Adolfo Simões Müller (1909-1989) – *Peregrinação / Fernão Mendes Pinto / Contada aos jovens* (Publicações Europa-América, 1980)
- José Ruy (1930-2022) – *Fernão Mendes Pinto e a sua Peregrinação adaptada em banda desenhada* (Meribérica, 1982)
- Teresa Bernardino (n. 1948) – *Fernão Mendes Pinto / Peregrinação* (Verbo, 1993)
- Fernando Cardoso (n. 1939) – *Fernão Mendes Pinto / Peregrinação* (Areal, 1999)

¹ Trata-se da tese de Doutoramento em Estudos Portugueses, especialidade Literatura e Cultura Portuguesas, da Universidade Aberta, sob orientação do Professor Doutor Luís Carlos Pimenta Gonçalves, iniciada recentemente e que tem, provisoriamente, o título desta comunicação.

² Organizado por ordem cronológica. Indicamos, à frente do título do livro, editora e data da 1.ª edição.

- João Miguel Lameiras (n. 1966) e Miguel Jorge (n. ?), *Fernão Mendes Pinto / Peregrinação* (LEVOIR-RTP, 2024)

Na impossibilidade de nos determos em cada um destes títulos, optámos por apresentar uma seleção de aspetos que, cremos, permitem uma visão geral do nosso horizonte de pesquisa.

A somar aos objetivos inerentes às perguntas de partida supra, visamos, em última análise, observar o eventual diálogo que as imagens elaboradas nestas adaptações juvenis animam com aquilo que André Barata (2011) designou de “mobilização reemergente do complexo identitário português”, fenómeno que se firmou e avulta hoje em virtualmente todos os domínios da vida pública nacional.

Dito isto, comecemos por assinalar que a noção de que a literatura é campo privilegiado para a construção e transmissão de narrativas e conceitos da órbita da imagem nacional – como *identidade nacional* ou *nacionalismo* – colhe amplo consenso (cf., entre outros, Blockeel, 2001; Reis, 1996), desde logo pelo estímulo para a reflexão ontológica associado ao ato de ler ou pelas lógicas de autoridade que não raro marcam a relação entre leitor e autor/obra.

Estas lógicas parecem ganhar redobrada premência quando estão em jogo i) o vasto conjunto da literatura da Expansão e ii) a literatura dirigida a públicos mais jovens, como é aquela nosso objecto. Nesta última, à já citada relação leitor-autor/obra, somam-se outras de (ainda mais) vincada assimetria, como são as relações aluno-professor ou criança-adulto. Quanto à literatura da Expansão – aqui entendida como “conjunto de obras literárias suscitadas pela actividade descobridora, conquistadora e missionária”, produzidas “desde o século XV ao nosso tempo” (Cidade, 1978, p. 318) –, de há muito que se lhe atribui uma importante carga identitária, para o que inequivocamente contribuiu a sua apropriação e valorização como documento de uma época áurea, como cânone de um tempo *exemplar*.

Ponto de confluência desse cânone com a literatura juvenil, as adaptações dos *clássicos* são uma aposta editorial consolidada e sistematicamente fomentada ao longo dos últimos 100 anos. Observa-se, de resto, uma alargada anuência em torno da visão que preconiza o “dar a ler” as obras e autores consagrados aos mais jovens, aspeto não despidendo no fenómeno que nos propomos estudar.

Ora, a *Peregrinação* congrega todas as dimensões descritas. Porquê, então, a opção pelo estudo das suas adaptações juvenis? Consideremos, a somar ao que ficou dito, dois grandes motivos.

Um, o geral desconhecimento da obra mendesiana. Mau grado a quantidade e qualidade das iniciativas editoriais e críticas que, de há uns anos a esta parte, criaram

as condições para um cada vez mais efetivo acesso a este texto, cremos que a interrogação de Adolfo Casais Monteiro, em prefácio à edição que organizou em 1952, mantém a sua pertinência: “Mas pergunto: de todos esses portugueses (*que ouviram falar de Mendes Pinto*), quantos o leram – e quantos o puderam ler?” (Pinto, 1952, p. 7). De resto, era ainda esta percepção um dos pontos de partida do volume *O discurso literário da “Peregrinação”*, organizado por Maria Alzira Seixo e Christine Zurbach (1999) – lê-se-lhe na badana: “a sua importância literária é unanimemente enaltecida, mas poucos estudam e quase ninguém lê esta obra-prima”. Se a isto juntarmos que a *Peregrinação* sempre ficou à margem dos programas escolares (Almeida, 2017, p. 9; Anunciação, 2015, p. 276; Bernardes, 2017, p. 206), podemos ter nestas adaptações juvenis – algumas, ao invés, incluídas em Metas Curriculares em vigência e no Plano Nacional de Leitura – o ponto de contacto privilegiado, e não raro único, com o universo da *Peregrinação*.

Outro, a fortuna e relevância literárias deste *corpus*. Para concretizar, elenquemos i) o número e variedade das adaptações – num total de oito títulos (que se desdobram em cerca de 40 edições) e incluindo, além da narrativa em prosa, o texto dramático e a banda desenhada; ii) a sua distribuição temporal – cruzando um arco de sensivelmente um século e convocando, por isso, as circunstâncias de produção e receção o mais diversas; e iii) o seu elenco autoral – seja pelo relevo literário e cultural que corporiza, seja pela pluralidade crítica das diferentes propostas.

2. “UM MAGNÍFICO E DENODADO HOMEM, REPRESENTATIVO, COMO POUCOS, DE UM PORTUGAL QUE FINDOU”

A ideia-base desta pesquisa teve origem no contacto com a adaptação de Aquilino Ribeiro. Este título foi reeditado 14 vezes pela extinta Sá da Costa, a última das quais em 2008. Após esse ano, e para lá de outras reimpressões, continuou a ser editado pela Bertrand (2009 e 2020) e pela Porto Editora (2019). Faz parte, além disso, do Plano Nacional de Leitura e da lista de obras sugeridas no domínio da Educação Literária, literatura juvenil, do 9.º ano de escolaridade³.

Originalmente publicada em 1933, é o terceiro número da coleção “Os Grandes Livros da Humanidade”, coleção que, como se lia na contracapa, se destinava a “promover nos jovens e no povo o gosto pela cultura” (Ribeiro, 1975). Precedem-na as adaptações *Os Lusíadas contados às crianças e lembrados ao povo* (1930)⁴ e *A Odisseia de Homero* (1933), ambas assinadas por João de Barros. Seguiram-se-lhes oito outras adaptações, em revisitações intercaladas do cânone ocidental (Dante,

³ Conforme Metas Curriculares de Português, documento disponível na página oficial da Direcção-Geral da Educação – URL: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Basico/Metas/Portugues/3_ciclo_educacao_literaria.pdf

⁴ Reeditada pela Sá da Costa 61 (!) vezes (Oliveira, 2011, p. 19).

Virgílio, Homero, Swift) e textos portugueses versando as temáticas da Nacionalidade (*Viriato Trágico*, *A Crónica do Condestável*) e da Expansão (*História Trágico-Marítima*, *O Caramuru*). A composição da coleção parece, em si mesma, sugerir um nivelamento dos textos nacionais com os grandes textos universais. Podemos, além disso, ver na escolha destas figuras e destes períodos identitariamente simbólicos uma proposta de fixação de modelos fundadores e exemplares do ser-nacional, impressão que se reforça nos paratextos que enquadram cada título e na específica conformação dos textos adaptados (aspeto que pretendemos aprofundar na nossa investigação).

Mas centremo-nos na adaptação de Aquilino Ribeiro. Em “Palavras preliminares” e “Quem era Fernão Mendes Pinto”, que respetivamente abrem e encerram o seu livro, Aquilino Ribeiro destaca i) o acordo do texto mendesiano com o “espírito da raça”, ii) a potência epopeica da obra – “uns segundos *Lusíadas*” – e iii) as “belas andanças do herói” António de Faria (Ribeiro, 1975, pp. 5-7, 199-212). Este, defende Aquilino, não é senão a “máscara” do próprio Mendes Pinto, solução destinada a ocultar a autoria de atos menos recomendáveis. Por fim, admitindo que pudesse não haver uma resposta ao título da sua advertência biográfica – “Quem era Fernão Mendes Pinto” –, Aquilino conclui: “certo era ser um magnífico e denodado homem, representando como poucos um Portugal que findou”.

À dimensão programática e ideológica da coleção – resgatemos, a este respeito, uma nota editorial que abre a quarta edição (e que é recuperada nas mais de 50 edições ulteriores) da já citada adaptação juvenil de *Os Lusíadas*: “Estamos desde sempre convictos de que a obra de Camões é lição eterna de Portugueses, e que nela se contêm exemplos, conceitos e incentivos indispensáveis à formação do carácter e da consciência da grei” (Barros, 1994) –, a esta dimensão, dizíamos, soma-se, como acabamos de sucintamente ver nos paratextos de Aquilino, o que parece ser uma lógica modelar a enformar a figura dúplice Fernão Mendes Pinto/António de Faria.



Figura 1 – Lombada dos livros que compõem o corpus em análise – a questão da autoria (fotografia nossa)

Identificamos, assim, o que vários autores vêm de há muito assinalando: que, nas literaturas infantil e juvenil, o vetor literatura é não raro funcionalmente reduzido a veículo por meio do qual se estabelece e difunde o quadro de valores tido por conveniente numa dada circunstância histórica. Como escrevia Garcia Barreto a propósito de um livro de Adolfo Simões Müller: “Que dizer do conteúdo desta obra? Repetimos (...): que o mundo éramos nós a olhar para o umbigo. E, claro, todos heróis, mártires e santos. (...) parece mais uma tarefa política que uma obra para crianças” (Barreto, 1998, p. 44).

Importa referir que, entre outros aspetos, o processo que está na base de uma adaptação desta natureza passa, por um lado, pela redução e simplificação globais da obra em domínios como a sintaxe, o vocabulário, a galeria de personagens ou a estrutura narrativa; e, por outro, pela revisão, seleção e mesmo eliminação de aspetos considerados inadequados e/ou menos interessantes para estes públicos. Ambos os eixos têm a montante um conjunto de requisitos e exigências estrita e inequivocamente editoriais e produtivas. Devem salvaguardar-se, porém, a autonomia criativa e interpretativa de cada novo autor/editor, e bem assim a legitimidade e o potencial autónómico de cada uma destas obras.

Não obstante, na sua específica conformação, estes textos segundos produzem, a jusante, um conjunto de imagens e narrativas que não só mobilizam a autoridade da obra original, como, podemos admitir, se lhe substituem, ora porque não é certo que o jovem leitor venha posteriormente a contactar com aquela, ora porque é igualmente incerto (senão mesmo improvável) que a questão da autoria fique, mesmo em contexto escolar, clarificada no seu espírito, no que participa o grafismo que, em vários casos, identifica a adaptação com Fernão Mendes Pinto e não com o adaptador (Figura 1).

Tornando a Aquilino, recordemos ainda que, na sua visão, e como escreveu em *Portugueses das Sete Partidas*, António de Faria (que era Fernão Mendes) representa o “mais fino e sublimado que produziu a fibra nacional” (Ribeiro, 1969, p. 19). Nessa mesma obra, o escritor refere-se ao saque de Caleplui como sendo “do mais belo que oferece o génio da raça, que batia todos os badanaís do globo quando os outros povos da Europa se aqueciam ainda à lareira dos seus castelos medievalescos” (*id.*, pp. 242-243). Além disso, como outros da sua geração, Aquilino Ribeiro “não acredit(a) em nada daquilo em que julgav(a) acreditar todos os anteriores poetas ou ficcionistas” (Lopes, 1985, p. 10), o que corporiza ao enxertar

na velha cepa tão chorona da literatura portuguesa um género que ainda aqui não tinha pegado, (...) a novela picaresca, a história das aventuras, desgraças e ladinos expedientes de pícaros ou personagens populares, sem cultura letrada, sem arrimos sociais, mas férteis em manhas e dotados, como os gatos, de sete fôlegos de resistência e de reactividade vital a toda a prova. (*ibid.*)

Assim, aos olhos de Aquilino, António de Faria seria não tanto um pirata, mas um *aventureiro fértil em manhas e dotado dos sete fôlegos dos gatos*, um fidalgo que, porquanto “para lá da Linha, a moral era outra, sem dúvida” (Ribeiro, 1975, p. 207), se emancipara dos *arrimos sociais e batera bravamente todos os badanaís do globo*.

Do ponto de vista do discurso, e face ao texto original, vários são os aspetos a destacar. Citemos três: a reconfiguração da dialética ‘Português-Outro’ (a valorização do *mesmo* é feita, por vezes, pela desvalorização do *outro*), o achatamento funcional do narrador (neutralizando a carga crítica que traz à narrativa) e a secundarização da entidade divina (em prol de uma moderna afirmação de autonomia do indivíduo).

A dinâmica-chave é, porém, a nova centralidade atribuída a António de Faria, que, na narrativa de Aquilino, com maior ou menor subtileza, se vê refigurado de forma exaltante e elevado a epítome da Aventura de Quinhentos, base para a construção e atualização de uma mitologia de um Passado grandioso que urgia emular.

3. ALGUMAS NOTAS SOBRE A “PEREGRINAÇÃO” ORIGINAL

Antes de visitar as demais adaptações, importa deixar algumas notas relativas à obra que origina este *corpus* e, incidentalmente, a presente proposta de trabalho.

A fortuna além-fronteiras da *Peregrinação* está amplamente documentada; porém, o acolhimento entre o público português parece não ter conhecido o mesmo fulgor. Com efeito, só em finais de Oitocentos começará a *Peregrinação* a ser reconhecida e valorizada no plano da (história da) literatura portuguesa (Margarido, 1983, p. 23; Pinto-Correia, 1983, p. 85), vivendo, desde então, o seu mais intenso período editorial e, outrossim, crítico.

Num primeiro momento, este reencontro com o texto mendesiano é grandemente impulsionado pela procura de narrativas que pudessem, de algum modo, exaltar um ser-nacional em franco autoquestionamento na ressaca do *Ultimatum* de 1890-1891, “*traumatismo-resumo* de um século de existência nacional traumatizada” (Lourenço, 2023, p. 30). Este movimento será, já no decurso do século XX, enriquecido por propostas críticas que fazem jus à complexidade de uma obra que, sem que esteja em causa a sua inequívoca dimensão documental, convoca as mesmas perguntas com que hoje interpelamos um romance.

O estatuto da *Peregrinação* é, aliás, um aspeto central quando analisamos a sua posteridade e receção – e não menos quando nos debruçamos sobre as especificidades próprias da adaptação juvenil. A alusão supra ao romance, por seu turno, não é inocente; estamos convictos de que esta obra, que desafia fronteiras genológicas, prefigura uma tensão criativa cujas “rotas narrativas” entroncam no romance.

Vêm a propósito as palavras de Maria Alzira Seixo (1998):

O romance, enquanto género literário pouco codificado (...), formulou-se justamente na Idade Moderna como o tipo de escrito estético mais calhado para a progressiva descoberta que o homem faz do mundo e de si mesmo, em diálogo constante, e por vezes pouco sereno (...) com um transcendente que é representado, "lato senso", por tudo aquilo cuja interpretação o ultrapassa. (p. 145)

Pois que é a *Peregrinação* senão uma "progressiva descoberta" do "mundo e de si mesmo", um "diálogo constante e por vezes pouco sereno"? A própria estrutura da Viagem – que inscreve a obra num imenso mapa intertextual que recua à Antiguidade e se projeta no Romantismo – instaura essas imagens de descoberta, de diálogo, de universo cujo entendimento ultrapassa o sujeito. Não surpreende, neste seguimento, a dimensão eminentemente filosófica de certos episódios e de tantas das digressões (traço de modernidade) do narrador.

Registemos, a encerrar estas breves notas, dois outros aspetos. Um, a *passividade* do sujeito da enunciação, o "pobre de mim" que, desde que um tio o leva para Lisboa e o põe ao serviço de uma família nobilitada, sempre se vê sujeito à vontade de terceiros e às circunstâncias – o que a cristã entrega aos imperscrutáveis desígnios de Deus só explica parcial e retrospectivamente.

Outro, a escala e o âmbito do texto mendesiano, que detalha o pequeno drama, estranho à História dos grandes centros de decisão, e que, nisso, abre espaço à leitura da *Peregrinação* como crónica do agente anónimo da Expansão. A essa luz, a subjetividade do relato autobiográfico desdobra-se em memorial dos sem-voz que a historiografia oficial marginaliza. O diálogo problematizante entre estes dois planos, individual e coletivo, diz bem do valor literário deste texto.

4. OUTRAS ADAPTAÇÕES: ALGUNS EXEMPLOS

Avancemos, agora, para outras adaptações, começando por algumas considerações gerais. Em primeiro lugar, é de frisar que existe um diálogo intertextual evidente entre todos estes títulos. Identificam-se sinais das adaptações prévias – Müller cita Aquilino, Lameiras e Jorge recriam uma originalidade de José Ruy⁵ –, bem como de outras manifestações artísticas da posteridade da obra mendesiana. Veja-se, a título de exemplo, a referência explícita a *Por este rio acima* (1982), de Fausto Bordalo Dias, nas adaptações de Fernando Cardoso e João Miguel Lameiras e Miguel Jorge.

⁵ Concretamente, a representação de Similau falando de Calemplui a António de Faria num quadro de fumos opiáceos (Ruy, 1983, p. 33; Lameiras & Jorge, 2024b, p. 14).

Em segundo lugar, será interessante cruzar alguns dados biobibliográficos dos autores-adaptadores. Veja-se, por exemplo, a coincidência de Adolfo Simões Müller e José Ruy no *Cavaleiro Andante*, semanário de banda desenhada de que aquele foi único diretor. É, de resto, nesta publicação que, desde dezembro de 1957 e ao longo de mais de 70 números, José Ruy publica uma primeira adaptação da obra de Fernão Mendes Pinto, base do álbum que integra o nosso *corpus*.

Este dado é da maior relevância, porquanto é esse contexto de produção que condiciona e finalmente conforma muito do que acaba por ser o trabalho de José Ruy neste particular.

Como lembrou o desenhador, Mendes Pinto era “considerado pelos mentores dos bons costumes da época um escritor maldito” e a intenção de o revisitar não foi, de início, bem recebida: “Ele (Adolfo Simões Müller, diretor do semanário) torceu o nariz, Fernão Mendes Pinto confessava em seus escritos ter sido pirata...” (citado em Guimarães, 2023, pp. 29-30). Bem entendido, isto “manchava o perfil do português que se cantava como o herói perfeito e de exemplo ao mundo” (Ruy, 2015, p. 32). Assim, para não “acicatar os censores na época”, José Ruy desenha a sua personagem “de cara lavada” e não “com barbas desalinhadas e cabelo hirsuto, aspecto que seria natural (em) quem andava semanas no mar sob tempestades”, pois precisamente importava fugir à “figura padrão do pirata” que então se fixara (*id.*, *ibid.*).

Estamos convencidos, porém, de que aquela pragmática teve efeitos mais profundos que a da mera conformação das suas personagens. Alguns dos episódios apresentam-se-nos significativamente eufemizados, casos da morte de Coja Acém ou do assalto a Calemplui.



Figura 2 – Vinheta de José Ruy com a morte de Coja Acém (Ruy, 1983, p. 31).

No primeiro caso, engendra-se uma sequência de inevitabilidade justiceira: quando se dá o recontro entre os dois piratas, António de Faria tropeça e cai de costas; Coja Acém lança-se sobre o português, que, num gesto instintivo, ergue a espada, trespassando o adversário. A sua fala complementa o quadro: “Tinha de ser! Agi instintivamente... e foste tu, Coja Acém, que te atiraste sobre a minha espada. Acabaram os teus crimes!” (Ruy, 1983, p. 31) (Figura 2).

Quanto ao segundo exemplo – o assalto a Calemplui –, ameniza-se o gesto (a profanação de túmulos com o fim de roubar a prata que neles se encontrava) e sugere-se, não sem ambiguidade, que António de Faria está sujeito à rapina dos seus homens. Este último elemento existe no texto original, mas é seguido de uma réplica tremenda do ermitão: “queira Deos que seja isso assi, porque ao menos não terás tanta pena como essoutros ministros da noite, que como cães esfaimados me parece que toda a prata do mundo os não poderá fartar” (Pinto, 1614, cap. LXXVII). Ao invés, na sequência de José Ruy, lê-se António de Faria afirmar, entre verbos de valor positivo – “António de Faria consolou-o”, “sossegai, bom sacerdote”, “perdoai”, “o chim ficou então muito comovido” –, que “este feito não é da minha vontade” (Ruy, 1983, p. 35).

Ora, não apenas nada disto corresponde ao que encontramos no texto de Mendes Pinto – o que cabe na legítima autonomia dos novos autor/obra –, como resulta claro que, em ambos os casos, António de Faria, protagonista original daquelas ações – passíveis de censura no quadro de valores da receção e entendidas, porventura, como incompatíveis com um perfil de exemplaridade (que não seriam com um perfil de simples aventureiro) –, é, afinal, desresponsabilizado – “tinha de ser”, “foste tu que te atiraste sobre a minha espada”, “este feito não é de minha vontade” – e acaba, até, associado a imagens de Justiça ou Compaixão – “acabaram os teus crimes”, “António de Faria consolou-o”, “o chim ficou então muito comovido”.

Neste seguimento, é interessante notar como estes dois episódios são tratados na adaptação de Lameiras e Jorge (2024). No caso da morte de Coja Acém, o discurso iconográfico é de grande dinamismo e espetacularidade, em linha com o registo global do trabalho gráfico (os notáveis desenhos de Miguel Jorge são elevados pelas cores de Inês Lima). O segundo volume exhibe na capa, justamente, o momento em que António de Faria, num plano superior, se abate sobre Coja Acém (Figura 3), sinalizando simultaneamente a centralidade narrativa e o estatuto heroico desta personagem.



Figura 3 – Pormenor da capa (luta entre António de Faria e Coja Acém) do vol. II da obra de Lameiras e Jorge (2024b).

Importa, neste passo, frisar outro detalhe. Quando António de Faria encara Coja Acém nesta adaptação, este dirige--se-lhe nestes termos: “Finalmente os nossos caminhos cruzam-se, *rei do mar!*” (Lameiras & Jorge, 2024b, p. 7; *sublinhado nosso*). Este epíteto, “rei do mar”, adquire, nesta adaptação, uma singular proeminência. É usado nada menos que sete vezes, por norma reforçado por manifestações de (reconhecimento de) poder, de que é exemplo a vinheta recuperada abaixo (Figura 4). Ora, no texto original, esta expressão surge uma vez apenas (cap. LII).



Figura 4 – Vinheta de J. M. Lameiras e M. Jorge representando António de Faria, “rei do mar” (2024b, p. 12).

O episódio do saque em Calemplui, por seu turno, é resumido a uma vinheta única (a última de um conjunto de quatro vinhetas que condensam, *grosso modo*, os capítulos LXX a LXXVIII da obra original). A opção foi a de representar a ilha sempre a partir do ângulo possível da embarcação, não havendo qualquer representação do assalto, sequer de presença humana na ilha, o que tende a diluir o ato e subtrair-lhe valor empático. Textualmente, há apenas uma chamada do narrador: “Similau não tinha mentido! A ilha estava pejada de riquezas à mão de semear, que conseguimos trazer para bordo sem grande dificuldade.” (Lameiras & Jorge, 2024b, p. 15).

A sequência deste episódio nesta adaptação é igualmente significativa. Ao roubo da ermida segue-se, no texto mendesiano (e nas demais adaptações), o levantamento da ilha contra os portugueses e a fuga destes; dias depois, uma tempestade devastadora causa o naufrágio de todas as embarcações e o desaparecimento de António de Faria. Esta sequência – que, ao zénite da imoralidade do pirata-capitão, faz sobrevir a sua (aparente) morte – impõe-se-nos como um exemplo paradigmático do binómio ‘ventura-castigo’ que, tendo o Deus cristão como potência irradiadora, estrutura a obra original (Seixo, 2017, p. 24).

Pois na adaptação de Lameiras e Jorge isto não se verifica. Aqui, António de Faria sobrevive ao naufrágio e segue a sua senda guerreira, sendo parte central da conquista do castelo de Nixiamcoo (Lameiras & Jorge, 2024b, pp. 18-20). Só depois desse novo

sucesso segue António de Faria caminho diferente. Relevam a anulação da lógica moralizante e a vinculação desta personagem a mais um lance de heroísmo guerreiro.

Terminamos este parcelar e provisório levantamento com um apontamento relativo a uma outra adaptação, *Peregrinação / Fernão Mendes Pinto / Contada aos jovens*, de Adolfo Simões Müller. No subcapítulo que encerra o texto, intitulado “Verdade – ou talvez não?” (Müller, 1980, p. 30), o narrador acaba por “confessar (...) duas ou três (...) mentiras”: que a fuga de Lisboa que pela vez primeira o leva a embarcar se deveu, não a um risco de morte, mas a um “amor da aventura que em mim roía já como bicho numa fruta...”; que António de Faria era, na realidade, “este vosso criado” (e cita, neste passo, o “mestre Aquilino Ribeiro”), “que Nosso Senhor Jesus Cristo me perdoe”; e que a noiva raptada “deixaria, pouco depois, de ser noiva, pois comigo casou sob a bênção do padre Diogo Furtado, então a bordo” – “que podia eu fazer-lhe que remisse um pouco os meus tantos pecados?”, pergunta, por fim.

Estas três *mentiras* revelam-se, como resultará claro, outras tantas atenuantes de máculas que Müller se dispôs a, na impressão derradeira, mitigar. Para lá do facto em si mesmo – que indicia uma refiguração da personagem determinada por lógicas de exemplaridade –, interessa-nos também a sua específica conformação, mobilizando os valores cristãos da confissão e matrimónio e convocando um certo ideal de Aventura que ressoa nalgum imaginário nacional(ista) português⁶.

Cumpramos dar nota que Simões Müller ainda encontra pretexto para convocar Camões e *Os Lusíadas*, associação (re)forçada na ilustração que acompanha o texto e onde inusitadamente figura, em lugar de destaque, uma representação tipificada do poeta quinhentista.

5. NOTAS FINAIS: IDENTIDADE, EXPANSÃO, LITERATURA

As atas de umas Jornadas científicas como as que ora se publicam apresentam, por vezes, marcas do tempo que decorreu entre a comunicação que as origina e a redação do texto que eventualmente as fixa. Assim é com o presente artigo.

Acontece que, neste ano de 2025, as comemorações oficiais do 10 de Junho, Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, ficaram indelevelmente marcadas pelos discursos de Lídia Jorge (2025), presidente da Comissão Organizadora das Comemorações, e de Marcelo Rebelo de Sousa (PR, 2025), Presidente da República em exercício. Tendo a cidade de Lagos física e simbolicamente como fundo, ambos os discursos apontaram, significativamente, à ideia de *portugalidade*, mormente para contrariar concepções essencialistas que se lhe queiram associar. Ambos os discursos

⁶ A Arte de ser Português (Pascoaes, 1915, sobretudo caps. VII, IX e XII) será exemplo paradigmático deste imaginário.

recuaram ao período histórico da Expansão ultramarina, período ímpar na complexa crónica coletiva do contacto com o Outro – e esse contacto é, consabidamente, evento-chave nos processos de formação e atualização de uma consciência identitária. Ambos os discursos puseram, por fim, a literatura no âmago dessa dinâmica cultural, citando-se, entre outros, Zurara e Camões.

E fechamos com referência a estes discursos porque neles identificamos, em viva interseção, os três vetores contra os quais pretendemos desenvolver a nossa investigação: identidade, Expansão e literatura.

A recrudescência da tensão identitária, fenómeno que ameaça reconfigurar as estruturas sociais e políticas do Estado, funda-se, entre outros, no conjunto de imagens que a literatura – e em particular a literatura fruída em idades formativas – constrói e veicula. Estamos convencidos de que o estudo, a descrição e a análise das narrativas e imagens saídas das adaptações juvenis de uma obra como a *Peregrinação* têm um alcance cultural que ultrapassa largamente a sua dimensão textual e literária.

REFERÊNCIAS

Bibliografia Ativa

Barros, J. de (1994). *Os Lusíadas contados às crianças e lembrados ao povo* (adaptação em prosa de João de Barros) (28.ª ed.). Livraria Sá da Costa Editora.

Bernardino, T. (1996). *Fernão Mendes Pinto. Peregrinação*. Verbo.

Cardoso, F. (1999). *Fernão Mendes Pinto. Peregrinação*. Areal Editores.

Castro, J. O. de (1973). *A primeira espingarda no Japão*. Foc-Escolar.

Fonseca, A. B. da (1964). *Fernão Mendes Pinto. No rasto do corsário*. Portugália Editora.

Lameiras, J. M., & Jorge, M. (2024a). *Peregrinação. Fernão Mendes Pinto* (vol. I). LEVOIR/ RTP.

Lameiras, J. M., & Jorge, M. (2024b). *Peregrinação. Fernão Mendes Pinto* (vol. II). LEVOIR/ RTP.

Müller, A. S. (1980). *Peregrinação. Fernão Mendes Pinto (contada aos jovens por Adolfo Simões Müller)*. Publicações Europa-América.

Pinto, F. M. (1614). *Peregrinaçam de Fernam Mendez Pinto*. Pedro Crasbeeck. purl.pt/82

Ribeiro, A. (1975). *Peregrinação de Fernão Mendes Pinto. Aventuras extraordinárias de um Português no Oriente (adaptação de Aquilino Ribeiro)* (7.ª ed.). Livraria Sá da Costa Editora.

Ruy, J. (1983). *Fernão Mendes Pinto e a sua Peregrinação (adaptada em banda desenhada por José Ruy)* (2.ª ed.). Meribérica.

Bibliografia passiva

Almeida, I. (2017). "Peregrinaçam": texto em diálogo. In I. Almeida (Org.), *Peregrinaçam, 1614* (pp. 327-350). CEC – Universidade de Lisboa.

Anunciação, C. (2015). "Peregrinação" de Fernão Mendes Pinto no sistema de ensino português. In J. C. Carvalho (Coord.), *A "Peregrinação" de Fernão Mendes Pinto e a Perenidade da Literatura de Viagens* (pp. 275-288). CLEPUL – Universidade de Lisboa.

Barata, A. (2011). A mobilização reemergente do complexo identitário português. In A. Barata, A. S. Pereira, & J. R. Carvalheiro (Orgs.), *Representações da Portugalidade* (pp. 93-114). Caminho.

Barreto, G. (1998). *Literatura para crianças e jovens em Portugal*. Campo das Letras.

Bernardes, J. A. C. (2017). A "Peregrinação" nas escolas de Portugal. In I. Almeida (Org.), *Peregrinaçam, 1614* (pp. 203-214). CEC – Universidade de Lisboa.

Blockeel, F. (2001). *Literatura juvenil portuguesa contemporânea: Identidade e alteridade*. Caminho.

Cidade, H. (1978). Expansão portuguesa, Literatura da. In J. do Prado Coelho (Dir.), *Dicionário de Literatura* (3.ª ed.) (pp. 318-322). Figueirinhas.

Guimarães, E. (2023). José Ruy. *A alma lusitana em quadrinhos*. Marca de Fantasia.

Jorge, L. (2025). Desafio e circunstância. *Blimunda*, 153. <https://blimunda.josesaramago.org/desafio-e-circunstancia-lidia-jorge/>

Lopes, Ó. (1985). Um lugar de nome Aquilino. *Colóquio-Letras*, 85, 5-14.

Lourenço, E. (2023). Psicanálise mítica do destino português. In E. Lourenço, *O Labirinto da Saudade. Psicanálise mítica do destino português* (24.ª ed.) (pp. 23-66). Gradiva.

Margarido, A. (1983). Fernão Mendes Pinto: Um herói do quotidiano. *Colóquio-Letras*, 74, 23-28.

Oliveira, M. S. M. (2011). *Livraria Sá da Costa – Uma livraria e uma editora através da História (1913-2011)* (Dissertação de Mestrado em Estudos Editoriais). Universidade de Aveiro.

Pascoaes, T. de (1915). *Arte de ser Português*. Renascença Portuguesa.

Pinto, F. M. (1952). *Peregrinaçam / Peregrinação (versão integral em Português moderno, por Adolfo Casais Monteiro)* (vol. I). Sociedade de Intercâmbio Cultural Luso-Brasileiro e Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil.

Pinto-Correia, J. P. (1983). (Recensão crítica de) Rebecca Catz. Fernão Mendes Pinto – Sátira e anticruzada na “Peregrinação”. *Colóquio-Letras*, 74, 85-86.

Presidência da República (2025). Cerimónia Militar Comemorativa do Dia de Portugal (discurso do Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa, 10/06/2025 (em vídeo)). <https://www.presidencia.pt/atualidade/toda-a-atualidade/2025/06/cerimonia-militar-comemorativa-do-dia-de-portugal/>

Reis, C. (Dir.) (1996). *Discursos. Literatura, nacionalismos, identidade*, 13. Universidade Aberta.

Ribeiro, A. (1969). *Portugueses das sete partidas (Viajantes, aventureiros, troca-tintas)*. Bertrand.

Ruy, J. (2015). “Peregrinação”, uma narrativa várias perspetivas. In J. C. Carvalho (Coord.), *A “Peregrinação” de Fernão Mendes Pinto e a perenidade da literatura de viagens* (pp. 31-32). CLEPUL – Universidade de Lisboa.

Seixo, M. A. (1998). A “Peregrinação”. Da viagem ao romance. In M. A. Seixo (Org.), *Poéticas da Viagem na Literatura* (pp. 145-150). Cosmos.

Seixo, M. A. (2017). As rotas narrativas da “Peregrinação”. In I. Almeida (Org.), *Peregrinaçam, 1614* (pp. 19-41). CEC – Universidade de Lisboa.

Seixo, M. A., & Zurbach, C. (Orgs.) (1999). *O discurso literário da “Peregrinação”. Aproximações*. Cosmos.

A TOTALIDADE DE ODES MODERNAS DE ANTERO DE QUENTAL – PROJETO LITERÁRIO E REVOLUCIONÁRIO

The totality of Antero de Quental's Odes Modernas: a literary and revolutionary project

Mário Tiago Paixão

RESUMO

A obra *Odes Modernas* (1865) de Antero de Quental é frequentemente analisada pelos seus poemas, mas o entendimento completo do seu impacto exige uma leitura que inclua os elementos paratextuais: título, dedicatória e nota. Neste artigo propõe-se uma análise que valoriza tanto os textos poéticos quanto os elementos paratextuais, explorando como cada componente contribui para a expressão do ideário revolucionário e renovador de Antero. Após uma breve contextualização histórica e biográfica, na qual se destacará a formação intelectual de Antero de Quental e as influências literárias e filosóficas que moldaram o seu pensamento e de situarmos a obra no contexto da geração de Antero de Quental, passaremos à análise dos elementos paratextuais presentes: o Título; a Dedicatória; a Nota (Posfácio). Seguidamente, passaremos ao texto, analisando alguns dos poemas da obra, que julgamos demonstrarem na prática o ideário anteriano, conforme explicitado na Nota. Procurar-se-á colocar em evidência a relação entre texto e paratexto, explorando de que modo os poemas refletem e ampliam as ideias apresentadas na Nota, estabelecendo uma dialética entre doutrina e estética. A abordagem que nos propomos realizar permitirá entender a obra *Odes Modernas* como uma obra total, onde cada elemento – do título aos versos – contribui para um projeto literário e ideológico revolucionário.

Palavras-chave: Antero de Quental; Geração de 70; Intervenção social; Literatura e cultura portuguesas; Manifesto poético

ABSTRACT

Antero de Quental's Odes Modernas (1865) is frequently approached through the analysis of its poems; however, a full understanding of its impact requires a reading that also considers its paratextual elements: the title, the dedication, and the author's Note. This paper proposes an interpretative framework that values both the poetic texts and their paratexts, examining how each component contributes to the articulation of Antero's revolutionary and renewal-oriented programme. Following a brief historical

and biographical contextualization – highlighting Antero de Quental's intellectual formation and the literary and philosophical influences that shaped his thought, as well as situating the work within the broader context of his generation – the study will focus on the paratextual materials of Odes Modernas: the Title, the Dedication, and the Note (Afterword). It will then move to the poems themselves, analysing selected texts that, in our view, most clearly enact in practice the Anterian ideals explicitly formulated in the Note. Particular emphasis will be placed on the relationship between text and paratext, exploring how the poems both reflect and expand the ideas presented in the Note, thereby establishing a dialectic between doctrine and aesthetics. This approach makes it possible to understand Odes Modernas as a total work, in which every element – from the title to the verses – contributes to a revolutionary literary and ideological project.

Keywords: Antero de Quental; Generation of 1870; Social intervention; Portuguese literature and culture; Poetic manifesto

1. INTRODUÇÃO

Antero de Quental nasce a 18 de abril de 1842 na cidade de Ponta Delgada, São Miguel, Açores, no seio de uma família descendente dos primeiros colonos da ilha. Recebe uma educação cuidada, conservadora e católica. Aos cinco anos de idade, sob a tutoria de Feliciano Castilho, começa a aprender francês. Três anos depois, o jovem Antero começa também a aprender inglês. Abandona pela primeira vez a casa familiar em 1852 quando, com apenas 10 anos de idade, se muda para Lisboa por motivos de estudo. O encerramento do colégio que frequenta força o regresso a Ponta Delgada, de onde voltará a partir, de novo para a capital do reino, em 1855. Um ano volvido, o adolescente Antero muda-se para Coimbra, onde terminará os seus estudos liceais e ingressará no curso de Direito, na Universidade de Coimbra, em 1858.

É fácil imaginar que esta instabilidade e mobilidade, numa idade tão tenra, especialmente tendo em consideração os condicionantes da época, bem como a ausência da família por períodos tão longos, marcam o espírito de Antero, moldando a sua sensibilidade. É também nesta fase que o autor terá tido o seu primeiro contacto com os primeiros românticos portugueses, em especial com a obra de Alexandre Herculano. Por consequência, “ainda adolescente, assumiu-se como discípulo do romântico Alexandre Herculano” (Martins, 1997, p.450). Esta relação com Herculano manter-se-ia como uma influência central no pensamento anteriano durante toda a sua vida.

Escreve o seu primeiro poema aos 15 anos de idade, texto que é publicado em 1861, sob o título “A Pátria”. Durante os seus anos em Coimbra, Antero revela-se um autor arrebatado, publicando poesia e textos de carácter político e social em vários

periódicos. 1861 é também o ano de publicação da primeira antologia poética do autor, sob o título *Sonetos*. Em 1865, Antero de Quental publica aquela que será, julgamos, pelo efeito que a sua publicação produziu, a sua mais importante obra literária, *Odes Modernas*.

Na década de 1860, Portugal vivia um tempo de profunda estagnação. O sistema monárquico constitucional, marcado pela alternância formal entre partidos que não alteravam a estrutura de poder, convivia com um país rural, clerical e economicamente dependente. A industrialização era incipiente, a instrução pública escassa e o pensamento científico ainda frágil. Faltava, sobretudo, uma ideia moderna de nação capaz de responder às exigências da Europa do progresso. É neste cenário que a nova geração de intelectuais portugueses – formada em Coimbra e marcada pela urgência de reformar moral e culturalmente o país – emerge como força crítica e regeneradora. Entre eles, Antero de Quental assume um papel central: o da consciência lúcida de uma época que ainda se debatia com as sombras do passado.

Odes Modernas nasce deste confronto entre decadência e renovação. Longe de ser apenas um exercício poético, a obra de Antero traduz uma tentativa de transformar a literatura num instrumento de reforma espiritual e social. O poeta concebe a poesia como forma de ação, como espaço de combate e consciência, antecipando a reflexão que desenvolveria, alguns anos depois, em *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Últimos Três Séculos* (1871). Nesse texto, Antero (1871) diagnostica Portugal. Diz-nos

Meus senhores: a Península, durante os séculos XVII, XVIII e XIX apresenta-nos um quadro de abatimento e insignificância, tanto mais sensível quanto contrasta dolorosamente com a grandeza, a importância e a originalidade do papel que desempenhamos no primeiro período da Renascença, durante toda a Idade Média, e ainda nos últimos séculos da Antiguidade. (p.3)

Portugal deixara de contar, perdera importância, grandeza e originalidade – estava num estado decadente.

Para Antero, as “causas da decadência” são de ordem moral, política e económica. A primeira “causa” “é a transformação do catolicismo, pelo Concílio de Trento” (Quental, 1871, p.10), resposta Católica Romana à Reforma Protestante cujo resultado último foi a Inquisição, instrumento de reforço do poder Papal sobre as nações. A segunda “causa”, o Absolutismo monárquico, uma calamidade política e social. A terceira “causa” é económica e prende-se com a má administração imperial: as riquezas de além-mar não foram eficazmente rentabilizadas nem houve qualquer investimento industrial de relevo no país. Estas três “causas” capitais são a génese da “decadência”, segundo Antero, por um motivo simples: extinguiram ou, pelo menos,

sufocaram, a liberdade. Sem liberdade, sem pensamento livre, o progresso não é possível. Consequentemente, Portugal falhara na construção de uma cultura crítica e racional. As *Odes Modernas* podem, por isso, ser lidas como o primeiro gesto poético desse diagnóstico.

A poesia anterior procura romper com o conformismo espiritual da sociedade portuguesa e instaurar um discurso novo, de consciência e de revolução interior. É nesse sentido que se entende o ideal de uma poesia *moderna*, consciente do seu tempo e capaz de o transformar. O poeta não pretende imitar modelos do passado, mas criar uma linguagem que exprima o movimento do pensamento e a tensão da história. Assim, a modernidade de Antero não é apenas estética; é moral e civilizacional.

Os jovens intelectuais da chamada “Geração de 70” partilhavam essa necessidade de rutura. Inspirados pela filosofia idealista alemã e pela crítica social francesa, defendiam uma reforma integral das ideias e instituições. Contudo, o pensamento de Antero distingue-se pela dimensão ética e pela recusa do mero positivismo. A sua leitura do progresso é espiritual: trata-se de elevar a consciência humana, não apenas de reformar estruturas externas. Como recordaria Eça de Queiroz (s/d) em *Um génio que era um santo*, Antero não foi apenas um pensador, mas “um santo da inteligência”, um homem para quem a ideia de bem era inseparável da ideia de verdade. Essa fusão entre pensamento e moralidade traduz-se nas *Odes Modernas*, onde a revolta contra a inércia nacional se confunde com o apelo à regeneração interior.

Os condicionantes da época que o poeta enfrenta são, portanto, concretos e identificáveis: a rigidez de uma sociedade dominada pela Igreja, a ausência de espírito científico, o conservadorismo político e o formalismo literário herdado do romantismo tardio. Contra esses limites, Antero propõe uma poesia que seja pensamento ativo e energia moral, capaz de despertar a consciência nacional. O seu gesto é, ao mesmo tempo, literário e revolucionário: reformar o país através da palavra.

A leitura de *Odes Modernas* como projeto total – integrando título, dedicatória e nota – permite compreender a amplitude dessa revolução. Cada elemento paratextual participa da construção de uma voz poética que se quer coletiva, militante e esclarecida. O título anuncia o compromisso com o tempo presente; a dedicatória estabelece uma filiação moral e filosófica; a Nota define um programa de ação estética e política. Assim, a obra apresenta-se como um manifesto poético que articula arte e transformação social.

A poesia, para Antero, só faz sentido se compreender o seu tempo. Essa poesia, consciente, revolucionária e moderna, exprime o espírito do tempo novo, recusa a imitação dos modelos do passado e afirma-se como força dinâmica de renovação. É sob esta perspetiva — a de um projeto literário total e ideologicamente coerente —

que se analisará, nas páginas seguintes, a totalidade das *Odes Modernas* de Antero de Quental.

A propósito da obra sobre a qual nos debruçamos, diz-nos Martins (2010) que “este livro marca a ruptura com a escola ultra-romântica representada por Castilho, seu pontífice máximo, mestre absoluto dos corrilhos literários da capital, onde promovia jovens poetas e romancistas insignificantes, que o incensavam” (p.189); por outro lado, e tal como apontado por Nogueira (2021), é com a publicação de *Odes Modernas* que podemos assistir à estreia do “período do terceiro Romantismo (de tipo social, à Hugo e Michelet), cujo conceito de poesia continua o empreendimento da primeira geração romântica portuguesa: a atribuição à literatura de uma superior função ética, instrutiva e progressista, de um comprometimento social, ideológico, político e filosófico” (p.225).

Retemos o essencial: com *Odes Modernas* assistimos à afirmação de Antero como moderno, ou como, novo diante do antigo, assistimos à rutura com o passado, sendo este passado um passado mais imediato, ou mais presente, isto é, o da “escola ultra-romântica”; Antero volta a sua atenção em duas direções: (i) para os valores do Primeiro Romantismo português, em especial para a obra de Herculano, socialmente comprometida, acrescentando-lhe uma maior veemência, uma maior militância; (ii) para a Europa pensante, para o progresso.

2. OS ELEMENTOS PARATEXTUAIS

A escolha do título *Odes Modernas* não é arbitrária. A palavra «Odes» remete a um género clássico, associado à solenidade e à exaltação de ideais elevados, enquanto que «Modernas» assinala a intenção de rutura e de inovação. Assim, Antero de Quental posiciona a sua obra entre a tradição e a necessidade de um novo paradigma literário e filosófico.

Esta afirmação encontra eco nas palavras de Martins (1997), que nos diz que, com esta obra “Antero de Quental vai estabelecer a ponte entre o Romantismo e o Realismo, já que as ideias e espíritos do primeiro não vão ser rápida e totalmente extintas pelo segundo. O autor das *Odes Modernas* (até a escolha deste título de transição é simbolicamente elucidativo)” (p.452).

A Dedicatória é endereçada a Germano Vieira Meyrelles. Nome, menos famoso, da Geração de 70, haveria de ser um dos signatários do programa das Conferências do Casino Lisbonense. Germano terá sido um dos amigos e confidentes mais próximo de Antero, tanto que, após a sua morte muito prematura, aos 35 anos de idade, em 1877, o autor adota as duas filhas de Germano. Não obstante esta tão profunda amizade entre os dois, não podemos deixar de assinalar que Germano se afirmava monárquico

– politicamente distante do socialista Antero. No entanto, escreve Antero (1865), a Germano: “É nosso este livro (...) Deixa pois que escreva aqui o teu nome, enlaçado com o meu, perante os homens, como um protesto solenne de fraternidade” (p.4).

Notamos aqui a disponibilidade de Antero para a partilha, um querer fazer em grupo, denotado por aquele “nosso” livro; e, ao mesmo tempo, o facto de Antero ser capaz de ser realmente amigo, ser próximo, de alguém com opiniões tão divergentes das suas (algo, aliás, comum entre os rapazes da Geração de 70). Encontramos nesta Dedicatória evidência de que, contrariamente a algum folclore em torno de Antero – o tal homem que lutava, fisicamente, em duelo, com quem quer que seja que não apoiasse as suas opiniões –, estamos na presença de alguém que, sendo capaz de agressividade, sendo um homem de ação, é também um homem capaz de dialogar, de encontrar pontos em comum, na prossecução de objetivos comuns.

Passemos agora ao posfácio da obra, escrito pelo próprio Antero, sob um simples título: Nota. É neste breve texto que Antero nos explica a sua poesia, ou melhor, a Poesia, o Poeta e a sua *nova, moderna*, missão.

Esta Nota doutrinária é um texto da maior importância para a história da nossa literatura, uma vez que é aqui que encontramos a essência da maior polémica literária portuguesa, a *Questão Coimbrã*, ou do *Bom Senso e Bom Gosto*. É esta Nota, e não exatamente os poemas de *Odes Modernas*, que suscitou uma dura e desmedida crítica de Feliciano de Castilho a Antero e à Geração de 70, aos *moços de Coimbra*. Sustentamos esta opinião no facto dos poemas de *Odes Modernas* terem sido escritos três anos antes da sua publicação em livro, terem sido tornados públicos e serem do conhecimento do próprio Castilho que, à data, não emitiu qualquer crítica negativa. É apenas depois da publicação em livro, com a inclusão da Nota, em 1865, que o mestre dos ultra-românticos se sentirá movido a censurar, ou depreciar, a obra do nosso autor.

Porque motivo criticam Castilho, e os seus “discípulos”, Antero, esta obra e esta Nota em concreto? Porque aqui se apresenta a *poesia moderna*, e “A Poesia moderna é a voz da Revolução” (p.151), escreve Antero (1865). Que “revolução” é essa que Antero explica nesta Nota e exemplifica com os poemas que reúne em *Odes Modernas*? Temos resposta logo nas linhas introdutórias: “dar à poesia contemporânea a cor-moral, a feição espiritual da sociedade moderna, fazendo corresponder à alta missão que foi sempre a da Poesia em todos os tempos” (p.151) Assim, impõe-se a necessidade de restaurar a Poesia à sua “missão”, “missão” essa que não é nova, mas que foi comprometida, perdida; é então necessário efetuar um corte com o mau gosto do passado-presente, com o ultra-romantismo, e trazer a modernidade para a Poesia, dar-lhe “cor-moral” (curiosa e belíssima imagem) e “feição espiritual” – “espiritual” mas “da sociedade moderna”, rompendo com dogmas religiosos e culturais passados e

atávicos, em busca de uma nova moral apoiada no progresso filosófico. Tal só seria possível estabelecendo uma nova ligação à Europa, símbolo de conhecimento e progresso. Neste sentido, o poeta dá conta das suas fontes, ou das suas influências, como preferimos chamar: Proudhon, Quinet, Renan, Michelet, Dolfuss, Taine, Littré, Heine, Bruno Bauer, Feuerbach e Büchner.

Segundo Antero, a poesia necessitava de se apresentar sóbria, lúcida, sem pieguices, séria, capaz de impelir o Homem no caminho do progresso, da justiça, da razão, da verdade. Para tal, o caminho que Antero encontra, e que aqui nos dá conta, é um encontro entre humanismo democrático e libertário à francesa e o idealismo filosófico muito alemão. Os nomes *estranhos* que acima mencionámos, que Antero nos dá a conhecer na sua Nota, não são apenas uma simples apresentação de leituras feitas pelo nosso poeta, ou um qualquer exercício de pedantismo, são em si mesmos, na sua totalidade fundida pela mão de Antero, o caminho, a missão da “Poesia moderna” e a sua voz, total e una, é a “da Revolução”.

Face a uma sociedade em transformação, transformação positiva que implica alguma agitação, não é possível continuar agarrado ao passado, a modelos passados. Exige-se progresso.

E a quem é que Antero (1865) aponta o dedo? “Reis”, “Padres”, “os nossos Ministros d’Estado”, “os nossos Professores”, “os nossos Jornalistas” (p.152). Em suma, a crítica de Antero é dirigida a: “o Estado, a Igreja, o Ensino, a Arte, a Propriedade”, instituições que representam e viabilizam, a “hypocrisia do tempo, este machiavelismo inconsciente da nossa sociedade” (p.153).

Face ao estado de coisas português, Antero conclui: impõem-se a revolução e essa revolução tem de eliminar os obstáculos ao progresso humano, as figuras-símbolo de autoridade incapazes de dar resposta aos anseios humanos e, por isso, inúteis.

E a poesia? Qual será o papel da poesia? “A poesia que quizer corresponder ao sentir mais fundo do seu tempo, hoje, tem forçosamente de ser uma poesia revolucionária”. Este é o novo papel da poesia. “Que importa que a palavra não pareça poetica às vestes litterarias do culto da arte pela arte?” (p.160). A poesia só faz sentido se compreender o seu tempo. Essa poesia, consciente, revolucionária e moderna, compreende e exprime o espírito do tempo novo, não mimetiza modelos do passado e é dinâmica.

3. O TEXTO E A RELAÇÃO COM O PARATEXTO

A relação entre os elementos paratextuais e os poemas que compõem esta obra parece-nos evidente. Se o Título antecipa a proposta de modernização da poesia,

se a Dedicatória sugere um compromisso coletivo com a revolução transformativa, e se a Nota funciona como um prefácio ideológico que orienta a leitura, os poemas, por sua vez, concretizam as premissas lançadas, conferindo forma poética ao ideário revolucionário de Antero. Desta forma, *Odes Modernas* é, simultaneamente, um programa literário e um manifesto político-filosófico.

Ao passarmos ao texto, aos poemas, verificamos um constante reforço das ideias apontadas na Nota de Antero. É um passar da teoria à prática poética. Ao longo de todo o trabalho, que Antero divide em duas partes, deparamo-nos com as noções de consciência e de justiça, com a necessidade de aperfeiçoamento humano. Há aqui muito de Proudhon, desse socialismo utópico, não marxista, sendo este mais materialista. Tal como expresso na Nota-posfácio, a via revolucionária patente na poesia de Antero encontra na consciência humana o seu caminho.

Logo na Primeira Parte da obra, em “Á História”, na linha do que a Nota de Antero nos explica, encontramos uma crítica aos representantes do passado, de instituições cansadas: “Os tyrannos sem conto – velhos cultos, / Espectros que nos gelam com o abraço... / (...) / Da terra e ceu bandidos orgulhos, / Os reis se fé e os Deoses enganosos!” (p.22). Estes são responsáveis pela decadência da sociedade: “O mal só d’elles vem – não vem do homem” (p.22). Mas, haja esperança, porque, com a sua destituição, “as auroras, um dia, o Bem, / (...) / Surgirá, como um astro de Justiça” (p.22). Note-se à referência à “justiça”, aqui igualada ao conceito de “bem”.

Já em “Vida”, descobrimos o que a poesia de Antero tem de mais perene: o idealismo ético e místico, o voluntarismo, as referências empíricas e transcendentais. O poema dirigido “a uns políticos”, expõe e condena aqueles que, centrados sobre si mesmos, são incapazes de responder aos anseios de uma sociedade em transformação. “Por que é que combateis?”, começa Antero por questionar, dirigindo-se a esses “uns políticos”. Diz-nos depois, sobre os mesmos, que para esses “além do Fórum já não há mais mundo!” Porquê? “Girais em torno de vós mesmos, / (...) limitais a terra à vossa sombra...” (p.26). Egotismo e pedantismo, são essas as características desses “uns políticos”. Na realidade, “Se vós tendes / O olhar fito nos pés, aonde a sombra / Em volta de vós gyra apenas, / O que podeis saber d’esse Universo?!” (p.31). Dessas características, provocadas pela incapacidade de levantar a cabeça e olhar em volta, olhar o outro, nasce a ignorância. E termina Antero com a pergunta-exclamação, de tom irónico: “E quereis aos homens ensinar a vida?!” (p.31).

Dirige-se depois o poeta a outro alvo. Em “Pater”, poema pejado de questões, diz-nos: “Eu quero perguntar aos Sacerdotes, / Que, traduzindo o Verbo em orações, / E cuidam que Deos lhes cabe em duas mãos, / (...) / Se há quem tenha na terra monopólio / Do cambio-livre, que se chama Ideia?” (p.37). O clero que, de facto, se arroga do monopólio da Ideia, se arroga da representação divina face ao humano, perdeu o

sentido. Impõe-se a destruição desse monopólio e a destituição dos seus pregadores. “Vós, Poetas, vós sois também sybillas, / Que adivinhaes e andaes com voz fremente / Sempre a gritar – avante! avante! á gente / (...) / Vós sois os pregadores do Ideal” (p.42). É tempo de o poeta assumir o seu papel revolucionário, é tempo da sociedade e da poesia que nela intervêm, se livrar do pensamento religioso e dogmático.

Prosseguindo a ideia de dinamismo e progresso, em “Ideia”, poema dedicado a Camilo Castelo Branco, deparamo-nos com, na opinião deste leitor, os versos que de melhor modo nos resumem as *Odes Modernas*: “Ávante! os mortos ficarão sepultos... / Mas os vivos que sigam – sacudindo, / Como pó de estrada, os velhos cultos” (p.53). É tempo de cortar com o passado e com os seus “velhos cultos”. É tempo de avançar. Este tempo é dos “vivos” (recorde-se o que se disse acima sobre estes “vivos”, na análise feita à Nota de Antero). O destino da caminhada, para o qual importa avançar é nos explicitado nos últimos versos deste poema: “Lá, no seio da eterna claridade, / Aonde Deos à humana voz responde, / É que te havemos de abraçar, Verdade!” (p.57).

O caminho, rumo à “verdade” não é fácil. Em “Tentanda Via”, Antero é claro: “Sim! que é preciso caminhar ávante! / Andar! passar por cima dos soluços! / (...) / É preciso passar, sobre ruínas, / (...) / Ouvir as maldições, ais e clamores, / Como quem ouve músicas divinas” (p.64). O caminho, a mudança, nunca é fácil. Fácil seria permanecer amarrado ao passado, emulando os seus modelos ultrapassados. A mudança, a revolução, será criticada, Antero sabe-o bem, mas as críticas, “maldições, ais e clamores”, quando vindas desses que é preciso derrubar, dessas “ruínas” do passado, são elogios, e devem ser encaradas como “músicas divinas”. Não há melhor reconhecimento para um revolucionário do que o ataque de um reacionário!

Entrados na Parte Segunda da obra, em “Secol’ Si Rinuova”, o poeta reforça o que ficou dito da Parte Primeira. A censura do passado, e dos que o representam no presente, fica evidente quando lemos: “O Passado! essa larva macilenta, / Mixto de podridão, tristeza e sombras, / Se morreu... ressurgiu do seu sepulchro!” (p.77). É preciso enterrar de vez aqueles que mais não querem do que prolongar o passado. “O novo mundo é toda uma Alma nova, / Um Homem novo, um Deos desconhecido!” (p.78). Os prolongadores do passado não cabem neste presente novo projetado rumo ao futuro, ao novo. O futuro é do “Homem novo” e deus é um “Deos desconhecido”.

Esse Deus novo é acessível sem os intermediários do passado. Em “O Templo”, poema de um misticismo maior, encontramos: “O Povo ha de inda um dia entrar dentro do Templo, / E ha de essa rude mão erguer-se sobre o altar; / (...) / E, ao púlpito subindo, o mundo missionar” (p.83). O desejo, objetivo, de abraçar a “Verdade”, antes mencionado na Parte Primeira, em “Ideia”, não precisa dos velhos intermediários para ser satisfeito. Está ao alcance do “Povo”, esse que “ha de fazer-se, então, bispo e levita” (p.84). O que pregará o “Homem novo”, o que pregará o “Povo”? “Sabeis que missa nova essa é

que diz o Povo? / (...) / O Evangelho novo é a bíblia da Igualdade: / Justiça, é esse o thema imenso do sermão: / A missa nova, essa é a missa de Liberdade: / E órgão a acompanhar... a voz da Revolução!" (p.85). O "Homem novo" que é o "Povo" prega uma "missa nova", rompe com o passado e todas as suas instituições. A "missa nova" é simples: igualdade, justiça e liberdade, a atingir pela revolução.

O passado não oferece nada de produtivo, por isso, em "Aos Miseráveis", o poeta insta: "Vae indo e vae varrendo a casa immunda / Que se chama passado – e faz o novo / Da poeira, inda hontem infecunda" (p.90). Que "poeira infecunda" é essa que é preciso limpar? Em "Carmen Legis", somos informados: "Muito ruido e pó, e muito escuro! / É d'isso que se vestem... / É d'esse ar que respiram e que vivem... / Salamandras da sombra" (p.105). Quem são estas "salamandras da sombra" que vestem o "pó", a "poeira infecunda"? Com toda a clareza, diz-nos Antero: "Chamam-se Bispos, reis, Imperadores, / Altos, Grandes e Ricos!". Os representantes de um mundo que importa enterrar. "É a Revolução! a mão que parte / A c'roa e a thiara / É a Luz! a Razão! é a Justiça! / E o olho da Verdade!". (p.108) A mensagem revolucionária, mais uma vez: caminhar para a "Verdade", que é "Luz", "Razão" e "Justiça", tal como Antero tantas fez referir em *Odes Modernas*.

Conclui Antero com o poema "Flebunt Euntes", dedicando-o ao mestre, de quem tantas vezes se afasta mas que segue sendo referência, Alexandre Herculano. A tradução livre do título será algo como chorarão enquanto avançam. Como em tantos outros poemas, o poeta diz-nos que o progresso não é coisa simples. Existirão obstáculos. Todos os que defenderam ruturas encaram dificuldades. Herculano, sem dúvida, entre estes. Mas a existência de dificuldades não deve ser motivo de desistência. O objetivo é grande demais para desistir: a "Liberdade!". Termina Antero: "Se já desaba o tecto das Igrejas / E o docel d'esses Thronos, / É porque um outro céu maior nos cubra... / O céu da Liberdade!" (p.150)

Face à sociedade que o rodeia, ao estado de coisas, Antero apela à mudança, exorta, com a maior sinceridade, à ação. Acompanhamos a opinião (Saraiva & Lopes, 2005) de que as

Odes soam, em grande parte, como despedida ao romantismo herculaniano (...). Mas a grandiloquência mantém-se e com ela um moralismo, afinal já em Herculano contraditoriamente anistórico, e agora transferido à Justiça revolucionária de Proudhon; a palavra-chave desta transferência é o epíteto de santo, atribuído aos símbolos do novo ideário" (p.831)

No ideário anterior, tal como antes já apontámos, a base herculaniana continua presente, ou não fosse Herculano uma referência constante para Antero, e o nosso autor constrói, sobre essa base, um edifício moderno.

Essa construção resulta, como afirma Nogueira (2021)

da interação de duas ordens de fatores: uma profunda animosidade em relação a qualquer restrição à liberdade de pensar e criar autonomamente (...), com muito de misticismo, naturalismo à Hegel e humanitarismo francês, sob um fundo convicto de religiosidade cristã; e um severo porte formal que o soneto e a ode impõem (p. 226).

Com *Odes Modernas*, Antero traz a totalidade do civilizado espírito da Europa e, incorporando-o, cria o seu trabalho original, representando um certo final do romantismo, inaugurando a modernidade.

Face à sociedade que o rodeia, ao estado de coisas, no campo da literatura e em âmbito geral, Antero apela à mudança e exorta, com a maior sinceridade, à “ação”.

4. CONCLUSÃO

Lida na sua totalidade, encontramos-nos em *Odes Modernas* com o ideário anterior, e deparamo-nos com uma literatura nova, original, moderna.

Diz-nos Eduardo Lourenço (2007), profundíssimo conhecedor do trabalho de Antero de Quental, “Assim, foi a visão clara de uma nova *palavra criadora* – poesia como voz da Revolução e Revolução como realização *poética* da humanidade – que instaurou na história da nossa consciência uma verdadeira *rutura*” (p.20).

Odes Modernas simboliza a introdução em Portugal da poesia revolucionária, ou melhor, *Odes Modernas* exemplifica, ilustra, o pensamento anterior quanto à “missão revolucionária da poesia”.

Como *manifesto*, a obra rejeita o conformismo e desafia as instituições estabelecidas. Como *expressão poética*, rompe com o sentimentalismo romântico, privilegiando um tom exaltado e combativo. Como *meditação filosófica*, insere-se na linhagem do pensamento europeu moderno, incorporando influências de Proudhon, Michelet, Renan e Hegel, entre outros.

Odes Modernas não é apenas um marco na história literária portuguesa, mas também um documento essencial para compreender o pensamento de Antero de Quental.

REFERÊNCIAS

Bibliografia ativa

Quental, A. (1865). *Odes Modernas*. Imprensa da Universidade de Coimbra. https://books.google.com.br/books?id=mUMuAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt%20%20-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false

Bibliografia passiva

Franco, A. C. (2019). Poesia e Metafísica em Antero de Quental. In F. Gomes, A. C. Birrento, O. Jubilado, & E. Nunes Esteves (coord.), *Paisagens do Ser, Estudos de Literatura*. (pp. 91-96). Centro de Estudos em Letras, CEL-UÉ. Edições Cosmos. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8323093>

Lourenço, E. (2007). *Antero ou a Noite Intacta*. Gradiva.

Martins, A. M. A. (1997). Quental, Antero de (e o Romantismo). In H. C. Buescu (coord.), *Dicionário do Romantismo Literário Português* (pp. 450-453). Caminho.

Martins, A. M. A. (2010). A Intemporalidade de Antero de Quental. *Arquipélago-História*, 2ª série, XIV-XV, 187-199. https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/1300/1/Ana_Maria_Martins_p187_199_ARQhist14-15.pdf

Moura, V. G. (2001). Nota Bibliográfica. In V. Graça Moura (org.), *Antero de Quental, poesia completa* (pp. 5-6). Publicações Dom Quixote.

Nogueira, C. (2021). A sátira na poesia realista portuguesa. *Mélanges de la Casa de Velázquez*, 51(1), 225-244. <https://journals.openedition.org/mcv/14291>

Queirós, E. (s/d). Um Génio que era um Santo. In *Notas Contemporâneas* (pp.251-288). Livros do Brasil.

Quental, A. (1871). *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos últimos três séculos*. https://www.arqnet.pt/porta1/discursos/maio_julho01.html

Saraiva, A. J., & Lopes, O. (2005). *História da Literatura Portuguesa*. (17ª edição). Porto Editora.

A CONSTRUÇÃO DA MORALIDADE NO CONTEXTO LITERÁRIO DE CONTOS TRADICIONAIS SÃO-TOMENSES: ESTUDO SOBRE A PERSONAGEM TARTARUGA

The construction of morality in the literary context of traditional Santomean tales: a study of the tortoise character

Albertino Manuel da Graça Will Pires dos Santos

RESUMO

No contexto da dissertação elaborada e defendida recentemente no âmbito da 12ª edição do Mestrado em Estudos de Língua Portuguesa, na Universidade Aberta, tive o prazer e o privilégio de falar sobre a tartaruga como símbolo de São Tomé e Príncipe e como personagem de contos tradicionais. Nessa abordagem, procurei encontrar a moralidade subjacente a alguns contos populares incluídos em impressos, alguns com versão digital, bem como outros recolhidos a partir de entrevistas a diferentes interlocutores da sociedade e da cultura tradicional são-tomense, no sentido de avaliar até que ponto a astúcia, muitas vezes utilizada pela tartaruga ludibriando os contendores, contribuía para a edificação de uma moralidade, confrontando esse pormenor com a exemplaridade patenteada pelo porte da personagem numa fábula esópica igualmente analisada. A constatação foi que, em São Tomé e Príncipe, essas histórias, conhecidas como sóias, revelando parte significativa da literatura oral são-tomense, ocorriam particularmente nos “nozadus” (velórios) assumindo o papel catártico e lenitivo de distrair os entristecidos e veiculando marcas da tradição através dos contadores de histórias. Outro aspeto conclusivo é que o triunfo da astúcia da tartaruga simboliza, na maioria dos casos, a persistência e a compensação dos fracos diante da supremacia dos poderosos, sendo que esses contos seculares refletem, na linguagem miscigenada e influenciada sobretudo pelo cenário cultural e multilinguístico local, a emergência da variedade do português de São Tomé e Príncipe.

Palavras-chave: São Tomé e Príncipe; Sóia; Tartaruga.

ABSTRACT

In the context of the dissertation I recently wrote and defended as part of the 12th edition of the master's programme in Portuguese language studies at the Universidade Aberta, I had the pleasure and privilege of talking about the turtle as a symbol of São Tomé and Príncipe and as a character in traditional tales. In this approach, I tried to find the morality behind some folk tales, as well as others collected from interviews with different interlocutors in traditional São Toméan society and culture, in order to assess the extent to which the cunning often used by the turtle to deceive the contenders contributed to the building of a morality, comparing this detail with the exemplarity shown by the character's bearing in an Aesopian fable that was also analysed. The finding was that, in São Tomé and Príncipe, these stories, known as sóias and revealing a significant part of São Toméan oral literature, occurred particularly at nozadus (wakes), assuming the cathartic and soothing role of distracting the saddened and conveying marks of tradition through the storytellers. Another conclusive aspect is that the triumph of the turtle's cunning symbolises, in most cases, the persistence and compensation of the weak in the face of the supremacy of the powerful, and these secular tales reflect the emergence of the São Tomé and Príncipe variety of Portuguese in a mixed language influenced above all by the local cultural and multilingual scene.

Keywords: São Tomé e Príncipe; "Sóia"; Turtle.

1. BREVE NOTA INTRODUTÓRIA

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre alguns contos tradicionais são-tomenses que têm como personagem a tartaruga. Confrontando a moralidade subjacente à atuação da referida personagem com a ação do mesmo animal numa fábula esópica igualmente analisada, a perspetiva consistia em avaliar de que modo a exemplaridade ou não da ação protagonizada pela tartaruga contribuíria para a construção de uma moralidade no contexto literário dos contos tradicionais de São Tomé e Príncipe.

O referido corpus, para além de incluir textos constantes de obras impressas – como é o caso de *Contos Tradicionais da CPLP* (2014), *Tipologias do conto maravilhoso africano* (2000) e de *Contos Tradicionais Santomenses* (Direção Nacional da Cultura de São Tomé e Príncipe, 1984), todas incluídas na bibliografia; (a primeira das quais também com versão digital) –, integrou igualmente um conto cuja recolha foi feita no âmbito da consulta a um dos entrevistados ao longo da pesquisa, recolha esta registada em língua portuguesa.

2. Contextualização e enquadramento teórico

Os contos tradicionais de São Tomé e Príncipe revestem características resultantes do longo processo histórico de miscigenação sociocultural, que teve o impacto da influência europeia, especialmente da cultura portuguesa (Pereira, 2005, pp. 29-30) e assimilou, de igual modo, características oriundas do panorama cultural africano. Fundamentando o primeiro caso das influências mencionadas, socorremo-nos inicialmente da análise concetual da fábula e do conto, à luz de elementos do projeto *Catálogo e história crítica da fábula na literatura portuguesa* (Morais, 2008), com respaldo no sistema de classificação de contos de Aarne-Thompson e Uther (ATU), e dos estudos de Vladimir Propp sobre a *Morfologia do conto* (1995), bem como das considerações de Bruno Bettelheim referentes à temática expressas na obra *Psicanálise dos contos de fadas* (2018). Por outro lado, foi igualmente útil o recurso a pesquisas de Sara da Graça e Silva (2016) sobre o estudo evolutivo dos contos populares, nas quais a autora se refere à questão da moralidade no domínio dos contos da literatura tradicional. A migração e interpenetração de povos, paisagens e culturas sedimentaram, com efeito, no Arquipélago, um autêntico mosaico geracional e multicultural. Ilustram este facto, por exemplo, os testemunhos de Isabel Castro Henriques (2000) e as considerações de Inocência Mata (1998, p.19) segundo as quais a cultura das Ilhas é uma “Cultura São-tomense / Cultura Africana de Formação Crioula”. Assim se justifica a presença de rituais de magia e do sobrenatural, muito comuns nessas paragens, na estrutura e dinâmica dos contos orais da tradição são-tomense – um pormenor que pode ser observado na leitura atenta da obra *Tipologias do conto maravilhoso africano*, de Carlos Espírito Santo (2000, p. 34). Tivemos também o cuidado de recolher e de transcrever alguns contos tradicionais, com o principal objetivo de os divulgar e de conservar esse património nacional oral.

3. A IMPORTÂNCIA E O SIMBOLISMO DA PERSONAGEM TARTARUGA NOS CONTOS TRADICIONAIS DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

De acordo com o verbete relativo ao significado simbólico do lexema “tartaruga”, encontrado em Chevalier e Gheerbrant (1982, p. 956), trata-se de um “animal” que assume um papel invulgar e transcendental, assemelhando-se a uma cúpula protetora erguida aos céus e simbolizando a renúncia aos prazeres terrenos. Esta conceção de endeusamento e glorificação das tartarugas encontra igualmente respaldo na fábula esópica “A tartaruga e a lebre” (Esopo, 1996), em que se revela a atitude sábia e prudente da personagem vencendo não pela força, mas pelos atributos de perspicácia.

Voltando agora a nossa reflexão para o estatuto da personagem tartaruga no âmbito dos contos tradicionais são-tomenses, é de sublinhar que a astúcia mormente revelada nalguns desses contos persegue princípios sábios e morais nos casos em que permite dissecar e demolir costumes desonestos. Alista-se, neste precedente, o atributo de perseverança e o facto de, como protagonista – na maior parte das vezes, sub-repticiamente –, “o” tartaruga (“o” como aparece em alguns contos) se insurgir (alegoricamente) como defensor dos vulneráveis diante da arrogância dos poderosos. A tartaruga é frequente nas águas marítimas do arquipélago de São Tomé e Príncipe, importante ponto de desova de várias espécies, e atualmente é considerada património natural das ilhas e, por isso mesmo, um animal muito protegido, quer pela população, quer por equipas especializadas.

4. O PAPEL LENITIVO E CATÁRTICO DAS “SÓIAS” NO CONTEXTO CULTURAL DO NOZADU (VELÓRIO) EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. ALGUNS TESTEMUNHOS RECOLHIDOS.

No vastíssimo âmbito dos contos tradicionais de São Tomé e Príncipe, a sóia, género que se diferencia pela oralidade e sobretudo pela associação com aspetos do fantástico, é uma narrativa muito presente e contada especialmente durante os serões fúnebres do *nozadu*, ou noite de vigília. Essas narrativas, que ainda hoje se recitam nas referidas cerimónias e rituais fúnebres – e não só – constituem um verdadeiro bálsamo lenitivo aliviando a angústia dos entristecidos, e funcionam ao mesmo tempo como uma terapia de catarse, configurando um “teatro” mitigador da dor experimentada.

Numa das entrevistas que realizámos, Albertino Bragança, escritor e prosador são-tomense (A. Bragança, comunicação pessoal, 26 de maio de 2024), referiu-se ao rito do evento descrevendo o ambiente dos *nozadus*, os habituais nojos ou velórios que antecedem a missa do sétimo dia após o falecimento do defunto. Mencionou, por outro lado, que, na noite de pêsames, havia um espaço destinado à tradicional bisca 61 (jogo de cartas típico das ilhas), realizado pelos homens, que animavam o ambiente noturno com o burburinho das suas conversas, e outro, reservado aos contadores de histórias, do qual se destacava um narrador que entretinha os circunstantes (essencialmente mulheres) e que, por se tratar de algo que ocorria pela noite dentro, não era atividade propícia à participação de crianças. Revelou ainda que nas histórias fantásticas contadas, o tartaruga encarnava geralmente o simbolismo de que o fraco pode vencer o poderoso. Outro testemunho recolhido foi o do Senhor Aurélio Leite, que, referindo-se às sóias, disse que no decorrer das narrações era chamada uma pessoa idónea a quem se incumbia a iniciativa de conduzir o ritual. Frisou, por outro lado, que havia pessoas que participavam como ouvintes nas referidas sessões, atraídas pelo talento prodigioso, artístico e teatralizante manifestado pelos habituais narradores de

sóias, que integravam geralmente entoação de canções intercaladas no enredo. Contou igualmente que essas sessões de conto eram demoradas e se prolongavam pela noite dentro. (A. Leite, comunicação pessoal, 26 de maio de 2024). Recolhi ainda o testemunho de várias outras pessoas, das quais destaco a Senhora Maria de Lourdes Will Santos, que se referiu ao facto de terem ouvido contar essas histórias (ela e os irmãos), não nas sessões de *nozadu* propriamente ditas, mas no seio familiar por um tio, em momentos de recreação.

A sóia, um dos traços identitários dos contos orais e do povo de São Tomé e Príncipe, é um património cultural e tradicional que, atravessando sucessivas gerações, ainda cumpre, nos nossos dias, o seu papel lenitivo e moralizador nas noites de velório (o *nozadu*) no Arquipélago. De acordo com os testemunhos colhidos, na nossa opinião, estas histórias têm o condão de proporcionar aos participantes do *nozadu* momentos de descontração e as cenas cómicas relatadas permitem suavizar a dor da partida do ente querido.

5. A CONSTRUÇÃO DA MORALIDADE NOS CONTOS TRADICIONAIS SÃO-TOMENSES

5.1 Síntese analítica e comparatista dos contos (o corpus)

De acordo com fundamentos éticos e morais, a virtude e o mal caminham lado a lado, nos diferentes contextos da existência humana (Faria, 2018).

Os contos tradicionais, tal como as fábulas, revelam-nos implicitamente esse dinamismo latente e presente nas ações dos referidos personagens, cujas condutas não são mais do que o reflexo imaginário das atitudes dos seres humanos. Esses procedimentos são suscetíveis de influenciar a sociedade e os costumes, no sentido da construção de uma moralidade.

Considerando os diferentes contos analisados e tendo em atenção a temática de moralidade que, de um modo geral, cada um deles encerra, é de salientar, em primeiro lugar, que a personagem Tartaruga integra a maior parte das ações neles protagonizadas e desempenha, na maioria dos casos, o papel do herói da narrativa. No caso dos contos que constituíram o *corpus* da dissertação, a escolha do repertório deveu-se primordialmente ao facto de todos eles contarem com a tartaruga como personagem principal. É de sublinhar, no entanto, que a nomeação da personagem Tartaruga de acordo com os géneros gramaticais, conhece alguma oscilação entre o masculino e o neutro, em detrimento do feminino, facto muito comum no uso linguístico do português em São Tomé e Príncipe, particularmente em São Tomé. Esta situação deve-se provavelmente à influência dos crioulos falados no Arquipélago,

em particular do forro ou da língua *santome*, em que, na maior parte dos casos, é referido o masculino, quer se trate do macho ou da fêmea, sendo esta a razão pela qual, no presente estudo, não tenha sido privilegiada uma rigorosa uniformidade em relação a este tratamento.

No caso da fábula esópica “A tartaruga e a lebre”, igualmente incluída no *corpus* avaliado, destaca-se a exemplaridade no facto de a Tartaruga, não obstante as suas limitações naturais, ter vencido a lebre, muito mais ligeira do que ela, numa corrida de aposta. Esta exaltação, pelo exemplo, da determinação de perseverança é igualmente notória e assume os cambiantes mais diversificados nos contos tradicionais de São Tomé e Príncipe, o que denota a universalidade dos dramas existenciais que relevam dos contos e das fábulas, independentemente do referente de localização geográfica e social para que remetem essas mesmas ações e produções.

Com efeito, constata-se no segundo conto do *corpus* considerado, designadamente “A tartaruga manhosa” (*Contos Tradicionais da CPLP*, 2014, p. 41) que, diferentemente, a Tartaruga, utilizando meios ardilosos, logrou convencer o monarca de que as galinhas dele, apesar de fartas, andavam famintas e assim pôde receber o “troféu”, a mão da princesa, filha do soberano. Mas a moralidade celebrada desta forma no conto já não é fruto da perseverança como na fábula anterior de Esopo, e sim o resultado da argúcia da Tartaruga. Se fosse pelo bem, menos mal seria, mas, na verdade, nem sempre o bem é o fruto da argúcia, quando esta, no mau sentido da palavra, provém do engano. Num mesmo diapasão se situa a postura dolosa e incorreta da personagem Tartaruga, no conto intitulado “O tartaruga e os vizinhos” (Santo, 2000, p. 181) em que o herói só consegue os seus intentos ambiciosos de iludir o monarca, e usurpar metade do palácio, intrujando e violentando os vizinhos. Daí se depreende que não seja considerada honra e honestidade a ação ou ações ignóbeis desencadeadas por interesses assentes na coação e no desrespeito humanos.

Se, no último caso descrito, o Tartaruga colheu indevidamente as benesses de um protagonista vencedor, o mesmo não acontece ao longo da intriga do conto “História da tartaruga” (Direcção Nacional da Cultura de São Tomé e Príncipe, 1984, pp. 21-34), onde, por ter procedido contra os princípios de boa-fé, maltratando a companheira, as forças do mal acabaram por sancioná-lo até ao suplício da morte, o que se traduz no velho ditado segundo o qual quem faz o mal, colhe também o mal.

No conto “Um grão de milho é o preço de um escravo” (Direcção Nacional da Cultura de São Tomé e Príncipe, 1984, pp. 53-60) vinca-se novamente a malícia afinada da Tartaruga assediando o rei com a afirmação irónica de que o salvaria da falência de mão-de-obra a troco de um grão de milho. Na verdade, esta aposta encontrou suporte em ações malévolas, desencadeadas pela Tartaruga, molestando e agredindo moralmente os seus adversários. Para além de essas histórias seculares sobreviverem

a gerações, o seu carácter teatralizante tem, em São Tomé e Príncipe, além disso, o condão de, através dos contadores das conhecidas “sóias”, animar e entusiasmar pessoas entristecidas nas noites de pêsames (*nozadu*).

Finalmente, no conto “A tartaruga e o rei” recolhido junto ao nosso entrevistado Augusto Pinto Leite (A. P. Leite, comunicação pessoal, 26 de maio de 2024), o Tartaruga afirma que venceria o monarca numa corrida. Enquanto o soberano ostentava um carro puxado por fortes cavalos, o Tartaruga combinou com outros tartarugas como ele ordenando-lhes que cada um se posicionasse em cada curva do percurso. O rei ficou admirado e surpreendido no dia da prova pensando que cada animal que via nas sucessivas curvas era o próprio tartaruga, mas o verdadeiro tartaruga estava posicionado perto da meta e acabou vencendo o rei e apoderando-se de toda a sua fortuna. Este conto, em que intervém um humano (o rei) seguiu configuração idêntica à do conto do *corpus* analisado “O tartaruga e os vizinhos” (Santo, 2000, p. 181). Apenas o estratagema utilizado para destronar o poderoso não implicou o recurso a meios violentos de coação, a sua astúcia pelo contrário contou com uma cooperação solidária entre este e os seus comparsas. Opõe-se a estes dois argumentos, a moralidade eleita pela fábula esópica “A lebre e a tartaruga” (Esopo, 1996) que vinca a exemplaridade da persistência e perseverança. Com efeito, comprova-se pelos feitos heroicos a astúcia pela qual o “irrelevante” tartaruga logra encurralar e neutralizar o monarca, facto que, considerado à luz da moralidade patenteada na aludida fábula esópica, difere, numa primeira abordagem, na circunstância de aptidões naturais da tartaruga em detrimento do desleixo da lebre, e no segundo momento (o do conto presente) num misto ardiloso de astúcia socialmente arquitetada.

5.2. Outras recolhas

Na investigação realizada, consideramos ainda um conjunto de contos recolhidos durante a redação da dissertação (uns, junto aos entrevistados Augusto Pinto Leite e Maria de Lourdes Will dos Santos; outro em obra impressa) nos quais não intervém a tartaruga. No entanto, os mesmos apresentam uma personagem cujo comportamento e atitudes se assemelham à atuação daquele animal nos contos anteriormente analisados. Muito resumidamente, podemos adiantar o seguinte:

No conto “O pescador, o peixinho e a lagaia” o protagonista peixe trai um pescador que o salvara no passado, da mesma forma que no conto “A carteira desaparecida” o perdedor engana quem lhe fizera bem devolvendo-lhe a carteira perdida. De igual modo, no conto “As façanhas do senhor Bêtôdô” o proprietário de um bar é burlado por um cliente. (A. P. Leite, comunicação pessoal, 26 de maio de 2024). No conto “História do rei e do gigante” (Direcção Nacional da Cultura de São Tomé e Príncipe,

1984, pp.11-20), o monstro salva o rei da cegueira e encontra a morte. Contrariamente, no conto “A herança do senhor Milagre” (M. L. W. Santos, comunicação pessoal, 26 de maio de 2024), o herói ajuda o amigo, este confere-lhe um terreno que lhe é retirado judicialmente pelos herdeiros do companheiro. No tribunal, vozes misteriosas do sobrenatural invadem a sala de julgamento, juízes e a audiência fogem apavorados e o senhor Milagre encontra a paz e a felicidade.

6. CONCLUSÕES

O presente estudo teve como principal objetivo a análise dos princípios subjacentes à moralidade nos contos orais são-tomenses (usando, neste caso, versões impressas e recolhidas registadas em língua portuguesa). Ao longo do trabalho, afluíram o papel e simbolismo encarnados pela personagem Tartaruga nas narrativas mencionadas, contemplando a primazia da astúcia e da perseverança. Um aparte especial foi dedicado às “sóias”, como componente indissociável dos ritos do *nozadu* (velório) em São Tomé e Príncipe. Finalizámos a nossa abordagem com o estudo analítico e comparativo de contos provenientes de publicações e recolhidos junto a entrevistados. A principal conclusão obtida foi que, no âmbito dos contos avaliados no contexto desta pesquisa, em boa parte dos mesmos se evidencia o comportamento malicioso como porta de entrada para o alcance de vantagens, quer morais, quer materiais. Mas, tendo em conta que a finalidade suprema do conto é edificar, corrigir e educar, consideramos imperioso colher deles os subsídios morais que mais importam, rejeitando o mal e as suas facetas perniciosas.

REFERÊNCIAS

- Bettelheim, B. (2018). *Psicanálise dos contos de fadas*. Bertrand Editora.
- Chevalier, J., & Gheerbrant, A. (1982). *Dictionnaire des symboles, mythes, rêves, coutumes, gestes, formes, figures, couleurs, nombres*. Robert Laffont / Jupiter.
- Contos Tradicionais da CPLP (2014). Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. https://cultura.cplp.org/media/wprdx0j2/contos-cplp-18-anos.pdf?File=%2FFiles%2FFiler%2Fcplp%2FCPLP_miolo-contos.pdf
- Direcção Nacional da Cultura de São Tomé e Príncipe (1984). *Contos Tradicionais Santomenses*. Editorial Caminho.
- Esopo (1996). A tartaruga e a lebre (A. P. Quintela Trad.). In V. Vouga (Coord.) *Antologia de Literatura Portuguesa*. Universidade do Porto. <https://web.letras.up.pt/vvouga/Antologia/17.pdf>

Faria, F. N. (2018). Ética Evolutiva. In A. Marques, & A. S. Campos (Coord.), *Dicionário de Filosofia Moral e Política*. Instituto de Filosofia da Nova. <http://www.dicionariofmp-ifilnova.pt/etica-evolutiva>

Henriques, I. C. (2000). *São Tomé e Príncipe: A invenção de uma sociedade*. Vega.

Mata, I. (1998). *Diálogo com as Ilhas. Sobre cultura e literatura de São Tomé e Príncipe*. Edições Colibri.

Morais, A. P. (Dir.) (2008-). *Catálogo e história crítica da fábula na literatura portuguesa* (Projeto de investigação). <https://fabulacatalogo.fcsh.unl.pt/index.php/historia-critica>

Pereira, L. (2005). A fábula, um género alegórico de proverbial sabedoria. *Forma Breve. Revista de Literatura*, 3, 21-32. <https://proa.ua.pt/index.php/formabreve/article/view/7617>

Propp, V. (1995). *Morfologia do conto*. Vega.

Santo, C. E. (2000). *Tipologias do conto maravilhoso africano*. Cooperação.

Silva, S. G. (Ed.) (2016). *Morality and emotion*. Routledge.

ANEXO I – Conto incluído no corpus trabalhado

O tartaruga e o rei

O tartaruga desafiou o rei a uma aposta pela qual venceria o monarca numa corrida afirmando que, ainda que o rei se deslocasse de automóvel e ele a pé, jamais o soberano ganharia a prova, e que em caso de derrota, ficaria com toda a fortuna do monarca, incluindo o palácio.

Marcado o dia da competição, o tartaruga combinou com vários amigos seus (tartarugas também) e pediu-lhes que na data e hora do certame cada um se posicionasse em cada uma das curvas que existiam no percurso da prova. Dito e feito. No dia combinado, o rei partiu para o combate firme e confiante que teria a tarefa mais fácil do mundo, pois sabia de antemão que, pela sua lentidão, jamais o tartaruga seria capaz de o derrotar. Com a carruagem a ser puxada pelos cavalos mais fortes e velozes do reino, ao dobrar a primeira curva o rei depara-se com um tartaruga, que seguia pela sua frente. Na segunda esquina, defronta-se outra vez com um animal idêntico diante de si. O rei nem quis acreditar, mas continuou a luta, e sempre que se aproximava de uma nova curva, a figura ameaçadora de um tartaruga caminhando diante dele deixava-o muito triste e envergonhado. No entanto, quando ultrapassou o último tartaruga na curva final, uma enorme alegria invadiu-lhe o rosto e encheu-se de esperanças na infalível vitória. Mas, para o seu espanto, ao entrar na reta final é surpreendido pelo verdadeiro tartaruga, que ali se havia colocado de propósito, e este corta triunfalmente a meta, vencendo o monarca e apoderando-se do seu palacete e de todos os seus bens.

(A. P. Leite, comunicação pessoal, 26 de maio de 2024).

REPRESENTAÇÃO DO REFUGIADO EM CONTOS DE ANA MARGARIDA DE CARVALHO

The representation of the refugee in short stories by Ana Margarida de Carvalho

Anabela Morais Brás

RESUMO

Reconhecida como uma das escritoras mais promissoras da ficção contemporânea portuguesa, Ana Margarida de Carvalho explora frequentemente na sua obra temas como a identidade, a memória e as relações humanas, não evitando o caráter violento de determinadas circunstâncias da experiência humana. Imbuída de um espírito humanista e humanitário, a sua produção literária propõe continuamente uma profunda reflexão não só sobre temas (problemáticos) do presente, mesmo quando se centra no passado, num claro exercício de rememoração, mas também sobre a (não) pertença, o questionamento do Eu através do encontro com o Outro, a realidade social e cultural de Portugal e, ainda, da Europa. Tomando como *corpus* privilegiado a narrativa breve da escritora, reunida nos volumes *Pequenos delírios domésticos* (2019) e *Cartografias de lugares mal situados (10 contos da guerra)* (2021), assim como na sua participação na coletânea de contos *Uma Terra Prometida – Contos sobre Refugiados* (2016), procuraremos analisar a(s) representação(ões) do refugiado, do recém-chegado à Europa pelo Mar Mediterrâneo. O nosso estudo seguirá o apoio teórico-crítico proposto por Álvaro Manuel Machado e Daniel-Henri Pageaux (1988), Maria João Simões (2011, 2022), em particular os seus estudos em Literatura Comparada e Imagologia Literária.

Palavras-Chave: Conto português contemporâneo; Ana Margarida de Carvalho; Refugiado; Literatura Comparada; Imagologia Literária

ABSTRACT

Recognised as one of the most promising voices in contemporary Portuguese fiction, Ana Margarida de Carvalho frequently explores themes such as identity, memory, and human relationships in her work, without shying away from the violent nature of certain aspects of the human experience. Imbued with a humanist and humanitarian spirit, her literary production consistently invites deep reflection not only on (problematic) contemporary issues – even when centred on the past, in a clear exercise of remembrance – but also on (non-)belonging, the questioning of the self through encounters with the other, and the social and cultural realities of both Portugal and Europe.

Focusing on the author's short fiction, particularly the collections *Pequenos delírios domésticos* (2019) and *Cartografias de lugares mal situados* (10 contos da guerra) (2021), as well as her contribution to the anthology *Uma Terra Prometida – Contos sobre Refugiados* (2016), this study aims to analyse the representation(s) of the refugee figure, specifically the newly arrived in Europe via the Mediterranean Sea. The theoretical and critical framework will draw on the work of Álvaro Manuel Machado and Daniel-Henri Pageaux (1988), and Maria João Simões (2011, 2022), particularly their contributions to *Comparative Literature and Literary Imagology*.

Keywords: Portuguese contemporary short story; Ana Margarida de Carvalho; Refugee; Comparative Literature Studies; Literary Imagology

"(...) Longe, europa / amontoava remos e coletes de salvação nas lúgubres pilhas que iriam ser destruídas para que não ficasse memória do que se / tinha passado.", Nuno Júdice, "O Mito de Europa" (2017)

"Só pergunta quem ama, só indaga quem anseia, só quer saber quem deseja.", Ana Margarida de Carvalho, "Póstumos nascimentos" (2019)

1. INTRODUÇÃO

Tanto o meio mediático como o campo artístico têm dado visibilidade à crise europeia dos refugiados que atravessam o Mediterrâneo. Deste modo, as imagens, difundidas pelos noticiários informativos, e as múltiplas criações nas mais diversas artes¹ permitiram a criação de um conjunto de representações destes migrantes, o qual faz parte de um conhecimento globalmente partilhado. Este integra comumente: coletes laranjas

¹ A título meramente exemplificativo, recorde-se que a imagem do corpo sem vida do pequeno sírio Alan Kurdi foi amplamente difundida nos *media* (e nas redes sociais), tendo gerado bastante consternação junto dos cidadãos mais atentos e compassivos, assim como uma infinidade de críticas sobre a tragédia humanitária dos refugiados sírios, na Europa. No campo artístico, destacamos os trabalhos do refugiado Ai Weiwei e a sua arte de compromisso, como a instalação artística *Law of the Journey* (2016), o documentário *Human Flow* (2017) ou ainda a obra pictórica, em azulejo português, *Odyssey Tile* (2021).

abandonados nas areias brancas do Mediterrâneo; barcos (des)humanamente sobrelotados em risco iminente de naufragarem (ou já naufragados); o brilho de mantas térmicas que cobrem os sobreviventes, depois de resgatados do mar pelas autoridades europeias.

Ora, num cenário do advento de mais migrantes, com as mais diversas tensões e incompreensões que esta situação acarreta, também a literatura contemporânea se tem revelado sensível à pertinência deste tema de enorme atualidade, bem como ao seu impacto humano, cultural e social. A Literatura Portuguesa, sobretudo na última década, tem explorado diferentes perspetivas sobre a condição humana neste contexto de grande instabilidade, quer em composições poéticas, quer em ficções narrativas de extensão variável. Exemplos do que acabámos de expor são os poemas “O mito de europa”, de Nuno Júdice (2017), e “Pouco fita a Europa, a não ser mortos”, de Ana Luísa Amaral (2013), bem como as narrativas de Lídia Jorge, Hélia Correia, Julieta Monginho, Afonso Cruz e Miguel Real.

Todavia, cumpre registar que a produção literária portuguesa ainda é pouco expressiva face a outras literaturas europeias, no que diz respeito à (con)figuração literária do refugiado. Tal como destacou María Jesús Fernández (2022), esta circunstância deve-se ao facto de, só muito recentemente, se ter invertido o papel de Portugal de país de saída (emigração) para um país de destino (imigração). Fazendo parte do continente europeu e da União Europeia, Portugal tornou-se num território de acolhimento de migrantes / refugiados, sendo estes últimos um novo elemento integrante do tecido social português.

É neste *topos* da Literatura Portuguesa que também se inscreve a escrita de Ana Margarida de Carvalho. Confirmada como escritora marcante da mais recente ficção contemporânea, enforma temas coetâneos complexos e fraturantes, frequentemente sobre o passado de personagens e/ou do coletivo comum, fabulando, assim, um espaço de memória que procura ora combater o esquecimento, ora compreender o presente. Neste jogo temporal, as narrativas emolduram a exploração da identidade individual e coletiva, as tensões nas relações interpessoais (familiares, amorosas, com o Outro), a violência (sobre mulheres e crianças, os mais desfavorecidos e oprimidos) e os conflitos armados, por exemplo.

A ficção da escritora sublinha a ideia de que os atos de violência extravasam tanto para o espaço doméstico, como para o espaço público, como insinuado na epígrafe retirada de Sérgio Godinho² (cf. Carvalho, 2019, p. 8).

Neste vasto campo temático do universo ficcional da escritora, Ana Margarida de Carvalho, de olhar atento ao tempo coevo, também elaborou narrativas literárias sobre a crise dos refugiados na Europa, dado que "(...) o Mediterrâneo se vai tornando uma vala comum, nesta crise humanitária de refugiados em que a Europa não soube acolher, não soube estar à altura." (Carvalho, 2018, p. 157).

Chegados a este ponto, cremos ser relevante destacar que o nosso contributo incidirá sobre a representação literária dos refugiados que atravessam o Mediterrâneo, mais concretamente em três narrativas breves da escritora: 1) "Do Inferno ninguém escapa", 2) "Nascimentos póstumos" (*Pequenos delírios domésticos*, 2019³); e 3) "Pensão Europa" (*Cartografias de lugares mal situados (10 contos de guerra)*, 2021). Dois destes contos foram previamente publicados, mas com uma designação diferente: "Do Inferno ninguém escapa", sob o título "Melhor a ementa que o cianeto"⁴, que foi inserido na coletânea *Uma terra prometida. Contos sobre refugiados*⁵ (Fanha, 2018); e "Pensão Europa" (2021), que foi impresso no jornal *Público* (01/03/2020), intitulando-se "O que ela me fez", num exercício de escrita que envolveu mais três escritores portugueses⁶.

² Epígrafe: "Ai, amiga, se eu chegasse lá (ah, se...) / ao momento da verdade / dizia-lhe assim à bruta: "Mata-ratos e cicuta / tomarás em quantidade" / a hora do telejornal / era o momento ideal / tanta guerra e tanta fome / e o meu crimezinho incólume" (excerto da canção "Pequenos Delírios Domésticos", do álbum *Tinta permanente*, de 1993). Este excerto, de natureza confessional e intimista, revela uma voz poética marcada por uma ironia mordaz que sublinha a assimetria entre os crimes amplamente mediatizados – como a guerra e a fome, veiculados no espaço simbólico do "telejornal" – e os delitos aparentemente menores e, portanto, silenciados ("crimezinho incólume"). Esta tensão entre o visível e o oculto constitui o eixo temático dos contos que compõem o presente volume, os quais visam problematizar a violência, tanto simbólica como concreta, exercida sobre os oprimidos e os marginalizados. Deste modo, os textos convocam uma reflexão crítica sobre os limites da justiça e da impunidade, bem como sobre a responsabilidade ética e social do indivíduo face à sua própria inação perante o sofrimento alheio.

³ Sempre que mencionado ou parcialmente transcrito, remetemos para a 1.ª reimpressão de 2019 (a 1.ª edição é de 2017).

⁴ Relativamente a "Melhor a ementa que o cianeto", Adriana Gonçalves salientou que o título se constrói a partir do trocadilho verbal com expressão popular "pior a emenda que o soneto", funcionando assim como "uma crítica mordaz às políticas de apaziguamento da situação de desamparo vivenciada pelos refugiados na Europa, atitudes tantas vezes anódinas." (Gonçalves, 2024). Já sobre a escolha do título final de Ana Margarida de Carvalho, "Do inferno ninguém regressa", parece-nos que pode ser lido como crítica à ineficácia das políticas de acolhimento dos refugiados, as quais vão perpetuando um "inferno" numa casa ou espaço de acolhimento que deveria ser de repouso, mas, ao mesmo tempo, pode remeter para a ideia do inferno da revisão de uma memória fragmentada revisitada no íntimo de um ser.

⁵ Esta coletânea de contos é dedicada à temática dos refugiados, reunindo textos de: Afonso Cruz, Ana Margarida de Carvalho, Carlos Vaz Ferraz, Cristina Carvalho, Filomena Marona Beja, José Fanha, Miguel Real, Nuno Camarneiro e Sérgio Luís de Carvalho.

⁶ No 30.º aniversário do jornal *Público* (2020), Afonso Reis Cabral iniciou e coordenou a elaboração de um conto, dentro do género "cadáver esquisito", com o contributo de três escritores: Ana Margarida de Carvalho, Gonçalo M. Tavares e Jaime Rocha.

Identificado o *corpus*, é forçoso esclarecer que a nossa investigação incidiu sobre determinadas questões, a saber: como moldam alguns textos literários portugueses, em particular os de Ana Margarida de Carvalho, o retrato dos refugiados que nos chegam ou que chegam à Europa? Que retratos nos desenham destes seres humanos em trânsito? Que atmosfera social e humana presidiu a esse acolhimento? Numa palavra, que representações literárias da figura do refugiado foram construídas?

Para orientar metodologicamente a nossa reflexão, seguimos o apoio teórico-crítico dos estudos de Literatura Comparada, em particular os de Álvaro Manuel Machado e Daniel-Henri Pageaux (1988); e especialmente, em Imagologia Literária, os de Maria João Simões (2011, 2022). Empreendemos, portanto, o método de análise segundo o qual o estudioso comparatista da imagem literária procede a vários níveis de análise, desde a lexical à estrutural, bem como à do quadro espaço-temporal, visto que apenas este percurso permite aceder aos elementos e à constituição dinâmica do Eu e do Outro (cf. Machado e Pageaux, 2001, pp. 54-60).

Por outras palavras, propomo-nos não só averiguar a representação literária do refugiado que vai chegando às praias europeias mediterrânicas e o seu valor simbólico, dentro da trama narrativa de Ana Margarida de Carvalho; mas também reconhecer imagens mentais que, automaticamente, construímos do Outro (também sob a forma de estereótipos ou *clichés*) e de nós próprios (jogo de identidade / alteridade), num diálogo de representações plurais, a partir das narrativas literárias selecionadas para a análise.

Esta reflexão é necessariamente interdisciplinar, pois, na dialógica e plural construção de auto e heteroimagens, convocam-se informações e saberes que vão da História e da Mitologia até à Sociologia e à Cultura, sem esquecer o espaço dos *mass media*, a possibilidade da riqueza semântica do diálogo intertextual de representações literárias diversas, entre outros discursos confluentes na construção da imagem. Numa palavra, o território do trabalho comparatista e imagiológico cruza fronteiras, aproximando e articulando várias áreas do conhecimento numa *poética da relação* (Glissant, 2011, p. 37) que, naturalmente, subjaz à sua metodologia de trabalho: "o encontro com o Outro estimula o imaginário e a consciência poética", além de convocar múltiplos saberes.

2. REPRESENTAÇÃO LITERÁRIA DO REFUGIADO EM “DO INFERNO NINGUÉM REGRESSA”, “NASCIMENTOS PÓSTUMOS” E “PENSÃO EUROPA”

2.1. Personagem: contributos para a figuração literária e simbólica do refugiado

Após as notas introdutórias, importa-nos verificar como nos três contos de Ana Margarida de Carvalho se constroem representações literárias do refugiado do Mediterrâneo dos tempos contemporâneos. Estas figurações sobressaem na construção de protagonistas singulares, os quais agem como “uma representação da figura humana ou humanizada que, numa ação narrativa”, contribuem “para o desenvolvimento da história e para a ilustração de sentidos projetados por essa história; (...)” (Reis, 2018, p. 388). Com “histórias” centradas na personagem principal, nomeadamente o refugiado, as três tramas diegéticas decorrem em espaços e tempos distintos.

Primeiramente, em “Do inferno ninguém escapa”, a representação concretiza-se no suposto Saadi: um idoso que chegou há “meio século” à Europa e que habita uma casa de repouso exclusiva para ex-refugiados. Temporalmente situada no futuro, a narrativa oscila, constantemente, entre o presente da ação (como se vive na “Casa de Repouso, como eufemisticamente lhe chamavam”) e o passado penosamente rememorado a partir de um antigo álbum de fotografias⁷ (a vida antes da guerra e a morte durante o cerco militar a Alepo; a viagem-fuga por terra e por mar; a chegada ao *El Dorado* europeu). Não conhecemos a sua verdadeira identidade, dado que adotara o nome do irmão (o qual morreu afogado na travessia do Mar Mediterrâneo) quando gritara o seu nome imediatamente depois de ter sido salvo⁸. Nesse momento, os voluntários de uma associação humanitária consideraram ser este o seu nome e “Assim ficou para os Europeus. Com o nome e a identidade do irmão perdido.” (Carvalho, 2019, p. 34).

Em “Nascimentos póstumos”, a figuração do refugiado assoma na mulher grávida sem nome, que dá à luz aquando da travessia do Mediterrâneo, num barco sobrelotado à deriva. Desde já, importa notar a não singularização da personagem central. Construída a metonímia, o seu anonimato torna-a universal, tendo como função focar a experiência de todas as mulheres refugiadas (e não as suas identidades), independentemente da sua rota migratória pelo Mediterrâneo. A ausência do nome reforça a ideia de que todas elas são vítimas anónimas, algumas portadoras de

⁷ “E, enquanto o levavam para a salinha, ia apreensivo: há coisas na memória que a gente nunca deve desenterrar, sob pena de ficarem os espectros à solta, insepultos.” (Carvalho, 2019, p. 33).

⁸ “Até que cerrou os punhos e os olhos, e soltou um berro e gritou desesperado SAADI, o nome do irmão mais novo, cujo braço se tinha desprendido da sua mão durante o naufrágio.” (Carvalho, 2019, p. 34); “O irmão perdido no mar que ele reencontrou nos seus próprios registos de identidade. (...). Nunca haveria de desfazer o equívoco.” (*ibidem*, p. 36).

novas vidas condenadas a não existirem⁹. Também o comprovam o facto de o conto suceder ao anteriormente mencionado e de a morte do irmão de Saadi ter sido ao “tentar salvar a mulher do bebé” (*ibidem*, p. 41). No fundo, embora sem nome, sem tempo concreto, mas num espaço geográfico e físico bem definidos, Ana Margarida de Carvalho confere à protagonista traços de profunda humanidade.

Por fim, em “Pensão Europa”, a configuração manifesta-se na jovem refugiada Lariça, que chegou à Europa porque a avó a colocou num barco de borracha, quando ela era ainda criança¹⁰. No momento presente da ação, percorre as ruas de Lisboa; é uma “andarilha”, que é “maneira suave de dizer. Geralmente chama vagabundas a estas pessoas sem emprego, sem ocupação, sem dinheiro, sem casa, sem aspirações, sem rumo.” (Carvalho, 2021, p. 76).

É nosso entender que, simbolicamente, Lariça encarna a dinâmica de transitoriedade¹¹, recusando qualquer forma de enraizamento e de identidade imutável. Ela ilustra “Estes transeuntes especiais (que) apenas passam, transitam.” (*ibidem*, p. 76), física ou psicologicamente.

Face ao exposto, consideramos que estas personagens contribuem para a construção literária do refugiado como um grupo etário heterogéneo, constituído por seres de ambos os géneros: o idoso Saadi; o aludido jovem irmão naufragado que, progressivamente, vai sendo resgatado à memória de Saadi como um verdadeiro altruísta, capaz de grandes atos de abnegação; a mulher que dá à luz na viagem; a jovem Lariça, “insolentemente livre”.

Entre si, partilham o facto de serem indivíduos de fuga em trânsito: Saadi fugiu à guerra e transita entre passado/presente; a mãe anónima foge à guerra e transita em alto mar; Lariça é forçada a fugir da guerra e da violência sobre o feminino, e, desde então, está sempre em movimento. As suas trajetórias são, na verdade, semelhantes nas etapas descritas: conflitos armados descrevem o seu país de origem; a viagem (terrestre e marítima) até à Europa, mais especificamente até aos países do Sul que compõem a União Europeia; a vivência em território europeu. Todavia, em “Póstumos Nascimentos”, desconhecemos o destino final da protagonista.

⁹ “(...) nunca lhe saiu da visão, a insuportável imagem da mulher encharcada que recusava que lhe tirassem o bebé morto do colo. E prosseguia na ambulância, com a criança de rostinho cinzento muito abraçada, e se alguém a tentava confortar e aliviar a pressão dos braços sobre o cadáver amolecido, ela soltava um tão desesperado silvo agudo que ninguém se atrevia a separá-los, como se fosse a gémea siamesa do próprio filho e partilhassem órgãos vitais.” (*ibidem*, p. 34).

¹⁰ “Chegaram ao fim do caminho porque não havia mais caminho seco, e nem a avó abrandou o passo. Um homem com cheiro a salgado pegou a pequena com olhos de urgência e dedos de ganância” (Carvalho, 2021, p. 74).

¹¹ Neste campo semântico da mobilidade forçada, o título “Pensão Europa” intensifica a impossibilidade de criar raízes e do refugiado, contra sua vontade, constituir-se um ser em trânsito. Além disso, esta figuração estabelece uma relação de analogia com título da obra *Cartografias de lugares mal situados (10 contos de guerra)* (*ibidem*).

O Mar Mediterrâneo é o espaço geográfico que une estes protagonistas, sendo perspectivado como a “estrada” que os conduzirá aos países da União Europeia, ao *El Dorado*, à “ilha” como espaço edénico (Carvalho, 2019, p. 44). Esta estrada líquida é descrita como perigosa e fatal:

E a ausência de adultos nas fotos... cada vez menos: enveredavam nos mais variados esquemas de travessia de fronteiras, e acabavam (...), a boiar no Mar Mediterrâneo, puxados à superfície por um colete cor-de-laranja... (Carvalho, 2019, p. 40)

Sempre foi estrada este mar, só pelos caprichos da gravidade e do sábio Arquimedes, não está ele calcetado de ossos de afogados, de ruínas de civilizações, de tábuas e restos de embarcações desfeitas – facilitava-nos a travessia. (*ibidem*, pp. 43-44)

Como posteriormente demonstraremos, graças à diversidade e à complexidade da composição destes protagonistas, Ana Margarida de Carvalho investe as suas narrativas de uma função primordial – revelar histórias únicas, para contradizer, de várias formas, o dominante estereótipo¹² sociocultural, frequentemente negativo, atribuído aos indivíduos que chegam à Europa através das três rotas migratórias do Mediterrâneo¹³. Afinal de contas, o discurso social (e até o mediático) alimenta-se, perigosamente, de estereótipos simplificadores, cabendo à escrita literária (e a outras formas de discurso crítico) a sua necessária e oportuna problematização.

Segundo estudos antropológicos e sociológicos, generalizações simplificadas têm contribuído para a construção social do refugiado com as seguintes particularidades: i) uma ameaça à segurança do país de acolhimento (associada ao terrorismo e à criminalidade); ii) uma sobrecarga económica para estes países, pois levam ao uso excessivo de recursos públicos; iii) a intransponibilidade das diferenças culturais e a incompatibilidade com os “valores ocidentais”; iv) a vitimização passiva constante que prejudica a sua capacidade de integração. Estas características, no fundo, formam o imaginário social sobre o refugiado.

¹² Assim o definiram Álvaro Manuel Machado e Daniel-Henri Pageaux: “(...) o estereótipo é pobre, esquemático, falso, etc. Torna-se mesmo arquivado dizer que o estereótipo constitui um perigo para a compreensão dos povos. (...) Todavia, no plano cultural, o estereótipo é de grande importância. Ele constitui uma forma massiva de comunicação. Sendo uma redução extrema de informação, ele é também uma forma ideal de comunicação de massas. (...). Daí (...) a presença obrigatória do estereótipo em toda a “literatura”, para uso do povo (...). Portador de uma definição essencial do Outro, o estereótipo é o enunciado de um saber coletivo que se pretende válido, seja qual for o momento histórico ou político.” (Machado e Pageaux, 1988, p. 60).

¹³ Não sendo este o enfoque da nossa análise, visto ser literária, consideramos pertinente mencionar que alguns estudos antropológicos e sociológicos têm apontado estes traços caracterizadores do estereótipo destes refugiados, numa abordagem interdisciplinar deste fenómeno social – cf. Fonseca e Ornelas (2016) e Oliveira (2017).

De acordo com Ferreira e Capela (2017)¹⁴, a representação abreviada, repetitiva e frequentemente redutora deste grupo migrante tem consequências negativas, dado que

Quando se refere a expressão “refugiado” parece que nem nos estamos a referir a uma pessoa. Chega-se, portanto, ao ponto de “coisificar” adjetivamente estas pessoas, o que leva à desconsideração das suas características individuais, culturais, étnicas, morais ou religiosas. (Ferreira e Capela, 2017, pp. 4-5)

2.2. A palavra e o discurso

É contra a homogeneização e a invisibilidade destes migrantes que a escritora usa a palavra. Agindo e verbalizando a sua existência e vida subjetiva, as personagens corporizam retratos distanciados do estereótipo sociocultural, quer pela sua vivência, quer pela sua interioridade¹⁵, as quais se manifestam no uso da palavra e de vozes narrativas. Dito de outro modo, o *discurso da personagem*, nas suas várias configurações (do diálogo ao monólogo interior), em articulação com o discurso do narrador, contém virtualidades semânticas e modeliza determinada representação do mundo, como assinalado por Carlos Reis (2018, pp. 398-401). Neste sentido, o texto narrativo, como os contos de Ana Margarida de Carvalho, é um espaço dialógico onde se “entrecruzam várias “vozes” no relato e é dessa interação que se deduz a produtividade semântica do texto.” (*ibidem*, p. 398).

Marcadamente emocional, pelo recurso à adjetivação, a metáforas de humanização e a frases expressivas, a palavra dá voz ao invisível, à memória individual traumática das personagens, marcada, também, pelo arrependimento: Saadi por ter afrouxado a tensão no braço que o levou a soltar o irmão e, conseqüentemente, por não ter cumprido a missão que lhe foi incumbida pela mãe (“Toma conta do teu irmão”, Carvalho, 2019, p. 41), nem ter desfeito o equívoco da sua identidade; a mulher grávida lamenta “aquele instante fecundo” que a “faz passear outra existência” (Carvalho,

¹⁴ O livro *Refugiados, Imigrantes e Igualdade dos Povos*, sob coordenação de Eduardo Vera-Cruz Pinto et al., reúne um conjunto alargado de participações em torno do debate contemporâneo sobre mobilidade humana e justiça social. De natureza colaborativa e internacional, a publicação conta com a participação de diversas universidades e entidades (nacionais e estrangeiras), reunindo autores provenientes de onze países, distribuídos por quatro continentes, tendo sido redigido em cinco idiomas distintos. Esta diversidade reflete o caráter plural e interdisciplinar da obra, reconhecida pelo seu contributo académico e jurídico no campo dos direitos humanos e da igualdade.

¹⁵ Elementos paratextuais, como a fotografia da capa, a qual ilustra o corredor interior (da Casa dos bisavós da autora), e a evocação da cantiga “Pequenos delírios domésticos”, de Sérgio Godinho, na epígrafe, patenteiam a expressão de interioridade e de memória que sobressai neste conto, assim como em outros de *Pequenos Delírios Domésticos* (2019).

2019, p. 44); Lariça arrepende-se de não ter dirigido um último olhar à avó¹⁶, depois de colocada “num barco com outros desconhecidos que sussurravam gritos” (Carvalho, 2021, p. 74).

A contínua repetição obsessiva, quase maquinal, de determinadas expressões, ao longo da ação, intensifica o peso e a relevância das memórias: “Do inferno ninguém escapa”; “Só pergunta quem ama, só indaga quem anseia, só quer saber quem deseja”; “O que ela me fez”; “O que ela me ensinou.”; “o túnel do escuro”; ligar “os dedos das mãos aos dos pés, enlaçava-os a uma madeixa de cabelo”. Todas elas têm a sua origem em momentos traumáticos passados:

Foi quando procuravam um menino, vizinho da família, entre dezenas de cadáveres de crianças, expostos no pátio da escola, depois de uma chuva (...) de mísseis. Viu através das feições do irmão, que o pequeno entre as vítimas, numa desolação que sepultava qualquer réstia de ânimo. Parte deles ficou lá para sempre – do Inferno ninguém escapa (...) (Saadi – Carvalho, 2019, p. 39)

Agora, quantos dias neste tédio triste e silencioso, a atrair presságios, abandonados pelo homem do leme, onde está a ilha, a ilha, a ilha, onde existe só água, água, água.... Tanto se morre no deserto como no mar. (Mulher grávida, *ibidem*, p. 44)

A avó ensinara-a a domesticar os gestos involuntários do sono, ligava-lhe os dedos das mãos aos dos pés, enlaçava-os a uma madeixa de cabelo, e qualquer estremeção a despertava e mantinha vigilante. (Lariça – Carvalho, 2021, p. 73)

Nestas passagens, entre tantas outras, marcadas pelo lirismo e pela poeticidade, Ana Margarida de Carvalho vai construindo uma imagem literária dos refugiados de forma fragmentada, sensível e complexa, enunciando progressivamente traços e comportamentos que constituem figuras humanizadas, através do retardamento da ação¹⁷.

Estas surgem ainda no ficcionado exercício de memória das personagens, em que o movimento oscilante entre avanços e recuos, entre o presente instável e um passado atormentado, lhes confere uma densa interioridade. Descortinam-se as motivações, medos, experiências individualizadas de migração e traumas. Por conseguinte, as recordações são entendidas “como um nevoeiro envenenado que se infiltra por baixo das portas e cobre tudo” (Carvalho, 2019, p. 34).

¹⁶ “Esqueceu todas as palavras da língua de infância, esqueceu o rosto da avó, lamentava não ter lançado um último olhar do barco que se afastava da margem. Se o tivesse feito, engolindo o seu ressentimento, certamente lembraria a cara da velha mulher na última despedida.” (Carvalho, 2012, p. 74).

¹⁷ O retardamento da ação é uma marca do estilo narrativo de Ana Margarida de Carvalho, tanto na narrativa breve como no romance. Graças ao processo evolutivo do desvelamento, o leitor acede à interioridade das personagens, o que favorece uma maior empatia para com as mesmas.

A enunciação discursiva gera-se, assim, a partir do íntimo, do *eu refugiado*, cedendo-lhe o narrador (quando heterodiegético) constantemente a sua voz, ora através dos processos de focalização interna e de monólogos interiores, ora através da intromissão de excertos de discursos orais alheios à sua narração, sem marcas explícitas de citação (discurso indireto livre). O discurso apresenta-se contínuo e subjetivo, num acesso direto à consciência da personagem. Expressa-se o nunca proferido, o bem guardado no “Outro coração, o que não é músculo, mas uma espécie de cofre-forte acolchoado.” (Carvalho, 2019, p. 32).

Apenas no conto “Nascimentos póstumos”, a narração adota a voz da primeira pessoa, num evidente fluxo de consciência, em que a protagonista enumera o sofrimento, os danos e as perdas dos que estão com ela na travessia do deserto e do mar. Mais especificamente: “num barco à deriva”, num “cemitério de corpos vivos (...) (em) que já tudo vai caroço de um fruto raivosamente tragado, chupado, sorvido de todos os sucos.” (*ibidem*, p. 43). Ela é a mulher que se distingue no “barco de caroços de pêsego ocos”, pois é “a única que não vai vazia.” Este traço singular não propicia uma relação conflituosa ou distante com os demais. Pelo contrário, ela é de empatia e de compaixão, num discurso em que Eu assume a pessoa de Nós, proporcionando, assim, uma auto-imagem e um imagotipo-grupal do refugiado do Mediterrâneo: “É isso. Somos um caixote de caroços, lançados fora, naufragos dos nossos próprios corpos. E o mar, mesmo que não fertilize, está com uma predisposição caridosa de acolher.” (*ibidem*, p. 43). Com efeito, também neste caso, acabaremos por concluir que não observaremos vida, visto que a mãe entrega o filho nado-morto, “tão pequeno e transparente, às ondas que o reclamam, atado com farrapos a roldanas de cortiça.” (Carvalho, 2019, p. 44).

Em síntese, as técnicas discursivo-narrativas, anteriormente mencionadas, visam expressar a vivência íntima das personagens, evidenciando a sua perspetiva subjetiva sobre a realidade e a sua experiência migratória. Neste sentido, elas têm a funcionalidade de elaborar uma representação literária mais humanizada do refugiado, ao partilhar a profundidade e a complexidade da sua experiência humana em condições tão adversas. O imagotipo¹⁸ distancia-se, assim, dos mecanismos de “coisificação”, propostos pelo estereótipo sociocultural, concedendo-lhes uma identidade única. Ao mesmo tempo, contrariar a tendência para o estereótipo e para a desumanização também se efetiva com a problematização essencial das questões axiais da identidade e da sua relação com a alteridade.

¹⁸ *Imagotipo* remete especificamente para o estudo da *imagem literária*, “em vez de utilizar a designação estereótipo, trabalhada pelos sociólogos (...). (...) A imagologia desenvolve conceitos próprios como o de *imagem*, *imagotipo*, *auto-imagotipo*, *hetero-imagotipo* e *imagotipia*, os quais entendem ser mais precisos, para abarcar determinados significados, que palavras-conceitos como estereótipo, *cliché*, tipo ou outras designações.” (Simões, 2011, p. 37).

2.3. Identidade e alteridade

Assente nos preceitos do “conhecimento do estrangeiro (reflexões sobre contactos literários e culturais; (do) estudo teórico da “dimensão estrangeira” de um texto, de uma cultura” (Machado & Pageaux, 1988, p. 18), a Literatura Comparada assenta num princípio de relação dialógica que intenta demonstrar “a importância do estrangeiro como componente da actividade literária e intelectual” (*ibidem*, p. 20). Enquanto área de estudos comparativistas, também a Imagologia Literária se centra no *estrangeiro* (no diferente, no estranho), mais concretamente no estudo de “imagens enquanto representações de nós mesmos e dos “Outros”” (Simões, 2011, p. 17). O seu objetivo é inferir representações discursivo-literárias de traços identitários que manifestam mentalidades, ideologias e construções simbólicas de povos, nações ou grupos sociais, em relação com o Outro (imagotipo literário). Portanto, na prossecução dos seus objetivos, os investigadores de ambas as disciplinas têm de considerar a dinâmica entre identidade e alteridade, uma vez que:

Eu “olho» o Outro – mas a imagem do Outro veicula uma certa imagem de mim mesmo. É impossível evitar que a imagem do Outro, a nível individual (um escritor), coletivo (uma sociedade, um país, uma nação), ou semi-coletivo (uma geração), não surjam também como a negação do Outro, o complemento, o prolongamento do meu próprio corpo ou do meu próprio espaço. (Machado & Pageaux, 1988, p. 61)

Ancorados nestes pressupostos de referência analítica, observamos que os contos “Do inferno ninguém regressa” e “Pensão Europa” patenteiam uma articulação entre o reconhecimento do Outro e a afirmação de si, numa relação em que “uns” existem graças à visão do Outro. Esta desenvolve-se entre o “Eu, refugiado do Mar Mediterrâneo” e o “Outro, europeu”¹⁹, em particular com os indivíduos e as instituições sociais envolvidos no seu resgate, acolhimento e inclusão. Curiosamente, os estrangeiros dos contos não são apenas os refugiados, mas também os europeus que são configurados pelo olhar de quem chega pelo Mar Mediterrâneo.

Logo à partida, o sentido desta relação imagiológica, que emerge do olhar do refugiado sobre o europeu, subverte a cristalizada pelo estereótipo sociocultural. Ao elaborá-la, a escritora concede a voz aos silenciados e aos invisíveis, que o sistema pensa conhecer. Efetivamente, ele ignora o essencial: os seus nomes, as suas vidas, os perigos enfrentados na viagem e o que perderam até chegarem às praias do Mediterrâneo, o luto, negligenciando as suas necessidades e forçando-os a assumir uma nova identidade (Saadi é o nome do irmão; Lariça “ainda mais identidades

¹⁹ Conquanto “Pensão Europa” tenha como espaço geográfico as ruas de Lisboa, entendemos que os protagonistas se inserem no macroespaço europeu, mais precisamente no contexto da União Europeia, no qual se integra Portugal. Além disso, o Outro é sempre referido como “europeu”, não se observando referências a uma nação ou a uma nacionalidade específicas.

depois”). Saadi, “numa irritação contida”, expressa bem esta incapacidade do Outro: “estes Europeus nunca hão-de compreender que o mais importante nunca está no centro das fotos, mas nas periferias, ou até mesmo fora do retângulo” (Carvalho, 2019, p. 35).

Segundo o ponto de vista dos protagonistas, a “cegueira” do europeu define as medidas destinadas a promover e a facilitar o resgate, assim como a integração destes migrantes no tecido social de destino. Foi assim no passado e será assim futuro, tal como o ilustram a permanente itinerância de Lariça e as recordações de Saadi:

Já bem lhe tinham angustiado os anos no acolhimento infantil de refugiados, no internato, de escolas, de famílias de acolhimento, adoções que falavam sempre, casais embaraçados a devolver aquela miúda notívaga. Só muralhas e cheia de quilómetros dentro, e as assistentes sociais com a censura na ponta das pestanas, parecia impossível, mas elas bem compreendiam. Aquela miúda. Aquela miúda. (Lariça – Carvalho, 2021, p. 36)

(...) e naquele cruzamento do corredor, formou-se a metáfora do surdo-mudo: durante anos, aos refugiados poucos deram os seus ouvidos, mas muitos deram a sua voz em eloquentes e vãos discursos, que causavam aplausos, reuniam votos, constituíam reputações, petições, manifestações, mas não resolviam nada. Não resolveram nada. Do inferno ninguém regressa. (Saadi – Carvalho, 2019, p. 34)

Os segmentos textuais transcritos expressam bem a relação imagiológica de contiguidade marcada pela indiferença, pela incompreensão e, até mesmo, por algum menosprezo do Outro face ao Eu. Igualmente, o Eu evidencia este tipo de figuração a que está sujeito. Nas duas situações, o distanciamento anuncia-se em: marcas discursivas (por vezes, anafóricas), como “Aquela”; no recurso à metonímia e à hipálage (“A borracha ronceira das sapatilhas brancas a afastar-se”); no uso de pronomes indefinidos (“muitos”, “alguns”) para referir os agentes europeus; na não individualização destes, pois são identificados pelo cargo que exercem (“as assistentes sociais”, “as enfermeiras”, “os voluntários da associação voluntária”, “os técnicos”, “os psicólogos”).

De igual modo, o efeito das intervenções reflete este afastamento, dado que, embora tenham sido motivadas por razões humanitárias e humanistas, elas acabaram sempre por fracassar, destacando-se, mais uma vez, os resultados negativos do “ensurdecimento” dos europeus:

Mal alcançou a maioria, livrou-se da solicitude das assistentes sociais e de todo aquele círculo de abraços e inclusão, muitas científicas cautelas e apreensões, devidamente reportadas, psicanalisadas e arquivadas em relatórios. Não se pode fazer ninguém feliz à força, mas vá lá explicar-se isto aos psicólogos. (Carvalho, 2021, p. 76)

Neste ponto, é importante salientar que, em ambas as narrativas, o Eu constrói uma imagem-grupal do cidadão da União Europeia sustentada na sua experiência de vida, em especial em “Do inferno ninguém regressa”. Este conto, projetado num tempo futuro – cinquenta anos depois de Saadi ter sido resgatado do Mar Mediterrâneo –, manifesta referências, observações e comentários ao falhanço ininterrupto das iniciativas dos europeus para acolher os refugiados²⁰. Em tom prospetivo (quase premonitório) e imbuído de uma ironia mordaz – que ridiculariza todas as ações voluntaristas ou cientificamente comprovadas do europeu –, o discurso narrativo assume um tom crítico veiculado em passagens textuais expressivas, como:

CRSCECRS (Comité de Remissão Social de Culpas Europeias no Caso dos Refugiados da Síria) (Carvalho, 2019, p. 30);

(...) na Casa de Repouso, o bem-estar dos hóspedes, ex-refugiados, era defendido com unhas, dentes e muita burocracia. (Carvalho, 2019, p. 32)

As sapatilhas brancas estavam bem inteiradas dos modos, termos e tempos verbais. Tinham de dizer uma média de cinquenta frases motivacionais por dia, e cumpriam a tarefa como um relógio de cuco irritante. (...) levavam esta incumbência tão a sério (...) até lhes ficarem tonificadas as cordas vocais e preencherem satisfatoriamente os relatórios de auto-avaliação. (*ibidem*, pp. 32-33)

Ao situar a narração no futuro, Ana Margarida de Carvalho usa o distanciamento temporal como opção compositiva crítica e reflexiva sobre o tempo hodierno. Ao projetar as consequências dos problemas atuais da crise humanitária dos refugiados na Europa, a escritora expõe falhas sociais e políticas que, a persistirem, conduzirão a um mundo distópico, no qual o remorso e o arrependimento caracterizarão o futuro europeu, num registo de amarga e manifesta ironia: “Não fossem as forças subtraídas pelos anos, mandava às urtigas todo este festival de remorso coletivo tardio”;

²⁰ Mesmo no futuro, na Casa de Repouso, a rotina instituída não tem em conta as necessidades dos hóspedes, pois as atividades têm apenas o intento de “manter os velhos activos, (...) não deixar que os seus cérebros se embrenhem em labirintos sem regresso, de onde nem os resgatariam com os ferros recurvos com que os egípcios retiravam os interiores dos crânios pelo nariz para não desfigurar a múmia.” (Carvalho, 2019, p. 31). A desadequação e ineficácia das iniciativas implementadas surgem em vários momentos da narrativa, porém, destacamos a descrição irónica, se não mesmo patética, do “dia da semana” em que “levam os velhos para um tanque com água a 31º” (Carvalho, 2019, p. 31).

“A intenção do comité era boa – todas as intenções são boas depois das consciências em mau estado” (Carvalho, 2019, p. 33).²¹

Em suma, o heteroimagotipo do europeu é o de um grupo homogêneo de voluntários e especialistas, bem (ou mal) intencionados, que desenvolvem intervenções e procedimentos ineficazes, a partir de uma ideia estereotipada do Eu (o refugiado). Esta imagem mental do Outro evoca uma dimensão simbólica, na qual o Eu lhe é invisível, ou seja, em que o grupo majoritário não tem em consideração a individualidade e a identidade dos que constituem a minoria, olhando-os igualmente como um coletivo periférico. Assim, a relação imagiológica desenvolve-se na distinção recíproca entre Nós e Eles.

Nesta reciprocidade dialógica, a escritora também nos oferece o olhar coletivo europeu (Outro) sobre o Eu (refugiado), através de Lariça: “O mistério jogava a seu favor. A sua aparência, que naquela Europa chamavam exótica, também. Era-lhe tão fácil a sedução quanto o cálculo.” (Carvalho, 2021, p. 75). As expressões “mistério”, “exótica” e “sedução” sugerem uma visão fascinada e idealizada do refugiado, em particular da figura feminina, baseada na aparência, a qual, provavelmente, revela uma diferença étnica e cultural. A ideia de deslumbramento pelo diferente e pelo desconhecido trespassam esta passagem, sendo caracterizadora da mania imagiológica que entende o Outro como sedutor e misterioso. Todavia, esta representação, embora pareça elogiosa, conduz à redução da identidade do migrante forçado, pois associa-o ao estereótipo do exotismo, cujos percurso e discurso da personagem procuram refutar.

Na dinâmica identidade/alteridade, o ponto de vista do europeu sobre o refugiado é menos expressivo do que a configuração deste último. Deste modo, parece-nos manifesto que Ana Margarida de Carvalho, nas três narrativas analisadas, tem a intencionalidade de repor um equilíbrio perturbado por fobias e preconceitos sociais que têm tido como efeito a desumanização e a estigmatização dos migrantes do Mar Mediterrâneo. No fundo, a escritora torna o invisível refugiado visível ao europeu, conduzindo-o à autorreflexão sobre o modo como vê e interage com o Outro, assim como sobre a sua parte de responsabilidade na crise humanitária coeva e nas suas consequências futuras.

²¹ Apesar de entendermos que “Para elaborar a “imagem” do estrangeiro, o escritor não tem, como se sabe, que copiar o real: seleciona um certo número de características, de elementos considerados pertinentes para a “sua” representação do estrangeiro” (Machado & Pageaux, 1988, pp. 69-70), cremos que o conhecimento da escritora sobre a situação real dos refugiados advém não só da sua cidadania ativa, mas também da sua atividade como jornalista. A título meramente exemplificativo, salientamos o artigo jornalístico (Carvalho, 2016) no qual dá destaque ao vídeo de uma campanha que defendia que “um campo de refugiados não é o seu saco de lixo”. Apelando à “doação com responsabilidade”, o vídeo mostra a inadequação dos donativos europeus enviados para o campo de refugiados de Katsikas (na Grécia). A jornalista entende-o “como metáfora da ajuda humanitária, que embora com boas intenções, é totalmente inconsciente”, destacando que “(...) o que deve direcionar a nossa solidariedade é o que os refugiados necessitam, e não o que nos sobra” e que a situação relatada representa uma falta de respeito para com os refugiados em situação desesperada, que tem direito à sua dignidade (que já está suficiente abalada pelas condições em que se encontram)”.

3. CONCLUSÃO

Tradicionalmente, na Antiguidade, desde Homero, no seio da cultura e literatura gregas, já se praticava o dever de hospitalidade – concedida a todo o hóspede²², viajante e estrangeiro (*Xenos*, estrangeiro) – por parte do hospedeiro ou anfitrião. Ao longo da História, com consideráveis variantes, outras culturas também adotaram esta filosofia, posteriormente expressa na moderna proclamação dos Direitos Humanos²³.

Não obstante, ao longo da história recente, foram inúmeros os momentos em que essa concepção de matriz humanista foi subvertida – inclusive, e de forma particularmente significativa, em períodos em que os refugiados se encontravam, em teoria e por via legal, protegidos pelo Direito de Hospitalidade. Ora, Ana Margarida de Carvalho, nas narrativas em análise, resgata e conduz o leitor aos princípios estruturantes do humanismo fundacional clássico, contrariando estereótipos socioculturais, através da construção ficcional de seres providos de uma história única que o destinatário desconhece. Eles são agentes vivos de/em trânsito, sofrendo as sequelas e as consequências da mobilidade forçada (a existência de incompreensões, o sentimento do desenraizamento, a perda de identidade), porém, nunca seres desprovidos de dignidade. Neste sentido, a escritora cultiva a literatura que proporciona uma determinada mundividência e, ao mesmo tempo, veicula uma concepção antropológica e ideológica.

Para concluir, assinalamos, apenas enumerativamente, alguns traços fundamentais da imagem literária do refugiado que se podem colher na escrita e visão humanizadoras de Ana Margarida de Carvalho, os quais, em nosso entender, são passíveis de maior atenção crítica:

- i. Os refugiados são ou foram, nalgum momento, seres humanos em trânsito, por terra e por mar, fugidos da guerra, da violência ou da pobreza

²² O termo francês usado – *héberger* – significa “acolher”, “hospedar”, “receber em casa como hóspede.” A “miséria do mundo” contemporâneo, personificada nos refugiados, é alvo de discursos desta natureza, ancorados em medos e preconceitos. Curiosamente, na dicotomia clássica (*hostis* / *hospes*), o primeiro termo designava o *inimigo*; o segundo, o *hóspede* e também anfitrião. No imaginário coletivo europeu, o estrangeiro / refugiado passa a ser visto, sobretudo em discursos demagógicos e xenófobos, como o inimigo, subvertendo as mais elementares regras de hospitalidade herdadas de uma tradição humanista que remonta à Antiguidade grega.

²³ Na *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (1948), no ponto 1) do Artigo 14.º, pode ler-se que “Toda a pessoa sujeita a perseguição tem o direito de procurar e de beneficiar de asilo em outros países” (publicado em *Diário da República*, I Série, n.º 57/78, de 9 de março de 1978. Disponível em <https://files.diariodarepublica.pt/1s/1978/03/05700/04880493.pdf>). Embora não mencione explicitamente o *dever de hospitalidade* como tal, reconhece o *direito de asilo*, o qual está relacionado com a ideia de *hospitalidade internacional*. Este artigo de índole humanista reforça a dimensão ética e jurídica que deve nortear qualquer acolhimento internacional de estrangeiros e de refugiados perseguidos. Mais tarde, também a União Europeia consagrou o Artigo 18.º, da *Carta dos Direitos Fundamentais da União*, ao “Direito de Asilo”, reforçando o dever de acolher quem procura proteção, por parte dos Estados-Membros: “É garantido o direito de asilo, no quadro da Convenção de Genebra de 28 de Julho de 1951 e do Protocolo de 31 de Janeiro de 1967, relativos ao Estatuto dos Refugiados, e nos termos do Tratado da União Europeia e do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (a seguir designados “Tratados”)” – em <https://fra.europa.eu/pt/eu-charter/article/18-direito-de-asilo>.

extremas, em demanda de uma melhor sobrevivência na União Europeia (a “Europa”), perspectivada como o *El Dorado*;

- ii. Os refugiados são jovens adultos, mulheres e crianças, todos seres humanos sofridos devido a situações dramáticas que viveram ou a que assistiram no seu país de origem ou no decorrer da viagem;
- iii. A demanda do *El Dorado* passa pela travessia do Mediterrâneo, implicando sofrimento, perdas (de identidade, de familiares, de novas vidas) e arrependimentos que os refugiados não partilham com outros, mas que revivem intensamente e que procuram reprimir;
- iv. O refugiado é um ser humano alvo de incompreensões e de indiferença, bem como vítima do sistema social e político europeu, que aplica medidas de acolhimento e inclusão a partir de imagens cristalizadas no coletivo sociocultural. Este comportamento coloca o refugiado na periferia do contexto sociocultural;
- v. Através do seu ponto de vista, os narradores refugiados (Eu) dão-nos a sua perspectiva dos solidários europeus, assim representados como estrangeiros (Outro), invertendo-se o olhar construído pelo estereótipo social;
- vi. Tanto o Eu como o Outro narrativos são construídos manifestamente através da contraposição de imagotipos grupais (Nós / Eles).

Na verdade, a odisseia contemporânea dos refugiados não passou despercebida à escritora, a qual assume, indubitavelmente, um espírito de compromisso ético de base humanística, ao compor personagens que ilustram e criticam o desempenho coevo desadequado e ineficaz do europeu, na resolução da crise humanitária no Mar Mediterrâneo. Fundamentalmente, os contos analisados humanizam o refugiado e questionam, de forma acutilante, a solidariedade bem-intencionada dos europeus que os acolhem, com o intuito de desconstruir ideias estereotipadas do Eu e do Outro. Assim, a criação literária de Ana Margarida de Carvalho mostra-nos como, num mundo cada vez mais globalizado, continua a ser pertinente colocar questões essenciais sobre identidade e pertença identitária, individual e coletiva, nomeadamente em situações de mobilidade, migração ou exílio forçado (cf. Simões, 2022).

REFERÊNCIAS

Bibliografia ativa

Amaral, A. L. (2014). *Escuridão*. Assírio & Alvim.

Carvalho, A. M. (2016, 9 de agosto). *Europeus enviam para campos de refugiados vestidos de festa e roupa esburacada. Assista ao desfile mais deprimente e cómico de verão*. Visão. <https://visao.pt/atualidade/sociedade/2016-08-09-europeus-enviam-para-campos-de-refugiados-vestidos-de-festa-e-roupa-esburacada-assista-ao-mais-deprimente-e-comico-desfile-de-verao/>

Carvalho, A. M. (2019) (2017). *Pequenos delírios domésticos*. Relógio d'Água.

Carvalho, A. M. (2018). Do meu mar vê-se a língua. *Limite: Revista de Estudios Portugueses y de la Lusofonía*, 12(2), 155-162.

Carvalho, A. M. (2021). *Cartografias de lugares mal situados (10 contos da guerra)*. Relógio d'Água.

Fanha, J. (2016) (Ed). *Uma Terra Prometida – Contos sobre Refugiados*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Júdice, N. (2017). *O Mito de Europa*. Dom Quixote.

Bibliografia passiva

Santinho, C. (2014). *Percepções, estereótipos e valores morais na relação entre refugiados e instituições responsáveis pelo seu acolhimento: “Análise do Plano de Inserção de Refugiados e Requerentes de Asilo em Portugal”* [Póster]. CRIA – Centro em Rede de Investigação em Antropologia, ISCTE–Instituto Universitário de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10071/6703>

Ferreira, R. E., & Capela, J. F. P. N. (2017). Imigração, Refugiados e Igualdade dos Povos. Uma simples abordagem a partir do Direito Penal Português. In E. Vera-Cruz Pinto, J. R. Perazzolo, L. R. Barroso, M. A. M. Silva, & M. C. Cicco (Eds.), *Refugiados, imigrantes e igualdade dos povos: Estudos em homenagem a António Guterres*. Editora Quartier Latin do Brasil. https://carlospintodeabreu.com/public/files/imigracao_refugiados_igualdade_dos_povos.pdf

Fonseca, M. L., & Ornelas, J. (2016). Acolhimento e integração de refugiados em Portugal: Desafios e boas práticas. *Revista Migrações*, 9, 67-84.

Malheiros, J., & Vala, J. (2004) (Eds.). *Imigração e Racismo em Portugal*. Imprensa de Ciências Sociais.

Oliveira, C. R. (2017). *Refugiados em Portugal: Políticas e Práticas de Acolhimento*. Alto Comissariado para as Migrações.

Bibliografia teórica

Glissant, É. (2011). *Poética da Relação* (Trad. de M. Mendonça). Porto Editora.

Jesús Fernández, M. (2022). A imigração na narrativa portuguesa contemporânea: Representações da figura do imigrante. In M. J. Simões (Ed.), *Imagologia e Mobilidade: Movidas e migrações figuradas* (pp. 133-159). Imprensa da Universidade de Coimbra.

Machado, Á. M., & D.-H. Pageaux (1988). *Da Literatura Comparada à Teoria da Literatura*. Presença.

Reis, C. (2018). *Dicionário de Estudos Narrativos*. Almedina.

Simões, M. J. (2011) (Ed.). *Imagotipos. Literários: Processos de (des)configuração na Imagologia Literária*. Centro de Literatura Portuguesa – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Simões, M. J. (2020) (Ed.). *Cruzamentos representados: Imagologia e figurações da alteridade*. Imprensa da Universidade de Coimbra.

Simões, M. J. (2022) (Ed.). *Imagologia e Mobilidade: Movidas e migrações figuradas*. Imprensa da Universidade de Coimbra.

POR FALAR NO DIABO: A ADAPTAÇÃO DE *THE SCREWTAPE LETTERS* E DE *O MANDARIM* PARA AUDIODRAMA

Speaking of the Devil: the adaptation of The Screwtape Letters and O Mandarin into audiodramas

Nuno Capucha

RESUMO

Este artigo analisa a transcodificação intersemiótica da obra epistolar *The Screwtape Letters* (1942), de C. S. Lewis, para o formato de audiodrama, através da adaptação produzida por Paul McCusker em 2009, estabelecendo um diálogo comparativo com *O Mandarin* (1880), de Eça de Queirós, através da adaptação radiofónica realizada por Eduardo Street, em 2003, enquanto explora a centralidade da figura do Diabo na cultura ocidental. Examina as estratégias discursivas, retóricas e narrativas empregues na transposição das obras literárias para o meio sonoro, avaliando as implicações estéticas e dramatúrgicas resultantes desta transformação. Para além da noção de palimpsesto proposta por Gérard Genette, que revela como a adaptação cria camadas de significado em diálogo com o texto original, considera-se a perspetiva de Linda Hutcheon, ao reconhecer a adaptação como reinterpretação criativa condicionada pelo novo meio, e a de Robert Stam, que entende a transcodificação intersemiótica como ato criativo e dialógico, construindo um novo texto permeado por intertextualidade e pelo suporte artístico escolhido. O estudo verifica que as 31 cartas satíricas originais, onde o demónio veterano Screwtape aconselha o seu sobrinho Wormwood, são transformadas em 31 audiodramas individuais que mantêm a integridade textual, enquanto adquirem uma dimensão sonora, enquanto *O Mandarin* foi editado na sua adaptação. A análise comparativa revela que o Screwtape de Lewis representa uma crítica apologética cristã através de um demónio burocrata e o Diabo queirosiano simboliza a burguesia oportunista numa perspetiva de crítica social realista. A mesma análise revela igualmente as diferenças nas soluções criativas para superar os desafios da transposição para um meio performativo. Esta investigação contribui para a legitimação do audiodrama, demonstrando que constitui uma linguagem artística com convenções e estética próprias, merecendo reconhecimento académico independente. O trabalho oferece uma perspetiva transdisciplinar que cruza literatura, estudos dramáticos e, estudos de média, evidenciando como a transcodificação intersemiótica pode enriquecer e revitalizar obras clássicas sem comprometer a sua integridade conceptual.

Palavras-chave: transcodificação intersemiótica, audiodrama, C. S. Lewis, Eça de Queirós, *Screwtape Letters*

ABSTRACT

This article analyses the intersemiotic transcodification of the epistolary work *The Screwtape Letters* (1942), by C. S. Lewis, into the audio drama format through the adaptation produced by Paul McCusker in 2009, establishing a comparative dialogue with *O Mandarim* (1880), by Eça de Queirós, through the radio adaptation directed by Eduardo Street in 2003, while exploring the centrality of the figure of the Devil in Western culture. The study examines the discursive, rhetorical, and narrative strategies employed in the transposition of the literary works to the sonic medium, assessing the aesthetic and dramaturgical implications resulting from this transformation. In addition to Gérard Genette's concept of palimpsest, which highlights how adaptation produces layers of meaning that interact with the source text, Linda Hutcheon's view is also considered, identifying adaptation as a creative reinterpretation shaped by the distinctive characteristics of the new medium. Furthermore, Robert Stam's approach sees intersemiotic transposition as a creative and dialogic undertaking, resulting in a new text deeply marked by intertextuality and the features of the selected artistic form. The study finds that the original 31 satirical letters, in which the veteran demon Screwtape advises his nephew Wormwood, are transformed into 31 individual audio dramas that preserve textual integrity while acquiring a sonic dimension, whereas *O Mandarim* was edited in its adaptation. The comparative analysis reveals that Lewis's *Screwtape* represents a Christian apologetic critique through a bureaucratic demon, while Queirós's Devil symbolizes the opportunistic bourgeoisie from a realist social critique perspective. The same analysis also highlights the differences in creative solutions for overcoming the challenges of transposing the work to a performative medium. This research contributes to the legitimation of audio drama, demonstrating that it constitutes an artistic language with its own conventions and aesthetics, deserving independent academic recognition. The work offers a transdisciplinary perspective that bridges literature, drama studies and media studies, showing how intersemiotic transposition can enrich and revitalize classic works without compromising their conceptual integrity.

Keywords: intersemiotic transposition, audiodrama, C. S. Lewis, Eça de Queirós, *Screwtape Letters*

1. APRESENTAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO

Esta investigação visa analisar um caso concreto de transcodificação intersemiótica: a adaptação, para audiodrama, uma forma de drama, que, academicamente, não tem sido alvo da devida atenção, de *The Screwtape Letters*, de C. S. Lewis, obra epistolar, na qual um demónio veterano, Screwtape, orienta o seu sobrinho, Wormwood, na captura da alma de um jovem, referido apenas como o paciente, através da troca de correspondência. Para tal, verificar-se-á quais as estratégias (discursivas, retóricas ou outras) utilizadas, avaliando algumas das alterações, do ponto de vista da narrativa e do significado, que ocorreram, por que razão e com que consequências.

Um dos objetivos específicos desta investigação é estabelecer comparações com casos semelhantes. Aproveitando a ocasião proporcionada pelas II Jornadas de Estudos Portugueses, efetuou-se uma comparação com *O Mandarin*, de Eça de Queirós, demonstrando como a adaptação para audiodrama, ou radiofónica, ainda que levada a cabo com abordagens criativas, orçamentos e meios diferentes, pode ser entendida como um palimpsesto, de acordo com a teoria de Gérard Genette. Por último, pretende-se ainda tentar responder a uma pergunta que perpassa por este estudo: porque podemos considerar o audiodrama um drama?

2. POR FALAR NO DIABO

Que figura ocupa um lugar central em *The Screwtape Letters* e em *O Mandarin*? O Diabo. A figura do Diabo ocupa um lugar de relevo nestas obras e na cultura ocidental, especialmente no contexto do Cristianismo, religião da qual ainda somos devedores, moldando o nosso imaginário, termo que, de acordo com Wunenburger, se refere a um espaço de representações que não é irracional, mas *alógico*, composto por imagens visuais ou linguísticas, que assumem uma função simbólica (Bazuá & Marshall, 2007).

No Cristianismo, o Diabo é a personificação do mal, uma entidade espiritual real e ativa. O *Catecismo da Igreja Católica* define-o como “o anjo que se opõe a Deus” (Igreja Católica, 1997, par. 2851), e lemos no Evangelho Segundo São João que é “assassino desde o princípio” e o “pai da mentira” (Jo 8, 44). O Papa Paulo VI (1972) reforçou esta visão, descrevendo o mal como “um ser vivo, espiritual, pervertido e perversor”.

Etimologicamente, Diabo deriva do grego *Diábolos*, sendo aquele que divide, que calunia e que acusa (Cunha, 2010). Na narrativa bíblica, atua como tentador e acusador, como se pode constatar no célebre episódio no Jardim do Éden, onde persuadiu Eva a desobedecer (Gn 3,5), e no livro de Jó, onde desafiou a fidelidade do justo servo de Deus (Souza, 2015). Após rebelar-se contra Deus e ser derrotado por São Miguel Arcanjo (Ap 12,9), o Diabo foi lançado à Terra, habitando o Inferno, um lugar de tormento eterno, descrito em Marcos 9,44 e Isaías 66,24 como o local onde o fogo jamais se extingue e os vermes não perecem.

As representações do Diabo na arte evoluíram significativamente, refletindo mudanças teológicas e sociais. Durante a Idade Média, ele foi retratado como uma figura grotesca para catequizar populações analfabetas. No século XI, o monge Raul Gabler descreveu-o com “olhos muito negros”, “barba de bode” e “dentes de cão” (Le Goff, 2005, p. 155), uma imagem que se consolidou na cultura cristã (Souza, 2015). A partir daí, representações antropomórficas assustadoras ganharam força, diferindo das imagens mais humanas dos séculos IX e X (Malerba, 2019).

Em *A Divina Comédia* de Dante, ilustrada por Botticelli, o Diabo aparece no centro do Inferno com “seis asas de morcego” e múltiplas cabeças, devorando pecadores (Malerba, 2019, p. 59). O mosaico de Coppo di Marcovaldo no Batistério de Florença também o retrata como um monstro com serpentes saindo dos ouvidos (Scott, 2001).

Destacam-se ainda as pinturas de Hieronymus Bosch, como *O Jardim das Delícias Terrenas* (c. 1490-1510), tríptico que apresenta o Inferno com figuras demoníacas grotescas e torturas criativas (Belting, 2002). A arte bizantina e gótica também influenciou essa iconografia catequética, com anjos caídos e bestas monstruosas.

Faz sentido falar do Diabo, atualmente? Para responder à pergunta, podemos, entre outras possíveis iniciativas, analisar a produção artística dos últimos anos, mantendo o nosso olhar sobre o visual, mais concretamente sobre o audiovisual, que, em vez de catequizar, entretém as agora instruídas multidões. A Netflix, a mais conhecida plataforma de *streaming*, lançou, há poucos anos, uma série intitulada *Lucifer*, onde o Diabo decide emergir do Inferno, e tornar-se proprietário de um clube noturno e consultor da Polícia de Los Angeles. O Padre Gabriel Amorth, falecido exorcista da Diocese de Roma, conhecido como o exorcista do Papa, suscitou dois filmes distintos: *The Devil and Father Amorth* e *The Pope's Exorcist*. O primeiro é um documentário realizado, em 2017, por William Friedkin, o realizador do clássico *The Exorcist*, que acompanhou um exorcismo do Padre Amorth, pouco antes do falecimento do sacerdote. Por seu turno, *The Pope's Exorcist*, lançado em 2023, é uma ficção baseada na vida do padre italiano. Foi igualmente lançado outro filme, em 2023, que tem o Diabo como personagem principal: *Nefarious*. Neste filme, um psiquiatra confronta-se com um condenado à morte que afirma ser um demónio.

Constatamos, em suma, que as representações do Diabo da atualidade afastam-se muito da representação, tradicional, que nos apresenta uma figura antropomórfica, vermelha, com chifres, cauda, asas, e empunhando um tridente, conceção que, de acordo com o referido padre Amorth, tem o “poder simbólico de representar uma figura humana decaída até ao estado animal” (2013, p.10), como consequência, segundo a conceção católica, da sua queda do Céu e da corrupção do pecado (Amorth, 2013).

3. THE SCREWTAPE LETTERS

Em 1941, durante a Segunda Guerra Mundial, foi lançada a obra epistolar *The Screwtape Letters*. Através de 31 cartas satíricas, um demónio veterano, *Screwtape*, (traduzido para português europeu como *Escritorpe*), aconselha o seu sobrinho, *Wormwood* (traduzido para português europeu como *Absintox*), através de cartas que lhe dirige, com o objetivo de conseguir a perdição eterna de um jovem, referido apenas como o *paciente*. O livro tem por pano de fundo os bombardeamentos aéreos que o Reino

Unido sofreu, por parte da Alemanha nazi, denominados *Blitz*, de setembro de 1940 a maio de 1941, atingindo Londres e outras cidades britânicas.

Lewis aborda a guerra dentro da guerra, a guerra pelas almas, igualmente feroz, de acordo com a cosmovisão cristã, com ironia e de um modo invulgar. O ponto de vista é o do Inferno: Deus é o inimigo e o Diabo é respeitosamente chamado "Our Father Below" (Lewis, 1942/2013, Letter 5).

O catedrático de Oxford distancia-se da imagem tradicional, ou medieval, do Diabo. Lewis (1942, como citado em Walsh, 1946) afirmou não se preocupar com detalhes como cascos e chifres. Screwtape, embora de alta patente, é um demónio subalterno, um burocrata veterano e pragmático, e um estratega calculista que sabe movimentar as peças no tabuleiro de xadrez, enquanto exerce o seu poder sobre um inexperiente e pouco eficaz sobrinho, a quem aconselha e, simultaneamente, despreza e ameaça. Sobre este singular ponto, deve ser recordado que existe entre os demónios, de acordo com a visão cristã, uma "estrita hierarquia, tal como ocorre em todas as máfias e bandos de malfeitores, guiada pelo medo e pela opressão" (Amorth, 2013, p.12).

4. O MANDARIM E O DIABO

Lewis e Eça exploram questões atemporais, refletindo sobre as fragilidades individuais e sociais, sobre o mal no interior, e no exterior, de cada indivíduo. Em *O Mandarim*, "breve romance por alguns considerado novela ou até conto" (Magalhães, p.11), Teodoro, um funcionário público (um amanuense, isto é, um escriturário), magro e arqueado, insatisfeito com a sua vida modesta, dividida entre a repartição e um quarto alugado em casa de uma viúva no n.º 106 da Travessa da Conceição, encontra o Diabo, durante a leitura de um livro, que lhe apresenta uma sedutora proposta: tocar uma campanha que causará a morte de um velho mandarim distante, para obter, em troca, uma fortuna que satisfará todos os seus desejos, desde o desfrutar de carnes tenras até aos prazeres da carne. Encontramos em *O Mandarim* um clássico tentador, mas que se apresenta como um

indivíduo corpulento, todo vestido de preto, de chapéu alto, com as duas mãos calçadas de luvas negras gravemente apoiadas ao cabo de um guarda-chuva. Não tinha nada de fantástico. Parecia tão contemporâneo, tão regular, tão classe média como se viesse da minha repartição." (Queirós, 1880).

Pinheiro e Ferreira (2018) observam que, influenciado pelo Fausto germânico, Eça de Queirós mescla fantasia e crítica social, adaptando o pacto entre o homem e o demónio à realidade portuguesa. Teodoro é tentado por alguém que simboliza a classe a que ele aspira pertencer. Sobre este ponto, Siqueira (2012) argumenta que

o Satanás presente na obra de Eça de Queirós representa uma releitura da figura diabólica da Idade Média, servindo como um instrumento para destacar as críticas aos hábitos, à presunção e à falsidade da sociedade portuguesa,

Após aceitar tocar a campainha, Teodoro herda a “herança depositada do mandarim Ti Chin-Fu” (Queirós, 1880). Qual filho pródigo, abandona a casa da Dona Augusta, a viúva do Major Marques, a sua senhoria, e passa a viver uma vida dissoluta, onde tem ao alcance tudo com que sempre sonhou. Contudo, assombrado pelo mandarim que assassinou, e consumido pela culpa, tenta reparar a sua ação, partindo para a China para compensar a família do falecido. Falha o seu objetivo e, para expiar o seu pecado, abandona a “existência de nababo” (Queirós, 1880) e, fingindo-se falido, volta à repartição e ao quarto alugado. Mas não aguenta a vida de penitente durante muito tempo e regressa ao luxo e ao hedonismo.

Numa dada noite, Teodoro, deprimido, consciente do seu vazio existencial, reencontra o Diabo e, desesperado, implora-lhe que o livre da fortuna e lhe devolva a paz da pobreza, mas o Diabo, serenamente, recusa o pedido, deixando-o entregue ao desespero e à angústia. Como afirmam Pinheiro e Ferreira, “na novela de Eça, como na peça de Goethe, os protagonistas encontram riqueza, prazer carnal e intelectual, sem, no entanto, encontrarem felicidade e uma consciência tranquila” (2018, p. 92).

5. AUDIOLIVROS E AUDIODRAMAS

Apresentadas as obras e a figura comum, devemos estabelecer conceitos fundamentais, no que concerne às questões relacionados com áudio. Os audiolivros, “gravações de livros escritos” (Gonçalves & Silva, 2023, p.101), têm evoluído ao longo do tempo, sendo adotadas diferentes abordagens na produção e no consumo (Gonçalves & Silva, 2023), onde o digital assume papel preponderante. Recorda Barry que os audiolivros enfrentaram desafios para serem reconhecidos como uma forma legítima de literatura e que sobre eles pairou a acusação de se destinarem a leitores preguiçosos (Barry, 2016). Em defesa dos audiolivros, estudos comprovaram que os audiolivros “teach critical listening, improve vocabulary, and increase comprehension of the written word” (Barry, 2016). Acrescenta a mesma autora que os audiolivros estão a adquirir autonomia, enquanto forma de arte, com produções que envolvem mais do que um narrador, música e efeitos sonoros, dando uma nova vida aos livros (2016).

O audiodrama acrescenta o drama ao audiolivro, isto é, verifica-se um enriquecimento com elementos performativos, como diálogos, música, efeitos sonoros e silêncio. Hand observa que, após a leitura de livros na rádio, “the development of radio drama was only a step away” (2011, p. 14). O desafio, segundo o autor, foi passar de textos escritos para teatro para textos escritos especificamente para a rádio (2011). De

facto, com o advento da rádio nasceu uma forma de teatro, destinada à audição e à imaginação, uma forma dramática por direito próprio. Esta nova forma começou por ser transmitida pela rádio, mas atualmente, com a Internet, encontrou novos meios para alcançar os ouvintes e uma oportunidade de se reinventar. Desta tensão entre passado e presente, entre rádio e Internet, nasce uma pergunta: "Should creators press for continuity of institutions, commitments and aesthetic forms in the digital era ... or should they make a clean break that upends our notions of quality, audience, art and appropriate material?" (Verna, 2017, p. 1).

O texto é, como no teatro de palco, o elemento central. Tal como escreveu David Mamet, em *LA Sketches*, as palavras são poderosas: "Words of power. Words with power. Words with power" (1996, p.137). Para o dramaturgo e argumentista americano, a melhor performance de uma peça é a do ensaio geral, feita sob uma iluminação normal, num palco vazio, sem que os atores tenham mudado de roupa (2010). Isto é, uma performance semelhante à que ocorre num estúdio de som, centrada no texto e na interpretação. Waters segue um percurso idêntico, acusando de cegueira e de falta de sensibilidade o mundo académico e a crítica teatral: "Too often we accept this notion that words are secondary rather than "primary" in theatrical lexicon." (2010, capítulo 6).

As obras em estudo existem como audiolivros e como audiodramas. Paul McCusker, o responsável pela produção do audiodrama *The Screwtape Letters* conhecia as leituras publicadas sob a forma de audiolivro, dentre as quais se destaca a de John Cleese, que se tornou famoso graças aos *Monty Python*, um grupo cómico britânico, e à série *Fawlty Towers*, da BBC (Morris, 2023, 07:21). McCusker considerou o trabalho de Cleese excepcional (Morris, 2023, 08.25). O site Audiofile, dedicado ao universo dos audiolivros, descreve desta forma a leitura de Cleese: "No Freddy Krueger he, but a bourgeois stuffed shirt – pedantic, punctilious, dry – as distinctly English as Mephistopheles is German" (Audiofile, s.d.).

Ao transformar *The Screwtape Letters* num audiodrama composto por 31 audiodramas individuais, igualando o número de cartas, o objectivo era, nas palavras de McCusker, "... try to bring it alive, and to bring it alive in a way that... with help, because sometimes Lewis can be hard reading" (Morris, 2023, 08:45). McCusker afirmou que quase todas as palavras escritas por Lewis foram usadas, apesar de admitir ter tentado editar o texto, tendo sido forçado a desistir, devido à forma intrincada como C. S. Lewis o escreveu (Morris, 2023, 08:00). Sempre que cortava algum trecho, havia, no seu entender, uma perda de sentido (comunicações pessoais, novembro 21, 2024). Portanto, sentiu necessidade de recorrer a várias soluções, para dar vida às cartas:

I tried to find a variety of ways to approach the material. Sometimes, it was done as a conversation between them, so you had a sort of question-and-answer thing. I also

tried to give a dramatic backdrop to things the letters reference and I would take those references and dramatize those as little scenes, to give them deeper meaning as you listen and to give a more varied listening experience... (Morris, 2023, 12:20).

Em suma, cada carta foi animada, a partir do texto original e a partir daquilo que McCusker leu nas entrelinhas. Na impossibilidade de analisar todas as cartas, foi escolhida a carta 22 de *The Screwtape Letters* por melhor ilustrar o processo de adaptação para audiodrama. No texto original, Screwtape informa Wormwood de que a sua denúncia à Polícia Secreta não teve consequências e envia-lhe uma brochura da Casa de Correção Para Tentadores Incompetentes. Paralelamente, o paciente apaixona-se por uma mulher virtuosa, o que desagrada profundamente a Screwtape, pois ela encarna valores cristãos como a modéstia e a virgindade. Screwtape alerta para a necessidade de a corromper com os prazeres terrenos e lamenta que Wormwood tenha permitido que o paciente encontre uma família onde predominam o amor altruísta, a música e o silêncio, elementos incompreendidos pelos demónios.

Na adaptação radiofónica, com duração de pouco mais de sete minutos, a entrada de Toadpipe, secretário de Screwtape, é marcada por um efeito sonoro de asas, evocando o ambiente dos clássicos filmes de terror. Tal como escreveu Linda Hutcheon, nas suas considerações sobre adaptações para rádio (2006, p. 42-43): “music and sound effects are added to the verbal text to assist the imagination of the listener”. A música, nesta produção, foi adicionada no início e/ou no fim de cada episódio.

Durante o episódio, Screwtape pede a Toadpipe que telefone a Wormwood, justificando que ele próprio não pode fazê-lo devido às consequências físicas do interrogatório pela Polícia Secreta. Ao atender, Wormwood mal consegue articular uma resposta, dominado pela surpresa. Screwtape explica que a traição não surtiu efeito e solicita a Toadpipe o envio da brochura disciplinar para Wormwood.

A interação entre Screwtape e Wormwood é quase um monólogo, já que Wormwood apenas balbucia algumas desculpas. O clímax ocorre quando Screwtape, tomado pela fúria, se transforma numa centopeia, e é Toadpipe quem narra a metamorfose e transmite as últimas palavras da abismal sublimidade, encerrando o episódio.

O percurso de *O Mandarin* foi muito mais modesto e consentâneo com a realidade portuguesa. A Imprensa Nacional lançou, há três anos, o audiolivro *O Mandarin*, tendo por base “o volume publicado pela Imprensa Nacional, em 1992, na coleção “Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós”, uma coleção coordenada pelo académico Carlos Reis” (Imprensa Nacional, 2022). O audiolivro integra a coleção de clássicos nacionais que a Imprensa Nacional disponibiliza online, de forma gratuita.

O *Mandarim* foi produzido pela Antena 1, em 2003, integrado em *Teatro do Imaginário*, programa de teatro radiofónico, “com realização de Eduardo Street, onde se revisitam os autores clássicos e ao mesmo tempo se dá voz aos novos escritores” (RTP, 2003). Neste caso, surgiu um desafio de natureza diferente: embora esteja hoje disponível online, trata-se de uma produção destinada originalmente à transmissão radiofónica, um meio que impõe exigências específicas de tempo e formato. O texto de Eça de Queirós, ao contrário do que aconteceu com as cartas de Lewis, que foram preservadas quase na íntegra, teve de ser meticulosamente editado para se encaixar em cerca de 57 minutos, ajustando-se às limitações temporais de uma transmissão enquadrada entre dois noticiários à hora certa. Esta prática, legítima e necessária no contexto da rádio, reflete a importância de gerir o tempo como um recurso precioso, administrado com firmeza.

A adaptação radiofónica de *O Mandarim* assegurou que a história fosse contada de maneira eficaz dentro do tempo disponível. Escutamos a narração de Teodoro, o protagonista, que nos guia pelas suas desventuras, seguindo o percurso do texto original, mas com uma economia de palavras que acelera o ritmo da narrativa, tornando-a adequada ao formato de audiodrama. A narrativa é enriquecida por música e ocasionais efeitos sonoros, elementos essenciais para criar a atmosfera e imergir o ouvinte na história. A música sublinha os momentos de cada fase da narrativa, enquanto os efeitos sonoros, como o de uma carruagem, constroem o cenário auditivo. A voz de Teodoro reflete a vida e as secretas aspirações de um homem comum. Destaca-se igualmente a voz do Diabo, cuja presença é simultaneamente paciente, enfadada e sedutora. Com inflexões subtis e pausas bem calculadas, convence Teodoro (e, por conseguinte, o ouvinte) a considerar a possibilidade de uma vida de luxo e prazer, à custa de uma escolha moralmente condenável. Esta interpretação é crucial para transmitir a essência do Diabo como um tentador experiente, que explora as fraquezas humanas com mestria. *O Mandarim* constitui, assim, um exemplo paradigmático do que escreveu Linda Hutcheon, acerca das adaptações para rádio: “each character/voice must be aurally distinguishable, there cannot be too many of them. For this reason, most radio plays concentrate on primary characters alone and therefore simplify the story and timeline” (2006, p.41). Em resumo, apesar das restrições, é, com toda a justiça, um eficaz exemplo de audiodrama, dirigido por Eduardo Street, “o profissional que mais peças de teatro, folhetins e séries realizou na história da rádio portuguesa.” (Lusa, 2006, para. 2).

6. CONCLUSÕES

Em primeiro lugar, impõe-se uma reflexão, em termos temáticos, a partir da figura do Diabo em *The Screwtape Letters* e em *O Mandarim*. Ultrapassada a iconografia

medieval, a figura do Diabo alimenta a reflexão sobre o mal, a tentação, a liberdade e as escolhas individuais. Em Lewis, a perspectiva é explicitamente cristã e apologética: o Inferno é uma organização burocrática, opressora e o calculista e sarcástico Screwtape é a expressão perfeita de uma qualquer entidade administrativa onde a perdição das almas é o expediente quotidiano e a única missão do *desserviço público*... Em Eça de Queirós, o Diabo é uma figura que reflete a realidade social portuguesa, tal como o autor a via no século XIX: surge como um símbolo do oportunismo burguês, da hipocrisia moral, da vaidade materialista e de irrefreados impulsos hedonistas.

Em segundo lugar, a adaptação de *The Screwtape Letters* para audiodrama constitui um exemplo paradigmático da complexidade e riqueza implicadas na transcodificação intersemiótica de uma obra literária para o meio sonoro. O trabalho realizado por Paul McCusker, ao transformar as 31 cartas de C.S. Lewis, ultrapassa largamente o exercício de leitura interpretada ou da sonorização de um texto: trata-se de uma operação artística plena, que envolve escolhas estéticas, dramatúrgicas e técnicas que reconfiguram a obra original e a fazem adquirir uma nova existência autónoma. Cada decisão, como manter o texto na íntegra, encenar passagens sugeridas, mas não descritas, criar diálogos, implica uma leitura interpretativa da obra original, confirmando a afirmação de Maria do Rosário Lupi Bello segundo a qual a adaptação literária “ultrapassa o processo de leitura, dando origem a um novo objeto artístico com existência e significado próprios” (Bello, 2001, p. 148), afirmação que está em consonância com as conclusões de Robert Stam (2000), que apresenta a transcodificação intersemiótica não como um processo de transposição fiel, mas como um ato criativo e interpretativo que deve ser compreendido através do dialogismo intertextual, respeitando as especificidades de cada meio artístico e reconhecendo a adaptação como um novo texto. Desta forma, somos conduzidos até à noção de palimpsesto, que Genette descreve como a escrita de um texto (hipertexto) sobre um pergaminho já utilizado, sem eliminar por completo o texto que o precedeu (hipotexto), deixando visíveis as várias camadas de escrita (Genette, 2010). O conceito de palimpsesto aplicado à adaptação intersemiótica, especialmente na transformação de uma obra literária em audiodrama, permite compreender os mecanismos de reinterpretação e reinscrição envolvidos no processo, que permanece em constante diálogo com a obra de origem. Ao analisarmos as produções em causa, torna-se evidente que a obra literária de partida é reconfigurada no meio sonoro sem que se elimine completamente a sua estrutura ou os seus elementos fundacionais. Pelo contrário, estes permanecem como vestígios audíveis, seja na manutenção da linguagem literária, seja na persistência da estrutura narrativa, que coexistem com as camadas de reescrita sonora. Portanto, em conclusão, a adaptação enquanto palimpsesto, revela, com clareza, o processo de transpor uma narrativa entre dois sistemas semióticos distintos.

A comparação entre as duas adaptações para audiodrama revela, contudo, abordagens muito distintas. Enquanto a produção de *The Screwtape Letters* foi concebida desde a origem como um audiodrama, com elevado investimento criativo e técnico, a versão de *O Mandarim*, realizada para rádio, apresenta um formato mais convencional, condicionado pelo tempo de emissão e pelas exigências de uma grelha radiofónica, levando a uma redução do texto de Eça. Ainda assim, o resultado, com a narração de Teodoro, a presença expressiva do Diabo e de outros personagens e a utilização moderada de música e de efeitos sonoros, confirma o potencial dramático do texto literário, mesmo quando confrontado com meios mais humildes, em termos de produção.

Não estamos perante um subproduto, um parente pobre, ou um substituto, do teatro de palco. O audiodrama é uma forma artística independente, com características próprias, e um herdeiro por direito próprio do teatro tradicional, que abre horizontes de investigação académica, transdisciplinar, no século XXI. Torna-se ainda evidente que o audiodrama também não deve ser encarado como mero substituto do livro impresso ou da leitura silenciosa. É uma forma dramatúrgica autónoma, com linguagem, convenções e estéticas próprias. O som, enquanto matéria artística, convida à escuta atenta, à construção mental de cenários e ao envolvimento emocional do ouvinte. Essa característica faz do audiodrama um meio particularmente eficaz para criar obras originais ou visitar e recriar clássicos literários, insuflando-lhes uma nova existência. A experiência literária, sobretudo no que diz respeito ao diálogo com alguns dos grandes temas da literatura e da cultura ocidental, como o mal, a tentação, a salvação, é reinventada. O Diabo, essa figura cuja representação se metamorfoseou ao longo dos séculos, encontra no meio sonoro um novo palco, onde continua a exercer, perante o ouvinte atual, a sua questionável sedução.

REFERÊNCIAS

Amorth, G. (2013). *Vade retro, satanás!* Canção Nova.

AudioFile Magazine. (n.d.). *The Screwtape Letters* by C.S. Lewis, read by John Cleese. AudioFile Magazine. <https://www.audiofilemagazine.com/reviews/read/5835/the-screwtape-letters-by-cs-lewis-read-by-john-cleese/>

Avery, J. (Director) (2023). *The Pope's Exorcist* (Film). Screen Gems; 2.0 Entertainment; Loyola Production.

Barry, R. R. (2016, November 16). Is audio really the future of the book? *JSTOR Daily*. <https://daily.jstor.org/the-future-of-the-book-is-audio/>

- Bazuá, H. F., & Marshall, F. (2007). En torno a l'imaginaire: Entrevista al filósofo del imaginaire Jean-Jacques Wunenburger. *Anos 90*, 14(26), 217-224. <https://doi.org/10.22456/1983-201X.5397>
- Bíblia Sagrada. (n.d.). Paróquias.org. <https://www.paroquias.org/biblia/index.php?c=Jo+8>
- Bello, M. (2001). *Narrativa literária e narrativa fílmica: O caso de Amor de Perdição*. <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/1296>
- Cunha, A. G. (2010). *Dicionário etimológico da língua portuguesa* (4ª ed., revista e atualizada). Lexikon.
- Friedkin, W. (Director) (1973). *The Exorcist* (Film). Warner Bros Pictures; Hoya Productions.
- Friedkin, W. (Director). (2017). *The Devil and Father Amorth* (Film). LD Entertainment.
- Genette, G. (2010). *Palimpsestos: A literatura de segunda mão*. Edições Viva Voz.
- Gonçalves, S. S., & Silva, P. N. (2023). *Audiolivros, origem e evolução: Breve revisão de literatura*. Universidade Federal de Minas Gerais. <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/77261>
- Hand, R., & Traynor, M. (2011). *The radio drama handbook: Audio drama in context and practice*. Continuum. <https://www.amazon.com/Radio-Drama-Handbook-Context-Practice-ebook/dp/B00LXV76TS>
- Hand, R. (2018). Sound-Stories: Audio drama and adaptation. In D. Cutchins, K. Krebs, & E. Voigts (Eds.), *The Routledge Companion to Adaptation*. Routledge.
- Hutcheon, L. (2006). *Theory of adaptation*. Routledge.
- Imprensa Nacional (2022, February 14). Imprensa Nacional lança o seu 3.º audiolivro: O Mandarim, de Eça de Queirós. Imprensa Nacional. <https://impresanacional.pt/imprensa-nacional-lanca-o-seu-3-o-audiolivro-o-mandarim-de-eca-de-queiros/>
- Igreja Católica (1997). *Catecismo da Igreja Católica* (Seção 4, parágrafos 2851-2852). https://www.vatican.va/archive/cathechism_po/index_new/p4s2_2759-2865_po.html
- Kapinos, T. (Creator) (2016-2021). *Lucifer* (TV series). Aggressive Mediocrity; DC Entertainment; Jerry Bruckheimer Television; Vertigo Entertainment; Warner Bros. Television.
- Konzelman, C., & Solomon, C. (Directors). (2023). *Nefarious* (Film). Believe Entertainment (II); SDG Releasing.
- Le Goff, J. (2005). *A Civilização do Ocidente Medieval*. EDUSC.

Lewis, C. S. (2013). *The Screwtape Letters: Annotated edition* (P. McCusker, Ed.). HarperOne. (Original work published 1942)

Lusa (2006, December 26). Radialista e sonoplasta Eduardo Street morreu hoje. *Público*. <https://www.publico.pt/2006/12/26/portugal/noticia/radialista-e-sonoplasta-eduardo-street-morreu-hoje-1280766>

Malerba, L. S. (2019). *Ut pictura poesis: Dante Alighieri, Sandro Botticelli e as figurações do Diabo* (Monografia, Universidade Federal de Uberlândia). Repositório Institucional da UFU. <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/25813>

Magalhães, P. (2017). *A figura do diabo na obra de Eça de Queirós* (Master's thesis, Universidade do Porto). Repositório Aberto U.Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/109649>

Mamet, D. (1996). L.A. Sketches. *Conjunctions*, 26, 126-138. <http://www.jstor.org/stable/24515577>

Mamet, D. (2010). *Theatre*. Faber and Faber Ltd.

McCusker, P. (2009). *The Screwtape Letters: First ever full-cast dramatization of the diabolical classic (radio theatre)* (Audio Drama). Focus on the Family Radio Theatre.

Morris, C. (Host). (2023, October 4). Paul McCusker on turning The Screwtape Letters into an audio drama. In *Great Stories with Charles Morris*. <https://haventoday.org/blog/paul-mccusker-on-turning-the-screwtape-letters-into-an-audio-drama/>

Paulo VI (1972, November 15). Audiência geral. Vaticano. https://www.vatican.va/content/paul-vi/es/audiences/1972/documents/hf_p-vi_aud_19721115.html

Pinheiro, A. V., & Ferreira, J. G. (2018). O pacto fáustico e a presença do Diabo em O Mandarim. *Revista Espaço Acadêmico*, 18(205), 88-95. <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/41006>

Queirós, E. de. (1880). O Mandarim. http://figaro.fis.uc.pt/queiros/obras/Mandarim/Mandarim_20100802.pdf

RTP (n.d.). *Teatro Imaginário*. Arquivos RTP. <https://arquivos.rtp.pt/programas/teatro-imaginario/page/3/>

Siqueira, A. M. A. (2012). Rebeldia e oportunismo: Uma história do Diabo Queirosiano. *Revista Imagens da Educação*, 2(1), 39-49. <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/19627>

Scott, J. (2001). The Usefulness of Ugliness. *Conjunctions*, 37, 331-341. <http://www.jstor.org/stable/24516354>

- Sousa, M. J. F. de. (2015). O novo de um velho diabo – A consciência de Teodoro em O Mandarin, de Eça de Queirós. *Revista Ribanceira*, 5(2). <https://periodicos.uepa.br/index.php/ribanceira/article/view/749>
- Stam, R. (2000). Beyond fidelity: The dialogics of adaptation. In J. Naremore (Ed.), *Film adaptation* (pp. 54-76). Rutgers University Press.
- Street, E. (Director). (2003). O Mandarin (Radio theatre). RTP. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/peca-de-teatro-o-mandarim/>
- Verma, N. (2017). The arts of amnesia: The case for audio drama, part one. *RadioDoc Review*, 3(1), 1-24. <https://doi.org/10.14453/rdr.v3i1.5>
- Walsh, C. (1946, September). C. S. Lewis: Apostle to the skeptics. *The Atlantic*. <https://www.theatlantic.com/magazine/archive/1946/09/c-s-lewis-apostle-to-the-skeptics/655352/>
- Waters, S. (2010). *The Secret Life of Plays*. NickHern Books.
- Verhulst, P., & Smith, A. (2024). Radio drama and adaptation studies. *Journal of Adaptation in Film & Performance*, 17(2), 113-124. https://doi.org/10.1386/jafp_00113_2

APROXIMAÇÕES ENTRE O VIDEOJOGO E A LITERATURA DIGITAL: UMA ANÁLISE DE *BACK THEN*

Approaches to video games and digital literature: an analysis of Back Then

Letícia Fernandes Leal

RESUMO

Back Then, produzido pelo estúdio português Octopus Embrace, é um videogame narrativo na primeira pessoa, no qual o leitor-jogador explora as memórias fragmentadas de um escritor que vive com a síndrome de Alzheimer. A presente investigação tem como objetivo realizar uma apreciação crítica dessa obra fundamentando-se, para isso, nos conceitos de “Narrativa Ergódica”, proposto por Espen Aarseth (1997), e de “Literatura Digital”, conforme discutido por Ana Isa Bernardino Mestre (2017). Espera-se, no final desta análise, caracterizar o videogame *Back Then* a partir desses dois conceitos e ampliar a compreensão das aproximações, diálogos e tensões entre as noções de “Narrativa Ergódica” e de “Literatura Digital”.

Palavras-chave: literatura digital; narrativa ergódica; videogame; estudos interartes

ABSTRACT

Back Then, developed by the Portuguese studio Octopus Embrace, is a first-person narrative videogame in which the reader-player explores the fragmented memories of a writer living with Alzheimer's disease. This investigation aims to carry out a critical appreciation of the work, based on the concepts of “Ergodic Narrative,” as proposed by Espen Aarseth (1997), and “Digital Literature,” as discussed by Ana Isa Bernardino Mestre (2017). By the end of this analysis, the goal is to characterize the videogame *Back Then* through the lens of these two concepts and to broaden the understanding of the connections, dialogues, and tensions between the notions of “Ergodic Narrative” and “Digital Literature.”

Keywords: digital literature; ergodic narrative; videogame; interarts studies

1. APRESENTAÇÃO

Os “games studies” – como têm sido chamados os estudos a respeito dos videogames – desenvolveram-se em torno de uma tendência à interdisciplinaridade, reunindo saberes das ciências computacionais e de diferentes campos das humanidades – incluindo, por exemplo, os estudos de adaptação e a pedagogia. As primeiras investigações datam da década de 1970, mas os estudos tornaram-se mais profícuos a partir dos anos 1990 – período em que se estabeleceu mais claramente o embate entre duas perspectivas teóricas: a “ludologista” e a “narratologista” (Gomes, 2009).

A abordagem da ludologia compreende os videogames exclusiva ou primordialmente como jogos e, portanto, como objetos que requerem um campo de estudos específico. Essa perspectiva recorre comumente ao trabalho de Johan Huizinga (2003), *Homo Ludens*, originalmente publicado em 1937. Pesquisadores ludologistas tendem a concentrar as suas investigações em motivos educacionais, por vezes aproximando os videogames de outros tipos de jogos, como os de tabuleiro ou os de baralho (Juul, 2005). Apesar disso, foi o ludologista Espen Aarseth quem propôs o conceito de “narrativa ergódica” ou “literatura ergódica”, como será apresentado numa próxima seção.

Os investigadores chamados de “narratologistas”, por sua vez, têm aproximado os videogames da tradição de pensamento acerca da narrativa, num movimento que remonta à *Poética* de Aristóteles e que sugere ligações entre os jogos digitais e diferentes formas de arte – sobretudo a literatura e o cinema. Nessa perspectiva, os videogames seriam, em essência, certo tipo de narrativa, mas cujas características específicas distinguem das narrativas presentes em livros ou filmes cinematográficos.

Ainda hoje, pesquisadores “narratologistas” e “ludologistas” seguem apresentando discordâncias a respeito dos estudos de videogames. Entretanto, há também o surgimento de perspectivas mais conciliatórias – como o caso de Lemos (2020), no seu livro *Literatura e videogames: como pesquisar e analisar videogames dentro dos Estudos Literários*, e também deste artigo. Assim, nas próximas seções, apresentaremos o conceito de narrativa ergódica, proposto por um investigador “ludologista”, e também o conceito de Literatura Digital segundo Mestre (2017). Esses conceitos fundamentarão a nossa análise do videogame *Back Then*.

2. BACK THEN ENQUANTO NARRATIVA ERGÓDICA

No livro *Cybertext* (1997), Aarseth descreve a “narrativa ergódica” (ou “literatura ergódica”) como aquela em que se exige do leitor um esforço interativo não trivial. O esforço trivial, na perspectiva do autor, seria aquele semelhante à interação com um livro, como virar as páginas ou movimentar os olhos no processo de leitura (1997,

p. 1 – 4). O “leitor ergódico”, no entanto, é aquele que desempenha interações determinantes para que a narrativa progrida e se complete.

Além disso, a narrativa ergódica é, para Aarseth (1997), dotada de uma ética intrínseca, decorrente da sua mecânica. No caso dos videojogos, por exemplo, o leitor ergódico, isto é, o jogador, tomará decisões e interações corretas ou erradas para chegar a determinado ponto da narrativa, constituindo um “caminho” ou “percurso” pelo texto-jogo. Importa observar que esse conceito de literatura ergódica não tem uma aplicação restrita aos videojogos. Antes, como proposto em *Cybertext* (1997, p.9 - 11), diz respeito também a aplicações digitais ou produções literárias em ambiente digital.

O videojogo *Back Then* (2023), produzido pelo estúdio português Octopus Embrace, é um jogo digital narrativo na primeira pessoa, no qual o leitor-jogador explora as memórias fragmentadas de um escritor que vive com a síndrome de Alzheimer. Através do personagem jogável do escritor, o leitor-jogador investiga o espaço de uma casa, resolvendo *puzzles* e manipulando itens a fim de reconstituir a história do protagonista, cuja memória é comprometida pela síndrome.



Figura 1: Exemplo de item ou objeto interativo: recorte de texto informativo.

A interação do leitor-jogador com *Back Then* exige um esforço necessariamente não-trivial: além dos mecanismos de controle do personagem jogável, é preciso que o leitor-jogador resolva problemas interativos (“*puzzles*”) e explore objetos interativos para que a narrativa avance. Além disso, a mecânica de *Back Then* possibilita que o leitor-jogador percorra diferentes caminhos para chegar ao final do jogo. O objetivo do leitor-jogador não é “vencer”, mas “explorar” e construir a narrativa fragmentária da memória. Para isso, o leitor-jogador interage com a mecânica programada e toma decisões que o fazem percorrer um “caminho” único pelo texto-jogo.

Observa-se, portanto, que *Back Then* pode ser compreendido como um exemplo de narrativa ergódica, conforme proposto pelo pesquisador ludologista Aarseth (1997). Na próxima secção, analisaremos também a aproximação entre esse videojogo e o conceito de literatura digital (Mestre, 2017).

3. BACK THEN ENQUANTO OBRA DE LITERATURA DIGITAL

A tese de doutoramento *Literatura 2.0: para uma cartografia da Narrativa Digital* (2017), de Ana Isa Bernardino Mestre, procura demonstrar como as obras literárias digitais, a partir das suas especificidades nas instâncias do autor, do leitor e do texto, têm transformado o sistema literário. Um dos principais contributos dessa investigação é a discussão acerca do conceito de narrativa digital. Para Mestre (2017), uma obra de literatura digital constitui-se como tal a partir do cumprimento dos seguintes critérios:

- a) ser criada digitalmente e para ser lida em suporte digital;
- b) descaracterizar-se quando transposta para qualquer meio não-digital;
- c) usar a tecnologia digital como recurso estético e a favor da construção da narrativa;
- d) ser criada para o ecrã e constituída de nível computacional (isto é, de programação) e por nível verbal;
- e) apresentar uma estrutura hipertextual interativa capaz de expandir o texto para além de limites físicos;
- f) ser essencialmente interativa, de modo a que a interação física do leitor seja fundamental para a construção do texto;
- g) ser processada por uma máquina, tornando necessária a tríade “leitor – computador – autor” para que se realize;
- h) proporcionar, através de *hiperlinks* ou de manipulação do texto, uma leitura multilinear, multimídia e dinâmica;
- i) impor, pela natureza de seu formato, novos modelos de criação e de leitura.

Finalmente, a investigadora propõe uma definição-síntese. Para Mestre (2017), uma obra de literatura digital é aquela concebida em ambiente digital e para ser lida em ambiente digital, valendo-se estética, material e estruturalmente de recursos digitais de forma a apresentar aspectos relevantes que a caracterizem não apenas como “obra” ou “obra literária”, mas simultaneamente como “obra literária digital”.

A partir dessa definição-síntese, observamos que o videojogo *Back Then* foi concebido para ambiente digital (computador ou *Playstation*), atendendo à tríade leitor-máquina-autor e sendo constituído por aspectos verbais e de programação. Além disso, não poderia ser transposto para meio não-digital sem perder características fundamentais.

Além disso, o jogo vale-se de recursos estéticos visuais, sonoros e verbais que, pela interação do leitor-jogador, promovem o avanço da narrativa – sobretudo a partir de itens ou objetos interativos que funcionam como *hiperlinks*.

A interação com esses itens leva o leitor-jogador a novos textos verbais, áudios ou imagens que constituem partes fragmentadas do enredo que se está a desvendar. Assim, ao longo de *Back Then*, o leitor-jogador interage com um amplo conjunto de textos, de entre os quais, a título de exemplo, destacamos aqui:

- um texto informativo sobre a Síndrome de Alzheimer ("Figura 1");
- a declamação, em áudio, de um poema;
- uma citação ("Figura 2", abaixo).

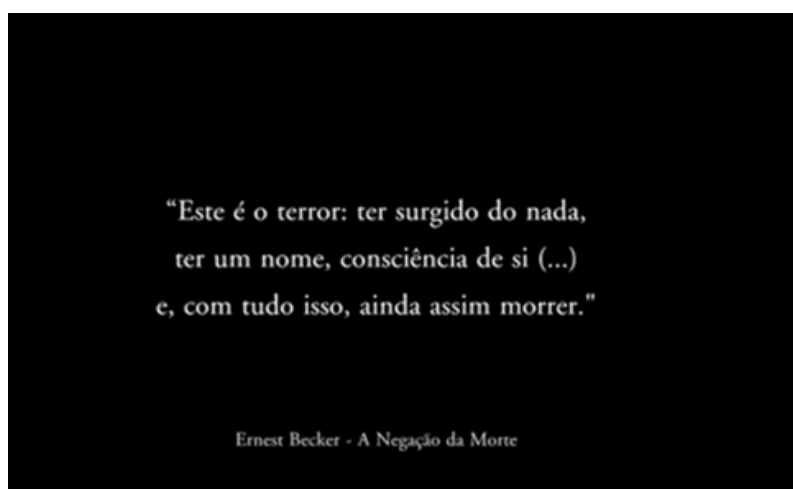


Figura 2: Citação exibida no ecrã no início do videojogo *Back Then*.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Back Then utiliza recursos digitais visuais, sonoros, verbais e interativos tanto para fins estéticos quanto para o avanço da narrativa. À medida que o leitor-jogador interage com esses elementos, constrói o seu próprio caminho dentro do texto-jogo. Personagens, tempo, espaço e enredo desenvolvem-se a partir de interações que exigem esforço não-trivial.

A análise proposta nesta investigação permite-nos caracterizar o videojogo *Back Then* como narrativa ergódica e como uma obra de literatura digital, atendendo aos critérios estabelecidos por Aarseth (1997) e Mestre (2017). Esse dado permite pressupor que, embora nem toda a literatura ergódica seja digital, a ergodicidade parece característica de boa parte das obras classificadas como literatura digital, sendo um aspecto fundamental da obra em análise.

Como possíveis desdobramentos futuros para a continuidade desta investigação, propõe-se analisar o videojogo a partir das instâncias de autor, leitor e texto, conforme as propostas de Mestre (2017), além de aprofundar a análise dos elementos visuais, sonoros, verbais e da intertextualidade presentes na obra (Lemos, 2020).

REFERÊNCIAS

- Aarseth, E. (1997). *Cybertext: Perspectives on Ergodic Literature*. The John Hopkins University Press.
- Gomes, R. (2009). Narratologia & Ludologia: Um novo round. In *VIII Brazilian Symposium on Games and Digital Entertainment* (pp. 181-189). Rio de Janeiro. https://www.sbgames.org/papers/sbgames09/culture/full/cult21_09.pdf
- Huizinga, J. (2003). *Homo ludens. Um estudo sobre o elemento lúdico da cultura* (Tradução de João Paulo Gomes Monteiro). Edições 70.
- Juul, J. (2005). *Half-Real: Video Games between Real Rules and Fictional Worlds*. The MIT Press.
- Lemos, A. F. (2020). *Literatura e videogames: Como pesquisar e analisar videogames dentro dos Estudos Literários*. Editora Pedregulho.
- Mestre, A. I. B. (2012). *Literatura Digital, uma leitura reinventada: Estudo de caso do livro interativo "The Fantastic Flying Books of Mr. Morris Lessmore"*. Universidade do Algarve.
- Mestre, A. I. B. (2017). *Literatura 2.0: para uma cartografia da narrativa digital*. (Tese de doutoramento, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve). Repositório Sapiencia da Universidade do Algarve. <http://hdl.handle.net/10400.1/10797>
- Octopus Embrace (2024). *Back Then*.

PARTE II
LINGUÍSTICA PORTUGUESA,
POLÍTICA DE LÍNGUA



ANÁLISE DE PRÁTICAS DISCURSIVAS EM CONTEXTO PEDAGÓGICO: ESTUDO PRAGMÁTICO DE ATOS DE ELOGIO E DE CRÍTICA

Analysis of discursive practices in a pedagogical context: a pragmatic study of acts of praise and criticism

Maria de Fátima dos Santos Silva

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados de um estudo semântico-pragmático e discursivo sobre os atos de elogio e de crítica no discurso pedagógico, com base em interações verbais recolhidas em quatro turmas do ensino básico. O estudo analisa as estratégias linguístico-discursivas utilizadas pelos professores durante a interação em sala de aula, bem como os respetivos efeitos perlocutórios nos alunos. A fundamentação teórica assenta na Pragmática Linguística, destacando-se a teoria dos atos de fala de Austin (1962) e Searle (1969, 1979), a teoria da cortesia e da face de Goffman (1982), Brown e Levinson (1987) e Kerbrat-Orecchioni (1992, 2005, 2010) e o modelo de proxémica verbal de Carreira (1997, 2014, 2015, 2017) e os estudos sobre atenuação e intensificação de Briz (1998, 2010), Albelda Marco (2005) e Kerbrat-Orecchioni (1992). A metodologia combina uma abordagem qualitativa, através da análise do *corpus* gravado, com uma abordagem quantitativa, por via de questionários aplicados aos alunos. Os resultados mostram que os professores tendem a intensificar os elogios e a atenuar as críticas para gerir a interação pedagógica. Estes atos expressivos contribuem para uma relação pedagógica positiva, promovendo a confiança, a motivação e o sucesso escolar.

Palavras-chave: discurso pedagógico, elogio, crítica, cortesia verbal, atos de fala

ABSTRACT

This article presents the results of a semantic-pragmatic and discursive study on compliments and criticisms in pedagogical discourse, based on verbal interactions collected in four basic education classrooms. The study analyses the linguistic and discursive strategies used by teachers during classroom interaction, as well as the perlocutionary effects on students. The theoretical framework is grounded in Linguistic Pragmatics, particularly the Speech Act Theory of Austin (1962) and Searle (1969, 1979), the politeness and face theories of Goffman (1982), Brown and Levinson (1987), and Kerbrat-Orecchioni (1992, 2005, 2010), the model of verbal proxemics developed by

Carreira (1997, 2014, 2015, 2017), and studies on mitigation and intensification by Briz (1998, 2010), Albelda Marco (2005), and Kerbrat-Orecchioni (1992). The methodology combines a qualitative approach, through analysis of the recorded corpus, with a quantitative approach using student questionnaires. The results show that teachers tend to intensify compliments and mitigate criticisms in order to manage pedagogical interaction. These expressive acts contribute to a positive pedagogical relationship, fostering student confidence, motivation, and academic success.

Keywords: *classroom discourse, compliment, criticism, politeness, speech acts*

1. INTRODUÇÃO

A comunicação pedagógica desempenha um papel central nas dinâmicas da sala de aula, influenciando diretamente a relação entre professores e alunos, bem como os processos de ensino e aprendizagem. No contexto da prática docente, os atos de elogio e de crítica, enquanto atos de fala expressivos, são particularmente relevantes, pois traduzem avaliações sobre o comportamento e o desempenho dos alunos, afetando a sua motivação, autoestima e respetivo envolvimento nas atividades escolares.

O presente artigo retoma os principais resultados de uma investigação desenvolvida no âmbito da dissertação de Mestrado em Estudos de Língua Portuguesa, apresentada na Universidade Aberta, centrada na análise semântico-pragmática e discursiva dos atos de elogio e de crítica proferidos por professores do ensino básico.

Este artigo tem como principal objetivo partilhar os fundamentos teóricos, metodológicos e os resultados mais significativos desse estudo, procurando refletir sobre a importância de uma abordagem consciente e estratégica do discurso docente, que valorize a linguagem como instrumento de mediação, motivação e inclusão.

A investigação aqui apresentada inscreve-se no quadro teórico da pragmática linguística, nomeadamente na teoria dos atos de fala de Austin (1962) e de Searle (1969, 1979); na teoria de Goffman (1982), de Brown e Levinson (1987) e de Kerbrat-Orecchioni (1992, 2005 e 2010) sobre noção de face e de cortesia verbal; no modelo de proxémica verbal proposto por Carreira (1997, 2014, 2015 e 2017) e nos mecanismos de atenuação e de intensificação verbal propostos por Briz (2014, 2017), Albelda Marco (2005) e Kerbrat-Orecchioni (1992).

Esta pesquisa teve como base empírica um corpus recolhido em salas de aula de diferentes níveis de escolaridade, bem como dados provenientes de questionários aplicados a alunos, permitindo cruzar os dados linguísticos com os efeitos perlocutórios percebidos pelos destinatários das mensagens.

Os principais objetivos deste estudo são os seguintes:

1. Descrever os atos de elogio e de crítica produzidos por professores do ensino básico em contextos autênticos de sala de aula, enquanto atos de fala expressivos no discurso pedagógico;
2. Identificar e analisar os recursos linguístico-discursivos utilizados na formulação desses atos, com especial atenção às estratégias de intensificação e de atenuação;
3. Compreender os efeitos perlocutórios desses atos na percepção dos alunos, através da análise das respostas a um questionário aplicado nas turmas observadas;
4. Refletir sobre a importância da consciência pragmática e da cortesia verbal na prática docente, com vista à promoção de uma comunicação pedagógica mais eficaz, empática e formativa.

A pertinência deste estudo justifica-se pela escassez de investigações em língua portuguesa que explorem os atos expressivos do discurso pedagógico sob uma perspetiva pragmática aplicada, bem como pela necessidade de refletir sobre o impacto da linguagem na formação de ambientes educativos mais humanizados, equitativos e eficazes. Contudo, existe um estudo muito pertinente, intitulado “A reformulação do discurso em contexto pedagógico” (Barbeiro & Almeida, 2024) que evidencia como a reformulação funciona como uma estratégia discursiva essencial na aula de Português, permitindo que professores e alunos corrijam, clarifiquem e coconstruam sentidos durante as interações orais. Este estudo aprofunda o conhecimento sobre as interações pedagógicas, sendo um contributo muito significativo para a Didática do Português Língua Materna.

A investigação que se apresenta neste artigo é inovadora uma vez que analisa os modos como os professores utilizam os atos de elogio e de crítica no discurso em contexto de sala de aula, focando-se na análise de práticas discursivas reais e contribui, não só para uma melhor compreensão do papel performativo da linguagem no espaço escolar, mas também para valorização da competência pragmática como componente essencial da formação docente.

A estrutura do presente artigo compreende, numa primeira parte, o enquadramento teórico que sustenta a análise, destacando as características do discurso escolar, salientando-se as relações de hierarquia e de poder que regulam o discurso e que influenciam positiva ou negativamente o percurso dos alunos e o seu sucesso escolar. Para além de um instrumento de poder, o discurso pedagógico configura-se como um discurso em interação que ocorre face a face entre os intervenientes do processo

educativo. Posteriormente, elencam-se os principais contributos da teoria dos atos de Fala, da teoria da cortesia verbal e da proxémica verbal. Seguidamente, descreve-se a metodologia adotada, de natureza qualitativa e quantitativa, a apresentação e análise dos resultados obtidos, com especial enfoque nas estratégias discursivas utilizadas. Por fim, discutem-se as implicações didáticas dos resultados, destacando-se a importância da consciência pragmática na construção de uma comunicação pedagógica mais eficaz, empática e formativa.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. O discurso pedagógico como instrumento de poder e prática interacional

O discurso pedagógico resulta da articulação entre o domínio científico e o domínio pedagógico, funcionando como recontextualização do saber e como prática interacional entre professores e alunos (Gouveia, 2019). Trata-se de um instrumento de mediação entre saberes, valores e comportamentos, regulado por relações de poder e pela intencionalidade comunicativa do professor, constituindo-se não só como um espaço privilegiado de construção e transmissão de saberes, mas também como um mecanismo de reprodução social e simbólica profundamente atravessado por relações de poder.

Como tipo de discurso relativamente estável, maleável e dinâmico, o discurso escolar é constituído por enunciados específicos que atendem às necessidades da comunicação verbal dos interlocutores sendo pautado por trocas conversacionais e práticas discursivas que fazem parte da interação face a face que ocorre na sala de aula entre professor/alunos e alunos/alunos na operacionalização de várias atividades didáticas e na gestão das interações. Contudo, o discurso do professor materializado na aula como atividade didática não é rígido nem estanque, dado que apresenta uma heterogeneidade e até mesmo um hibridismo resultantes da necessidade de se produzirem diferentes géneros discursivos, de acordo com as intenções e objetivos comunicativos e pedagógicos da esfera escolar, tais como a exposição oral dos conteúdos curriculares, as instruções/orientações para a realização das atividades letivas, o diálogo, o debate, o sumário, o resumo, as práticas avaliativas, etc. Na sua generalidade, o uso da linguagem em contexto pedagógico concretiza-se através da produção e receção de inúmeros enunciados orais e/ou escritos que desempenham uma importante função sócio comunicativa, não descurando nem os aspetos referentes ao contexto social e situacional da fala, nem os interlocutores e respetivas intenções comunicativas.

Neste contexto, o discurso do professor é simultaneamente um instrumento de ensino e um exercício de poder simbólico (Bourdieu, 1991), já que contribui para a construção de normas, valores e comportamentos legítimos no espaço escolar. A linguísta Orlandi (1987), apoiando-se em Pêcheux, afirma que o discurso pedagógico é um discurso institucionalizado e circular, cuja autoridade se estabelece na escola e nas suas práticas historicamente legitimadas. A autora alerta para a presença dominante de um discurso autoritário na sala de aula, que se opõe a formas discursivas mais abertas, à pluralidade de sentidos, como o discurso lúdico ou o polémico. É neste último que reside, segundo a autora, o maior potencial educativo, ao permitir a negociação de sentidos entre os interlocutores.

Bernstein (1996) aprofunda esta relação entre discurso, poder e educação, propondo uma teoria do discurso pedagógico como um princípio que regula a recontextualização de saberes provenientes de diferentes campos sociais. Para o autor, o discurso pedagógico não é um discurso específico, mas uma “gramática” que combina dois tipos de discurso: o discurso instrucional, que diz respeito à transmissão de conteúdos e competências cognitivas, e o discurso regulativo, que orienta comportamentos, atitudes e valores. Foucault (1996) aprofunda esta dimensão ao considerar que o discurso é um dispositivo de controlo, regido por procedimentos de exclusão, legitimação e ritualização.

No campo educativo, tais procedimentos manifestam-se na atribuição de autoridade ao professor como detentor do saber e na imposição de normas de conduta linguística e social. Neste sentido, a forma como o professor utiliza os seus atos de linguagem — nomeadamente os elogios e as críticas — reflete uma estrutura de poder e influencia diretamente os efeitos perlocutórios das interações em sala de aula. O sistema educativo, neste enquadramento, funciona como uma instância de seleção e de legitimação do saber, ritualizando a palavra e institucionalizando determinados modos de dizer. A escola, como espaço regulado por dispositivos de saber-poder, impõe uma ordem discursiva que legitima certas vozes e silencia outras.

Na mesma linha, Bourdieu (1991, 1996) considera que a linguagem funciona como capital simbólico e instrumento de poder. O “mercado linguístico escolar” é regulado por normas de correção, legitimidade e prestígio, em que a palavra do professor adquire autoridade e produz efeitos sociais. Os atos de fala do docente, nomeadamente os de elogio e de crítica, não são apenas avaliações: são formas de validar ou de abolir comportamentos, desempenhos e identidades, com impacto direto na inclusão ou exclusão dos alunos.

Kerbrat-Orecchioni (1992, 2005), influenciada pelo pensamento dialógico de Bakhtin, concebe a interação como uma prática discursiva construída em contexto face a face, baseada num sistema de influências mútuas entre os interlocutores. No caso do

discurso pedagógico, essa interação manifesta-se na relação dinâmica entre professor e alunos, numa ação conjunta que favorece a construção do conhecimento. A autora define o “discurso em interação” como o conjunto de práticas discursivas realizadas em contextos interativos, onde a alternância de turnos e a resposta imediata (*feedback*) são essenciais para a negociação de sentidos. Sublinha ainda que a comunicação pedagógica não se faz apenas por meios verbais, mas também através de recursos paraverbais (como a entoação e o ritmo da fala) e não verbais (como gestos, expressões faciais e a direção do olhar), que desempenham um papel fundamental na interpretação e regulação das trocas comunicativas. Assim, a interação verbal em sala de aula é entendida como uma atividade cooperativa, em que o discurso é continuamente co-construído pelos participantes, recorrendo a um material semiótico heterogêneo que integra elementos verbais, paraverbais e não verbais.

Em síntese, o discurso pedagógico, longe de ser neutro ou apenas transmissor de saberes, é uma prática enunciativa condicionada por relações de poder, normas institucionais, estratégias de regulação e mecanismos de interação. A sua análise exige, por isso, um olhar crítico e multidimensional, que reconheça o papel estruturante da linguagem nos processos de ensino e nas dinâmicas de inclusão ou exclusão educativa.

2.2. Teoria dos atos de fala: entre a ilocução e a perlocução

A teoria dos atos de fala, formulada inicialmente por Austin (1962) e posteriormente desenvolvida por Searle (1969, 1979), oferece um enquadramento fundamental para compreender o valor performativo da linguagem no contexto pedagógico. Para Austin, enunciar algo é, frequentemente, realizar uma ação. O autor distingue entre atos locutórios (o dizer em si), ilocutórios (a intenção comunicativa do locutor) e perlocutórios (os efeitos provocados no alocutário). Os atos de elogio e de crítica enquadram-se nos atos ilocutórios expressivos, uma vez que manifestam uma avaliação do locutor sobre o desempenho, comportamento ou atitude do interlocutor. Tais atos produzem efeitos emocionais, cognitivos e sociais nos alunos, podendo reforçar a autoestima e a motivação ou, pelo contrário, gerar sentimentos de frustração ou retraimento.

Searle (1979) propôs uma taxonomia dos atos de fala com base em três critérios de análise como o objetivo ilocutório referente ao propósito ou à intenção comunicativa do falante, a direção de ajuste entre as palavras e o mundo em que o locutor pretende representar uma realidade através das suas palavras ou vice-versa e a condição de sinceridade relacionada com a intenção de fazer alguma coisa quando se faz uma promessa, um pedido ou uma afirmação, por exemplo.

Com base na Taxonomia de Searle, elogiar e criticar constituem atos ilocutórios expressivos, pois indicam o estado psicológico do locutor em relação a determinadas

qualidades ou características do interlocutor ou de uma situação. Para além disso, representam estratégias discursivas que se baseiam em asserções avaliativas, isto é, os atos de elogio visam exprimir agrado e valorização, com efeitos tipicamente positivos; os atos de crítica, embora orientados para a melhoria, exigem maior cuidado por parte do locutor, pois podem ser interpretados como ameaças à face do interlocutor (Brown & Levinson, 1987).

2.3. Cortesia verbal, atenuação e intensificação

No âmbito da pragmática linguística, a cortesia verbal é um dos mecanismos que regula a relação entre os interlocutores e os efeitos dos atos de linguagem. Segundo Brown e Levinson (1987), os falantes orientam o seu discurso por estratégias de preservação da “face” - a imagem social positiva ou negativa que cada indivíduo deseja projetar. Assim, os atos de crítica constituem atos potencialmente ameaçadores, enquanto os elogios tendem a reforçar a face positiva do interlocutor.

Kerbrat-Orecchioni (1992, 2005) aprofunda esta análise, propondo uma visão interacional da cortesia, na qual os participantes da interação adotam diferentes estratégias para mitigar ou reforçar os efeitos ilocutórios. Nos atos de crítica, os professores recorrem frequentemente a estratégias de atenuação, como o uso de modalizadores, formas interrogativas ou justificações, com o intuito de reduzir o impacto negativo da avaliação. Por outro lado, os atos de elogio são frequentemente intensificados com adjetivos avaliativos, repetições enfáticas e expressões emocionais positivas, com o objetivo de reforçar o reconhecimento e a valorização do aluno.

As estratégias de modalização epistémica e deôntica (Lopes & Rio-Torto, 2007) e os fenómenos de proxémica verbal (Carreira, 2014, 2017) também desempenham um papel relevante na configuração da força ilocutória dos enunciados. Segundo Carreira (2014, 2015, 2017), a proxémica verbal inclui estratégias linguísticas e não linguísticas como a modalização, as formas de tratamento e a cortesia verbal, sendo estas fundamentais para regular o grau de distância/interação entre os interlocutores e refletir as relações hierárquicas (como a de professor/aluno). A forma como o professor organiza e regula o espaço e o discurso permite reforçar ou atenuar assimetrias, fomentando um ambiente comunicativo mais próximo ou mais formal, conforme a situação. Elementos não verbais (como o olhar, a postura e os gestos) contribuem para captar a atenção dos alunos, promover o envolvimento e consolidar a relação pedagógica.

Na análise dos atos de elogio e de crítica presentes no referido estudo, a atenção dada à proxémica verbal, enquanto combinação de elementos verbais e paraverbais, permite compreender como se constroem interações marcadas pelo respeito, pelo

diálogo e pela empatia, promovendo uma comunicação eficaz e humanizada em sala de aula. Neste sentido, elogiar e criticar são mais do que simples avaliações, são atos comunicativos que envolvem uma complexa articulação entre intenção, forma, contexto e relação. O modo como o professor mobiliza essas estratégias discursivas pode contribuir para a construção de uma relação pedagógica mais empática, eficaz e promotora do desenvolvimento integral dos alunos.

3. METODOLOGIA

Este estudo inscreve-se no âmbito da análise semântico-pragmática e discursiva, orientando-se por uma abordagem qualitativa, descritiva e interpretativa da linguagem em uso, com incidência nos atos de fala expressivos — nomeadamente, os atos de elogio e de crítica — no contexto das interações verbais entre professores e alunos do ensino básico.

3.1. Contexto e participantes

A investigação decorreu em quatro turmas do ensino básico português, representando diferentes ciclos de escolaridade: uma turma de 3.º ano (1.º ciclo), uma de 6.º ano (2.º ciclo), e duas turmas do 3.º ciclo (8.º e 9.º anos). O critério de seleção das turmas teve em conta a diversidade etária, a representatividade dos três ciclos do ensino obrigatório e a viabilidade de acesso ao terreno de investigação.

Previamente, procedeu-se ao pedido, via *email*, das autorizações para a gravação das aulas à direção dos agrupamentos das escolas aos quais pertencem as turmas envolvidas na recolha do *corpus*, assim como aos encarregados de educação dos alunos das respetivas turmas. Os encarregados de educação tiveram conhecimento da temática deste trabalho e autorizaram a participação dos seus educandos no estudo em questão, incluindo a gravação áudio das aulas e o preenchimento de questionários, que abordaremos no subponto seguinte. De igual modo, os professores envolvidos (dois da disciplina de Português e um da disciplina de Matemática) foram esclarecidos quanto aos objetivos da investigação e aos procedimentos necessários.

3.2. Contextualização Sociocultural das Escolas e Turmas Envolvidas

A análise dos atos de fala foi realizada em dois agrupamentos escolares com contextos socioculturais distintos, permitindo uma abordagem comparativa das interações pedagógicas.

Um dos agrupamentos de Escolas abrange cerca de 2000 alunos e possui um corpo docente estável. As gravações abrangeram três turmas: 3.º ano (1.º ciclo), 6.º ano (2.º ciclo) e 8.º ano (3.º ciclo), em disciplinas como Português, Matemática, Estudo do Meio e Educação para a Cidadania. Os alunos, em geral, pertencem a um meio sociocultural médio, revelando interesse, motivação e participação ativa na vida escolar.

Complementarmente, o *corpus* inclui dados de uma turma do 9.º ano pertencente a outro agrupamento de escolas inserido num contexto socioeconómico vulnerável. Este agrupamento, classificado como Território Educativo de Intervenção Prioritária (TEIP), enfrenta desafios como baixa escolarização, desemprego e abandono escolar. A turma em questão integra o programa PIEF¹ e é composta por 18 alunos, maioritariamente de etnia cigana, com idades entre os 15 e os 19 anos. Os alunos apresentam baixos níveis de autoestima, fracas expectativas escolares e enfrentam dificuldades de integração social e educativa.

Esta diversidade de contextos permite uma análise mais abrangente das práticas discursivas docentes e das suas implicações na aprendizagem dos alunos.

3.2. Recolha e constituição do *corpus*

As gravações das aulas foram realizadas pelos próprios docentes, com recurso ao gravador do telemóvel, durante os meses de maio e junho de 2023, no ano letivo de 2022/2023. O processo enfrentou diversos constrangimentos, como a recusa de autorização por parte de alguns encarregados de educação (sobretudo no 6.º ano), dificuldades técnicas na qualidade sonora e o impacto das greves docentes, que geraram instabilidade nas escolas. Estas limitações exigiram a inclusão de turmas não previstas inicialmente e afetaram o volume de dados recolhido, distribuído da seguinte forma: 1.º ciclo: 2h35min; 2.º ciclo: 31min; 3.º ciclo: 1h12min (40min do 8.º ano e 32min do 9.º ano).

Após a recolha, foram transcritos trinta e sete atos de fala considerados relevantes, bem como as reações verbais e paraverbais dos alunos, quando audíveis. Os dados foram transcritos com base em convenções² adaptadas de análise conversacional, permitindo preservar elementos essenciais da oralidade, como pausas, entoações,

¹ "O Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF) é uma medida socioeducativa, de carácter temporário e excecional, a adotar depois de esgotadas todas as outras medidas de integração escolar, que visa favorecer o cumprimento da escolaridade obrigatória e a inclusão social, conferindo uma habilitação escolar de 2.º ou 3.º ciclo." (<https://www.dge.mec.pt/programa-integrado-de-educacao-e-formacao>)

² Na transcrição do *corpus* foram utilizadas as convenções de transcrição do texto oral baseadas em Braz (2018, p. 218) que contribuem para decifrar as intenções comunicativas dos locutores. Utilizaram-se os sinais de pontuação de acordo com as normas de pontuação da ortografia da língua portuguesa. (ponto final, ponto de interrogação, ponto de exclamação, vírgula) e a dupla pontuação para evidenciar determinadas reações tidas em conta na análise dos atos de fala. O início da tomada da palavra está assinalado com letra maiúscula.

sobreposições e hesitações, sendo organizados em quatro categorias: 10 atos de elogio explícitos; 6 atos de crítica explícitos + 2 implícitos; 9 atos de fala híbridos; 9 atos diretivos com crítica implícita. As unidades de análise selecionadas corresponderam a atos de fala de elogio e de crítica explícitos ou implícitos, identificados com base em critérios pragmáticos (força ilocutória, tipo de avaliação expressa, marcas linguísticas de modalização, atenuação ou intensificação) e contextuais (situação comunicativa, relação interlocutiva e momento da interação pedagógica em que ocorrem).

A gravação em vídeo das aulas teria acrescentado valor à investigação, ao possibilitar a análise de elementos não verbais associados à comunicação, como expressões faciais e gestos, que revelam atitudes e reações. No entanto, essa opção foi inviabilizada por questões relacionadas com a salvaguarda da imagem dos alunos e dos docentes.

3.3. Instrumento complementar: questionário

Com o intuito de complementar a análise dos efeitos perlocutórios dos atos de fala registrados, foi aplicado um questionário aos alunos das turmas participantes na recolha do *corpus*. Esta técnica, pela sua estrutura formal e rigorosa, revelou-se adequada ao contexto pedagógico (Quivy & Campenhoudt, 2005). O instrumento, intitulado “Os atos de elogio e de crítica dos professores aos alunos”, teve como principais objetivos: identificar a percepção dos alunos sobre a frequência com que são elogiados ou criticados; reconhecer as expressões linguísticas associadas a esses atos; compreender os contextos em que ocorrem; analisar as reações dos alunos, tanto quando são alvo direto como quando observam colegas a receber elogios ou críticas. Procurou-se ainda aferir a importância atribuída pelos discentes a essas práticas docentes no processo de ensino-aprendizagem.

Dado o contexto escolar da aplicação do questionário, foi necessário obter autorização prévia da Direção-Geral da Educação (DGE). Após parecer favorável, o instrumento foi testado com um grupo reduzido de alunos, ajustado e posteriormente distribuído via Google Forms, garantindo o anonimato e a proteção dos dados. O preenchimento decorreu na sala de TIC, sob supervisão docente, permitindo o esclarecimento de dúvidas e a correta submissão dos formulários. A escolha do Google Forms deveu-se à sua eficácia na recolha e tratamento de dados, além de promover o uso de tecnologias em ambiente educativo. O questionário incluiu questões fechadas, abertas e de escolha múltipla. Foram obtidas 71 respostas num universo escolar que abrange os três ciclos do ensino básico. A respetiva análise permitiu triangular os dados linguísticos com as representações dos alunos, enriquecendo a interpretação dos efeitos dos atos de fala na dinâmica da interação pedagógica. Os resultados foram apresentados em gráficos e tabelas, acompanhados de análise descritiva, assegurando clareza e rigor na interpretação dos dados.

3.4. Procedimentos de análise do corpus

Foram categorizadas as ocorrências de elogio e de crítica com base em: tipo de ato (explícito/implícito; direto/indireto); recursos linguístico-discursivos (modalizadores, intensificadores, formas de atenuação); posicionamento do professor (grau de envolvimento, regulação da distância comunicativa); efeitos perlocutórios observados ou inferidos a partir do contexto e das respostas dos alunos.

A combinação da análise qualitativa do *corpus* com os dados dos questionários permitiu não só descrever os mecanismos discursivos utilizados pelos docentes, mas também compreender os seus efeitos sobre os interlocutores-alvo, promovendo uma reflexão crítica sobre a eficácia comunicativa e pedagógica dos atos de fala em sala de aula.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Analisámos as estratégias linguístico-discursivas dos atos de fala de um *corpus* constituído por trinta e seis excertos que foram agrupados em quatro categorias: atos de elogio explícitos, atos de crítica explícitos, atos de fala híbridos com elogio seguidos de crítica ou vice-versa e atos diretivos com crítica implícita.

Nas sequências discursivas transcritas, verificámos que a sala de aula constitui o contexto institucional e pedagógico das interações verbais estabelecidas entre professores e alunos. Estes intervenientes desempenham papéis sociais e estabelecem entre si princípios de cortesia verbal que garantem uma relação de delicadeza, de harmonia e de respeito, facilitadores do funcionamento das atividades escolares e da aquisição e construção das aprendizagens. Os dados revelam padrões recorrentes de uso de estratégias linguístico-discursivas que evidenciam a intencionalidade comunicativa dos docentes, nomeadamente no que respeita à regulação emocional da interação, ao reforço da motivação dos alunos e à preservação da relação pedagógica.

4.1. Elogios com intensificação: reforço da valorização positiva

Os atos de elogio foram frequentemente formulados de forma direta e clara, com recurso a estratégias de intensificação linguística. Os professores recorreram a adjetivos valorativos ("Fantástico!", "Perfeito!"), a adjetivos no grau superlativo absoluto analítico ("muito satisfeita"), a advérbios de grau e intensidade ("muito", "imenso"), à repetição da expressão valorativa aliada a uma linguagem mais informal ("Muito bem, muito bem, em grande!"), a um tom de voz mais alto, mas pausado, evidenciando assim a expressão ou interjeição avaliativa positiva ("Boa!"), e a repetições e exclamações

para enfatizar o valor do desempenho ou da atitude do aluno. Estas estratégias surgem acompanhadas por aspetos paraverbais, como uma entoação de voz crescente ou mais forte, um tom de voz que mostra agrado e um ritmo de fala pausado e tranquilo, assim como alongamentos vocálicos que intensificam o que é dito pelo professor e evidenciam o seu estado psicológico de satisfação e de contentamento. Muitas vezes, também recorrem a mecanismos de proxémica verbal para intensificar o elogio e para reforçar a relação pedagógica, nomeadamente através do uso do “nós” inclusivo que engloba os alunos e o professor como se fossem um único grupo que trabalha em prol dos mesmos objetivos.

Estes elogios surgiram predominantemente após respostas corretas, participação ativa ou comportamento adequado, funcionando como marcadores de reforço positivo. As estratégias de intensificação permitem evidenciar a face positiva do aluno (Brown & Levinson, 1987) e funcionam como formas de valorização social e afetiva. Estes atos revelam uma orientação para a empatia e reconhecimento, contribuindo para o fortalecimento da autoestima e do envolvimento dos alunos.

A análise dos questionários confirmou que os elogios são percecionados como estímulos motivadores: a maioria dos alunos afirmou sentir-se mais confiante, entusiasmado e com vontade de continuar a participar quando elogiado pelos professores.

4.2. Críticas com atenuação: mitigação da avaliação negativa

No que concerne aos atos expressivos de crítica, aferimos que estes surgem no discurso pedagógico com vários graus de atenuação e apresentam um maior grau de complexidade discursiva. Detetámos a presença de mecanismos de atenuação linguística que mitigam o efeito, eventualmente agressivo ou ameaçador, de algumas palavras, expressões, gestos ou até de uma entoação de voz mais forte ou de um tom mais ríspido, podendo ameaçar a face dos interlocutores. Destaca-se o recurso a perguntas retóricas, a formas de tratamento mais afetuosas (“Meus queridos”; “Meus meninos”) ou mais informais (Ó minha gente...”; “Tu hoje estás em grande pá!”) e o recurso ao “nós” inclusivo (“Podemos ouvir?”) que visam a atenuação das apreciações negativas e uma aproximação na relação interlocutiva entre os participantes, salvaguardando-se a face do aluno e do próprio professor.

Nos dados recolhidos, constatámos que os professores criticam os seus alunos para manifestarem o seu descontentamento em relação ao incumprimento das regras de comportamento estabelecidas, nomeadamente quando não colocam o dedo no ar para falar e interrompem o colega ou o professor, quando não estão atentos às explicações e/ou instruções do professor e têm conversas paralelas ou quando não terminam as tarefas no tempo estipulado por não estarem concentrados nem

em silêncio. Elencamos as seguintes expressões depreciativas como sendo as mais recorrentes e que demonstram o desagrado dos professores: “Vocês estão distraídos!”; “Tu não estavas atento!”; “Acorda que não é hora de dormir!; “...mais atenção...”. A entoação da voz é, quase sempre, forte, com tom ríspido e ritmo mais rápido. Contudo, verificámos que, em algumas interações, os professores falam mais baixo e com ritmo mais pausado como forma de suavizar a crítica. Constatámos ainda que os docentes recorrem com muita frequência ao uso da interjeição “Chiu!” para pedir silêncio aos alunos. Estas formas de atenuação revelam uma tentativa consciente por parte do professor de proteger a face negativa do aluno e de evitar o confronto direto. A crítica surge muitas vezes revestida de sugestões ou de expressões de encorajamento, funcionando mais como orientação do que como censura. Este cuidado discursivo está em linha com a função formativa do discurso pedagógico e com os princípios da cortesia verbal (Kerbrat-Orecchioni, 2005).

Os dados dos questionários indicaram que, embora alguns alunos reconhecessem sentir-se inicialmente tristes ou frustrados após uma crítica, a maioria interpretava-a como uma oportunidade de melhoria, sobretudo quando era acompanhada de explicações ou sugestões concretas.

4.3. Atos híbridos e implícitos: entre a crítica e o encorajamento

A análise revelou também a ocorrência de atos híbridos, que combinam características de elogio e de crítica, ou que dissimulam a crítica sob a forma de pergunta, ironia leve ou comentário indireto, como é o caso do exemplo que se apresenta:

P – O G ↑ é logo a seguir + L!>>>

A – É um prisma!>>>

P – **I. não eras tu, mas tá bem, >>> tá bem ^, acertaste, boa! ↑
Tinhas era que falar na tua vez. Só essa parte é que falhou. <...>**

A – Ah, pois! >>>

Neste exemplo, o locutor produz um enunciado que oscila entre expressões que avaliam positivamente a intervenção do interlocutor e expressões que demonstram uma certa indignação, uma vez que o aluno respondeu corretamente, mas fora da sua vez. O professor demonstra o seu contentamento e dá um reforço positivo ao aluno através das expressões valorizadoras “tá bem, tá bem” e “acertaste, boa!,” mas, ao mesmo tempo, critica-o e expressa o seu desagrado nas frases “I., não eras tu” e “Tinhas era que falar na tua vez. Só essa parte é que falhou.” A crítica é atenuada, nomeadamente através da frase adversativa “mas tá bem” e do advérbio de exclusão “só.” Neste

exemplo, observamos os efeitos perlocutórios da crítica, pois o interlocutor reage imediatamente, sobrepondo a sua voz à do professor, e expressando concordância “Ah, pois,” ao perceber a sua falha.

Nestes casos, a interpretação do ato depende fortemente do contexto, da entoação e da relação prévia entre os interlocutores. Na análise dos atos de crítica implícita, verificámos que alguns revelam a presença de estratégias de modalização do discurso pedagógico, como o recurso ao humor, à ironia e à metáfora, assim como a um tom de voz jocoso e de “brincadeira”, de forma a mitigar ou a suavizar as palavras menos agradáveis, contribuindo para a expressão da emoção dos participantes na interação pedagógica e consequente envolvimento emocional dos mesmos.

Estes atos híbridos desafiam as fronteiras entre o elogio e a crítica e revelam a complexidade pragmática da interação em sala de aula. A eficácia comunicativa destes enunciados depende da capacidade do aluno de interpretar corretamente as intenções do professor, o que pode representar um risco em situações de baixa segurança emocional.

4.4. Efeitos perlocutórios: impacto nas emoções e no desempenho

A articulação entre os dados linguísticos e os resultados dos questionários permitiu compreender os efeitos perlocutórios dos atos de elogio e de crítica. Constatou-se que uma percentagem significativa dos alunos inquiridos (57,7%) referiu que são elogiados pelos professores com pouca frequência e que nunca são criticados (53,5%). Na generalidade, consideram importante o professor elogiar os alunos, enquanto as críticas só devem surgir às vezes. Os elogios foram descritos pelos alunos como fontes de motivação, de reforço positivo e de reconhecimento do esforço, sendo as expressões “Boa!”, “Isso mesmo!”, “Estás a melhorar!” as mais representativas. Os alunos consideram que os professores os elogiam mais quando estes respondem corretamente às questões ou revelam bom comportamento. É de salientar que muitos alunos ainda associam um elogio do professor a palavras agradáveis sobre o seu aspeto físico e psicológico.

Embora a maioria dos inquiridos tenha considerado que são criticados quando não cumprem as regras de comportamento na sala de aula, as expressões de crítica elencadas pelos alunos dividiram-se quase equitativamente entre expressões depreciativas do desempenho escolar, do comportamento e das suas capacidades/aptidões, sugerindo, portanto, afirmações como “Pioraste muito!”, “Não te esforças.”, “Estás a dormir na sala de aula!”, “Estás sempre desatento nas aulas!”, “És burro, não sabes nada!”.

Verificou-se, na análise efetuada, que as críticas, quando formuladas de modo construtivo e respeitador, foram associadas ao desejo de superação e à perceção

de justiça. No entanto, os efeitos destes atos de fala variam consoante a forma de formulação, a entoação e o momento da aula em que ocorrem. Enunciados proferidos com ironia, sarcasmo ou desvalorização tendem a gerar frustração, constrangimento ou insegurança, especialmente entre os alunos mais frágeis emocionalmente ou com menor desempenho acadêmico.

Os dados revelam que os elogios promovem sentimentos de motivação e autoconfiança entre os alunos, que tendem a agradecer ao professor quando reconhecidos positivamente. Também demonstram satisfação ao presenciarem elogios dirigidos aos colegas. Por outro lado, muitos alunos reconheceram que as críticas contribuem para a mudança de comportamento e melhoria pessoal. No entanto, essas críticas geram frequentemente reações de silêncio, acompanhadas por emoções, como nervosismo, vergonha ou tristeza, e também por pedidos de desculpa e intenções de melhorar. Ao observarem críticas dirigidas a colegas, muitos aproveitam a ocasião para refletir e evitar repetir os mesmos erros.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da nossa investigação, percebemos o discurso pedagógico escolar como um discurso recontextualizado e produzido através do diálogo com outros discursos ou modalidades discursivas. O discurso pedagógico escolar emerge das intenções e necessidades comunicativas dos interlocutores e também dos objetivos pedagógicos dos docentes e da própria escola. O uso da linguagem concretiza-se em diversas atividades letivas que envolvem interações verbais permanentes e cruciais na transmissão e na construção do conhecimento. Sob esta perspectiva, consideramos que o discurso pedagógico consiste num processo dialógico e interacional marcado por estratégias linguístico-discursivas implementadas pelos participantes na interação, não descurando a análise dos aspetos paraverbais e não verbais enquanto indicadores importantes na compreensão de intenções, sentimentos e reações dos locutores e tantas vezes imprescindíveis para desvendar sentidos implícitos, contribuindo para a eficácia comunicativa.

Os atos ilocutórios expressivos de elogio e de crítica são proferidos em contexto pedagógico e institucional através do discurso do professor no decorrer de diversos momentos das aulas. Deste modo, refletem as normas culturais e sociais de determinada comunidade escolar e traduzem formas ritualizadas de comunicar neste contexto específico. Os atos de elogio configuram julgamentos ou asserções de avaliação positiva e representam estratégias pedagógicas de reforço positivo aos alunos, expressas através da delicadeza linguística. O professor recorre a palavras ou expressões elogiosas para valorizar e incentivar os alunos, prolongar e equilibrar as interações ou

atenuar situações conflituosas. A reação dos interlocutores aos elogios depende das suas características psicológicas e dos contextos comunicativos em que estes atos são proferidos.

As críticas pedagógicas expressam um comentário desfavorável ou avaliação negativa relativamente às escolhas, ações, atitudes ou comportamentos dos interlocutores, sendo estes últimos responsabilizados, de forma que, no futuro, melhorem o seu desempenho ou modifiquem determinado aspeto considerado negativo. Neste sentido, muitas críticas produzidas pelo professor são atenuadas ou veladas (críticas implícitas) para não ameaçarem a face do aluno, caso contrário prejudicariam a relação pedagógica entre professor/aluno e/ou poderiam originar insegurança e desmotivação no aluno criticado.

Nesta atividade linguística incessante, o professor, no seu papel de mediador e de regulador das interações pedagógicas, recorre a estratégias linguístico-discursivas que modalizam o seu discurso, adequando aquilo que diz à sua intenção comunicativa e respetivo contexto. Para tal, utiliza diversos modalizadores de natureza linguística ou prosódica que variam em função das necessidades comunicativas e dos seus objetivos comunicativos e pedagógicos. Deste modo, pode expressar-se de forma mais ríspida e autoritária ou mais serena, pausada e amigável. Os efeitos perlocutórios produzidos estão dependentes das estratégias modalizadoras utilizadas e da forma como os alunos se relacionam com o professor e compreendem a sua subjetividade. Para além da modalização discursiva, plasmada em estratégias de atenuação e de intensificação linguística, o professor pode recorrer à proxémica verbal com o objetivo crucial de estabelecer uma relação pedagógica favorável à aprendizagem e de obter sucesso nas interações criadas.

Graças aos mecanismos de atenuação, o docente suaviza ou minimiza o impacto de determinadas palavras ou comentários mais agressivos e suscetíveis de criar mal-estar nos alunos. A cortesia verbal consiste numa estratégia comunicativa que está ao serviço da atenuação dos atos verbais ameaçadores da face, contribuindo assim para a manutenção e fortalecimento da relação pedagógica. Os mecanismos de intensificação linguística permitem reforçar e valorizar o conteúdo dos enunciados ditos pelo professor e envolver os alunos com a sua verdade.

Compreendemos, através dos dados obtidos, que os sujeitos envolvidos – professores e alunos – são atores sociais que, nas interações verbais face a face e nas trocas discursivas, realizam uma diversidade de atos de fala produzidos de acordo com os seus objetivos comunicativos e pedagógicos.

Nos dados recolhidos, verificou-se que o discurso é dominado e controlado pelo professor, sendo este o detentor da palavra. Pode dizer-se, então, que o discurso

pedagógico é um instrumento de poder exercido na aula enquanto “espaço discursivo” e social. Através da análise semântico-pragmática dos enunciados produzidos por professores do ensino básico, foi possível identificar padrões discursivos que revelam uma clara intencionalidade: reforçar positivamente os comportamentos desejados através da intensificação dos elogios e minimizar os efeitos negativos das avaliações corretivas através da atenuação das críticas.

Esta gestão linguística mostra-se fundamental para preservar a face dos alunos, fomentar a motivação e promover um clima relacional equilibrado, contribuindo, assim, para o sucesso escolar e o bem-estar emocional dos discentes. Este equilíbrio entre valorização e exigência constitui um desafio permanente para o professor, exigindo sensibilidade pragmática e consciência do poder simbólico da linguagem.

Apesar dos contributos relevantes deste estudo, importa reconhecer algumas limitações, nomeadamente a dimensão reduzida do *corpus* e o facto de a recolha de dados se ter restringido a aulas de uma única disciplina. Estudos futuros poderão alargar a investigação a outros contextos disciplinares, níveis de ensino ou perfis docentes, assim como explorar a perceção dos professores sobre os seus próprios atos de linguagem. Do mesmo modo, seria pertinente aprofundar a análise das reações não verbais dos alunos, em articulação com os efeitos perlocutórios dos atos de fala.

Conclui-se, assim, que os atos de elogio e de crítica não são meros comentários avaliativos, mas formas complexas de agir discursivamente sobre o outro, com consequências profundas no percurso educativo dos alunos. Valorizar a dimensão pragmática do discurso pedagógico e promover uma reflexão crítica sobre as escolhas linguísticas dos professores é, por isso, um passo essencial para humanizar a prática docente e construir relações pedagógicas mais eficazes, justas e empáticas.

REFERÊNCIAS

Albelda Marco, M. (2005). *La intensificación en el español coloquial*. (Tesis doctoral). Universitat de Valencia.

Alves, C. A. (2002). A suspensão de enunciado – Usos e funções na interação verbal na sala de aula. In A. Gonçalves, & C. N. Correia (Eds.), *Atas do XVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (pp. 31-37). Associação Portuguesa de Linguística.

Austin, J. L. (1962). *How to do things with words*. Harvard University Press.

- Barbeiro, C. L. M. J. P. (2017). *As práticas discursivas nas interações verbais em contexto pedagógico: Contributos da sociolinguística interacional para o estudo do discurso na aula de Português* (Tese de Doutoramento, Universidade Aberta). <http://hdl.handle.net/10400.2/6691>
- Barbeiro, C., & Almeida, C. A. (2024). A reformulação do discurso em contexto pedagógico: Análise de um corpus oral de interações entre professor e alunos na aula de Português. *DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, 40(2), 1-24. <https://doi.org/10.1590/1678-460X202440252768>
- Bakhtine, M. (1984). *Esthétique de la création verbale*. Gallimard.
- Bernstein, B., & Díaz, M. (1985). Hacia una teoría del discurso pedagógico. *Revista Colombiana de Educación*, 15, 1-26. <https://doi.org/10.17227/01203916.5120>
- Bernstein, B. (1996). *A estruturação do discurso pedagógico: Classe, códigos e controle*. (trad. de *The structuring of pedagogic discourse*, 1990). Editora Vozes.
- Bourdieu, P. (1991). *Langage et pouvoir symbolique*. Éditions Fayard.
- Bourdieu, P. (1996). *A economia das trocas linguísticas: O que falar quer dizer*. Editora da Universidade de São Paulo.
- Braz, A. P. (2018). *L'ironie dans le discours parlementaire portugais: Degrés d'implicitation, indices linguistiques et stratégies discursives* (Tese de doutoramento, Université Paris 8 Vincennes Saint-Denis & Universidade do Minho). Atelier National de Reproduction des Thèses.
- Briz, A. (2014). La atenuación lingüística. Esbozo de una propuesta teórico-metodológica para su análisis. In I. R. Seara (dir. e coord.). *Cortesía: Olhares e(re)invenções*. (pp. 83-144). Editora Chiado.
- Briz, A. (2017). Otra vez sobre las funciones de la intensificación en la conversación coloquial. *Boletín de Filología*, LII(2), 37-58.
- Brown, P., & Levinson, S. C. (1987). *Politeness: Some universals in language usage*. Cambridge University Press.
- Carreira, M. H. A. (1997). *Modalisation linguistique en situation d'interlocution: Proxémique verbale et modalités en portugais*. Éditions Peeters.
- Carreira, M. H. A. (2014). Cortesia e proxémica: Abordagem semântico-pragmática. In I. R. Seara (dir. e coord.). *Cortesía: olhares e (re)invenções* (pp. 27-46). Chiado Editora.
- Carreira, M. H. A. (2015). Un modèle sémantique pour l'étude de la proxémique verbale dans le cadre de la sémiotique des cultures. *Ata Semiótica et Linguística*, 20(1), 1-8.

- Carreira, M. H. A. (2017). Formas de tratamento de português como designação do outro e de si: Perspetivas de investigação e transposição didática. *Cadernos de PLE 1*. Université Paris 8.
- Foucault, M. (1996). A ordem do discurso: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. (trad. de *L'ordre du discours: leçon inaugurale au Collège de France prononcée le 2 décembre 1970*, 1971). Edições Loyola.
- Foucault, M. (2008). *A arqueologia do saber*. (trad. de *L'archéologie du savoir*, 1969). Edições Forense Universitária.
- Goffman, E. (1982). *Interaction Ritual: Essays on Face-to-Face Behavior*. Pantheon Books.
- Gouveia, C. A. M. (2019). Como se faz uma disciplina: Mapas de conhecimento e distinções operacionais sobre o que é discurso académico enquanto objeto de estudo. In F. Caels, L. F. Barbeiro, & J. V. Santos (Orgs.), *Discurso académico: Uma área disciplinar em construção* (pp. 19-42). CELGA-ILTEC, Universidade de Coimbra.
- Kerbrat-Orecchioni, C. (1986). Nouvelle communication et analyse conversationnelle. *Langue Française*, 70, 7-25 <https://doi.org/10.3406/lfr.1986.6368>
- Kerbrat-Orecchioni, C. (1987). La description des échanges en analyse conversationnelle: L'exemple du compliment. *Documentation et Recherche en Linguistique Allemande*, 36(1), 1-53.
- Kerbrat-Orecchioni, C. (1992). *Les interactions verbales*. Armand Colin.
- Kerbrat-Orecchioni, C. (2005). *Le discours en interaction*. Armand Colin.
- Kerbrat-Orecchioni, C. (2010). L'impolitesse en interaction: Aperçus théoriques et étude de cas. *Lexis Spécial*, 2, 35-60. <https://journals.openedition.org/lexis/796>
- Lopes A. C. M., & Rio-Torto G. (2007). *Semântica*. Editora Caminho.
- Oliveira, F., & Mendes, A. (2013). Modalidade. In E. B. P. Raposo, M. F. B. Nascimento, M. A. Mota, L. Segura, & A. Mendes (Eds.), *Gramática do português* (pp. 623-672). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Orlandi, E. P. (1987). *A linguagem e seu funcionamento: As formas do discurso* (2ª ed.). Pontes Editores.
- Orlandi, E. P. (2010). *Análise de Discurso: Princípios & procedimentos*. (9ª ed.). Pontes Editores.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Gradiva.

Searle, J. (1969). *Speech Acts. An Essay in the Philosophy of Language*. Cambridge University Press.

Searle, J. (1979). *Expression and meaning: Studies in the theory of speech acts*. Cambridge University Press.

Silva, M. de F. S. (2024). *Os atos de elogio e de crítica no discurso pedagógico no ensino básico*. (Dissertação de Mestrado em Estudos de Língua Portuguesa, Universidade Aberta). <https://repositorioaberto.uab.pt/entities/publication/d427b2bd-8100-4d11-919a-9f507096bd28>

O TRABALHO DE CONCLUSÃO FINAL DO MESTRADO PROFISSIONAL: ANÁLISE DE UM GÊNERO DO DISCURSO ACADÊMICO SOB UMA PERSPECTIVA LINGUÍSTICA MULTITEÓRICA

The professional master's final completion project: a multitheoretical linguistic analysis of an academic discourse genre

Simone Cunha¹ e Paulo Nunes da Silva²

RESUMO

Este trabalho apresenta uma tese de doutorado em construção e se insere no âmbito dos estudos da Linguística do Texto e do Discurso, da Teoria dos Gêneros e da análise do discurso acadêmico. Incide especificamente no gênero “trabalho de conclusão final” (TCF) do mestrado profissional. Sob essa perspectiva, objetivamos aferir, numa abordagem linguística multiteórica, a hipótese segundo a qual o TCF constitui um gênero emergente, pertencente ao domínio discursivo acadêmico. Para isso, realizaremos uma pesquisa qualitativa e quantitativa, de natureza aplicada, com objetivo exploratório, por meio dos procedimentos bibliográfico e documental, baseando-nos em propostas de Adam (2001, 2008, 2019 (1992), 2022), Bakhtin (1986, 1997/1979), Bhatia (2012, 2014, 2015), Maingueneau (2002, 2015 (2014)), Miller (1984, 2017) e Swales (1990, 2004), entre outros. A fim de alcançar o objetivo da investigação, constituiremos um *corpus* de análise com exemplares de TCF produzidos no Brasil, ao longo dos últimos cinco anos, nos campos das Ciências Sociais e Humanas (CSH) e das Ciências, Tecnologias, Engenharias e Matemática (STEM); de igual modo, compararemos o *corpus* com exemplares de outros gêneros discursivos, como a dissertação de mestrado e o relatório de estágio, neste caso, produzidos em Portugal. Através dessa análise, buscaremos identificar, descrever e sistematizar as especificidades do TCF que o diferenciem de seus correlatos, bem como elaborar um modelo didático e uma sequência didática com base nas propriedades encontradas, além de propor uma nova etiqueta para o gênero.

Palavras-chave: discurso acadêmico; Trabalho de Conclusão Final (TCF); modelo didático; sequência didática; abordagem multiteórica

¹ Universidade Aberta (UAb); Digithum – LE@D/UAb.

² Universidade Aberta (UAb); CELGA-ILTEC/Universidade de Coimbra.

ABSTRACT

This work presents a doctoral thesis in progress and falls within the scope of Text and Discourse Linguistics, Genre Theory, and academic discourse analysis. It focuses specifically on the genre of the “Final Completion Work” (TCF) for professional master’s degrees. From this perspective, we aim to assess, using a multi-theoretical linguistic approach, the hypothesis that the TCF constitutes an emerging genre belonging to the academic discursive domain. To this end, we will conduct qualitative and quantitative research of an applied nature, with an exploratory objective, through bibliographic and documentary procedures, based on proposals by Adam (2001, 2008, 2019 (1992), 2022), Bakhtin (1986, 1997/1979), Bhatia (2012, 2014, 2015), Maingueneau (2002, 2015 (2014)), Miller (1984, 2017), and Swales (1990, 2004), among others. In order to achieve the research objective, we will construct a corpus for analysis with a sample of TCF produced in Brazil over the last five years in the fields of Social Sciences and Humanities (CSH) and Science, Technology, Engineering, and Mathematics (STEM). We will also compare the corpus with examples of other discursive genres, such as master’s theses and internship reports, in this case produced in Portugal. Through the analysis, we will seek to identify, describe, and systematize the specificities of TCF that differentiate it from its correlates, as well as develop a didactic model and a didactic sequence based on the properties found, in addition to proposing a new label for the genre.

Keywords: *academic discourse; Final Completion Work (TCF); didactic model; didactic sequence; multi-theoretical approach*

1. INTRODUÇÃO

O estudo dos gêneros do domínio discursivo acadêmico tem suscitado múltiplas teorizações, análises e pesquisas acerca da produção, recepção e construção de enunciados e os respectivos sentidos, considerando que a sua escrita e leitura ocorrem em um contexto socioprofissional específico, enquadrado numa área de atividade socialmente importante – o ambiente acadêmico e científico. Essas práticas de linguagem demandam da correspondente comunidade discursiva as competências comunicativas necessárias, inerentes ao processo dialógico da interação pela linguagem, para a produção de sentidos manifestados nos respectivos enunciados.

Neste artigo, apresentamos um projeto de tese de doutorado que incide no gênero “trabalho de conclusão final” (TCF), um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de mestre em cursos de mestrado profissional no Brasil. Pretendemos analisar e descrever as propriedades dos exemplares de um corpus selecionado, visando atingir os seguintes objetivos: em primeiro lugar, sob uma perspectiva multiteórica, testar a hipótese segundo a qual o TCF constitui um gênero acadêmico emergente e autônomo;

para o fazer, procuraremos sistematizar as principais propriedades do TCF, visando distingui-lo de outros gêneros com os quais se relaciona (em particular, a dissertação de mestrado e o relatório de estágio); por fim, com base na confirmação da nossa hipótese de trabalho e na sistematização dos resultados obtidos, conceberemos um modelo didático do gênero TCF e uma sequência didática, que permitirão projetar ações de formação direcionadas aos estudantes e docentes que usam o gênero TCF.

Para atingir essas finalidades, a pesquisa ora proposta se volta para a compreensão da concepção de gênero (Bronckart, 2006 (1997); Swales, 1990; *i.a.*), em estreita relação com as de texto e discurso (Adam, 2008; Maingueneau, 2015 (2014)), buscando compreender tanto seus aspectos composicionais, estilísticos e temáticos, quanto suas inter-relações com outras classes genológicas (como a dissertação de mestrado) no seio da mesma rede de gêneros acadêmicos (Silva, 2020; Swales, 2004).

A fim de enquadrar a conveniência de realizar o presente trabalho, torna-se importante e necessário ressaltar o contexto situacional em que esse gênero é produzido. O mestrado profissional (denominado MP) é uma modalidade de pós-graduação *stricto sensu* que foi criada no Brasil pela Portaria nº 80, de 16 de dezembro de 1998, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e é “voltada para a capacitação de profissionais, nas diversas áreas do conhecimento, mediante o estudo de técnicas, processos, ou temáticas que atendam a alguma demanda do mercado de trabalho” (CAPES, 2019). Nesse sentido, o mestrado profissional visa formar profissionais que contribuam para o mercado de trabalho com recursos inovadores, que possam fomentar novas perspectivas nos diferentes campos do conhecimento³ a que esses cursos pertencem. De fato, segundo a Portaria nº 60, de 20 de março de 2019, o trabalho de conclusão final “deve ser sempre vinculado a problemas reais da área de atuação do profissional-aluno e de acordo com a natureza da área e a finalidade do curso” (CAPES, 2019); e deve ser apresentado pelos concluintes dos cursos de mestrado profissional, em diferentes áreas do conhecimento, como pré-requisito para a obtenção do título de mestre.

³ Segundo o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), as áreas do conhecimento são as seguintes: Linguística, Letras e Artes, Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas; Ciências da Saúde, Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências Exatas e da Terra e Ciências Agrárias. Já a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) classifica as áreas do conhecimento em nove, divididas em três colégios (Ciências da Vida; Humanidades; e Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar), diferenciando-se da categorização do CNPq apenas pela área Multidisciplinar. Nesta investigação, não serão analisados TCF das áreas Ciências Agrárias e Multidisciplinar por não haver, até este momento, oferta de mestrados profissionais.

Sendo assim, parece-nos importante selecionar e analisar um corpus de exemplares do TCF, quer para confirmar se é válida a hipótese segundo a qual constitui um gênero emergente⁴ na área acadêmica, quer para descrever as suas propriedades linguístico-discursivas. Subsequentemente, poderão ser preparadas formações dirigidas a docentes e estudantes que com ele lidam (Dolz, Noverraz & Schneuwly, 2004), para que os membros dessa comunidade discursiva possam produzi-lo de forma mais adequada e eficaz. Devido à recente abundância dos referidos cursos no Brasil, o TCF está conhecendo uma crescente vitalidade, por vezes, se assemelhando à dissertação de mestrado, e por outras, ao relatório de estágio profissional; na verdade, ele parece ser ocasionalmente confundido com esses dois gêneros, ainda que o propósito comunicativo de um se diferencie dos outros (Swales, 1990), qual seja uma discussão teórica, um relato de experiência ou, no caso do TCF, uma proposta de intervenção prática.

Além disso, alguns exemplares demonstram as dificuldades que estudantes e docentes sentem em sua produção, revelando divergências (no nível da composição, das temáticas abordadas e do estilo adotado) relacionadas aos supracitados gêneros acadêmicos de conclusão de cursos. Essas constatações indiciam que cada um dos três gêneros se caracteriza por especificidades que ainda não são bem conhecidas nem foram claramente delimitadas, gerando, então, alguma confusão quer em docentes, quer em estudantes. Por isso, propriedades de um dado gênero são atestadas (possivelmente, de modo inadequado) em textos de um outro gênero.

Diante do exposto, o presente trabalho constitui-se das seguintes seções, além da Introdução: na seção 2, sistematizamos as justificativas para a proposição e a construção da pesquisa, bem como os objetivos geral e específicos estabelecidos. Na sequência (seção 3), explicitamos o arcabouço teórico necessário para testar a hipótese de trabalho defendida neste estudo, a partir do qual entrelaçamos concepções que possam nos conduzir ao alcance dos objetivos formulados. Dando continuidade, na seção 4, explicitamos a metodologia adotada para sua consecução e encerramos com algumas considerações finais (seção 5).

2. FUNDAMENTAÇÃO DA PESQUISA

A leitura crítica de textos do domínio discursivo acadêmico pode constituir-se uma oportunidade ímpar de detectar singularidades da escrita científica, que é normalmente

⁴ A concepção de gênero emergente se baseia na ideia de que um gênero, situado social e historicamente, pode evoluir e resultar em um novo gênero, que emerge para atender diferentes propósitos comunicativos em contextos diversos daqueles que o originaram. Segundo Miller (2016, p. 11), a emergência de um gênero "suggests that we should examine genres as distinctive functioning wholes, not as bundles of variant features to which the genre can be reduced, and that we should look (...) more to the contexts in which they are taken up as functional, novel, and satisfying".

caracterizada como objetiva e imparcial. Sendo preparadora e revisora de textos, a primeira autora deste estudo vislumbrou a possibilidade de iniciar uma investigação acerca do TCF por ter se deparado com textos desse gênero que apresentam similaridades e diferenças relativamente a textos de outros gêneros (como a dissertação de mestrado) e revelam particularidades nas diferentes áreas do conhecimento. Tais constatações refletem esta afirmação de Bazerman et al. (2005):

A lab report in physics is organized in different ways, reports on different kinds of events, uses different kinds of evidence, and argues for different kinds of points than an analysis of a poem or a paper in history. We recognize these different kinds of writing by calling the different kinds of writing different genres – the lab report, the poetry analysis, the history essay. (p. 90)

Essa demanda acarretou uma pesquisa bibliográfica que, inicialmente, resultou na leitura do artigo “Apreensão e emergência de gêneros acadêmicos: o trabalho final do ProfLetras”, escrito por Bezerra e Pereira (2020). Neste texto, os autores abordam, sob a ótica dos Estudos Retóricos de Gêneros (Devitt, 2004), do Inglês para Fins Específicos (ESP - *English for Specific Purposes*) (Bhatia, 2014; Swales, 1990, 2004) e da Análise Crítica de Gêneros (ACG) (Bazerman, 2005), a concepção de que os gêneros se relacionam em sistemas de atividades, resultando, por vezes, em subgêneros e até novos gêneros. Como *corpus* de seu estudo, Bezerra e Pereira (2020) adotaram exemplares de TCF de cinco mestrandos do curso Mestrado Profissional em Letras (ProfLetras), da Universidade de Pernambuco (UPE), produzidos em 2015. Feitas as análises a partir das teorias supracitadas e de conceitos como *uptake*⁵, os pesquisadores afirmam que:

Diante da situação posta, nos parece que o “artefato” (Dryer, 2016) resultante desse processo de *uptake* sugere a emergência de um gênero acadêmico relativamente novo, porém intimamente associado à dissertação de mestrado tradicional. (Bezerra & Pereira, 2020, p. 4)

A possibilidade de que o TCF é um gênero emergente levou a nova consulta por pesquisas que tivessem sido realizadas sob uma perspectiva metalinguística e discursiva acerca desse produto textual, em plataformas como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), a Plataforma Sucupira, a Scielo e a ResearchRabbit. Nenhuma dessas buscas obteve um resultado satisfatório.

Considerando a ausência de estudos sobre o TCF e em conformidade com a ideia de que os gêneros podem transformar-se, desaparecer ou emergir de acordo com

⁵ *Uptake*, extraído da Teoria dos Atos de Fala, de J. L. Austin, e traduzido como “apreensão”, “confere à teoria de gêneros não apenas a possibilidade de agrupar os gêneros inter-relacionados em um determinado sistema de atividades, mas também a possibilidade de investigar em que consiste essa inter-relação, ou o que acontece quando de fato um gênero provoca a mobilização de outro gênero em condições específicas” (Bezerra & Pereira, 2020, p. 7).

a evolução das práticas sociodiscursivas em que ocorrem (Adam, 2001; Miller, 2016), formulamos o seguinte problema a ser investigado: o trabalho de conclusão final (TCF) é um gênero discursivo emergente que pertence ao domínio discursivo acadêmico? Sendo esta hipótese confirmada, qual o impacto científico que essa tese trará para a comunidade discursiva acadêmica?

Adotamos a hipótese de que o TCF constitui, sim, um novo gênero, produzido no âmbito de instituições de ensino superior, visto que apresenta, inicialmente, um objetivo comunicativo diferente do exigido, por exemplo, na dissertação de mestrado, ao conter, em sua composição e temática, uma proposta de intervenção na prática laborativa da respectiva área do conhecimento em que o mestrado profissional se insere (Swales, 1990). Partimos do princípio de que essa diferença nos objetivos possivelmente se traduz noutras diferenças entre os dois gêneros em nível temático, composicional e estilístico. A fim de comprovar ou refutar o referido pressuposto, a investigação está fundamentada em diversas teorizações linguísticas que, a partir de diferentes pontos de vista, analisam o texto, o gênero e o discurso sob uma perspectiva social, histórica, contextual e dialógica. A abordagem multiteórica (ver seção 3) justifica-se pela complexidade inerente à produção e à recepção dos textos desse gênero.

Estabelecemos como objetivo geral desta investigação confirmar ou infirmar a hipótese de que o Trabalho de Conclusão Final do mestrado profissional constitui um gênero emergente, pertencente ao domínio discursivo acadêmico, visando ao seu delineamento e descrição para apoiar a escrita de textos pelos membros da comunidade discursiva acadêmica que dele se servem. E, como objetivos específicos, destacamos os seguintes:

- a) Conceber um modelo teórico-metodológico adequado à análise do gênero TCF, alicerçado em propostas diversas;
- b) Selecionar um *corpus* representativo de textos do gênero TCF para subsequente análise;
- c) Examinar o *corpus* selecionado com base nas propostas teóricas adotadas;
- d) Comparar os exemplares do *corpus* com textos de outros gêneros do discurso acadêmico (dissertação de mestrado, relatório de estágio), de diferentes áreas do conhecimento, produzidos tanto no Brasil como em Portugal, sistematizando suas principais semelhanças e diferenças;
- e) Elaborar um modelo didático do gênero TCF, fundamentado nas propriedades identificadas no estudo do *corpus*;
- f) Construir uma sequência didática a partir do modelo didático elaborado, com vista à sua aplicação pedagógica.

Exposta a fundamentação da nossa pesquisa e explicitados os objetivos que com ela pretendemos atingir, apresentamos, na seção seguinte, o quadro teórico em que assenta.

3. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O quadro em que se baseia a pesquisa sobre o gênero TCF é multiteórico. Adotamos diversas concepções por entendermos sua importância para o amplo propósito desta pesquisa. Com o fim de descrever e sistematizar as principais propriedades do gênero TCF e contribuir para o letramento dos membros da comunidade discursiva acadêmica, assumimos que, nesta pesquisa, “a simbiose entre enquadramentos é teoricamente válida e metodologicamente rentável, além de se prestar a intervenções pedagógicas proveitosas” (Santos & Silva, 2023, p. 289). Em adição a esses autores, Bezerra (2022) também considera a “mestiçagem teórica” uma abordagem altamente produtiva para os estudos sobre a língua. E corroborando o enfoque multifacetado, Swales (2004) afirma que “we should see our attempts to characterize genres as being essentially a metaphorical endeavor, so that the various metaphors that can be invoked shed, in varying proportions according to circumstances, their own light on our understandings” (p. 61). Em suma, dadas as múltiplas dimensões inerentes ao objeto de estudo, parece-nos preferível procurar analisá-lo e descrevê-lo com base em diversas propostas teórico-metodológicas que permitam dar conta da sua complexidade. Procuraremos explicitar, a seguir, de que modo cada proposta dos referidos autores e quadros contribui para enriquecer a pesquisa que pretendemos realizar.

O conceito de gênero como prática discursiva relativamente estável foi inicialmente proposto por Bakhtin (1986, p. 60): “each sphere in which language is used develops its own relatively stable types of (...) utterances”. Segundo o autor, cada gênero reflete os objetivos inerentes aos membros de uma dada área de atividade socioprofissional e caracteriza-se por propriedades comuns nos níveis dos conteúdos abordados, da estrutura e do estilo adotados nos respectivos textos. Essas reflexões são precursoras da análise dos gêneros nos estudos linguísticos e permitem fundamentar a identificação dos parâmetros do gênero TCF quanto aos conteúdos temáticos, ao estilo e à estrutura predominantes nos exemplares analisados.

Enquadrando essas classes em contextos profissionais e acadêmicos, Bhatia (2015, p. 122) propôs que o gênero discursivo seja “primarily viewed as a conventionalised and largely standardized communicative event defined in terms of its communicative purpose that a genre is meant to serve in a specific academic or professional setting”. Ou seja, resulta de práticas de linguagem social e historicamente inscritas em múltiplas esferas da atividade humana, e os textos de cada classe partilham características,

apresentando diferentes graus de prototipicidade. A abordagem nesta área procura descrever tais características, integrando os gêneros nos seus contextos socioculturais, de modo a considerar quer os valores institucionais que os moldam, quer as intenções comunicativas dos autores. Na nossa pesquisa, ela contribui para que o TCF seja analisado como um evento comunicativo padronizado, que responde a propósitos institucionais no contexto acadêmico.

Numa outra área que revela evidente proximidade, a do Inglês para Fins Acadêmicos (*English for Academic Purposes* ou EAP), Swales (1990) definiu o gênero como uma classe de eventos comunicativos com os quais se procura atingir um dado objetivo comunicativo (ou mais do que um). Esses eventos, que concretizam ações retóricas específicas e incidem num público-alvo particular, manifestam propriedades comuns em nível estrutural, temático e estilístico – a tríade de propriedades textuais ou internas já referida por Bakhtin (1986, 1997 (1979)). Swales também sublinha que os gêneros emergem no seio de comunidades discursivas, constituídas por grupos de sujeitos falantes que executam tarefas específicas, visando atingir objetivos próprios e usando um vocabulário típico da área em que atuam. Quanto às ações retóricas que podem ser recorrentemente atestadas nos textos de cada gênero, destaca-se o modelo CARS (acrônimo de *Create A Research Space*), que Swales (1990) propôs para dar conta da estrutura e dos movimentos retóricos que podem ocorrer nas introduções de artigos científicos. Inspiradas nesse modelo, diversas outras concepções similares têm sido propostas para múltiplos gêneros acadêmicos (Bunton, 2002, 2005; Nguyen & Pramoolsook, 2014, 2016; Ren & Li, 2011; *i.a.*).

Já nos Estudos Retóricos dos Gêneros, incide-se preferencialmente a atenção nas ações sociais realizadas pelos textos de cada gênero, uma vez que são perspectivados como formas de ação que ocorrem em situações retóricas recorrentes. De fato, segundo Devitt (2004), os gêneros devem ser caracterizados com base no tipo particular de ação retórica que concretizam, e não nas propriedades textuais específicas que evidenciam. Assim, compreender um dado gênero requer que se descrevam as ações retóricas que ele permite executar, bem como as situações comunicativas em que é usado. As situações retóricas configuram complexos constructos que envolvem participantes e as respectivas relações, eventos e objetos. Cada gênero é concebido, portanto, como ação social, como uma resposta tipificada a uma situação retórica recorrente.

Ainda nesse âmbito, é relevante destacar que os objetivos comunicativos compartilhados nas atividades específicas do fazer científico possibilitam a ocorrência de determinado gênero e não outro, a fim de atender a uma demanda específica (Miller, 1984, 2017), sendo, portanto, bastante cabível a emergência de novos gêneros, originados de outros – seus antecedentes, com os quais dialogam e a partir dos quais promovem

outro tipo de interação dialógica. Assim, pode haver o surgimento de um novo gênero, como o TCF, o que “significa que o equilíbrio negociado e ‘suficientemente estabilizado’ entre inovação e decoro foi quebrado, e um novo equilíbrio encontra-se em fase de desenvolvimento” (Miller, 2012, p. 78).

Na Análise Crítica do Discurso, Fairclough (2003, 2011) define os gêneros como produtos sociossemióticos, isto é, como formas habituais de agir e interagir ligadas a práticas sociais regulares, pelo que são verbalmente moldados em contextos socioprofissionais específicos. A designação “sociossemiótico” refere-se ao fato de os gêneros serem socialmente construídos, integrando, por isso, sentidos e valores que refletem ideologias, culturas e relações de poder. Deste modo, cada gênero configura uma forma linguística socialmente estabilizada, com a qual se concretizam práticas sociais, que congrega significados ideológicos e que opera em contextos marcados por relações de poder. Assim, na análise do TCF a efetuar, podem ser projetados os efeitos sociais e institucionais estabelecidos pelos valores ideológicos e pelas relações de poder que lhe são associados.

Entre os autores de língua francesa que se têm dedicado ao estudos dos gêneros, importa considerar a perspectiva de Maingueneau (2015 (2014)), que enquadra as práticas discursivas institucionalizadas em tipos de discurso. Nas sociedades contemporâneas, coexistem múltiplos grupos socioprofissionais, constituídos por indivíduos que se dedicam a executar tarefas no âmbito de uma dada área de atividade. As práticas discursivas desses grupos podem ser concebidas como tipos de discurso, na medida em que revelam semelhanças em diversos níveis (textual, discursivo, retórico, ideológico, etc.). Dado que os gêneros emergem e são usados no seio de grupos socioprofissionais específicos, resulta uma articulação clara entre os tipos de discurso e os gêneros. Estas reflexões permitem situar o TCF no interior do discurso acadêmico, observando como se articula com práticas discursivas institucionais específicas.

As propostas de Adam (2019 (1992), 2008), por seu turno, permitem que a análise textual incida no nível sequencial, procurando-se, nesse caso, identificar segmentos textuais predominantemente argumentativos, explicativos, descritivos, narrativos ou dialogais. Por outro lado, com base na ideia consensual de que os gêneros se caracterizam por propriedades múltiplas e heterogêneas, Adam (2001) diferenciou as dimensões em que essas propriedades se inserem, distinguindo as componentes enunciativa, pragmática, semântica, composicional, estilístico-fraseológica, material, peritextual e metatextual. Os contributos de Adam permitem identificar as sequências predominantes e contribuem para sistematizar de forma mais rigorosa os parâmetros do gênero TCF.

No seio do Interacionismo Sociodiscursivo, Bronckart (2006 (1997)) sugeriu que os gêneros formam uma nebulosa, sem contornos nítidos. Esta metáfora permite associar várias

propriedades relevantes aos gêneros: por um lado, eles não estabelecem fronteiras claramente delimitadas entre si; por outro lado, cada gênero mantém relações (de sobreposição, de influência) com outros gêneros, o que possibilita a existência de casos de hibridismo, ou seja, de textos que combinam traços de mais do que um gênero; além disso, constituem categorias sincronicamente variáveis e diacronicamente mutáveis. Deste modo, a concepção de nebulosa de gêneros permite dar conta de diversos aspectos constitutivos das classes genológicas, nomeadamente da sua variação, dos casos de hibridismo e da sua evolução.

Complementando essa visão, sob uma abordagem didática, Schneuwly e Dolz (2004) propuseram os conceitos de modelo didático do gênero e de sequência didática. Com o modelo didático, pretende-se identificar e sistematizar as propriedades ensináveis de um dado gênero, de modo a orientar a compreensão e a produção textual dos estudantes ou formandos. Construída com base nas propriedades integradas num dado modelo didático, a sequência didática prevê uma organização sucessiva de atividades de ensino, incluindo a caracterização da situação de comunicação, diversas etapas de aprendizagem, a produção final e a avaliação. Em consonância com um dos objetivos que preside à presente pesquisa, o TCF será também analisado enquanto objeto de ensino, visando à construção de um modelo didático e de uma sequência didática aplicáveis à formação acadêmica.

Como terá ficado claro pelo que foi exposto, o gênero configura um conceito multidimensional: trata-se, simultaneamente, de um evento linguístico, de uma ação social, de uma prática institucionalizada e de um objeto ideológico, entre outras possibilidades. Assim, na análise dos gêneros, pode-se privilegiar o texto, as intenções comunicativas, os contextos sociais em que são usados, os valores que lhes subjazem ou as relações de poder que os marcam, entre outros aspectos pertinentes. Quando se seleciona um único ponto de vista, o objeto é apenas parcelarmente analisado e descrito. Parece justificar-se, por isso, que sejam adotadas diferentes perspectivas na abordagem do TCF.

Contudo, merece ser destacado que há múltiplos aspectos em comum nas diferentes abordagens do gênero apresentadas: todas as concepções salientam o enraizamento dos gêneros em áreas de atividade socioprofissional específicas, bem como a realização de ações típicas em situações comunicativas que se caracterizam por propriedades comuns. As diferenças parecem residir nos pontos de vista privilegiados, sejam as propriedades textuais, os objetivos comunicativos, as ações retóricas concretizadas, os contextos institucionais em que os gêneros emergem, os valores ideológicos, as relações de poder que lhe subjazem ou outros.

Em síntese, os contributos teóricos apresentados são inequivocamente valiosos para a análise de textos do gênero TCF que nos propomos efetuar. Cremos que o recurso

a diferentes enquadramentos teóricos não apenas enriquece a compreensão do gênero em causa, mas também é indispensável a uma análise consequente (apta a captar sua complexidade), assim como à concepção de práticas formativas eficazes.

4. PERCURSO METODOLÓGICO

Os procedimentos metodológicos empregados para a realização desta investigação caracterizam-se pela pesquisa de abordagem qualitativa e também quantitativa, com procedimentos bibliográfico e documental, focada em produções textuais situadas em contextos específicos de produção, circulação e recepção. O caráter qualitativo busca compreender as práticas languageiras em seus contextos específicos, considerando as subjetividades e as dinâmicas sociais envolvidas, enquanto a abordagem quantitativa visa à análise estatística e à sistematização dos dados. Além disso, a natureza bibliográfica e documental do estudo fundamenta-se na análise de fontes previamente elaboradas, como livros, artigos científicos e documentos normativos, com o objetivo de construir um referencial teórico e metodológico robusto para embasar as discussões propostas.

Ademais a pesquisa tem natureza aplicada, dado que “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos” (Gerhardt & Silveira, 2009, p. 35) ou ainda desenvolver novas concepções e maneiras de aplicá-las (Paiva, 2019). Com objetivo exploratório, este estudo integra também um questionário online, que visa coletar dados para a compreensão das percepções e dificuldades na produção do TCF, reveladas por docentes e estudantes dos cursos de mestrado profissional. Tais dados serão utilizados na composição das propostas do modelo didático e da sequência didática, sendo assim, uma pesquisa prática, a qual “se caracteriza por intervir no contexto pesquisado se apoiando em conhecimentos científicos” (Paiva, 2019, p. 11).

A análise incidirá em textos do gênero TCF produzidos nos últimos cinco anos, selecionados de repositórios científicos de diferentes universidades de todo o Brasil que ofertam os cursos de mestrado profissional, disponibilizados em acesso aberto após prova pública de defesa e autorização para publicação. Tais trabalhos de conclusão devem atender os requisitos demandados pelos respectivos programas de pós-graduação e apresentar uma proposta de intervenção a ser aplicada na prática laboral de sua área do conhecimento.

Considerando, ainda, que o TCF resulta de uma complexa rede de práticas discursivas em que a dissertação de mestrado e o relatório de estágio também se inserem, estabelecendo, assim, uma íntima relação entre eles, a investigação incluirá complementarmente uma comparação de textos dos três gêneros. Para a análise ancorada na abordagem multiteórica aqui proposta, seguiremos as etapas seguintes:

- a) Seleção de 10 trabalhos de conclusão final de cada uma das áreas do conhecimento, com o intuito de identificar as suas propriedades genológicas;
- b) Análise das dimensões composicionais, temáticas e estilísticas dos exemplares do TCF, considerando também seus aspectos contextuais, discursivos, retóricos, pragmáticos, sociossemióticos e dialógicos;
- c) Comparação dos resultados encontrados na fase anterior entre as amostras dos campos das Ciências, Tecnologias, Engenharias e Matemática (STEM) e das Ciências Sociais e Humanas (CSH), com o objetivo de encontrar potenciais similaridades e diferenças que possam fornecer elementos relevantes para a composição do modelo didático a ser proposto ao final da pesquisa;
- d) Confrontação entre 5 exemplares do gênero TCF e 5 exemplares do gênero dissertação de mestrado de sete áreas de conhecimento selecionadas (o que perfaz 35 exemplares de cada gênero), com o propósito de comprovar se há diferenças significativas entre os dois gêneros e estabelecer, assim, a existência autônoma de cada um deles (Freadman, 2005).
- e) Comparação de 5 exemplares do gênero TCF com 5 exemplares do gênero relatório de estágio elaborados em Portugal, de áreas do conhecimento equivalentes, para que sejam compreendidas e avaliadas possíveis similaridades e/ou diferenças entre eles.
- f) Elaboração de propostas de um modelo didático e de uma sequência didática do gênero TCF, com base nos resultados da análise efetuada e considerando os dados extraídos do questionário aplicado aos estudantes e docentes.

O enquadramento multiteórico em que assenta a investigação e a metodologia adotada e aqui explicitada estão em consonância com o tema deste estudo e com os objetivos formulados. cremos, por isso, que o desenho da pesquisa permitirá testar a hipótese de trabalho considerada e dar uma resposta válida ao problema identificado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa de doutorado funda-se na identificação de um novo gênero acadêmico – o Trabalho de Conclusão Final (TCF) – que ainda não foi devidamente estudado. Desse modo, procuraremos descrever e sistematizar as suas principais propriedades, assim como proceder a uma análise comparativa com outros gêneros próximos, como a dissertação de mestrado e o relatório de estágio.

Concluídas as etapas de levantamento bibliográfico e de coleta e análise de *corpus* e adotando um quadro teórico complexo, esperamos poder evidenciar as especificidades do TCF como um gênero do discurso em emergência, intimamente relacionado à dissertação de mestrado e ao relatório de estágio, mas que apresenta propriedades genológicas particulares, ainda que todos configurem igualmente pré-requisitos para conclusão de curso e obtenção do grau acadêmico de mestre. De seguida, serão propostos um modelo didático e uma sequência didática que possam promover novas práticas de ensino e aprendizagem da escrita, recepção e compreensão desse gênero, com vistas a melhorias nas competências linguístico-discursivas dos membros da comunidade discursiva acadêmica que o usam. Corroboramos, assim, a ideia de que o ensino dos gêneros deve congrega características como as elencadas por Devitt (2009):

Seeing genres as things, with elements that have purposes rather than rules, opens students to see genres as created by people to achieve aims, not just as pre-existing and irrevocable constructs into which they must fit. Seeing genres as processes, which emerge and change, is a second component for the curriculum. And seeing genres as serving the aims of groups, institutions, and cultures is the third component. Combined, these three elements help students to understand genres as created, dynamic, and ideological constructs. (p. 351-352)

Esperamos, portanto, que esta pesquisa colabore para a concretização da postura investigativa que privilegia a convergência de teorias e concepções linguísticas e interdisciplinares acerca dos estudos sobre gêneros do discurso. Além disso, almejamos que promova uma reflexão a respeito da emergência de novas práticas languageiras no ambiente acadêmico, como o TCF, que consiste em uma escrita voltada para a produção de investigações que aliam uma perspectiva teórica a uma prática focada no desempenho laboral.

Por fim, mas igualmente importante, apoiamo-nos na ideia de que a linguagem verbal, em seu caráter, ao mesmo tempo, plural e singular, social e individual, deve ser vista dialógica e interacionalmente a partir de suas múltiplas nuances e perspectivas, não apenas como um código linguístico, mas também estreitamente vinculada às subjetividades de seus interlocutores e aos contextos sociais, históricos e culturais em que é usada.

REFERÊNCIAS

- Adam, J.-M. (2001). En finir avec les types de textes. In M. Ballabriga (Ed.), *Analyse des discours. Types et genres: Communications et interprétation* (pp. 25-43). EUS.
- Adam, J.-M. (2008). *A Linguística Textual: Introdução à análise textual dos discursos*. Cortez.
- Adam, J.-M. (2019 (1992)). *Textos: Tipos e protótipos*. Contexto.
- Adam, J.-M. (2022). *A noção de texto*. EDUFRN.
- Bakhtin, M. (1986). *Speech genres and other late essays*. University of Texas Press.
- Bakhtin, M. (1997 (1979)). *Estética da criação verbal*. Martins Fontes.
- Bazerman, C. (2005). Atos de fala, gêneros textuais e sistemas de atividade: como os textos organizam atividades e pessoas. In C. Bazerman, *Gêneros textuais, tipificação e interação* (pp. 19-46). Cortez.
- Bazerman, C., Little, J., Bethel, L., Chavkin, T., Fouquette, D., & Garufis, J. (2005). *Reference guide to Writing Across the Curriculum*. Parlor Press. https://wac.colostate.edu/docs/books/bazerman_wac/wac.pdf
- Bezerra, B. G. (2022). *O gênero como ele é (e como não é)*. Parábola Editorial.
- Bezerra, B. G., & Pereira, M. L. dos. S. (2020). Apreensão e emergência de gêneros acadêmicos: O trabalho final do PROFletras. *D.E.L.T.A.* 36(4), 1-24.
- Bhatia, V. K. (2012). Interdiscursivity in Academic Genres. In C. Berkenkotter, V. K. Bhatia, & M. Gotti (Eds.), *Insight into academic genres* (pp. 47-65). Peter Lang.
- Bhatia, V. K. (2014). *Worlds of written discourse: A genre-based view*. Bloomsbury.
- Bhatia, V. K. (2015). Genre analysis: The state of the art. *International Journal of Language Studies*, 9(2), 121-130.
- Bronckart, J.-P. (2006 (1997)). *Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano*. Mercado das Letras.
- Bunton, D. (2002). Generic moves in PhD Thesis Introductions. In J. Flowerdew (Ed.), *Academic Discourse* (pp. 57-75). Pearson Education
- Bunton, D. (2005). The structure of PhD Conclusion chapters. *Journal of English for Academic Purposes*, 4, 207-224.
- CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (2019). *Mestrado Profissional: O que é?* <https://www.gov.br/capes/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/avaliacao-o-que-e/sobre-a-avaliacao-conceitos-processos-e-normas/mestrado-profissional-o-que-e>

- Devitt, A. J. (2004). *Writing genres*. Southern Illinois University Press.
- Devitt, A. J. (2009). Teaching critical genre awareness. In C. Bazerman, A. Bonini, & D. Figueiredo (Eds.), *Genre in a Changing World* (pp. 337-351). The WAC Clearinghouse. <https://doi.org/10.37514/PER-B.2009.2324.2.17>
- Dolz, J., Noverraz, M., & Schneuwly, B. (2004). Sequências didáticas para o oral e a escrita: Apresentação de um procedimento. In B. Schneuwly, & J. Dolz, *Gêneros escritos e orais* (s.p.). Mercado das Letras.
- Fairclough, N. (2003). *Analysing Discourse: Textual analysis for social research*. Routledge.
- Fairclough, N. (2011). Discursive hybridity and social change in Critical Discourse Analysis. In S. Sarangi, V. Polese, & G. Caliendo (Eds.), *Genre(s) on the move. Hybridization and discourse change in specialized communication* (pp. 11-26). Edizioni Scientifiche Italiane.
- Freadman, A. (2005). Anyone for tennis? In A. Freedman, & P. Medway, *Genre and the New Rethoric* (pp. 37-55). Taylor & Francis.
- Gerhardt, T. E., & Silveira, D. T. (Orgs.). (2009). *Manual de pesquisa*. Editora da UFRGS.
- Maingueneau, D. (2002). Analysis of an academic genre. *Discourse Studies*, 4(3), 319-341. <https://doi.org/10.1177/14614456020040030401>
- Maingueneau, D. (2015 (2014)). *Discurso e análise do discurso*. Parábola Editorial.
- Miller, C. R. (1984). Genre as social action. *Quartely Journal of Speech*, 70, 151-167.
- Miller, C. R. (2012). *Gênero textual, agência e tecnologia*. Parábola Editorial.
- Miller, C. R. (2016). Genre innovation: Evolution, emergence, or something else? *The Journal of Media Innovations*, 3(2), 4-19. <https://doi.org/10.5617/jmi.v3i2.2432>
- Miller, C. R. (2017). Where Do Genres Come From?. In C. R. Miller, & A. R. Kelly (Eds.), *Emerging Genres in New Media Environments* (pp. 1-34). Palgrave MacMillan.
- Nguyen, T. T. L., & Pramoolsook, I. (2014). Rhetorical structure of introduction chapters written by novice Vietnamese TESOL postgraduates. *3L: The Southeast Asian Journal of English Language Studies*, 20(1), 61-74.
- Nguyen, T. T. L., & Pramoolsook, I. (2016). Master's Theses Written by Vietnamese and International Writers: Rhetorical Structure Variations. *The Asian ESP Journal*, 12(1), 106-127.
- Paiva, V. L. M. de O. (2019). *Manual de pesquisa em estudos linguísticos*. Parábola Editorial.
- Ren, H., & Li, W. (2011). A Comparison Study on the Rhetorical Moves of Abstracts in Published Research Articles and Master's Foreign-language Theses. *English Language Teaching*, 4(1), 162-166.

Santos, J. V., & Silva, P. N. (2023). Discurso, Texto e Género: Abordagens díspares ou complementares? *REDIS: Revista de Estudos do Discurso*, 13, 261-294. <https://doi.org/10.21747/21833958/red13a9>

Schneuwly, B., & Dolz, J. (2004). *Gêneros escritos e orais*. Mercado das Letras.

Silva, P. N. (2020). Redes, cadeias, sistemas e reportórios: Sobre as relações entre géneros. *Linguística*, 15, 95-134.

Swales, J. (1990). *Genre Analysis: English in Academic and Research Settings*. Cambridge UP.

Swales, J. (2004). *Research genres: Explorations and applications*. Cambridge UP.

A VITALIDADE DA LÍNGUA GESTUAL COMO LÍNGUA MINORITÁRIA: O PAPEL DO PLANEAMENTO DO ESTATUTO E DO PRESTÍGIO

The vitality of sign language as a minority language: the role of status and prestige planning

Filipe Venade de Sousa

RESUMO

A vitalidade da língua gestual, como língua minoritária, é respaldada por motivos sociopolíticos, culturais e ideológicos que condicionam o seu reconhecimento e uso. Este trabalho analisa a função do planeamento do estatuto e do prestígio no reconhecimento e valorização da Língua Gestual Portuguesa (LGP). Historicamente relegada a uma posição subalterna, a LGP tem conquistado progressivamente reconhecimento legal e visibilidade social, contudo, persistem desafios, nomeadamente a ausência de políticas linguísticas sólidas e a prevalência de concepções patologizantes da surdez. O prestígio da LGP está intrinsecamente ligado à forma como é percecionada pela sociedade e à sua presença nos meios de comunicação, na educação e nas instituições públicas. Paralelamente, o planeamento do estatuto – que abrange o reconhecimento legal e institucional da língua – é essencial para garantir os direitos linguísticos da comunidade surda. A vitalidade linguística da LGP não se resume ao seu uso quotidiano, exigindo medidas estruturadas e coordenadas que promovam a língua enquanto expressão legítima de identidade cultural e comunicação. Neste enquadramento, políticas linguísticas eficazes são fundamentais para assegurar a sustentabilidade da LGP como parte integrante do património linguístico e cultural português.

Palavras-chave: Vitalidade linguística; planeamento do estatuto; prestígio linguístico; Língua Gestual Portuguesa

ABSTRACT

The vitality of sign language, as a minority language, is shaped by sociopolitical, cultural, and ideological factors that affect its recognition and use. This study examines the role of status planning and prestige in the maintenance and promotion of Portuguese Sign Language (LGP). Historically marginalised, LGP has gradually gained legal recognition and social visibility; however, several challenges remain, particularly the lack of coherent language policies and the persistence of pathological conceptions of deafness. The prestige of LGP is closely tied to public perception and its presence in media,

education, and official institutions. Simultaneously, status planning — referring to the legal and institutional recognition of the language—is crucial to securing the linguistic rights of the Deaf community. Linguistic vitality goes beyond daily usage, requiring structured and coordinated efforts to support the language as a legitimate means of communication and cultural identity. In this context, effective language policies are essential to ensure the sustainability and full integration of LGP as a valued component of Portugal's linguistic and cultural heritage.

Keywords: *linguistic vitality; status planning; linguistic prestige; Portuguese Sign Language*

1. INTRODUÇÃO

Como observa Margarita Correia (2020):

“As línguas gestuais são um objeto de estudo extraordinário para os linguistas: além de constituírem línguas com gramáticas e léxicos específicos, mas sem sons, o seu surgimento propicia a oportunidade de assistir ao nascimento e primeiras fases de desenvolvimento de línguas naturais, levando a (re)pensar e a (re)discutir princípios básicos da ciência linguística. Precisamos, contudo, de não esquecer que, mais do que objetos de investigação, as línguas gestuais pertencem primeiramente e são essenciais às comunidades que as criaram e usam. Cuidemos, pois, de aprender a ouvir e a respeitar o que os seus gestuantes têm a dizer.”

Partindo desta perspetiva, o presente estudo propõe-se analisar o estatuto político-linguístico da Língua Gestual Portuguesa (LGP), situando-a no quadro geral da Política e Planeamento Linguístico (PPL). Pretende-se compreender de que modo o reconhecimento e a valorização da LGP têm evoluído em Portugal, bem como identificar os desafios sociais que persistem na sua plena implementação.

O artigo parte da premissa de que as línguas gestuais ocupam, em muitos contextos, o lugar de línguas minoritárias, entendidas aqui não apenas em termos numéricos, mas sobretudo sociopolíticos: são línguas utilizadas por comunidades surdas que historicamente se encontram em posição de desigualdade face às línguas dominantes, sendo frequentemente desprovidas de acesso equitativo aos domínios da vida quotidiana. Neste sentido, o conceito de *língua minoritária* é aqui entendido de forma relacional, enfatizando a assimetria de poder e o estatuto sociolinguístico que condiciona a vitalidade social das línguas. Tal enquadramento permite situar a LGP entre as línguas minoritárias europeias, enquanto reconhece as suas especificidades enquanto língua visuo-espacial e enquanto expressão marcadamente cultural de uma comunidade linguística.

Historicamente, as línguas gestuais foram relegadas a uma posição de subalternidade relativamente às línguas faladas, que impuseram políticas repressivas em prol da oralidade. A partir do final do século XX, intensificaram-se os interesses em torno das políticas linguísticas relacionadas com as línguas gestuais (Reagan, 2010), marcadas pelo reconhecimento legal e pela necessidade de implementar ações concretas, especialmente no domínio do ensino.

As línguas gestuais têm sido objeto de investigação no que concerne ao reconhecimento legal e às suas implicações nas políticas linguísticas. Dada a sua natureza minoritária, a relação entre as línguas gestuais e a sociedade dominante assenta, frequentemente, numa abordagem centrada na língua falada. As comunidades surdas reivindicam a viabilidade das suas línguas através de políticas linguísticas (e.g., De Meulder, 2016).

As questões inerentes à PPL das línguas gestuais emergem, muitas vezes, de forma *ad hoc* (Quer & Quadros, 2015), e o objetivo destas políticas nem sempre se coaduna com as expectativas das comunidades surdas, encarando as línguas gestuais como um problema a resolver (Ruiz, 1984, 1990), em vez de as tratar como qualquer outra questão de política linguística (e.g., Reagan, 2019). A existência de políticas linguísticas para línguas gestuais pode ser benéfica na implementação de medidas por parte das autoridades e associações (e.g., Associação de Língua e Cultura Mirandesa), influenciando as realidades sociolinguísticas. Neste contexto, o estudo procura refletir e explorar a relação entre o enquadramento teórico da PPL e as línguas gestuais, considerando as suas especificidades. Em Portugal, a escassez de literatura sobre políticas linguísticas das línguas minoritárias, como a LGP, sublinha a relevância desta investigação. Por conseguinte, a presente pesquisa visa contribuir para a teoria aplicada da PPL no âmbito da LGP, colmatando uma lacuna existente no panorama português.

2. CONCEÇÃO E MULTIFUNCIONALIDADE DA PPL: O CASO DA LGP

Reconhecendo a sua natureza polissémica e multifuncional, a PPL considera a diversidade de finalidades, tipos e níveis de intervenção, desde abordagens *macro* (estatal) e *micro* (sociedade civil) (Pinto, 2010, p. 49), embora os conceitos sejam aplicáveis às línguas gestuais, com contextos adaptados.

O reconhecimento das línguas gestuais como línguas de pleno direito, dotadas de propriedades linguísticas inerentes, foi um marco atingido apenas a partir da década de 1980. A conquista foi impulsionada por estudos que sublinharam a relevância linguística e cultural destas línguas para a comunidade surda (Knoors & Marschark, 2012; Murray, 2015). Ao analisarmos a literatura científica sobre línguas gestuais, percebemos que a teoria aplicada das políticas linguísticas encontra a sua pedra angular na obra

seminal de Cooper (1989). Reagan (2010) oferece uma contribuição inestimável a este campo com a sua obra “Política e Planeamento Linguístico para Línguas Gestuais”, onde apresenta uma abordagem exaustiva do tema, complementada por diversos estudos igualmente pertinentes (Reagan, 2001, 2002, 2006, 2024). O autor adota a definição de planeamento linguístico de Cooper (1989, p. 45), concebendo-o como um esforço consciente para influenciar o comportamento em relação à aquisição, estrutura ou alocação funcional dos códigos linguísticos. Desta forma, a política linguística surge como uma ação *deliberada* para orientar comportamentos linguísticos específicos em determinados contextos, envolvendo decisões intrinsecamente ligadas ao desenvolvimento da língua. Reagan (2010) realça que o planeamento linguístico se manifesta como uma *atividade sociolinguística aplicada*, capaz de atuar tanto como instrumento de emancipação e libertação, quanto de opressão e dominação. O histórico Congresso de Milão, em 1880, é um exemplo claro desta dinâmica, personificando a repressão das línguas gestuais em favor das línguas faladas, com particular impacto no contexto educativo.

As Políticas de Planeamento Linguístico (PPL) das línguas gestuais partilham características essenciais com as políticas das línguas faladas. No entanto, distinguem-se simultaneamente devido à sua especificidade sociopolítica e sociolinguística, que considera a “natureza complexa de qualquer comunidade na qual a língua gestual é utilizada como língua vernácula”¹ (Reagan, 2024). Neste contexto, um número significativo de pessoas surdas coexiste com falantes da língua dominante, assumindo o papel de defensores do reconhecimento legal das suas línguas gestuais, com o objetivo de satisfazer as suas legítimas expectativas e necessidades.

Para além da contribuição de Reagan, De Meulder (2016) destaca-se como uma figura proeminente neste campo de estudo. Baseia-se na afirmação de Cooper (1989, p. 41), segundo a qual o planeamento linguístico constitui “um assunto confuso, *ad hoc*, aleatório e emocionalmente motivado”² no contexto específico das línguas gestuais. Paralelamente, Quer e de Quadros (2015, p. 136) defendem que o planeamento linguístico destas línguas ocorre de forma *ad hoc*, em resposta a necessidades práticas emergentes, representando uma intervenção social no seio da comunidade. Esta intervenção traduz-se numa “intervenção ao nível da língua”, que determina decisões sobre a utilização de línguas em diferentes domínios nos países em questão. Para os autores, a política linguística persegue objetivos distintos, dependendo dos fundamentos ideológicos que motivam a intervenção social ao nível da língua. Em contrapartida, o planeamento linguístico orienta e desenvolve atividades em consonância com as decisões políticas tomadas, as quais podem, por vezes, divergir dos interesses

¹ Tradução nossa de ““complex nature of any community in which a SL is used as a vernacular Language” (Reagan, 2024, p. 537).

² Tradução nossa de ““a messy affair, ad hoc, haphazard, and emotionally driven” (Cooper, 1989, p. 41).

das comunidades relativamente ao uso da língua. A complexidade inerente ao planeamento linguístico abrange não apenas questões de índole linguística, mas também aspetos sociais que afetam o quotidiano da comunidade e, primordialmente, as posições políticas a ela associadas (Quer & Quadros, 2015).

Para Sousa (2022, p. 147), a política linguística da LGP é um “constructo multifuncional” que sustenta, pelo menos, dois aspetos fundamentais. Em primeiro lugar, engloba um conjunto de princípios e posições ideológicas sobre a LGP como uma questão sociolinguística e o seu papel na comunidade linguística. Em segundo lugar, compreende o conjunto de medidas linguísticas (e sociolinguísticas e legais) adotadas pelas autoridades públicas para as funções sociolinguísticas da língua, por meio de PPL, com diversos graus de intervenções sociopolíticas (p. 147). Segundo o autor, a política linguística é perspectivada de maneira multifuncional no sentido interativo e dialógico entre as autoridades públicas e as entidades representativas da comunidade surda. Esse diálogo colaborativo visa desenvolver medidas em favor da língua. O seu objetivo é alcançar a “normalidade linguística” da LGP, consolidando o reconhecimento legal do *status* da língua, aprofundando o *corpus* da LGP, promovendo a aquisição da língua no sistema educativo e elevando o prestígio da língua na sociedade portuguesa. A expressão “normalidade linguística” implica assegurar a vitalidade e sustentabilidade da vida sociolinguística da LGP na comunidade linguística e na sociedade em geral (p. 155).

Consequentemente, a política pública da LGP procura consolidar a sua relevância sociolinguística enquanto instrumento de coesão na comunidade surda e, simultaneamente, enquanto língua minoritária integrante da sociedade portuguesa. Para concretizar este objetivo, torna-se imperativo, por exemplo, o desenvolvimento de instrumentos regulatórios que enquadrem e uniformizem os aspetos lexicológicos e terminológicos da LGP. Um exemplo concreto seria a criação ou fortalecimento de um organismo público, como o Núcleo para a Língua Gestual Portuguesa,³ com funções relevantes para promover a presença vital da LGP na sociedade. Enquanto língua minoritária, a LGP necessita de medidas de (re)vitalização, tanto no seio da sua comunidade como na sociedade portuguesa em geral. A sua vitalidade sociolinguística está intrinsecamente ligada à preservação, manutenção, promoção e desenvolvimento contínuo da língua entre os seus utilizadores. O uso da LGP transcende a mera função de comunicação, constituindo-se como um referencial cultural e linguístico bilingue.

³ Disponível em: <https://www.inr.pt/pt/nucleo-para-a-lingua-gestual-portuguesa>

2.1. Planeamento do Estatuto

2.1.1. Sentido e alcance do estatuto da língua e a oficialidade legal do seu uso

De forma geral, Pinto (2010, p. 49) explica que o *planeamento do estatuto* diz respeito à distribuição funcional das variedades linguísticas, isto é, à seleção do “código ou norma a adoptar nos diferentes domínios sociolinguísticos”, tendo como objetivo “alargar ou restringir a sua utilização nessa comunidade”. Em consequência, a “formalização das decisões tomadas relativamente ao estatuto de cada língua na sociedade pode resultar na oficialização, na nacionalização ou na proibição de uma ou mais línguas” (pp. 49-50).

A designação de uma *língua oficial* constitui um exemplo paradigmático desse processo (Reagan, 2010, p. 50). O conceito de *oficialidade* é multifacetado e complexo. Pinto (2010, p. 51) define a oficialização do estatuto de uma língua como “todo o tipo de reconhecimento oficial de uma língua, independentemente de ela se tornar língua oficial”. O autor sublinha ainda que, embora o reconhecimento constitucional da LGP constitua um marco sem precedentes em Portugal, não equivale a uma oficialização plena (pp. 52, 57).

No caso das línguas gestuais, como em qualquer outra, este tipo de planeamento centra-se em questões sociais e políticas externas à língua (Reagan, 2010, p. 50; 2024, p. 538), determinando, por parte do Estado, quais podem ser utilizadas em contextos específicos. O estatuto está intimamente ligado ao reconhecimento legal, questionando-se se elas devem, ou não, possuir um estatuto oficial, e em que medida este se estabelece de forma simétrica ou assimétrica em relação às línguas faladas (Sousa, 2025). De Meulder (2016) propõe uma categorização das legislações relativas às línguas gestuais, enquanto Reagan (2006, p. 332) ilustra o planeamento do estatuto com exemplos concretos. Consequentemente, o planeamento do estatuto traduz-se, assim, na definição de políticas e ações que visam alcançar diferentes graus de reconhecimento e de funcionalidade político-linguística. Este tipo de planeamento assume um papel central nas políticas linguísticas, ao permitir delinear níveis diferenciados de implementação que garantam o cumprimento das várias funções associadas ao estatuto legal das línguas gestuais.

2.1.2. Considerações estatutárias sobre a LGP

A LGP é constitucionalmente reconhecida pela Constituição da República Portuguesa (CRP). Este reconhecimento confere-lhe um estatuto sociolinguístico funcional, tanto

como meio de comunicação quanto como elemento identitário da comunidade surda. O planeamento do estatuto da LGP envolve, assim, o reconhecimento das suas funções sociais e comunicativas e a definição de ações políticas adequadas ao nível de estatuto que se pretende consolidar.

A expressão “língua oficial” surge em diversos documentos legais que se seguiram à consagração constitucional. Por exemplo, o Despacho n.º 7520/98 (Ministério da Educação, 1998) estabelece que “é fundamental assegurar, a nível do ensino, um processo que, simultaneamente, dê acesso ao domínio da língua gestual portuguesa como forma de comunicação privilegiada e ao domínio do português escrito como forma de alargamento da comunicação e como instrumento de aprendizagem” (p. 6084).

De forma semelhante, o Programa Curricular de LGP para o Ensino Básico, homologado pelo Ministério da Educação (2008), declara que “a LGP é a língua oficial da Comunidade Surda Portuguesa, a língua que, por direito, deve ser dada à criança Surda como língua materna e ao aluno Surdo como língua de escolarização. A LGP é decisiva para o seu desenvolvimento individual, no acesso ao conhecimento, no relacionamento social, no sucesso escolar e profissional e no exercício pleno da cidadania” (pp. 29-30).

O Decreto-Lei n.º 16/2018 reforça este enquadramento ao reconhecer explicitamente, no seu preâmbulo, que “na revisão constitucional de 1997, a Constituição da República Portuguesa, passou a consagrar expressamente a Língua Gestual Portuguesa (LGP) enquanto língua oficial, na sua atual alínea h) do n.º 2 do artigo 74.º, numa altura em que não era generalizado o reconhecimento constitucional das línguas gestuais ao nível mundial” (República Portuguesa, 2018, p. 1193).

O planeamento do estatuto da LGP encontra-se, portanto, estreitamente ligado ao conceito de oficialidade linguística, uma categoria jurídica sustentada pelas prerrogativas políticas do Estado, que reconhece a LGP como meio legítimo de comunicação. Do ponto de vista jurídico, tanto a CRP como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) impõem ao Estado a obrigação de proteger e valorizar a LGP enquanto expressão cultural e instrumento de acesso à igualdade e à educação. Assim, a LGP é reconhecida como língua de pleno direito, com efeitos jurídicos inerentes.

O planeamento do estatuto da LGP visa, em última instância, garantir a sua vitalidade e transmissão intergeracional, prevenindo o declínio do seu uso e promovendo a sua difusão na sociedade portuguesa. Este processo deve articular-se com os princípios consagrados na CDPD e na Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996), assegurando a coerência entre as políticas nacionais e os compromissos internacionais.

A LGP é, assim, uma língua multifuncionalmente determinada, com impacto em todas

as dimensões da vida quotidiana das pessoas surdas e na sociedade portuguesa em geral. O Estado tem, por conseguinte, o dever constitucional de valorizar, proteger e difundir a LGP, garantindo o seu estatuto funcional e evitando a sua marginalização ou desvalorização. A promoção da LGP, enquanto língua de cidadania e de inclusão, deve ser vista como um imperativo político e cultural, essencial para o fortalecimento da diversidade linguística nacional.

2.2. Planeamento do Prestígio

De acordo com Pinto (2010, p. 75), o *planeamento do prestígio* encontra-se estreitamente interligado com os planeamentos do estatuto, do *corpus* e da aprendizagem, sendo constituído por “medidas que conferem prestígio à língua ou variedade linguística que é objecto da medida (planeamento do prestígio)”. Trata-se, essencialmente, de atividades que promovem o uso da língua em contextos formais e socialmente valorizados, tanto a nível nacional como internacional.

O objetivo central do planeamento do prestígio é modificar as atitudes sociais e institucionais em relação a uma língua, promovendo uma perceção positiva da sua legitimidade e do seu valor simbólico (Reagan, 2022, p. 176; 2024, p. 541). No caso das línguas gestuais, este tipo de planeamento procura demonstrar que estas são línguas de pleno direito, com estrutura linguística própria e importância cultural e identitária.

O planeamento implica, por exemplo, a implementação de programas de educação bilingue que reconhecem a LGP como língua de instrução e de aprendizagem para alunos surdos, em paralelo com o português escrito. Em Portugal, este modelo tem vindo a ser gradualmente aplicado em algumas escolas públicas com unidades de ensino bilingue, como nas Escolas de Referência para a Educação Bilingue de Alunos Surdos (EREBAS), criadas pelo Decreto-Lei n.º 3/2008. Nestes contextos, a LGP é usada como língua de ensino, comunicação e identidade, promovendo o reconhecimento do seu valor social e educativo.

Outra dimensão fundamental do prestígio da LGP está associada à formação e certificação de intérpretes profissionais (e.g. Lei n.º 89/99) e professores de LGP (e.g. Decreto-lei n.º 16/2018), que garante a presença qualificada da língua em múltiplos contextos institucionais – tribunais, universidades, serviços públicos e meios de comunicação. Programas de formação superior em LGP e Interpretação, como os oferecidos pelas Escolas Superiores de Educação dos Institutos Politécnicos de Setúbal, Porto e Coimbra ou pela Universidade Católica Portuguesa, têm contribuído significativamente para reforçar a visibilidade académica e científica do uso da LGP.

O planeamento do prestígio também se concretiza através da presença da LGP nos

meios de comunicação social e culturais. A RTP, por exemplo, assegura a interpretação em LGP de noticiários e eventos de interesse público, especialmente durante transmissões oficiais, debates eleitorais e comunicações governamentais. Também os programas televisivos sobre a evolução da LGP,⁴ a Semana Internacional das Pessoas Surdas⁵ e a produção de conteúdos literários e artísticos em LGP (como poesia visual e teatro gestual) têm contribuído para ampliar o prestígio simbólico da língua e valorizar a sua dimensão estética e criativa.

O planeamento do prestígio deve, assim, constituir uma estratégia integrada e contínua, articulada com o planeamento do estatuto, do *corpus* e da aquisição. Entre as medidas recomendadas, destacam-se: a expansão dos programas de ensino bilingue nas escolas públicas; o reforço da formação de docentes e intérpretes de LGP; o aumento da presença regular da LGP nos meios de comunicação social e digitais; a criação de bolsas e programas de incentivo à investigação e à criação artística em LGP; e a promoção de campanhas de sensibilização pública sobre o valor linguístico e cultural da LGP. O prestígio da LGP deve ser construído de forma intelectualmente cativante e culturalmente dinâmica, permitindo que o seu valor simbólico se traduza em reconhecimento social efetivo. Nesse sentido, a difusão da LGP em contextos mediáticos, educativos e científicos constitui um instrumento decisivo para captar a atenção do público e afirmar a LGP como uma língua identitária da comunidade surda e parte integrante do património linguístico e cultural português.

3. A LÍNGUA GESTUAL PORTUGUESA E AS LÍNGUAS MINORITÁRIAS PORTUGUESAS

3.1. Conceito e categorização da língua minoritária

Categorizar uma língua minoritária é uma questão política. Legalmente, uma língua minoritária é definida no artigo 1.º da Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias (CELRM) (Conselho da Europa, 1992). Esta definição apresenta três critérios relevantes: *ratione loci*, *personae* e *materiae*. Assim, são línguas “utilizadas tradicionalmente num determinado território de um Estado por nacionais desse Estado que constituam um grupo numericamente inferior à restante população do mesmo Estado”. Além disso, são línguas “diferentes da(s) língua(s) oficial(is) desse Estado”.

O conceito de língua minoritária é frequentemente omissivo devido à definição mínima e flexível do CELRM. Inclui, em particular, línguas que têm uma ligação histórica e tradicional com a utilização de uma determinada língua no espaço europeu, que

⁴ Disponível em: <https://ensina.rtp.pt/artigo/evolucao-da-lingua-gestual-portuguesa/>

⁵ Disponível em: https://www.inr.pt/noticias/-/journal_content/56/11309/1122907

podem ser línguas com uma base territorial suficientemente delimitada, e também línguas não territoriais, ou seja, sem uma área geográfica específica dentro do território do Estado. É importante realçar que estas são as línguas tradicionalmente utilizadas dentro do território de um Estado e que o CELRM procura salvaguardar o património cultural europeu. Estas línguas são tradicionalmente utilizadas pelos “nacionais desse Estado”.

No contexto das línguas minoritárias em Portugal, a LGP, o mirandês e o barranquenho são reconhecidos legalmente, embora cada uma enfrente diferentes impactos e visibilidades sociopolíticas e socioculturais distintas.

O barranquenho é legalmente reconhecido pela Lei n.º 97/2021 (Assembleia da República, 2021), que garante “o direito a cultivar e promover o Barranquenho, enquanto veículo de transmissão do património cultural imaterial, instrumento de comunicação e elemento de reforço de identidade da população de Barrancos” (cf. Artigo 2.º). Correia (2019) salienta preocupações urgentes relacionadas com o *status* e o *corpus* do barranquenho, identificando necessidades cruciais para a sua preservação. Sanchez-Elez e Gonçalves (2020) complementam esses estudos, oferecendo um exemplo crucial para reflexão, comparação e desenvolvimento de medidas relacionadas com a LGP. A situação do barranquenho requer a implementação de medidas eficazes para revitalizar e preservar a sua riqueza linguística, incluindo a promoção da consciencialização linguística entre os falantes sobre a importância desta língua minoritária (2020, pp. 186-187).

Quanto ao mirandês, é reconhecido como língua oficial e territorialmente circunscrito à zona de Terras de Miranda, conforme a Lei n.º 7/1999 (Assembleia da República, 1999), que visa o reconhecimento e a promoção da língua mirandesa. A Associação da Língua e Cultura Mirandesa apresentou o *Roteiro para a Língua Mirandesa* (2021), uma estratégia revitalizadora destinada a essa língua minoritária. Ademais, a Universidade de Vigo conduziu o primeiro estudo sociolinguístico sobre o mirandês (Costas, 2022), concluindo que a língua enfrenta um “grave perigo de desaparecer” (Costas, 2022, p. 187), e recomenda medidas urgentes para garantir a sua vitalidade. Estes exemplos destacam a importância de estudos sociolinguísticos para a LGP, visando diagnosticar o estado da língua e orientar decisões relacionadas com as políticas linguísticas e os planos de revitalização.

Por seu turno, a LGP é juridicamente reconhecida com tutela constitucional desta língua no ordenamento jurídico português, introduzindo a norma específica no artigo 74.º, número 2, alínea h), que estipula: “proteger e valorizar a língua gestual portuguesa, enquanto expressão cultural e instrumento de acesso à educação e igualdade de oportunidades” (**Assembleia da República**, 1976). O reconhecimento constitucional da LGP não apenas oficializou a sua posição no ordenamento jurídico português, mas

também garantiu direitos no contexto educativo, promovendo o desenvolvimento bilingue da língua de ensino e aprendizagem em LGP. Tal é crucial para a identidade cultural e linguística das pessoas surdas, assegurando a plena participação na sociedade em igualdade de condições com os demais cidadãos.

À luz da definição da CELRM, a LGP cumpre todos estes requisitos. É uma língua histórica que surgiu no século XIX, sendo os primeiros registos formais que indicam a origem e o desenvolvimento da língua dos surdos (Sousa, 2024). É, de facto, uma língua tipicamente portuguesa, com uma presença histórica e tradicionalmente utilizada por aproximadamente 15.000 surdos e, em geral, por utilizadores de LGP que mantêm uma interação ativa e dinâmica com a comunidade surda portuguesa em todo o território nacional. E tem uma base territorial claramente delimitada. A LGP atende, sobretudo, ao critério geográfico, aproximando-se particularmente das características de uma *língua não territorial*. Consequentemente, o pequeno número de utilizadores também cumpre o critério numérico comparável aos falantes de outras línguas. E, mais importante, a LGP é distinta do português. A LGP é, pois, de facto, uma língua minoritária no sentido de a sua presença e difusão sociolinguística serem distintas do português. Consequentemente, a LGP é distinta da língua oficial do Estado, o português, e possui um estatuto constitucional próprio que consagra o reconhecimento de facto da diversidade linguística portuguesa. A LGP não é um dialeto do português, pelo contrário, é uma língua autónoma com propriedades históricas e linguísticas próprias, cientificamente validadas.

3.2. As políticas públicas em prol da LGP

A evolução das políticas públicas relativas à LGP reflete um percurso gradual de reconhecimento, valorização e institucionalização da língua e da comunidade surda em Portugal. Witches et al. (2017) analisam o impacto do reconhecimento constitucional da LGP e levantam questões importantes sobre como fortalecer o papel pleno da LGP após duas décadas de reconhecimento. Eles utilizam a definição de política linguística de Calvet (2007, p. 11), que a entende como a “determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e as sociedades”. Os autores exploram a relação entre a língua e o poder, destacando a questão crucial do *status* privilegiado da língua para o Estado no caso da LGP, referindo-se à “necessidade da unificação linguística planeada” (2017, p. 42).

Estes autores questionam se a LGP é desvalorizada em comparação com a língua falada. Apesar de reconhecerem que as línguas gestuais “gozam de direitos nunca antes alcançados graças a um conjunto de esforços académicos, sociais e políticos” (2017, p. 42), alertam que a LGP é caracterizada como uma forma de expressão e

instrumento de acessibilidade, mas a língua portuguesa permanece a condição de língua oficial do Estado, conforme estabelecido pela Constituição, sendo uma língua vernácula e oral (2017, p. 42). Eles destacam que a LGP muitas vezes está à sombra da língua portuguesa nos documentos oficiais que regulam a educação de surdos, havendo um risco de entendimento de que a LGP seja linguisticamente insuficiente e, portanto, exija outra língua como “acompanhante” (2017, pp. 42-43). Os autores defendem a necessidade do bilinguismo, que permitiria a presença da LGP sem impedir a presença da língua portuguesa como língua oficial, desempenhando o seu papel social em Portugal e contribuindo para a coesão nacional (2017, p. 43). Essa abordagem busca superar a ideia de que a LGP é inadequada como língua de pleno direito e destaca a importância de reconhecer e respeitar ambas as línguas no contexto educacional e social.

Carvalho e Mineiro (2020, p. 9) sublinham que as políticas linguísticas das línguas gestuais estão intimamente ligadas aos eventos e contextos históricos. Elas entrelaçam-se com os “sinais do tempo” e os acontecimentos no mundo. Um exemplo relevante citado é o Congresso de Milão de 1880, que teve uma influência significativa no desenvolvimento dessas políticas linguísticas, especialmente devido à sua defesa do oralismo (defesa da língua falada em vez da língua gestual). Particularmente, essas políticas linguísticas são “coerentes com este princípio do defeito sensorial é o oralismo na tentativa de abolir a diferença e de esbater a ideia de que a língua através das mãos é tão válida em termos de modalidade linguística como a língua vocal” (Carvalho & Mineiro, 2020, p. 9).

Ao longo das últimas três décadas, diversos marcos legislativos e programáticos contribuíram para a consolidação do estatuto da LGP, traduzindo-se em medidas concretas nos domínios da vida quotidiana. O reconhecimento constitucional da LGP, consagrado na revisão de 1997 da Constituição da República Portuguesa (artigo 74.º, n.º 2, alínea h), constituiu o marco inaugural da política linguística de valorização da língua gestual em Portugal. Em 2009, Portugal reforçou o seu compromisso com os direitos linguísticos das pessoas surdas ao ratificar a CDPD. O artigo 21.º da CDPD obriga os Estados a reconhecer e promover o uso das línguas gestuais, garantindo a sua presença em serviços públicos e contextos didáticos.

No âmbito educativo, o Despacho n.º 7520/98 (Ministério da Educação, 1998) determinou a necessidade de assegurar o ensino da LGP nas escolas e promover a sua difusão no sistema educativo, reconhecendo a língua como “forma de comunicação privilegiada da comunidade surda portuguesa”. Este despacho marcou o início da institucionalização da LGP no contexto escolar. Partindo dessa abordagem, as sucessivas legislações educativas – atualmente o Decreto-lei n.º 54/2018 – introduzem um avanço decisivo ao criar as Escolas de Referência para a Educação Bilingue de Alunos Surdos (EREBAS). Estas escolas adotam um modelo de ensino bilingue, no qual

a LGP é utilizada como língua de instrução e de comunicação, enquanto o português escrito é ensinado como segunda língua. O objetivo é garantir acesso equitativo à educação e promover o bilinguismo funcional dos alunos surdos. Além disso, o currículo nacional de LGP para o ensino básico e secundário, homologado em 2008, consolidou o estatuto da LGP como disciplina curricular, definindo objetivos, conteúdos e metodologias específicas para o ensino da língua a alunos surdos e ouvintes.

Paralelamente, foram implementadas medidas de formação de intérpretes e professores de LGP (Almeida, 2003), promovendo a profissionalização e a qualificação dos agentes envolvidos na sua difusão. No domínio da comunicação e da acessibilidade, as políticas públicas têm vindo a aumentar a presença da LGP nos meios de comunicação social e nos serviços públicos. A Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência (ENIPD 2021-2025) também identifica os objetivos relacionados com o uso da LGP.

Nos últimos anos, têm surgido iniciativas culturais e científicas que consolidam o papel da LGP no espaço público. A Federação Portuguesa das Associações de Surdos (FPAS) promove diversas iniciativas culturais, tal como a Semana Internacional das Pessoas Surdas, com atividades de divulgação, cinema, teatro e poesia gestual. Projetos como a Escola Virtual da LGP têm contribuído para a intelectualização e expansão funcional da língua.

4. CONCLUSÕES

A relação intrínseca entre o poder político e a língua acarreta implicações de largo alcance na formulação de políticas linguísticas e na definição dos seus objetivos primordiais. O planeamento linguístico das línguas gestuais tem vindo a revelar-se um campo de estudo fundamental, tanto pela sua relevância teórica como pelo seu impacto social. Durante um longo período histórico, estas línguas foram marginalizadas e negligenciadas, até que, já no final do século XX, conquistaram reconhecimento legal e, progressivamente, maior visibilidade nos espaços político e social. As comunidades surdas têm desempenhado um papel determinante nesse processo, pressionando o Estado e as instituições a reconhecerem o valor linguístico, cultural e identitário das suas línguas.

Em Portugal, apesar dos avanços legais e institucionais, a LGP carece ainda de políticas linguísticas abrangentes, consistentes e monitorizadas, que articulem o reconhecimento constitucional com a sua efetiva implementação nos domínios da educação, dos *media*, da cultura e da administração pública. O exemplo do *Roteiro da Língua Mirandesa* (**Associação de la Lhéngua i Cultura Mirandesa, 2021**) demonstra que é possível conjugar enquadramento jurídico e planeamento estratégico de médio e

longo prazo. Face a este panorama, recomenda-se o reforço de políticas públicas de sensibilização e valorização da LGP, através de:

- i) Programas nacionais de sensibilização pública, dirigidos a escolas, serviços públicos e meios de comunicação, com vista à promoção da LGP como língua de pleno direito;
- ii) Formação obrigatória e continuada de profissionais das áreas da educação, saúde, justiça e administração pública em princípios básicos de comunicação em LGP e cultura surda;
- iii) Criação de incentivos institucionais para a produção e difusão de conteúdos em LGP nos media e plataformas digitais; e, sobretudo,
- iv) Inclusão efetiva da LGP nos currículos escolares, promovendo uma educação bilingue e intercultural que reconheça a diversidade linguística portuguesa.

Estas medidas não visam apenas corrigir desigualdades históricas, mas também afirmar a LGP como parte integrante do património linguístico e cultural de Portugal. Assim, o presente estudo conclui que a consolidação de políticas linguísticas sustentáveis para a LGP depende da superação das resistências ideológicas que ainda persistem e da criação de estratégias que articulem a dimensão simbólica do reconhecimento com a concretização de práticas sociais e institucionais inclusivas.

REFERÊNCIAS

Almeida, M. J. (2003). Para a história da formação de intérpretes de Língua Gestual Portuguesa. *Integrar*, Janeiro/Abril.

Amaral, M. A, Coutinho, A., & Martins, M. R. D. (1994). *Para uma Gramática da Língua Gestual Portuguesa*. Caminho.

APECDA (2008). *Gestuário Digital – Língua Gestual Portuguesa*. Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P. DVD.

Assembleia da República. (1976). *Constituição da República Portuguesa* (texto consolidado). *Diário da República*. <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-aprovacao-constituicao/1976-34520775>

Assembleia da República. (1999). Lei n.º 7/1999, de 20 de fevereiro: Reconhecimento oficial de direitos linguísticos da comunidade mirandesa. *Diário da República* – 1.ª série-A, n.º 43. <https://files.diariodarepublica.pt/1s/1999/01/024a00/05740574.pdf>

Assembleia da República. (2021). Lei n.º 97/2021, de 30 de dezembro: Reconhecimento e proteção do Barranquenho e da sua identidade cultural. *Diário da República* – 1.ª série, n.º 252. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/7-1999-182838>

- Associação de la Lhéngua i Cultura Mirandesa. (2021). *Roteiro para a língua mirandesa*. Associação de la Lhéngua i Cultura Mirandesa. https://lhengua.org/wp-content/uploads/2023/05/ROTEIRO_PT.pdf
- Bispo, M., Couto, A., Clara, M. C., & Clara. L. (Eds.) (2006). *O Gesto e a Palavra I – Antologia de Textos sobre a Surdez*. Caminho.
- Bispo, M., Couto, A., Clara, M. C., & Clara. L. (Eds.) (2009). *O Gesto e a Palavra II – Antologia de Textos sobre a Surdez*. Caminho.
- Cabeza Pereiro, C., & Santos Francisco., E. (2018). Linguas de signos en el estado español: Estatus y territorialidade. *Estudos de lingüística galega*, 10, 27-39. <https://doi.org/10.15304/elg.10.4348>
- Carvalho, P. V., & Mineiro, A. (2020). Políticas Linguísticas na Educação de Surdos em Portugal. *Educação Unisinos*, 24, 1-11. <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2020.241.25>
- Calvet, L. J. 2007. *As políticas linguísticas*. Parábola.
- Conselho da Europa. (1992). *Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias* (tradução portuguesa). Conselho da Europa. https://dcjri.ministeriopublico.pt/sites/default/files/carta_europeia_das_linguas_regionais_ou_minoritarias.pdf
- Correia, M. (2020, 12 de dezembro). LGP: Uma língua silenciosa. *Diário de Notícias*. <https://www.dn.pt/arquivo/diario-de-noticias/lgp-uma-lingua-silenciosa-13130263.html>
- Correia, V. M. D. (2019). O barranquenho: Urgência de uma política linguística? *Revista de Filología Románica*, 36, 169-178. <https://doi.org/10.5209/RFRM.63511>
- Cooper, R. (1989). *Language planning and social change*. Cambridge University Press.
- Covington, V. (1976). Problems for a sign language planning agency. *International Journal of the Sociology of Language*, 11, 85-106. <https://doi.org/10.1515/ling.1977.15.189.85>
- Delgado-Martins, M. R. (1996). Linguagem gestual: Uma linguagem alternativa. In I. H. Faria, E. R. Pedro, I. Duarte, & C. A. M. Gouveia (Orgs.), *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa* (pp. 103-112). Caminho.
- De Meulder, M. (2015). The Legal Recognition of Sign Languages. *Sign Language Studies* 15(4), 498-506.
- De Meulder, M. (2016). *The Power of Language Policy: The Legal Recognition of Sign Languages and the Aspirations of Deaf Communities* (Tese de doutoramento). University of Jyväskylä. <https://jyx.jyu.fi/dspace/handle/123456789/52219>
- De Meulder, M., Murray J. J., & McKee R. (2019). *The Legal Recognition of Sign Languages*:

Advocacy and Outcomes Around the World. Multilingual Matters.

Declaração Universal dos Direitos Linguísticos. (1996). https://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf

Eichmann, H. (2009). Planning sign languages: promoting hearing hegemony? Conceptualizing sign language standardization. *Current Issues in Language Planning*, 10(3), 293-307. <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14664200903116287>

Gonçalves, M. F. (2021). Reflexões sobre política e planificação linguísticas de uma língua minoritária e ameaçada: O Barraquenho. In M. F. Gonçalves, & M. Victoria Navas (Eds.), *O Barraquenho como língua de contacto no contexto românico* (pp. 193-220). Edições Colibri.

Henrique Costas, X. (Coord.). (2022). *Persente i futuro de la lhéngua mirandesa. Estudo de ls usos, atitudes i competências lhenguísticas de la populaçon minrandesa*. Universidad de Vigo.

Knoors, H., & Marschark, M. (2012). Language planning for the 21st century: Revisiting bilingual language policy for Deaf children. *Journal of Deaf Studies and Deaf Education* 17(3), 291-305. <https://academic.oup.com/jdsde/article/17/3/291/544146>

Ministério da Educação. (1998, 6 de maio). Despacho n.º 7520/98. *Diário da República*, 2.ª série, 6084-6085. <https://files.diariodarepublica.pt/gratuitos/2s/1998/05/2S104A0000S00.pdf>

Ministério da Educação, Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular. (2008). *Programa curricular de língua gestual portuguesa: Educação pré-escolar e ensino básico*. https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/EEspecial/doc_programa_curricular_lgp_basico.pdf

Murray, J.J. (ed.) (2015) Special Issue: Language Planning and Sign language Rights. *Sign Language Studies* 15(4), 375-378. <https://www.jstor.org/stable/26190994>

Prata, I. (1980). *Mãos que Falam*. Laboratório de Fonética da Universidade de Lisboa e Divisão do Ensino Especial da Direção Geral do Ensino Básico do Ministério da Educação.

Quer, J., & Müller de Quadros R. (Eds) (2012) Foreword. *Sign Language Studies* 12(4), 465-466.

Quer, J., & Müller de Quadros R. (2015). Language policy and planning in Deaf communities. In A. C. Schembri, & C. Lucas (Eds), *Sociolinguistics and Deaf Communities* (pp. 120-145). Cambridge University Press.

Ramsey, C. (1989). Language planning in deaf education. In C. Lucas (Ed.), *The*

sociolinguistics of the deaf community (pp. 123-46). Academic Press.

Reagan, T. (2001). Language planning and policy. In C. Lucas (Ed.), *The sociolinguistics of sign languages* (pp. 145-80). Cambridge University Press.

Reagan, T. (2002). Language planning and language policy: Past, present and future. In R. Mesthrie (Ed.), *Language in South Africa* (pp. 419-33). Cambridge University Press.

Reagan, T. (2006). Language Policy and Sign Languages. In T. Ricento (Ed.), *An Introduction to Language Policy: Theory and method* (pp.329-345). Blackwell Publishing.

Reagan, T. (2010). *Language Policy and Planning for Sign Languages*. University Press.

Reagan, T. (2019). Language policies, language rights, and sign languages: A critique of disability-based approaches. *Critical Inquiry in Language Studies*, 16(4), 271-292. <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/15427587.2019.1574577>

Reagan, T. (2022). Language planning and language policies for sign languages: An emerging civil rights movement. *Sociolinguistica*, 36(1-2), 169-182. <https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/soci-2022-0010/html>

Reagan, T. (2024). Sign languages and language policy. In M. Gazzola, M., F. Grin, L. Cardinal, & K. Heugh (Eds.), *The Routledge Handbook of Language Policy and Planning* (pp. 535-547). Routledge.

República Portuguesa. (2018, 7 de março). *Decreto-Lei n.º 16/2018*. *Diário da República*, 1.ª série, n.º 47, 1193-1196. https://www.dgae.medu.pt/download/legislacao/gestao-de-recursos-humanos/20180307_dl_16.pdf

Ruíz, R. (1984). Orientations in language planning. *Journal of the National Association of Bilingual Education*, 8(2), 15-34. <https://doi.org/10.21832/9781783096701-004>

Ruíz, R. (1990). Official languages and language planning. In K. Adams, & D. Brink (Eds.), *Perspectives on official English* (pp. 11-24). Mouton de Gruyter.

Ruíz, R. (2010). Reorienting language-as-resource. In J. Petrovic (Ed.), *International perspectives on bilingual education: Policy, practice and controversy* (pp. 155-172). International Age Publishing.

Sanchez-Elez, M., Navas, V., & Goncalves, M. F. (2020). Caracterização e problemas atuais do barranquenho: Contribuições para uma política de revitalização. *Estudos de Lingüística Galega* 12, 179-199. <https://revistas.usc.gal/index.php/elg/article/view/6040>

Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência. (1992). *Gestuírio da Língua Gestual Portuguesa*. Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.

Spolsky, B. (Ed.) (2012). *The Cambridge Handbook of Language Policy*. Cambridge University Press.

Sousa, F. V. (2014). *Os Direitos Fundamentais das Pessoas Surdas*. Almedina.

Sousa, F. V. (2021). *Língua Gestual Portuguesa: História, Sociolinguística e Política Linguística*. Lisbon International Press.

Sousa, F. V. (2022). *Em defesa da Língua Gestual Portuguesa enquanto língua da Comunidade Surda*. Lisbon International Press.

Sousa, F. V. (2022). Essential framework of the legal status of sign language: recognition and officiality. *Revista de Llengua i Dret/ Journal of Language and Law*, 78, 177-193

Sousa, F. V. (2024). Decoding sign language legal status: Exploring a distinct category (or tertium genus) between recognition and officiality. *Comparative Law and Language*, 3(1), 1-31.

Sousa, F. V. (2025). Shaping Sign Language Policy: Status Planning Towards Multilingualism. *Caderno de Letras*, 49, 289-311. <https://doi.org/10.15210/cdl.vi49.27436>

Turner, G. H. (2009) Sign language planning: Pragmatism, pessimism and principles, *Current Issues in Language Planning*, 10(3), 243-254. <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14664200903162505>

Wilcox, S. E., Krausneker, V., & Armstrong, D. F. (2012). Language policies and the Deaf community. In B. Spolsky (Ed.), *The Cambridge Handbook of Language Policy* (pp. 374-396). Cambridge University Press.

Witche, P. H., Correia, & F. S., Coelho, O (2017). Língua gestual portuguesa e seus aspectos políticos e sociais na educação de surdos. *Revista Espaço*, 48, 35-47. <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-espaco/article/view/1201>

A INTEGRAÇÃO LINGUÍSTICA DE MIGRANTES ADULTOS NA EUROPA: UMA REVISÃO DA LITERATURA

The linguistic integration of adult migrants in Europe: a literature review

Cátia Ramalhinho¹

RESUMO

A integração linguística constitui um requisito fundamental nos processos de inclusão social e aculturação das populações migrantes. A aprendizagem da língua dos países de acolhimento permite não só o acesso a direitos e oportunidades, mas também a vinculação identitária a contextos plurais. Com base nestes pressupostos, o presente estudo apresenta uma revisão crítica da literatura sobre a integração linguística de migrantes adultos na Europa, analisando enquadramentos teóricos, modelos de gestão da multiculturalidade e políticas linguísticas adotadas por organismos internacionais.

Palavras-chave: Aculturação; Integração linguística; Migrantes adultos; Políticas linguísticas

ABSTRACT

Linguistic integration is a fundamental requirement in the processes of social inclusion and acculturation of migrant populations. Learning the language of the host country enables not only access to rights and opportunities, but also identity bonds to diverse contexts. Based on these assumptions, this study proposes a critical review of the literature on the linguistic integration of adult migrants in Europe, analysing theoretical frameworks, models for managing multiculturalism and language policies adopted by international bodies.

Keywords: Acculturation; Linguistic integration; Adult migrants; Language policy

1. INTRODUÇÃO

A integração das populações migrantes constitui, atualmente, uma área prioritária de intervenção na Europa, em função dos elevados fluxos migratórios registados neste continente nas últimas décadas. A aprendizagem da língua veicular dos contextos

¹ O trabalho desta investigadora é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UID/3213/2025 – Centro de Linguística da Universidade NOVA de Lisboa (CLUNL).

recetores configura um dos principais indicadores da integração social de migrantes. Constitui, além disso, um instrumento funcional de comunicação, necessário no acesso ao mercado de trabalho, aos serviços e à participação cívica, e uma componente fundamental nos processos de construção identitária e de vinculação às comunidades de destino. A integração linguística enquadra-se, assim, numa estratégia inclusiva de aculturação, que beneficia os indivíduos deslocados e as sociedades de acolhimento. Neste artigo, apresenta-se uma revisão crítica da literatura sobre a integração linguística de migrantes adultos na Europa, estruturada em três eixos temáticos:

1. O enquadramento teórico do conceito em estudo, numa perspetiva multidisciplinar;
2. As abordagens de gestão do multiculturalismo predominantes em diferentes áreas geopolíticas do continente europeu;
3. O panorama atual das migrações na Europa e as políticas internacionais para a integração linguística de migrantes adultos implementadas pela Comissão Europeia e o Conselho da Europa.

Com base nestes três eixos, a análise realizada pretende contribuir para o melhor entendimento dos fatores que medeiam a integração linguística dos migrantes adultos, atendendo aos seguintes objetivos:

- Discutir o conceito de integração linguística enquanto estratégia psicológica de aculturação e estratégia política para a inclusão social de migrantes;
- Caracterizar os modelos históricos de migração e as suas implicações nas práticas linguísticas dos migrantes;
- Analisar as tendências migratórias atuais na Europa e as medidas políticas adotadas pela Comissão Europeia e o Conselho da Europa para a integração linguística de migrantes adultos;
- Refletir sobre desafios e necessidades na integração linguística de migrantes adultos no contexto europeu.

2. METODOLOGIA

O presente estudo propõe uma revisão da literatura baseada na leitura crítica de documentação académica e institucional, seguindo uma abordagem de análise compreensiva, com o intuito de identificar e problematizar perspetivas teóricas e políticas de integração linguística na Europa. A bibliografia revista foi selecionada com base na sua relevância, impacto e atualidade, em articulação com os eixos

temáticos definidos. Considerando a natureza complexa e multidimensional do fenómeno em estudo, optou-se por analisar um acervo de fontes interdisciplinares. Neste sentido, para o primeiro eixo, privilegiou-se a análise da tipologia de estratégias de aculturação desenvolvida por Berry (1997, 2006, 2017) na área da psicologia intercultural, das dinâmicas linguísticas observadas por Gugenberger (2007, 2020) nos modelos migratórios predominantes entre o século XIX e a atualidade, e do modelo de integração sociolinguística de migrantes descrito por Moreno Fernández (2009). Para o segundo eixo, recorreu-se ao estudo comparativo de Phalet e Kasic (2006) sobre os modelos de gestão da multiculturalidade adotados em diferentes blocos geopolíticos da Europa. Para o terceiro eixo, foram consultados relatórios estatísticos, planos estratégicos, guias e documentos orientadores publicados por entidades como a Organização Internacional para as Migrações (OIM), o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE), a Comissão Europeia, e o Conselho da Europa. Após análise da literatura revista, procedeu-se a uma reflexão crítica sobre os eixos temáticos percorridos, com vista à identificação de convergências e divergências nos discursos e práticas sobre a integração linguística de migrantes adultos.

3. REVISÃO DA LITERATURA

3.1. Da aculturação à integração sociolinguística: enquadramento conceptual

3.1.1. Estratégias de aculturação

Segundo o modelo de aculturação proposto por Berry (1997, 2006, 2017), os indivíduos migrantes podem recorrer a diferentes estratégias psicológicas de aculturação nos contactos que estabelecem com os grupos populacionais dominantes nos seus contextos de destino. Consideram-se, assim, quatro estratégias de aculturação:

1. A assimilação, em que os migrantes privilegiam o contacto com o grupo dominante, aderem à sua cultura e abandonam a sua identidade original;
2. A separação, em que os migrantes conservam a sua identidade cultural de base e evitam o contacto com o grupo dominante;
3. A integração, em que os migrantes preservam a sua matriz identitária e a sua cultura original, ao mesmo tempo que revelam abertura à cultura do grupo dominante e desejam pertencer à sociedade recetora;
4. A marginalização, de natureza transitória, em que os migrantes deixam de se identificar com a sua cultura de origem, mas também não se sentem parte da sociedade recetora nem expressam vontade de se relacionar com o respetivo grupo dominante.

De acordo com este modelo, embora as estratégias de aculturação se manifestem nos processos individuais de adaptação de cada migrante, balizando os seus comportamentos e atitudes, a sua adoção não decorre de uma escolha deliberada e livre, mas da forma como os migrantes reagem a condicionamentos ambientais externos, nomeadamente o grau de abertura à diversidade cultural e às políticas de imigração vigentes na sociedade em que estão inseridos. Observa-se, desta forma, que

- a. A estratégia de assimilação tende a prevalecer em sociedades que seguem o modelo do *Melting Pot*, visando a construção de uma identidade cultural homogénea e incentivando os migrantes a abandonarem a sua cultura de origem e a aderirem à cultura dominante no país recetor;
- b. A estratégia de separação é comum em sociedades em que há uma segregação das minorias, com espaços e funções sociais delimitadas, e sem oportunidades significativas de aproximação à população dominante;
- c. A estratégia de integração é possibilitada por sociedades tendencialmente inclusivas, que criam condições para que haja uma acomodação mútua, ainda que não necessariamente proporcional, entre o grupo dominante e as minorias;
- d. A estratégia de marginalização surge em sociedades que forçam a assimilação dos migrantes, rejeitando a expressão de identidades culturais diversas e impondo estruturas de segregação, que dificultam o contacto entre grupos e dão origem a situações de exclusão social.

3.1.2. Dinâmicas linguístico-migratórias

Como observa Gugenberger (2007, 2020), as estratégias de aculturação a que os migrantes recorrem produzem diferentes efeitos sobre os seus comportamentos e identidades linguísticas, verificando-se que

- 1. Com a estratégia de assimilação, os migrantes utilizam preferencialmente a língua do país recetor e a língua materna perde relevância na sua identidade;
- 2. Com a estratégia de separação, os migrantes continuam a usar predominantemente a sua língua materna e, uma vez que não estabelecem contactos fora das redes sociais com a comunidade de origem, não desenvolvem competências comunicativas na língua do país recetor, que não adquire um lugar significativo na sua identidade;
- 3. Com a estratégia de integração, os migrantes estabelecem relações quer com a comunidade de origem, quer com o grupo dominante do país recetor, esforçando-se por comunicar tanto na sua língua materna como na língua de acolhimento, que passa também a fazer parte da sua identidade;

4. Com a estratégia de marginalização, os migrantes evidenciam um conflito identitário nas suas práticas linguísticas, ajustando-se circunstancialmente aos seus interlocutores, sem, todavia, se identificarem nem com a língua da comunidade de origem, nem com a língua da sociedade de acolhimento.

Segundo a autora, para uma melhor compreensão das dinâmicas linguístico-migratórias, importa considerar a forma como as estratégias de aculturação se articulam com os modelos de migração emergentes em diferentes períodos históricos, podendo observar-se as seguintes tendências:

- a. Entre o século XIX e a primeira metade do século XX, a maioria dos fluxos migratórios enquadrou-se no modelo tradicional de emigração/imigração. Neste modelo, os migrantes saíam dos seus países de origem em direção a territórios onde se estabeleciam permanentemente, uma vez que os escassos meios de comunicação e de transporte então existentes dificultavam o contacto regular com a terra natal, bem como a possibilidade de retorno. Paralelamente, as sucessivas tentativas de construção dos Estados-Nação fomentaram a valorização do ideal de sociedade monolíngue, unificada em torno da língua de prestígio do grupo dominante, enfatizando o contributo da língua para a homogeneização cultural da população e a construção de pretensas identidades nacionais unas e coesas. Neste período, a assimilação tornou-se a estratégia de aculturação prevalente, com os migrantes a abandonarem tendencialmente as suas culturas de origem para se adaptarem às sociedades dos países recetores, tanto ao nível da sobrevivência quotidiana como da construção de uma nova dimensão identitária.
- b. A partir da segunda metade do século XX, surgiu o modelo da migração de retorno, caracterizado pela mobilidade de sucessivas vagas de trabalhadores temporários recrutados para responder às necessidades laborais da reconstrução da Europa no pós-II Guerra Mundial. Para muitos destes migrantes, a estadia nos países recetores limitou-se à duração dos seus contratos de trabalho e o retorno ao país de origem manteve-se como um objetivo desejado, mesmo entre aqueles que, por motivos profissionais ou pessoais, acabaram por não regressar. Neste modelo, em que o contacto limitado dos migrantes com o grupo dominante no país recetor se traduziu numa aprendizagem mínima da respetiva língua veicular, prevaleceu, portanto, a estratégia de separação.
- c. Nas últimas décadas do século XX, com o avanço tecnológico e a globalização, surgiu o modelo da migração transnacional, em que os migrantes começaram a percorrer itinerários multidirecionais, vinculando-se

a diversos países tanto a nível material como simbólico. Neste novo modelo, os migrantes desenvolvem repertórios linguísticos plurais, que espelham a sua capacidade de comunicar em diferentes línguas e a sua ligação a diversos espaços e culturas, evidenciando, assim, o recurso tendencial à estratégia de integração, numa dimensão transcultural e transnacional.

3.1.3. Integração sociolinguística

Partindo da perspetiva da sociologia clássica de que a integração, em sentido lato, consiste num processo através do qual diferentes grupos étnicos ou sociais estabelecem relações de interdependência e partilha de valores, Moreno Fernández (2009) enumera os quatro níveis em que a integração social de migrantes se concretiza:

1. A integração de sobrevivência, no momento da chegada ao país recetor, em que os migrantes tentam assegurar as necessidades básicas à sua subsistência;
2. A integração laboral ou escolar, em que os migrantes procuram desempenhar funções profissionais ou formativas na sociedade de acolhimento;
3. A integração social, em que os migrantes procuram sentir-se parte da sociedade de acolhimento, através das suas relações pessoais, da adesão a coletividades e de outras formas de participação na vida pública;
4. A integração identitária, em que os migrantes reclamam um lugar na sociedade de acolhimento, que passam a considerar como sua a nível cultural e afetivo.

Segundo o autor, enquanto a integração linguística dos migrantes, em sentido mais restrito, apenas requer a aprendizagem da língua-alvo, que pode até anteceder a entrada no país recetor, a integração sociolinguística corresponde a um processo mais amplo, que implica o conhecimento dos usos comunicativos da língua em contexto e é necessária para que a inclusão dos migrantes esteja completa. No percurso individual de cada migrante, este tipo de integração está sujeito à influência de três fatores: o seu repertório linguístico, o contacto entre as línguas faladas pelo migrante e a língua de acolhimento, e a sociolinguística da convivência. De acordo com esta perspetiva, considera-se, em primeiro lugar, que a dificuldade da integração varia em função do grau de proximidade entre a língua materna dos migrantes e a língua de acolhimento, bem como do nível de complexidade da sociedade recetora. Observa-se, em segundo lugar, que, no processo de aprendizagem da língua de acolhimento, o contacto entre as diferentes línguas que fazem parte do repertório linguístico dos migrantes contribui para a ocorrência de fenómenos como as transferências linguísticas, a marcação do sotaque, o uso alternado de línguas, e, em alguns casos, o enfraquecimento

das competências comunicativas na língua materna, com um impacto significativo sobre as percepções, atitudes e reações afetivas tanto dos próprios migrantes como dos membros da sociedade recetora. Ressalva-se, por último, que, da convivência sociolinguística entre os migrantes e a sociedade recetora, decorre uma atribuição de funções sociais às línguas integradas no repertório linguístico dos migrantes, que situa o seu processo de integração num espectro amplo entre a assimilação e o multilinguismo. Assim, em sociedades bi/multilíngues, os migrantes tendem a preservar a sua língua materna, utilizando-a não só no domínio da vida privada, mas também em atividades de natureza económica, ao passo que, em sociedades monolíngues, os migrantes limitam habitualmente o uso destas línguas ao contexto familiar.

Neste seguimento, o autor sugere que os quatro níveis apresentados para a integração social de migrantes pressupõem necessariamente uma dimensão linguístico-comunicativa e propõe os seguintes indicadores para a sua progressão:

1. No nível de integração de sobrevivência, os migrantes desenvolvem competências linguísticas e comunicativas básicas, orientadas para transações e necessidades imediatas. Adquirem conhecimentos gramaticais, lexicais e pragmáticos simples. Manifestam dificuldades na pronúncia e evidenciam percepções socioculturais limitadas, com uma compreensão superficial das normas e preceitos da sociedade recetora.
2. Na integração laboral ou escolar, os migrantes interagem no contexto profissional ou escolar em que estão inseridos. Adquirem vocabulário específico e contactam com novos tipos de textos orais e escritos. Apresentam melhorias progressivas na pronúncia, gramática e no uso comunicativo da língua. Ainda que com limitações, aprendem a expressar opiniões, preferências e atitudes. Começam a familiarizar-se com aspetos sociais e culturais do contexto recetor e a ganhar consciência do seu processo de aprendizagem.
3. No nível de integração social, os migrantes participam em diferentes tipos de interações sociais e estão expostos a textos orais e escritos mais complexos. Melhoram o uso da língua nos domínios da pronúncia, gramática, léxico e pragmática. Evidenciam uma melhor compreensão dos sentidos conotativos da língua. Aprendem a adequar o discurso aos contextos de comunicação e aos seus interlocutores. Aprofundam as suas percepções socioculturais e adquirem um maior sentido de agência no processo de aprendizagem.
4. No nível de integração identitária, os migrantes apresentam um bom domínio da língua de acolhimento, com um conhecimento sólido da respetiva norma e de diferentes estilos e registos linguísticos. Participam de forma ativa em diversos tipos de interações sociais e compreendem textos complexos. Adaptam o discurso a situações comunicativas variadas e conseguem

inclusivamente atuar como mediadores culturais em contextos de diversidade linguística. Integram elementos da cultura e língua do país recetor na sua matriz identitária, mantendo, porém, a sua cultura e língua de origem. Revelam, além disso, elevada autonomia na organização dos seus processos de aprendizagem.

Enquanto os níveis de integração de sobrevivência e integração laboral ou escolar apontam para uma integração puramente linguística, os níveis de integração social e integração identitária situam-se já no plano da integração sociolinguística.

3.2. Abordagens de gestão da multiculturalidade na Europa

Embora se concretizem nas experiências individuais dos migrantes, as estratégias psicológicas de aculturação e os processos de integração social são condicionados pelos enquadramentos ideológicos e institucionais vigentes nas sociedades dos países recetores, nomeadamente ao nível das políticas adotadas para a gestão da multiculturalidade. Como notam Phalet e Kosic (2006), no continente europeu, a coexistência de diferentes grupos culturais e étnicos tem suscitado diferentes linhas de gestão, com uma clara divisão histórica entre blocos geopolíticos.

Na Europa Central e de Leste, onde a imigração em larga escala constitui um fenómeno relativamente recente, as políticas de multiculturalidade começaram por ser orientadas para as populações não migrantes cujos territórios ancestrais tinham sido repartidos por diferentes Estados após a dissolução dos antigos impérios e federações multinacionais. Nestes contextos, as tensões multiculturais mais antigas resvalam da luta das minorias transfronteiriças pelo reconhecimento das suas línguas, culturas e direito à autodeterminação. Deste modo, apenas mais tarde as novas vagas de imigração ganharam relevância nas agendas políticas nacionais, designadamente por influência das diretrizes e orientações emanadas neste âmbito pela União Europeia.

Na Europa Ocidental, onde os fluxos migratórios são um fenómeno de longa data, as políticas de multiculturalidade têm-se destinado principalmente a minorias constituídas por populações migrantes, que se estabeleceram no continente a partir da década de 1960, no rescaldo da Segunda Guerra Mundial ou dos processos de descolonização. Nestes países, onde nem sempre o conceito de integração de migrantes é entendido da mesma forma, verificam-se grandes disparidades nas políticas migratórias adotadas, que, ao longo dos anos, têm variado entre abordagens de carácter assimilacionista, segregacionista ou multiculturalista. Ainda assim, e apesar dos desafios colocados pelo aumento progressivo das migrações, a maioria destes Estados criou, nas últimas décadas, mecanismos sociais e jurídicos que possibilitaram o reconhecimento público de diferentes identidades étnicas e culturais e a extensão de direitos sociais às minorias

migrantes. Como contrapartida, exigiram que estas minorias aprendessem as línguas nacionais dos países recetores e aderissem a valores fundamentais nas sociedades ocidentais, como o respeito pelos direitos das mulheres e os princípios basilares das democracias liberais.

3.3. Migrações e políticas de integração linguística na Europa

Segundo o relatório *World Migration Report 2024* (McAuliffe & Oucho, 2024), cujos dados remetem para 2020, nesse ano, contabilizaram-se 280.598.105 migrantes internacionais à escala mundial. A Europa foi o continente com o maior número registado, cerca de 87 milhões, entre os quais 40 milhões provenientes de territórios não europeus, com um crescimento continuado de aproximadamente 16% em relação a 2015. Além dos migrantes económicos, cuja mobilidade é motivada pela procura de oportunidades profissionais e melhores condições de vida, os países europeus têm também recebido, nas últimas décadas, sucessivas vagas de refugiados, forçados a abandonar os seus contextos de origem para escapar a desastres naturais, perseguições, guerras e outras violações dos direitos humanos, acolhendo também um elevado número de requerentes de asilo, que aguardam a atribuição do estatuto de proteção internacional. De acordo com o ACNUR (2024), no final de 2023, a Europa contava com um total de 13 milhões de refugiados e 1,4 milhões de requerentes de asilo.

No contexto atual, a Europa afirma-se, portanto, como um continente predominantemente recetor de populações migrantes, no qual o desenvolvimento de políticas de integração linguística, nacionais e internacionais, se revela cada vez mais necessário. Com efeito, a proficiência nas línguas de acolhimento constitui um dos principais indicadores da integração de migrantes (OCDE/Comissão Europeia, 2023), atendendo a que sua aprendizagem é essencial no acesso ao emprego e aos serviços e constitui um requisito obrigatório para a regularização do estatuto jurídico dos migrantes nos países recetores. Como apontam Rocca et al. (2020), num relatório publicado sobre 40 Estados-membros do Conselho da Europa, a maioria dos países europeus requer a proficiência nos níveis A2 ou B1 do *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas* (Conselho da Europa, 2001, 2020) para a atribuição da autorização de residência e/ou a concessão da nacionalidade, verificando-se, desde 2008, uma tendência generalizada para elevar o nível de proficiência exigido para estes fins. Porém, nem todos os países asseguram aos migrantes as mesmas oportunidades para a aprendizagem da língua, em cursos de formação gratuitos ou financeiramente acessíveis, e, além da prova de conhecimento linguístico, muitos países exigem ainda que os migrantes comprovem o conhecimento das suas sociedades através de cursos e/ou testes de cidadania.

Estas discrepâncias evidenciam a heterogeneidade das políticas migratórias e de integração linguística implementadas a nível nacional pelos países europeus. Contudo, ainda que se observem muitas variações entre Estados, as organizações internacionais europeias têm procurado promover diretrizes e medidas convergentes, assentes num entendimento de integração linguística que considera e valoriza as especificidades dos perfis de aprendentes dos migrantes, bem como as suas identidades e práticas translinguísticas (Martins et al., 2022). Neste quadro, a Comissão Europeia (2020), em articulação com os governos dos Estados-membros da União Europeia, tem em curso o *Plano de ação sobre a integração e a inclusão para 2021-2027*, no qual se afirma que

"A aprendizagem da língua do país de acolhimento é crucial para uma integração bem sucedida. (...) A combinação da formação linguística com o desenvolvimento de outras competências ou a experiência laboral e com medidas de apoio, como o acolhimento de crianças, revelou-se particularmente eficaz em termos de melhorar o acesso à formação linguística e os resultados nesse domínio. Por último, para que os migrantes possam participar plenamente na sociedade de acolhimento, é fundamental compreenderem as leis, a cultura e os valores da sociedade de acolhimento logo desde o início." (pp. 10-11)

Entre as medidas de apoio à educação e formação de migrantes previstas neste plano estratégico, destacam-se os contributos do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI) para o financiamento de ações formativas para o ensino de línguas a migrantes e refugiados em contextos de educação formal e não formal, bem como do Programa Erasmus+ e do *Quadro Europeu de Qualificações* para a promoção de intercâmbios de estudantes, de ações de formação de professores e de práticas de reconhecimento das qualificações dos migrantes.

Numa linha consonante, também o Conselho da Europa tem vindo a desenvolver medidas de apoio à inclusão social de migrantes através da Divisão de Políticas de Língua do seu Departamento de Educação. Assim, em 2006, foi lançado o projeto *Linguistic Integration of Adult Migrants* (LIAM), que distingue a integração linguística de outras formas de integração ao concebê-la como um processo complexo e multifacetado, em que a aprendizagem da língua de acolhimento não serve apenas objetivos funcionais, mas também a construção de identidades culturais individuais e coletivas, com desafios acrescidos não só para os migrantes, mas também para os membros da sociedade recetora, que podem experienciar receios sobre a preservação da identidade nacional e da língua dominante quando expostos a situações de multilinguismo. Neste seguimento, o projeto tem vindo a promover o ensino de línguas junto de migrantes adultos, assegurando apoio a professores e instituições que trabalham com este público-alvo, e prestando assessoria a políticas públicas de integração. O trabalho desenvolvido inclui a publicação de diretrizes institucionais, a organização

de eventos para divulgação de boas práticas e formação de profissionais da área da educação, a publicação de estudos académicos decorrentes de trabalhos de investigação orientados para contextos e grupos específicos (Beacco et al., 2017), e a disponibilização de ferramentas pedagógico-didáticas, testadas e avaliadas por académicos e professores. Entre estas, destaca-se a publicação do guia de referência *Literacy and Second Language Learning for the Linguistic Integration of Adult Migrants* (Minuz et al., 2022), no qual se propõem orientações teóricas e metodológicas sobre desenho curricular, didática e avaliação, com foco no desenvolvimento da literacia funcional e nas necessidades específicas de grupos vulneráveis (menores de idade, refugiados e migrantes com baixos níveis de literacia), e do *Language Support for Migrants (LSM) Toolkit 2024*, um conjunto de 80 recursos, criado para apoiar educadores e voluntários no ensino de línguas a migrantes e refugiados com diferentes níveis de literacia, em contextos formais e informais.

4. REFLEXÃO CRÍTICA

As perspetivas teóricas e as medidas institucionais revistas evidenciam a multidimensionalidade da integração linguística de migrantes adultos e sugerem a persistência de tensões históricas e necessidades por suprir no contexto europeu.

Em relação ao primeiro eixo temático, a literatura analisada indica que a integração linguística de migrantes adultos não se limita ao conhecimento da língua de acolhimento, sendo indissociável dos processos de construção identitária. As estratégias de aculturação que medeiam a adaptação dos migrantes às sociedades recetoras variam em função dos seus percursos individuais e das políticas migratórias vigentes nos contextos recetores, podendo traduzir-se em dinâmicas linguístico-migratórias variadas, que entrecruzam objetivos funcionais com fatores afetivos e simbólicos. Ao permitir aos migrantes participarem ativamente nas sociedades de destino, sem, contudo, perderem laços com as suas culturas de origem, a estratégia de integração pressupõe a aprendizagem da língua de acolhimento e a afirmação dos migrantes como sujeitos plurilingues. Simultaneamente, o conceito de integração sociolinguística redimensiona a aprendizagem da língua, salientando a importância dos seus usos comunicativos em contexto. No seu conjunto, estas perspetivas sugerem a necessidade de se desenvolverem políticas de integração que abordem o ensino e a aprendizagem das línguas de acolhimento a partir do reconhecimento dos processos aculturativos, identidades e repertórios linguísticos dos migrantes.

Em relação ao segundo eixo, a literatura analisada aponta que as diferentes linhas de gestão da multiculturalidade prevalentes entre os países da Europa Central e de Leste e os países da Europa Ocidental decorrem dos seus enquadramentos históricos,

ideológicos e geopolíticos. Enquanto nos primeiros as políticas de multiculturalidade começaram por ser delineadas tendo em vista minorias não migrantes com presença territorial anterior à definição das fronteiras atuais, nos segundos foram impulsionadas pelas sucessivas vagas migratórias de grupos etnicamente diversos, oriundos de diferentes pontos do mundo. Deste modo, nas últimas décadas, os países europeus têm desenvolvido políticas nacionais bastante díspares, verificando, até hoje, diferentes entendimentos do que significa e de como se operacionaliza a integração de migrantes. Esta heterogeneidade aponta, assim, para a dificuldade de implementação de uma abordagem concertada no continente europeu, que manifesta realidades muito distintas no que diz respeito às respostas institucionais criadas.

Em relação ao terceiro eixo, a literatura analisada demonstra que, atualmente, a Europa constitui o principal destino das migrações internacionais à escala mundial e que a aprendizagem da língua de acolhimento tende a ser reconhecida como um critério fundamental para a inclusão social dos migrantes, bem como para a regularização jurídica da sua entrada e permanência nos territórios nacionais. No entanto, também a este nível persistem muitas assimetrias nas políticas adotadas pelos Estados europeus, verificando-se que a exigência crescente de proficiência linguística para a atribuição da autorização de residência ou da nacionalidade nem sempre é proporcional às medidas de apoio disponibilizadas para a aprendizagem da língua. Os esforços internacionais promovidos pela Comissão Europeia, através do FAMI, do Programa Erasmus+ e do *Quadro Europeu de Qualificações*, e pelo Conselho da Europa, através do projeto LIAM, assumem, por contraste, uma relevância cada vez maior, ao proporem uma abordagem mais inclusiva e adequada aos perfis dos migrantes, nomeadamente dos mais vulneráveis. Não obstante, a distância entre os discursos normativos e as práticas torna clara a necessidade de um maior alinhamento entre as diretrizes e os princípios orientadores emanados pelas organizações internacionais europeias e as medidas com que os Estados efetivam a sua implementação nos territórios nacionais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo apresentou uma revisão crítica da literatura sobre a integração linguística de migrantes adultos na Europa, procedendo ao enquadramento teórico do conceito em estudo e à análise de políticas de gestão da multiculturalidade e de políticas linguísticas no contexto europeu. Ao articular diferentes dimensões implicadas no processo de integração linguística, evidenciou-se a complexidade da sua natureza, bem como as tensões psicológicas, socioculturais e políticas que lhe subjazem. A partir do cruzamento das perspetivas analisadas, tornou-se possível identificar desafios persistentes na conciliação das políticas de integração

adotadas pelos Estados europeus e a necessidade de um maior alinhamento entre as políticas nacionais e internacionais, com vista ao desenvolvimento de abordagens mais inclusivas e fundamentadas. Apesar de a revisão da literatura realizada ter um alcance relativamente limitado, consideramos que o artigo poderá contribuir para a compreensão das políticas e práticas de integração linguística de migrantes adultos, cuja investigação continua a carecer de mais dados, devido à natureza dinâmica e multidimensional dos fenómenos migratórios.

REFERÊNCIAS

Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (2024). *Global Trends Report. Europe figures at a glance*. <https://www.unhcr.org/europe/europe-figures-glance-2023>

Beacco, J.-C., Krumm, H.-J., Little, D., & Thalgott, P. (Eds.) (2017). *The Linguistic Integration of Adult Migrants. Some Lessons from Research. / L'intégration linguistique des migrants adultes. Les enseignements de la recherche*. Conselho da Europa & De Gruyter.

Berry, J. W. (1997). Immigration, acculturation and adaptation. *Applied Psychology: An International Review*, 46(1), 5-68.

Berry, J. W. (2006). Contexts of acculturation. In D. L. Sam, & J. W. Berry (Eds.), *The Cambridge Handbook of Acculturation Psychology* (pp. 27-42). Cambridge.

Berry, J. W. (2017). Theories and Models of Acculturation. In S. J. Schwartz, & J. Unger (Eds.), *The Oxford Handbook of Acculturation and Health* (pp. 15-28). Oxford University Press.

Comissão Europeia (2020). *Plano de ação sobre a integração e a inclusão para 2021-2027*. COM (2020) 758. <https://epale.ec.europa.eu/pt/content/plano-de-acao-sobre-integracao-e-inclusao-2021-2027>

Conselho da Europa (2001). *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas: Aprendizagem, ensino, avaliação*. Edições ASA.

Conselho da Europa (2020). *Common European Framework of Reference for Languages: Learning, teaching, assessment – Companion volume*. Conselho da Europa.

Gugenberger, E. (2007). Aculturación e hibrididad lingüísticas en la migración: Propuesta de un modelo teórico-analítico para la lingüística de la migración. *Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana*, 2(10), 21-45.

Gugenberger, E. (2020). Desde la asimilación hasta el transnacionalismo: Dinámicas lingüístico-migratorias y cambios de paradigma en su estudio. *Lengua y migración / Language and Migration*, 12(1), 13-37.

Martins, C., Ferreira, T., Santos, I., & Pereira, I. (Coord.) (2022). *Guia para a inclusão linguística de migrantes* (versão portuguesa). Ediciones Universidad de Salamanca.

McAuliffe, M., & Oucho, L. A. (Eds.) (2024). *World Migration Report 2024*. Organização Internacional para as Migrações – IOM.

Minuz, F., Kurvers, J., Schramm, K., Rocca, L., & Naeb, R. (2022). *Literacy and Second Language Learning for the Linguistic Integration of Adult Migrants*. Conselho da Europa.

Moreno Fernández, F. (2009). Integración sociolingüística en contextos de inmigración: Marco epistemológico para su estudio en España. *Lengua y migración*, 1(1), 121-156.

OCDE/Comissão Europeia (2023). *Indicators of Immigrant Integration 2023: Settling In*. OECD Publishing.

Phalet, K., & Kopic, A. (2006). Acculturation in European societies. In D. L. Sam, & J. W. Berry (Eds.), *The Cambridge Handbook of Acculturation Psychology* (pp. 331-348). Cambridge University Press.

Rocca, L., Carlsen, C. H., & Deygers, B. (2020). *Linguistic Integration of Adult Migrants: Requirements and Learning Opportunities*. Conselho da Europa.

